

CONEXÕES DA HISTÓRIA

JOHNY SANTANA DE ARAÚJO (ORG.)

**Conexões da história:
as múltiplas visões de Clio**

cancioneiro

Copyright © 2024 by Johny Santana de Araújo

Todos os direitos reservados.

Projeto gráfico e diagramação

Ronyere Ferreira

Capa

Lucas Rolim

Revisão

João Vitor de Carvalho Melo

CANCIONEIRO

Editora-chefe

Eva P. Bueno (St. Mary's University, Texas - EUA)

Conselho editorial

Henrique Buarque de Gusmão (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

Johny Santana de Araújo (Universidade Federal do Piauí, Brasil)

Josenildo de Jesus Pereira (Universidade Federal do Maranhão, Brasil)

Kátia Rodrigues Paranhos (Universidade Federal de Uberlândia, Brasil)

Márcio Douglas de Carvalho e Silva (Universidade Federal do Piauí, Brasil)

Silvia Glocer (Universidade de Buenos Aires, Argentina)

Talyta Marjorie Lira Sousa (Universidade Federal do Piauí, Brasil)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Conexões da história: as múltiplas visões de Clio / Johny Santana de
Araújo (org.). – 1. ed. – Teresina: Cancioneiro, 2024.
320 p.: il.

ISBN: 978-65-83330-23-9 (físico)

1. História 2. Historiografia 3. História - Brasil 4. Historiografia - Brasil.
I. Título.

CDD: 981

Ficha catalográfica elaborada por Larissa Andrade, CRB 3/1179

EDITORA CANCIONEIRO

Teresina - Piauí

www.editoracancioneiro.com.br

contato@editoracancioneiro.com.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO
UMA TRAVESSIA PELA HISTORIOGRAFIA,
TEORIA E METODOLOGIA NO MUNDO DE CLIO... 9
Johny Santana de Araújo

PARTE I - NOVA HISTÓRIA MILITAR

HISTÓRIA E NARRATIVA SOBRE O PASSADO DA
AVIAÇÃO CIVIL E MILITAR NO BRASIL..... 17
Héverton Araujo Machado
Johny Santana de Araújo

OS MILITARES E OS INTELLECTUAIS
NA PRIMEIRA REPÚBLICA: DIFERENÇAS
E SEMELHANÇAS DAS POSIÇÕES POLÍTICO-
IDEOLÓGICAS ENTRE AMBOS OS
GRUPOS SOCIAIS..... 33
Maria Jordânia Sousa Gomes
Johny Santana de Araújo

AS MULHERES DO BRASIL: A REVISTA DA CRUZ
VERMELHA BRASILEIRA DE 1943..... 45
Italo de Andrade Lopes
Johny Santana de Araújo

**PARTE II - HISTÓRIA: TRADIÇÃO X
MODERNIDADE**

A RELIGIÃO NO COTIDIANO PIAUIENSE..... 71

Livia Trindade Marques

**A ASSISTÊNCIA PRESTADA AOS IMIGRANTES DA
SECA EM UNIÃO (1877-1879)..... 81**

Teresinha Rodrigues dos Santos

Johny Santana de Araújo

**PELOS FIOS E DESFIOS DE UM PROJETO
REPUBLICANO INCONCLUSO..... 109**

Eduardo Teixeira Silva

Johny Santana de Araújo

PARTE III - HISTÓRIA, CIDADE E MODERNIDADE

**CINE CLUBE TERESINENSE, ENTRE A TELA E
A ESCRITA: ATIVIDADE CINECLUBISTA NO
JORNAL O DIA (1964-1968)..... 135**

João Vitor de Carvalho Melo

Fábio Leonardo Castelo Branco Brito.

**A MATÉRIA DE UM DISCURSO:
NOTAS SOBRE A MODERNIZAÇÃO DE
TERESINA NA DÉCADA DE 1970..... 157**

Paulo Neto Souza Araújo

**“AOS DOMINGOS, UMA MULTIDÃO
INCALCULÁVEL ESQUECE DE TUDO PARA
VER SEUS ÍDOLOS”: CULTURA BRASILEIRA E
IDENTIDADE NACIONAL EM SUBTERRÂNEOS
DO FUTEBOL (1965), DE MAURICE CAPOVILLA..... 175**

Francisco de Assis de Sousa Barbosa Júnior

Fábio Leonardo Castelo Branco Brito

PARTE IV - HISTÓRIA E SUBJETIVIDADE

**METAMORFOSES AMBULANTES:
EXPERIÊNCIAS E SUBJETIVIDADES JUVENIS NA
UFPI NA DÉCADA DE 1980..... 197**

Francisco Gustavo Lourenço Bezerra Menezes Alves

Fábio Leonardo Castelo Branco Brito

**A DECADÊNCIA DO MOVIMENTO
HOMOSSEXUAL BRASILEIRO E A GÊNESE DE
SUAS “RESENHAS” (1979-1983)..... 223**

Luiz Sérgio Silveira Marinho

PARTE V - HISTÓRIA INTELECTUAL E LITERATURA

**“UM TRABALHO ECOLÓGICO E ERGOLÓGICO DE
MINHA TERRA E MEU POVO”: FONTES IBIAPINA
E OS ELEMENTOS REGIONAIS E HISTÓRICOS
PIAUIENSES PRESENTES EM SUAS OBRAS..... 241**

Laís Maria Rodrigues de Brito

**“MAIS VIVOS DO QUE NUNCA!”: DA CRÔNICA
DA EXTINÇÃO AO PROTAGONISMO INDÍGENA
NA HISTÓRIA DO PIAUÍ..... 255**

Rebeca Freitas Lopes

**DESCONSTRUTO SOCIAL DO
ILUMINISMO EUROPEU: O PROTAGONISMO
AFRICANO ATRAVÉS DAS TESES DO ETÍOPE
ZERA YACOB (1599-1692) E DO GANÊS ANTON
WIHELM AMO (1703-1758)..... 281**

Ronald Cavalcante Castelo Branco

Karla Beatriz de Melo e Lima

**GABRIELA, CRAVO E CANELA:
A MASCULINIDADE NORDESTINA
REPRESENTADA NA ILHÉUS DE JORGE AMADO... 307**

Camille Julianne dos Santos Malherme

APRESENTAÇÃO

**UMA TRAVESSIA PELA HISTORIOGRAFIA,
TEORIA E METODOLOGIA NO MUNDO DE
CLIO**

Johny Santana de Araújo¹

A proposta dessa coletânea é mais uma vez apresentar os novos trabalhos dos membros do Programa de Educação Tutorial do Curso de História (PET/História), da Universidade Federal do Piauí, ao tempo em que também propomos a inclusão de autores convidados como uma forma de diálogo com outras instituições e pesquisadores, uma vez que entendemos o conhecimento como uma forma de integração.

Os estudos são variados, sendo divididos entre esquemas temporais e tópicos, privilegiando, ao mesmo tempo, um percurso cronológico, espacial e temático. A escolha deste modelo de formatação se justifica, de um modo geral, pela própria perspectiva que norteia a elaboração desta coletânea, uma obra coletiva que enseja mostrar as várias dimensões da apropriação da História enquanto área capaz de posicionar-se frente aos anseios do presente, levando em consideração Historiografia, Teoria e Metodologia, ainda que essas três

1. Professor da Universidade Federal do Piauí (UFPI), vinculado ao Departamento de História (DH), ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. É, ainda, Tutor do PET - História. Sócio Correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

dimensões sejam, por vezes, inadvertidamente confundidas uma com a outra

Teoria, Metodologia e Historiografia estão inter-relacionadas, logicamente, mas estreitamente guardadas uma à outra, resguardando, assim, sua própria identidade fundamental. Destarte, torna-se oportuno conhecer um pouco mais sobre a relação entre essas três áreas.

Convencionamos chamar de historiografia o conhecimento que trata do “acúmulo de trabalho” já produzido pelos historiadores e pesquisadores utilizados nesta disciplina, bem como a reflexão mais sistemática sobre esse mesmo trabalho. Isso implica, necessariamente, na contribuição de questões de Teoria e de Metodologia da História, uma vez que todo pesquisador, ao produzir suas obras e investigações nesses âmbitos, aciona também essas duas outras áreas. Logo, o estudo aqui apresentado faz-se a partir de teoria e de métodos. Portanto, a Historiografia disposta nos ensaios coligidos nesta coletânea traz possibilidades e interlocuções importantes para o estudo da História e suas múltiplas dimensões, uma contribuição dos jovens aprendizes de Clio que, ladeados pelos tradicionais convidados externos, pesquisadores dispostos a dividir seu espaço de pesquisa com os estudantes, estabelecendo um promissor *link* de contatos e de conhecimento, legam para a sociedade leituras que possibilitam verdadeiras viagens pelo tempo.

Isto posto, passo, agora, à apresentação dos eixos e suas respectivas análises. No eixo: NOVA HISTÓRIA MILITAR, apresentamos o trabalho de Héverton Araujo Machado e Johny Santana de Araújo, intitulado *HISTÓRIA E NARRATIVA SOBRE O PASSADO DA AVIAÇÃO CIVIL E MILITAR NO BRASIL*, onde os autores procuraram explorar a epopeia da aviação no Brasil a partir de seus primórdios, mostrando a interação entre o meio militar e o circuito civil. Em *OS MILI-*

TARES E OS INTELLECTUAIS NA PRIMEIRA REPÚBLICA: DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS DAS POSIÇÕES POLÍTICO-IDEOLÓGICAS ENTRE AMBOS OS GRUPOS SOCIAIS, Maria Jordânia Sousa Gomes e Johny Santana de Araújo exploram como se deu a construção da concepção filosófica positivista no mundo dos militares durante a Primeira República brasileira. No texto *AS MULHERES DO BRASIL: A REVISTA DA CRUZ VERMELHA BRASILEIRA DE 1943*, Italo de Andrade Lopes e, novamente, Johny Santana de Araújo debatem o trabalho das enfermeiras da Cruz Vermelha do Brasil durante a Segunda Guerra Mundial.

No eixo intitulado HISTÓRIA: TRADIÇÃO X MODERNIDADE, apresentamos o texto *A RELIGIÃO NO COTIDIANO PIAUIENSE*, de autoria de Livia Trindade Marques, cuja temática privilegia a questão da religião católica na transição do século XIX para o XX. A seguir, em *A ASSISTÊNCIA PRESTADA AOS IMIGRANTES DA SECA EM UNIÃO (1877-1879)*, escrito por Teresinha Rodrigues dos Santos e Johny Santana de Araújo, a discussão sobre a narrativa da seca e assistência aos flagelados serão a tônica do texto. Sobre o debate em torno das disputas narrativas sobre a Proclamação da República no Brasil, Eduardo Teixeira Silva e Johny Santana de Araújo nos oferecem o artigo intitulado *PELOS FIOS E DESFIOS DE UM PROJETO REPUBLICANO INCONCLUSO*.

No eixo nomeado de HISTÓRIA, CIDADE E MODERNIDADE, apresentamos o texto *CINE CLUBE TERESINENSE, ENTRE A TELA E A ESCRITA*: atividade cineclubista no jornal *O Dia* (1964-1968), de autoria de João Vitor de Carvalho Melo e Fábio Leonardo Castelo Branco Brito, no qual os autores procuraram relatar sobre as nuances de produção de material escrito sobre cinema pelos cineclubistas católicos teresinenses para o jornal *O Dia*.

No texto, *A MATÉRIA DE UM DISCURSO*: notas sobre a modernização de Teresina na década de 1970, Paulo Neto Souza Araújo nos apresenta o discurso de modernização de uma Teresina acanhada na época do regime militar.

Em “*AOS DOMINGOS, UMA MULTIDÃO INCALCULÁVEL ESQUECE DE TUDO PARA VER SEUS ÍDOLOS*”: cultura brasileira e identidade nacional em Subterrâneos do Futebol (1965), de Maurice Capovilla, os autores Francisco de Assis de Sousa Barbosa Júnior e Fábio Leonardo Castelo Branco Brito descortinam o universo do futebol, a paixão nacional no Brasil, a partir do cinema produzido em meados da década de 60.

No eixo HISTÓRIA E SUBJETIVIDADE, encontramos o ensaio intitulado: *METAMORFOSES AMBULANTES: EXPERIÊNCIAS E SUBJETIVIDADES JUVENIS NA UFPI NA DÉCADA DE 1980*, com autoria de Francisco Gustavo Lourenço Bezerra Menezes Alves e Fábio Leonardo Castelo Branco Brito, que apresenta uma discussão bastante original sobre a condição da juventude e suas subjetividades.

Na sequência o texto de Luiz Sérgio Silveira Marinho, intitulado: *A DECADÊNCIA DO MOVIMENTO HOMOSSEXUAL BRASILEIRO E A GÊNESE DE SUAS “RESENHAS”* (1979-1983), apresenta a discussão em torno do movimento homossexual no Brasil entre fins da década de 70 e início dos anos 80.

O último eixo da coletânea, que tem por título HISTÓRIA INTELLECTUAL E LITERATURA, principia apresentando a pesquisa “*UM TRABALHO ECOLÓGICO E ERGOLÓGICO DE MINHA TERRA E MEU POVO*”: Fontes Ibiapina e os elementos regionais e históricos piauienses presentes em suas obras, da autoria de Laís Maria Rodrigues de Brito, cujo cerne da discussão é a obra de Fontes Ibiapina. No campo da história indígena e suas interfaces no âmbito da historiografia piauiense, apresenta-se o trabalho de Rebeca Freitas Lopes, intitulado:

“*MAIS VIVOS DO QUE NUNCA!*”: da crônica da extinção ao protagonismo indígena na história do Piauí. Com um tema dentro da discussão de uma teoria da história apresenta-se o texto *DESCONSTRUTO SOCIAL DO ILUMINISMO EUROPEU*: o protagonismo africano através das teses do etíope Zera Yacob (1599-1692) e do ganhês Anton Wihelm Amo (1703-1758), de autoria de Ronald Cavalcante Castelo Branco e Karla Beatriz de Melo e Lima. Finalmente, temos como o último texto da nossa coletânea *GABRIELA, CRAVO E CANELA*: a masculinidade nordestina representada na Ilhéus de Jorge Amado, de autoria de Camille Julianne dos Santos Malherme, cujo centro da discussão são as representações de masculinidade na obra de Jorge Amado.

Assim, o PET/História da Universidade Federal do Piauí (UFPI) presenteia a comunidade acadêmica e a sociedade em geral com textos originais, fruto da dedicação e da disciplina desenvolvidas no fazer acadêmico de nossos estudantes. É um ato inaugural que anuncia profissionais promissores, orgulhos de nossa instituição: esse é o mundo de Clio.

PARTE I
NOVA HISTÓRIA MILITAR

HISTÓRIA E NARRATIVA SOBRE O PASSADO DA AVIAÇÃO CIVIL E MILITAR NO BRASIL

Héverton Araujo Machado¹

Johny Santana de Araújo²

Assim como na França, a imprensa no Brasil desempenhou um papel importante na história da aviação nacional. De acordo com François Dosse (2012), à medida em que a disciplina histórica se profissionalizou no século XIX, com a escola metódica, os historiadores deram preferência às fontes escritas e enfatizaram a necessidade de objetividade, o que implicava estabelecer uma ruptura entre o passado e o presente. As fontes documentais disponíveis nos arquivos brasileiros foram produzidas há mais de cinquenta anos, de acordo com os prazos estabelecidos para a guarda de documentação permanente.

Essa documentação sobre a história da aviação no Brasil está relacionada aos acervos de jornais, arquivos públicos e privados, que muitas vezes foram esquecidos pelos historiadores. Muitos desses documentos foram escritos por pessoas que não eram historiadores, mas que tinham uma preocupação com a memória coletiva da aviação civil no Brasil. Obras como “Os Precursores Brasileiros da Aeronáutica”, de Pinto Aguiar,

1. Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí.

2. Professor da Universidade Federal do Piauí (UFPI), vinculado ao Departamento de História (DH), ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. É, ainda, Tutor do PET - História. Sócio Correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

publicada em 1910, e “Breve História da Aviação Comercial Brasileira”, de Aldo Pereira, são exemplos de obras memorialistas ricas em documentação sobre os pioneiros da aviação no Brasil, sendo essenciais para compreender o processo histórico da aviação no país.

Neste primeiro momento, a fonte analisada é o jornal *Estado de São Paulo*, que traz uma edição regional sobre um evento marcante no início da aviação civil no Brasil. Será realizada uma microanálise baseada nas contribuições do historiador Pereira de Andrade (1976), utilizando a perspectiva historiográfica da micro-história. Essa abordagem permitirá uma análise fragmentada das fontes relacionadas à história da aviação civil no Brasil, focando em eventos específicos que são de suma importância para a compreensão dessas fontes. No final dos anos 70, a micro-história começava a despontar como uma nova perspectiva metodológica de análise, frente às inquietações que a história social vinha gerando (Kunrath, 2020).

Na edição do jornal *Estado de São Paulo*, a notícia intitulada “A aviação em S.Paulo” possui informações cruciais que induzem o leitor a buscar mais detalhes sobre o evento. Essa edição regional do jornal desempenhou um papel muito importante na história da aviação, sendo considerada um marco inicial para a aviação no Brasil. Os exemplares dessa edição se tornaram fontes fundamentais para compreender o início da aviação no país.



Fonte: Jornal *O Estado de São Paulo*. Data: 08/01/1910.

A notícia acima pertence ao jornal *Estado de São Paulo*, na edição 8 de janeiro de 1910, e trata do início da aviação civil no Brasil. O primeiro voo aconteceu em 7 de janeiro de 1910, sendo realizado com um aeroplano. Esse voo foi um marco na história da aviação na América do Sul, uma vez que o avião percorreu 103 metros em 6 segundo e 18 milésimo. O voo foi realizado em um avião monoplano, em um projeto particular de um francês, Demetre Sensaud de Lavaud, radicado no Brasil, que iniciou o projeto do monomotor, batizado de *S. Paulo*, em 1908.

Na edição do dia 8 de janeiro, o jornal *Estado de São Paulo* descreve detalhadamente a máquina e os planos de construção. Ela foi projetada por Demetre Sensaud de Lavaud, um francês radicado no Brasil, que começou a trabalhar no final de 1908. Naquela época, Alberto Santos Dumont maravilhava os parisienses com as acrobacias do seu “emoiselle”. Mas, enquanto o aeronauta brasileiro recorria à indústria francesa para fazer aviões, o francês Sensaud de Lavaud utilizou apenas materiais brasileiros no monoplano em São Paulo. O motor foi fundido e usinado na capital paulista. O esqueleto era de sarrafo de pinho e peroba e a cobertura externa de cretone envernizado. Uma fábrica paulista forneceu os grampos e

cabos de aço, que garantiam a rigidez do conjunto, e o carpinteiro Antonio Damosso preparou a hélice de jequitibá. As rodas eram de bicicleta reforçadas (Andrade, 1976, p. 8).

Na edição do jornal do dia 8 de janeiro de 1910, o jornal “O Estado de São Paulo” descreve as características e os movimentos do avião *S.Paulo*, um monomotor monoplano de asa alta e estrutura de madeira de pinho e peroba, exatamente coberto com tela de cretone envernizada. Os movimentos do avião eram determinados por duas alavancas, uma de cada lado do centro de direção, formando um eixo com o sarrafo superior do esqueleto. As asas de trás eram fixas e, se o aparelho pendesse para a direita, o corpo do aeronauta acompanhava esse movimento, com o braço esquerdo se levantando e a asa desse lado inclinando-se de cima para baixo, servindo dessa forma de leme de profundidade. O trem de aterrissagem era clássico, com três rodas de bicicleta, todas do mesmo diâmetro, colocadas duas na frente e a terceira sob a cauda. O motor, de fabricação nacional, tinha potência de 45 HP e uma hélice de jequitibá com diâmetro de 2,10m e 30 centímetros de passo. O avião tinha uma envergadura de 10 metros, as superfícies das asas tinham 18 metros e 2 centímetros, a superfície do leme horizontal era de 4 metros e a velocidade máxima era de 54 km/hora.

Nesse mesmo editorial, é escrita uma biografia de Frances Demetre, filho de um industrial que estudou nas melhores escolas de Paris. Emigrou para a cidade de Osasco, no estado de São Paulo, em 1903. Além disso, o jornal relata que Demetre vendeu o avião *São Paulo* para um empresário “anônimo” que acabou sofrendo um acidente fatal com o aeroplano. Naquela década, não existia legislação específica sobre aviação, tampouco havia qualquer órgão responsável pela investigação de acidentes aéreos. O jornal protege Demetre, descrevendo

o acidente como sendo simples e talvez o primeiro da aviação civil no Brasil, tendo como vítima o suposto empresário desconhecido. O jornal registra outras habilidades de Demetre, como ser poliglota. Ele falava francês, grego, espanhol, turco e português. Seus esportes eram xadrez, esgrima e equitação. Além disso, ele patenteou outras invenções, como uma centrífuga de turbos metálica sem costuras, que foi patenteada no Brasil, Estados Unidos e Canadá. Ele também patenteou 1200 invenções, incluindo a transmissão automática na França, juntamente com a embreagem elétrica para automóveis.

Segundo Pereira de Andrade (1976), mesmo com a notícia do *Estado de São Paulo*, o primeiro voo do monomotor *S.Paulo* despertou uma busca pelo registro do primeiro voo em território nacional. Esse interesse local não foi acompanhado por uma cobertura nacional devido à falta de informação e comunicação entre a província e a capital do Brasil, a cidade do Rio de Janeiro. De acordo com ele, a comunicação era muito limitada entre a capital do Brasil e as outras cidades do território brasileiro devido à preocupação da imprensa com o noticiário local. Os historiadores oficiais estavam mais preocupados com os projetos “genuinamente nacionais” e desconsideravam os aviões estrangeiros ou provincianos no Brasil.

Esse processo de esquecimento da memória dos primeiros pioneiros da aviação é resultado de uma série de fatores, nos quais o papel do historiador estava inserido em uma discussão historiográfica voltada para projetos nacionais, deixando de lado a história dos pioneiros da aviação, como no caso do esforço do mecânico francês Léon d’Escoffier e do piloto Sensaud de Lauvaud. Podemos analisar sobre outra perspectiva, como a do historiador Carlos Ginzburg (2007), que defendeu a abordagem da micro-história, que busca analisar eventos históricos em um nível individual ou localizado, muitas vezes investigando histórias marginalizadas e aparentemente insig-

nificantes. Assim, quando nós discutimos a historiografia da aviação a partir de eventos locais, é regional, como nesse caso *S.Paulo* que foi o primeiro avião monomotor da América do Sul e que é pouco conhecido enquanto fenômeno inserido no pioneirismo da aviação.

O uso da micro-história, especialmente no contexto da aviação no Brasil, oferece uma nova perspectiva aos historiadores, permitindo-lhes entender e compreender o processo da aviação por meio de micros fragmentos de eventos descritos em jornais. Um exemplo desse enfoque é o caso de J. Deslandes, que projetou um avião na cidade do Rio de Janeiro. Embora o plano de voo desse avião não tenha sido executado, as informações divulgadas pela imprensa fornecem fragmentos valiosos para a história da aviação.

Na década de 1910, esses aviadores estrangeiros realizavam voos decolando de espaços amplos e improvisados, como o Jockey Club, o Derby Club e a Praia de Copacabana³. Os voos eram realizados em espaços privados e cobravam ingressos, sendo o público em número limitado. Devido à pouca quantidade de pessoas que estavam assistindo, *O Jornal da Manhã* fez críticas aos valores dos ingressos cobrados dos amantes da aviação, argumentando que as pessoas poderiam assistir gratuitamente de lugares altos e morros.

Para aumentar a quantidade de pilotos famosos de outras partes do mundo, os clubes da cidade do Rio de Janeiro ofereciam prêmios em dinheiro para as apresentações. Em 22 de outubro de 1911, o aviador francês Edmond Plauchut realizou o primeiro *raid* aéreo no Brasil, entre a Praça Mauá e a Ilha do Governador, pelo qual recebeu o prêmio de 10 contos de réis. Os primeiros pilotos estrangeiros que chegaram ao Brasil em 1911 foram instrutores para o campo da aviação civil privada no Brasil, tendo como clientes alguns industriais,

3. CORREIO DA MANHÃ, 10 ago. 1913, p. 4.

comerciantes, estrangeiros naturalizados e militares da força armada

Entre eles, estava o italiano Ernesto Darioli que ensinava com perfeição a instrução e ensinava a pilotagem pelo custo de 50 mil réis, no campo do Curato de Santa Cruz, na zona rural da cidade do Rio de Janeiro entre eles o Tenente do Exército Ricardo João Kirk que se tornou o primeiro aviador do Exército. (Calaza, 2007)

O Brasil, nessa época, estava em processo de industrialização e os equipamentos de aeronaves eram todos importados, incluindo o combustível das aeronaves. No jornal *Correio da Manhã* foi relatado que Ernesto Darioli realizou um voo de reconhecimento no Campo de São Cristóvão, com um avião *Blériot* equipado com o motor *Anzani* de 50 HP. O mecânico do aviador denunciou que o motor falhou algumas vezes devido à péssima qualidade do combustível vendido na capital.

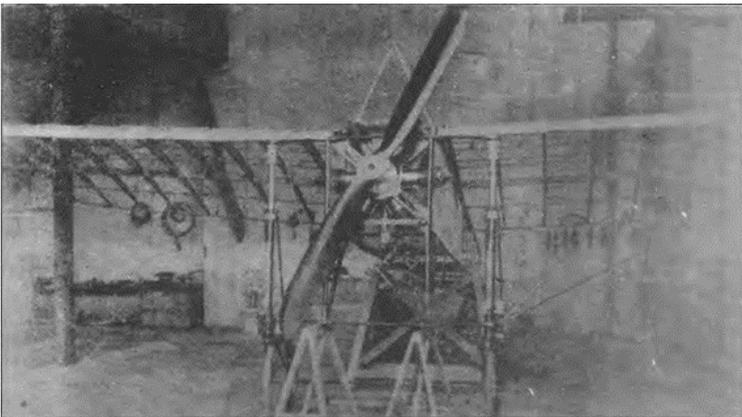
Além disso, outros relatos, como o de Lopes Cançado, em 1913, são destacados nesse contexto. Ele construiu uma aeronave chamada *Christina* utilizando componentes aeronáuticos franceses. Esse avião foi descrito no jornal carioca *A Noite*, em sua edição do dia 25 de agosto de 1913. Esses relatos resgatam informações importantes e nos ajudam a compreender o desenvolvimento da aviação no Brasil a partir de eventos locais e individuais.

Os jornais cariocas se destacam com o noticiário e os relatórios oficiais, como o da aeronave de Nicola Santo, que tinha permissão e concessão do Aero Club Brasileiro, uma oficina para construção e reparo de aviões no Campo dos Afonsos. Segundo o historiador Pereira de Andrade (1976), isso traz uma nova discussão sobre a década de 1920 como a mais importante da história da aviação nacional. Embora muitos historiadores ainda discordem da validade ou importância desses pioneiros, ninguém nega os méritos de J. d'Alvear e Marcos

Evangelista da Costa Villela Júnior. Eles merecem o título de pais da indústria aeronáutica brasileira.

Mesmo um lugar de aparências puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de ritual. Mesmo um minuto de silêncio que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, e ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente para uma chamada concentrada da lembrança. (Nora, 1993, p. 21-22)

A fotografia abaixo retrata a aeronave chamada *Christina*, conforme descrito por Pereira de Andrade (1976). Essa aeronave era um monoplano, com uma envergadura de 8,9 metros e comprimento de 8 metros. O motor utilizado era um *Gnome* de 50 HP, que acionava uma hélice de madeira com um diâmetro de 2,60 metros.



Fonte: Andrade, 1976, p. 12

Outro jornal de suma importância para a informação no Brasil, que tinha uma ótima circulação, era *O Imparcial: Diario Illustrado do Rio de Janeiro*. No entanto, o noticiário sobre a aviação não era a matéria principal na sexta-feira, 25 de julho de 1913. A principal matéria de destaque era sobre a investigação do mistério do crime de Pauia Mattos. Naquela época, a aviação não era considerada de grande importância pelos jornais, e apenas algumas matérias e reportagens rápidas eram divulgadas, como a notícia de um evento relacionado à aviação civil. Neste caso, vamos analisar a reportagem específica sobre a aeronave do paulista Eduardo Chaves.

A notícia sobre aviação está no folheto 7 do jornal *O Imparcial: Diario Illustrado do Rio de Janeiro*, juntamente com a tendência da moda parisiense. A informação sobre os voos de Edu Chaves (abreviação do nome completo Eduardo Chaves) é bastante resumida, mencionando que os voos ocorreram na praia do Guarujá, em Santos. A reportagem descreve os hóspedes do Grande Hotel aguardando a chegada do aviador, com destaque para Eduardo Chaves voando sobre o oceano.

À direita, há um grupo de hóspedes ao lado do conselheiro Camello Lampreia. No entanto, a reportagem enfatiza mais o hotel e o conselheiro do que o voo de Eduardo Chaves, deixando de reconhecer o seu marco de importância para o início da aviação civil.



Fonte: Jornal O Imparcial, 1913, p. 7.

Com o sucesso dos voos do Guarujá, em Santos, Eduardo Chaves entrou para a história da aviação civil no Brasil como o pioneiro da primeira ponte aérea entre a cidade do Rio de Janeiro e São Paulo, em 5 de julho de 1914. Ele pilotou um avião *Blériot*, marcando um importante marco para o desenvolvimento da aviação no país. O aviador decolou da capital paulista pela manhã e aterrissou no Campo da Escola Brasileira de Aviação (EBA). O primeiro oficial do Exército a construir seu próprio avião foi o tenente de infantaria Marcos Evangelista Villela Junior, natural de Alagoas. Ele construiu um monoplano *Blériot* no Rio de Janeiro. Em 1912, construiu seu segundo avião, seguindo o mesmo projeto do anterior. Ambos os monoplanos pertenciam ao Ministério da Guerra. Em seguida, ele decidiu projetar outra aeronave maior, que seria o biplano *Alagoas*, finalizado em 1918.



Fonte: Andrade, 1976, p. 14.

A fotografia acima foi tirada na antiga Fazenda Afonso, que sediava o primeiro campo de aviação do Brasil, localizado na cidade do Rio de Janeiro. Na imagem, podemos ver Villela Junior de pé ao lado do monoplano. O monoplano recebeu o nome de *Aribu*, em homenagem aos urubus. O tenente tinha o sonho de criar uma aeronave que voasse como essas aves. A estrutura do *Aribu* era feita de madeira, assim como as asas, que eram cobertas com tecido nacional envernizado. Os testes do *Aribu* foram concluídos com sucesso. Após isso, o capitão Villela Junior, promovido a capitão, retornou ao Ministério da Guerra levando consigo um novo projeto para uma aeronave de maior porte, que seria o biplano *Alagoas*, em homenagem ao seu estado.

O Ministro era o general Caetano de Farias, que se mostrou entusiasmado com o projeto do jovem oficial. Deu-lhe uma pequena verba e foi com esses recursos que montou o “Alagoas”, utilizando a fuselagem de um avião “Bleriot” modificada e equipada com asas de novo desenho. O Motor era “Luck” importado, de 80Hp. Mas o resto do aparelho utilizado apenas materiais nacionais. No dia 11 de novembro de 1918, no Campo dos Afonso Villela e seu “Alagoas” foram oficialmente apresentados às autoridades. Presentes o Ministro da Guerra, Mal Caetano de Faria, e o General Mendes de Moraes, Diretor do

Material Bélico; o General Andrade Neves, Chefe do Departamento de Guerra; o General Almada, Chefe do Departamento de Administração o General Celestino Bastos; O Coronel Villa Nova Diretor da Fábrica de Cartuchos do Exército; os Deputados Federais João Elysino, Gervásio Fernandes, Pereira Lyra, Balthazar Pereira e Camboim, além de grande número de oficial das diversas unidades sediada no Rio de Janeiro, seus familiares e jornalistas (Andrade, 1976, p. 16).

De acordo com Pereira de Andrade (1976), na presença dos convidados, o piloto Tenente Vieira de Mello e o mecânico Benine assumiram seus lugares na cabine. O motor foi acionado e a aeronave decolou após percorrer 60 metros. Durante quinze minutos, foram executadas manobras perfeitas, incluindo voos invertidos, subidas de até 800 metros, mergulhos e passagens rasantes. O pouso foi realizado com perfeição, e a aeronave estacionou exatamente no mesmo local de onde havia decolado. Essa demonstração causou um profundo impacto na opinião pública e no governo. Nos meios políticos, começou a surgir a ideia de criação de uma Armada de Aviação independente. Tanto no Exército como na Marinha, surgiram oficiais defendendo a ampliação do número de aeronaves militares brasileiras.

De certo modo, Vilella Junior conseguiu apoio do Exército e da Marinha para discutir a incorporação de aviões em suas forças. Os militares já haviam chegado a um consenso com o Ministério da Guerra, e a antiga Fazenda Afonso foi nomeada como Escola de Aviação do Exército pelo presidente Hermes da Fonseca. Em 1922, o presidente da República modificou o regulamento da Escola de Aviação Militar através do decreto nº 15.517. Essa modificação criou as primeiras estruturas da Escola de Aviação Militar, baseadas nas estruturas da aviação militar francesa.

Segundo Aldo Pereira (1987), na obra “Breve História da

Aviação Comercial Brasileira”, o primeiro país a contribuir para o desenvolvimento da aviação no Brasil foi a França, por meio da missão militar francesa que organizou os cursos da Escola de Aviação Militar sediada no Campo dos Afonsos, no Rio de Janeiro. Naquela época, os técnicos franceses formaram pilotos, navegadores, mecânicos, fotógrafos, metralhadores, radiotelegrafistas, bem como artífices de carpintaria, soldagem, ferramentaria, entelagem e pintura.

Em resumo, um vasto corpo de especialistas que posteriormente foram aproveitados na aviação civil. Além disso, devido à infraestrutura aeroportuária da época, havia aeroportos perfeitamente equipados para operações aéreas desde Natal até Pelotas, ao longo da rota que iniciava em Toulouse, na França, e terminava em Santiago, no Chile.

Os militares brasileiros receberam a missão francesa no Brasil com o objetivo de iniciar um treinamento capaz de formar os primeiros militares especializados em aviação no país. A metodologia de ensino e aprendizagem da aviação francesa foi adotada nesse processo. Dois nomes importantes nesse contexto são o cearense Pinto Martins e o pernambucano Severiano Lins, que se tornaram pioneiros da aviação civil no Brasil. Ambos foram premiados por suas vitórias em corridas aéreas, contribuindo para o desenvolvimento e reconhecimento da aviação no país.

Em vista disso, os jornais são fontes documentais muito importantes para compreender o papel da imprensa na historiografia da aviação, apesar de focarem no noticiário regional e registrarem alguns eventos sobre a aviação, especialmente em regiões locais onde a informação se propaga mais rapidamente. Através disso, as notícias sobre aviação eram noticiadas e resumidas, sendo expostas de forma secundária. A exceção foi a notícia do jornal *Estado de São Paulo*, que ocupou a primeira página do jornal, enfatizando o empresário

como um grande inventor e empresário industrial de sucesso, e suas patentes, mas deixando de descrever o primeiro acidente aéreo do Brasil.

Desde modo, a micro-história se mostrou uma nova abordagem metodológica importante para fazer uma análise mais detalhada e fragmentada das fontes históricas, especialmente quando se trata de eventos locais e individuais da história da aviação civil no Brasil. Sendo assim, podemos compreender a historiografia da aviação civil no Brasil diante de dois aspectos, a primeira delas são sujeitos que projetaram pequenas aeronaves e fizeram história, como no caso de Eduardo Chaves, que foram esquecidos pela história da aviação civil onde o Estado não tinha um papel tão relevante para o desenvolvimento da aviação no Brasil. O segundo aspecto foi a criação do Campo da Escola Brasileira de Aviação (EBA). Com o decreto nº 15.517, o Governo Federal começou a regulamentar dos serviços civis de navegação aérea onde o Estado se responsabilizou para o desenvolvimento da aviação no Brasil.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Roberto Pereira de. **A construção aeronáutica no Brasil: 1910-1976**. São Paulo: Brasiliense, 1976.

CALAZA, Claudio Passos. **Aviação no Contestado: investigação e análise de um emprego militar inédito**. Dissertação (Mestrado em Ciências Aeroespaciais), Universidade da Força Aérea, Rio de Janeiro, 2007.

DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 05–22, 2012. DOI: 10.5965/2175180304012012005. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/>

view/2175180304012012005. Acesso em: 16 maio. 2024.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício**. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Jornal Correio da Manhã, 10 ago. 1913, p. 4.

Jornal Estado de São Paulo.

Jornal O Imparcial: Diário Ilustrado do Rio de Janeiro. Sexta-feira, 25 de julho de 1913. Folheto 07.

KUNRATH, Gabriel Carvalho. **Não tivemos outro jeito**: ou morríamos ou nos defendíamos, uma análise acerca da Batalha do Irani (1912). Pelotas, 2020. 172 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares. **Projeto História**. São Paulo: PUC-SP. N° 10, p. 12. 1993.

OS MILITARES E OS INTELLECTUAIS NA PRIMEIRA REPÚBLICA: DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS DAS POSIÇÕES POLÍTICO- IDEOLÓGICAS ENTRE AMBOS OS GRUPOS SOCIAIS

*Maria Jordânia Sousa Gomes¹
Johny Santana de Araújo²*

INTRODUÇÃO

Quando se aborda o tema da Primeira República, mais especificamente, os primeiros anos dela, muito se menciona acerca dos militares, classe social que se alimentou das fontes positivistas e que protagonizou a instauração de um governo republicano. Outra classe que também se empoçou com a queda de Dom Pedro II foram os intelectuais. Nesse sentido, o presente trabalho irá abordar como esses distintos grupos se posicionavam criticamente e intelectualmente nos primeiros anos da República, a Primeira República, e evidenciará os impasses que ambos enfrentaram. Após a caracterização dos militares e intelectuais, o texto irá abordar as semelhanças e

1. Estudante do curso de História da UFPI e membro do PET-História.

2. Professor da Universidade Federal do Piauí (UFPI), vinculado ao Departamento de História (DH), ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. É, ainda, Tutor do PET - História. Sócio Correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

diferenças que ambos os grupos apresentam nos seus modos operantes.

Para a construção deste trabalho, utilizou-se de pesquisa relacionada ao tema da Primeira República, buscando principalmente a relação entre o positivismo, os militares e os intelectuais nesses primeiros anos. Os textos utilizados foram *A Instabilidade Política na Primeira República Brasileira* (2009), de Bernardo Goytacazes de Araújo; *A Proclamação da República* (2000), de Celso Castro; *Os Bestializados* (2000), de José Murilo Carvalho; *Povo, política e cultura: um diálogo entre intelectuais da Primeira República* (2006), de Magali Gouveia Engel; *Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres* (1999), de Maria Patta; e, por último e não menos importante, *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República* (2003), de Nicolau Sevcenko.

OS MILITARES

A chegada do Positivismo do Brasil influenciou diretamente a classe militar, a qual se afeiçãoou às ideias de que os fenômenos sociais eram redutíveis ao plano físico e natural (Castro, 2000, p. 7). Eram crentes que a monarquia, com seus agricultores e produtores agrários, levavam o Brasil ao atraso intelectual e tecnológico ao operarem com modelos arcaicos, sem grandes inovações, e levarem a escravidão como força motor desses modos de produção. É preciso ressaltar, no entanto, que os militares atuavam como sujeitos entre a alta classe social e as baixas. Acontece que o corpo militar possuía integrantes de altas patentes vindos das classes sociais mais altas e ingressantes que vinham das mais baixas classe e que procuravam ascender socialmente ao entrarem na Escola Militar. Os militares também ganharam apoio de uma nova

classe média, nascente de imigrantes donos de pequenos estabelecimentos urbanos, que não possuíam voz na política e que “Incapaz de sozinha alterar a sociedade, a classe média nascente, à qual se somavam empregados e funcionários, ter-se-ia cristalizado em torno de uma nova força: “a força militar, o Exército”, porta-voz dos ideais republicanos” (Patto, 1999, p. 167).

Dentro da Escola Militar, o cientificismo era declarado como uma doutrina, e grande parte dos militares, ao estudarem Augusto Comte, se declaravam como positivistas. Celso Castro, ao tratar em seu livro *A Proclamação da República* (2000), afirmava que a Escola Militar exigia de seus alunos um grande esforço principalmente no estudo da matemática (era a única escola que possuía curso de engenharia no império). Outro ponto importante a ser ressaltado, ainda mencionando Celso Castro, é que grande parte dos alunos eram oriundos de outras províncias e, que devido à distância com a capital, apresentavam grandes diferenças em relação ao desenvolvimento, como se o tempo corresse de forma diferente na capital e nas outras províncias mais afastadas.

Ocorria, portanto, uma formação ideológica entre os alunos da supervalorização da ciência, do mérito e a favor da modernidade que ocorria em países da velha Europa. Os estudantes provavam na pele o que as populações mais pobres sentiam em relação a monarquia, o atraso intelectual e tecnológico, o monopólio do poder político e econômico nas mãos da monarquia e dos grandes proprietários de terra.

Bernardo Goytacazes de Araújo trata em seu artigo, *A Instabilidade Política na Primeira República Brasileira* (2009), que o Positivismo dentro da academia militar possuía um caráter doutrinário, e que segundo eles, a República deveria ser governada por um poder executivo forte e ainda passar por um processo ditatorial. Assim, “A questão do Positivismo es-

tava ligada ao caráter doutrinário, o apelo ao rigor científico e a matematização. Seus seguidores eram vistos como pensadores e não como membros de ação” (Araújo, 2009, p. 129).

Os militares adotaram a concepção de serem salvadores da nação por colocarem os seus interesses comuns acima dos pessoais. José Murilo de Carvalho aborda, em *Os Bestializados* (2000), a questão do cidadão-soldado, onde sempre se colocavam ao lado das causas populares pois eram cidadãos fardados. Ainda segundo Carvalho, “o fato de ter sido o Exército que fizera a República não era uma desonra para o povo, mas uma honra para o Exército, que era o povo com armas. Sua ação seria mesmo preferível diante da apatia do povo paisano” (Carvalho, 2000, p. 50).

OS INTELECTUAIS

Outra classe que também se empenhou duramente na busca por mais voz política e manifestou sua insatisfação para com a velha e decadente monarquia foram os intelectuais. Embebecidos pelos ideais republicanos, comemoraram a queda da monarquia, mas, assim como o restante dos que estavam empolgados com o novo governo, logo se decepcionaram ao ver que nenhuma grande mudança havia ocorrido nas estruturas de poder. Acontece que, apesar de almejarem a queda de Dom Pedro II, nem os militares e nem os grupos que desejavam a República, sabiam exatamente, ou tinham em mente, um projeto de governo precisamente planejado para substituir as antigas estruturas de governo.

Assim como o autor Celso Castro afirma em sua obra, mencionada anteriormente, o fato de que a República iniciou como um golpe militar sem um projeto previamente estabelecido, portanto, não era de se admirar que o novo governo iniciaria com uma desordem política e econômica na qual a

presença do militarismo no governo seguiria como se fosse uma marca de nascença dessa nova era.

É justamente nessa desordem política e social que os intelectuais, com muita empolgação – assim como os militares, se voltaram para Europa como fonte das inspirações artísticas, intelectuais. Como afirma o historiador Nicolau Sevcenko, em *Literatura como Missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República* (2003), os intelectuais republicanos acreditaram ter como missão trazer a modernidade, da forma como ela era vista no exterior, para o Brasil. Os principais objetivos que os intelectuais almejavam para modernização da sociedade brasileira, em comparação aos outros países era:

A atualização da sociedade com o modo de vida promanado da Europa, a modernização das estruturas da nação, com a sua devida integração na grande unidade internacional e a elevação do nível cultural e material da população. Os caminhos para se alcançar esses horizontes seriam a aceleração da atividade nacional, a liberalização das iniciativas soltas ao sabor da ação corretiva da concorrência e a democratização, entendida como a ampliação da participação política. Como se vê, uma lição bem acatada de liberalismo progressista. Para completar, a assimilação das doutrinas típicas do materialismo cientificista então em voga, que os lançou praticamente a todos no campo do anticlericalismo militante. (Sevcenko, 2003, p. 79)

Mas como nem tudo são flores, logo se depararam com uma realidade que não condizia com os sonhos que esses homens tinham. Ainda mencionando o autor Nicolau Sevcenko, a instalação das novas instituições se deu por um processo “caótico e dramático”, marcando fortemente a consciências daqueles intelectuais que almejavam de forma mágica que a República sancionasse todas as suas insatisfações adquiridas da monarquia. Um dos primeiros e maiores problemas que

os escritores intelectuais enfrentaram foi o analfabetismo em taxas absurdas. Vale lembrar ainda que era uma sociedade que havia acabado de sair de um sistema escravocrata que acompanhou desde a colônia até o fim da monarquia e na qual boa parte eram os ex-escravizados ou filhos deles. Sevckenko ainda traz, na sua obra mencionada anteriormente, que apesar de atuarem como catalizadores um uma imensa transformação social e histórica, esses homens falharam perante o valor da lógica de mercado. Os intelectuais se viram reduzidos ao “triplo sentimento da derrota, humilhação e, mais doloroso, da inutilidade a que ficaram reduzidos sob a atmosfera da indiferença e da desconsideração geral, produziu um impulso autodestrutivo que é uma das características mais marcantes e mais atroztes dessa literatura” (Sevckenko, 2003, p. 92).

O problema do analfabetismo não dificultou apenas a não-leitura das obras desses escritores, afetava também outras áreas, como o voto. A historiadora Magali Engel, ao trabalhar em seu artigo *Povo, Política e Cultura: um diálogo entre intelectuais da Primeira República* (2006), afirma que na média em que a população iletrada não conhecia as leis, logo não viam o sentido em votar e por isso faziam de forma impen-sada. A autora utiliza de citações de Machado de Assis para demonstrar as críticas e as visões que os intelectuais tinham a cerca desse impasse que enfrentavam. A autora ainda traz as posições críticas de Olavo Bilac como objeto de análise para entender como esses intelectuais enxergavam as camadas mais pobres nessa República, segundo ela:

A posição de Bilac nos coloca diante de pelo menos duas questões. Primeiramente, o cronista parece defender a ideia de que as precariedades das condições de vida representam um obstáculo ao projeto e da sociedade. De acordo com esta perspectiva os hábitos e valores e civilizador modernizador rudes dos segmentos pobres da população urbana seriam fruto da pobreza e

da miséria. Entretanto atrasados o discurso assume diante desta constatação um tom de tolerância e não de indignação, mesmo colocando a nu os limites de um projeto modernizador comprometido com a manutenção das desigualdades sociais. (Engel, 2006, p. 5)

Apesar dessa fala de indignação, a autora traz uma análise das figuras de Olavo Bilac e Machado de Assis a qual o uso da palavra *povo* por ambos os intelectuais toma uma perspectiva que não distingue, separa ou classifica esse *povo* em alfabetizados ou não, ricos ou pobres. Essa observação conversa com a obra de Nicolau Sevcenko à medida em que o autor afirma que além do objetivo de trazer a modernidade e todo o seu avanço, os intelectuais também se preocupavam em escrever e descrever os aspectos da população brasileira e buscar uma unidade nacional, de forma que buscassem mais homogeneidade e estreitassem o abismo entre as classes dominantes e as mazelas da sociedade.

A busca em trazer e caracterizar os aspectos da sociedade brasileira não ficou a salvo de críticas negativas por parte desses intelectuais. Ainda mencionando Magali Engel, a autora traz as críticas de Lima Barreto ao povo, vislumbrado pelo escritor como “burro” e “enganado”. Porém, cabe ressaltar que as condições trabalhistas no início da República em nada eram agradáveis. Os baixos salários, as horas de trabalhos extensas e as condições insalubres que os operários eram condicionados nas fábricas não deixava muitas energias ou tempo de sobra para a reflexão de sua situação. Numa posição onde o trabalho era ruim e sem ele era pior, muitos se deixavam ser condicionados nessas situações.

Outro ponto que deve ser acrescentado é que a massa populacional não fora incluída nesse movimento republicano que derrubou a monarquia, então era de se esperar que estes não estivessem bem situados nos debates de modernização

ou consciência política, explicando assim parte dessa “passividade” da população. Ainda sobre as falas de Lima Barreto na análise de Magali Engel, os movimentos dos operários e as greves nas fabricas não devem ser incluídas nas categorias “burras” e facilmente “enganadas” pelos políticos, visto fossem operários ou não, boa parte da população ficava de mãos atadas ao se depararem em uma posição onde a justiça sempre se punha ao lado de quem mais tinha poder, enfatizando ainda o fato de que a República não era tão pública como se desejava.

MILITARES E INTELLECTUAIS: DOIS GRUPOS EM QUE MUITO SE DISTINGUEM E SE ASSEMELHAM

Na primeira parte dessa obra, foram abordadas as posições ideológicas dos militares, com suas concepções positivistas que entrava em contraposição com a velha monarquia, e na segunda parte vimos as perspectivas dos intelectuais, que assim como os militares, entraram empolgados com a instauração da República, mas logo se depararam com diversos problemas e se encontraram em um governo extremamente conturbado em que não representava aquilo que eles desejaram.

Uma das primeiras coisas que se observa ao comparar esses dois grupos é que a forma com as quais eles buscam realizar suas manifestações e estabelecer os seus posicionamentos e se diferenciam drasticamente. Assim como afirma José Murilo de Carvalho, na sua obra *Os Bestializados* (2000), após o golpe republicano os militares se enxergavam como os salvadores da República, entendendo que tinham o direito de intervir quando achassem necessário, por isso “rebelavam-se quartéis, regimentos, fortalezas, navios, a Escola Militar, a esquadra nacional em peso. Generais brigavam entre si, ou com almirantes, o Exército brigava com a Armada, a polícia brigava com o Exército” (Carvalho, 2000, p. 22).

Ao contrário disso, os intelectuais buscavam se manifestar através dos seus escritos, com críticas pesadas aos políticos. Magali Engel (2006) afirma que Machado de Assis utilizava da caneta e do papel com instrumentos para fazer uma crítica refinada a realidade brasileira. Já Nicolau Sevcenko (2003) traz que após a quebra de expectativas acumuladas ao longo de três décadas pelos intelectuais, logo os políticos da República se tornaram alvos de duras críticas por parte dos intelectuais.

Contudo, mais do que as diferenças, muitas coisas os militares e os literatos dessa época possuem em comum. Um ponto que liga fortemente esses dois grupos é o desejo pela modernização da sociedade brasileira, de modo que as correntes intelectuais e as discussões que ocorriam na Europa e em países tidos como modelos eram colocados como uma “tábua de salvação”, como afirma Sevcenko, condenando a sociedade fossilizada do império e os velhos tempos de Olinda.

Celso Castro (2000) traz, ao trabalhar os militares, a afirmação de que estes mesmos se sentiam inferiorizados perante os bacharéis em direito, na medida em que estes tinham privilégios para cargos públicos e participação políticas, sendo assim, os militares se consolavam ao acreditar firmemente em que os estudos das ciências exatas era o melhor caminho para o desenvolvimento intelectual e que por isso estavam mais avançados que os bacharéis, ainda que não fossem recompensados pelos seus esforços. O que se pretende afirmar com esses fatos é que ambos os grupos sociais buscavam, através de suas ideologias e formas de lutar, uma iluminação e modernização através das ciências e das artes. Assim como afirma Sevcenko:

Esse nacionalismo intelectual não se resumia em um desejo de aplicar ao país as técnicas de conhecimento desenvolvidas na Europa. Mais do que isso, ele significava um empenho sério e consequente de criar um saber próprio sobre o Brasil, na linha das propostas do cientificismo embora não necessariamente

comprometido com ele. [...] Uma ciência sobre o Brasil seria a única maneira de garantir uma gestão lúcida e eficiente de seu destino (Sevcenko, 2003, p. 85).

Apesar do belo sonho, ambas partes se decepcionaram rapidamente ao decorrer dos primeiros anos da República. Acontece que as mudanças que esses grupos desejavam se esbarrava com diversos outros empecilhos. Os intelectuais se depararam com o analfabetismo que afetava diretamente as eleições, repletas de fraudes e problemas técnicos, e o número de leitores de suas obras. Os militares, ao proclamar a República, viram o poder político voltar nas mãos daqueles que já detinham ainda no período na monarquia (os grandes proprietários de terra e políticos). Ou seja, não ocorreu grandes mudanças nas estruturas de poder como almejavam, pois, cabe lembrar, o golpe republicano não contou com a participação da população.

Para psicóloga Maria Helena Souza Patto, em seu artigo *Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres* (1999), a República não foi instaurada por causa da abolição da escravatura, a insatisfação dos militares após a Guerra do Paraguai e muito menos por uma classe média ascendente. Para ela, o que ocorreu foi uma cisão entre a classe dominante e a velha monarquia. Ainda que sua posição seja essa, ocorre que a aglutinação de todos esses elementos citados anteriormente tornou inviável a continuação do Império, mesmo que não houvesse um planejamento sólido e bem estruturado para iniciar uma República no Brasil como tantos desejaram.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Independente das causas que levaram o golpe republicano, o que se tentou trazer até esse momento foi como di-

ferentes grupos sociais atuaram durante esse processo tão marcante na história. Os militares, conhecidos como protagonistas, e os intelectuais, que através das letras, procuravam trazer as luzes da modernidade.

Contudo, mais do que fazer uma comparação, buscando semelhanças e diferenças, procurou-se trazer uma perspectiva de que grupos eram esses e em que acreditavam e como se manifestavam.

Além disso, cabe ressaltar que não o pesquisador não deve ater-se apenas nesses grupos, pois vários outros se formaram e esses mesmos possuíam suas próprias maneiras de atuar e se manifestar que, apesar das diferenças, possuíam causas distintas e em comum. Trata-se, portanto, de camadas de uma mesma sociedade que vivenciava realidades ora semelhantes, ora não.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Bernardo Goytacazes de. A instabilidade Política na Primeira República Brasileira. **Revista Estudos Filosóficos** n° 3. Minas Gerais, 2009, pág. 129 – 141. Disponível em: <https://www.ufsj.edu.br/portal2repositorio/File/revistaestudosfilosoficos/art10-rev3.pdf>. Acesso em: 26/04/2022.

CASTRO, Celso. **A Proclamação da República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p. 7-28.

CARVALHO, José Murilo. **Os Bestializados**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ENGEL, Magali Gouveia. Povo, política e cultura: um diálogo entre intelectuais da Primeira República. In: **‘usos do passado’ – XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ**. 2006, Rio

de Janeiro. Pag. 01-10. Disponível em: <http://www.eeh2014.anpuh.rs.org.br/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Magal%20Gouveia%20Engel.pdf>. Acesso em: 30/04/2022.

PATTO, Maria. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. **Estudos Avançados.**, pág. 167-198. Abril de 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/vfdbdpstqSj3P9gLWcFRs7g/?lang=pt>. Acesso em 01/05/2022.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira república**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

AS MULHERES DO BRASIL: A REVISTA DA CRUZ VERMELHA BRASILEIRA DE 1943

*Ítalo de Andrade Lopes¹
Jonhy Santana de Araújo²*

As mulheres do Brasil sabendo que nas grandes horas da vida da pátria, não pode haver lugar para os limites e os descrentes, vem trazer ao chefe do Estado Nacional a expressão de sua solidariedade e a afirmação de que estão prontas para cumprir o seu dever. (*Revista da Cruz Vermelha Brasileira*, 1943)

DILEMA DE GUERRA OU PAZ: O PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO DAS SAMARITANAS NA REVISTA DA CRUZ VERMELHA BRASILEIRA EM 1943

A Revista da Cruz Vermelha Brasileira apresentou o primeiro número da sua revista na publicação de julho de 1943, realizada pelo órgão central, com o objetivo de “no desejo candente e sincero de divulgar pelo Brasil inteiro, como espelho fiel, a operosidade febril, os anseios, e, sobretudo, o espírito nitidamente samaritano que caracteriza a obra patriótica e abençoada da Cruz Vermelha Brasileira” (*Revista da Cruz Vermelha Bra-*

-
1. Mestrando em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí.
 2. Professor da Universidade Federal do Piauí (UFPI), vinculado ao Departamento de História (DH), ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. É, ainda, Tutor do PET - História. Sócio Correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

sileira, 1943). O surgimento da revista estava inserido no contexto belicoso da Segunda Guerra Mundial, neste caso, suas publicações estavam singularmente direcionadas às campanhas de mobilizações para inserção das mulheres no conflito. Isto posto, elege-se, como premissa deste trabalho, analisar as publicações da revista no contexto da guerra. Essas publicações curtas permitem investigar uma dimensão diferente do conflito, pela via da vida, da saúde, marcando gerações. Conforme Bloch (2001, p. 108), existem, em história, gerações longas ou gerações curtas, cuja observação permite, ao historiador, apreender os pontos em que a curva muda de orientação.

A Cruz Vermelha Brasileira é a reserva do serviço de saúde do exército³, pelos seus regulamentos e suas principais obrigações internacionais e nacionais, preparando equipes especializadas de enfermeiras de guerra, um organismo vivo que completa, por assim dizer, na guerra, a legião de saúde das forças armadas⁴. De acordo com a Revista da Cruz Vermelha e 1943:

Há uma beleza sem par na dedicação da Cruz Vermelha, no sentido humano e universal da sua obra. Sobre os campos de batalha, o soldado, quando ferido, deixa de ser beligerante para se tornar um homem caído. Os corpos de Saúde dos Exércitos atendem, ineditamente, todos os que tombam na luta⁵.

3. A formação de especialistas no Exército brasileiro é feita oficialmente nas Faculdades de Medicina das universidades que as regulam, há, entretanto, grande número de especialistas militares que têm sido feitos dentro do próprio exército, frequentado serviços dos hospitais militares, policlínica militar e hospital da Cruz vermelha, os quais tiveram muitas vezes que se arvorar em autodidatas, como acontece comumente pela falta ade cursos organizados. A Escola de Saúde do Exército, busca a solução do problema com os cursos médicos puramente militares e com os cursos de praças especializadas pode ser realizado também com a criação de cursos. In: REVISTA DA CRUZ VERMELHA BRASILEIRA.1943, p. 10.

4. REVISTA DA CRUZ VERMELHA BRASILEIRA. 1943, p. 12.

5. REVISTA DA CRUZ VERMELHA BRASILEIRA. 1943, p. 8.

Destaca-se a atuação da Cruz Vermelha em território bélico no cuidado dos feridos do *front* de batalha, fisicamente e mentalmente, sobretudo em hospitais de campanha, abarrotados de pessoas, cada quais, com suas peculiaridades, sofrendo as consequências da guerra. A Revista da Cruz Vermelha Brasileira, em sua edição de 1943, acentua as principais finalidades da instituição de benemerência baseada nos princípios estabelecidos na Conferência Internacional, de 1863, nas convenções de Genebra, de 22 de agosto de 1864, nas 1.^a, 2.^a e 3.^a. Convenções de Haia, ocorridas respectivamente em 1869, em 1904 e em 1907, bem como nos encontros da Liga das Sociedades da Cruz Vermelha. Sendo assim, a organização tem as seguintes finalidades⁶:

EM TEMPO DE GUERRA:

- 1.º- Prestar auxílio aos Serviços de Saúde;
- 2.º- Prestar socorros a todas as vítimas da guerra, civis e militares.

EM TEMPO DE PAZ:

- 1.º- Preparar os recursos necessários, que em material, quer em pessoal, a fim de garantir as suas atividades em tempo de guerra, em colaboração com os órgãos oficiais competentes.
- 2.º- Concorrer para a educação popular, quanto à higiene, e para a proteção e melhoria de saúde e alívio de qualquer sofrimento das populações, colaborando com as obras oficiais ou de iniciativa privada que tenham os mesmos objetivos.
- 3.º- Concorrer para o desenvolvimento da assistência hospitalar, a de pronto socorro e para a assistência social.
- 4.º- Preparar a instruir o pessoal para as atividades em tempo de paz ou de calamidade pública.
- 5.º- Socorrer as vítimas e necessitados, em casos de epidemias, catástrofe e qualquer calamidade pública⁷.

6. AS FINALIDADES DA CRUZ VERMELHA BRASILEIRA. Revista da Cruz Vermelha Brasileira. 1943, p. 45.

7. REVISTA DA CRUZ VERMELHA BRASILEIRA. 1943, p. 45.

A Revista possui como presidente de honra Getúlio Vargas, porém estava mais associada às esposas dos políticos engajadas a contribuir com a sociedade durante o conflito da qual o Brasil já estava inserido, a saber a Segunda Guerra Mundial, em destaque Darcy Vargas, elevada a samaritana do Brasil que “sintetiza, pelos seus magníficos dotes de espírito e coração, as virtudes patricias da mulher brasileira⁸”. Darcy Vargas, que já se encontrava a frente da Legião Brasileira de Assistência, criada em 1942, se tornou figura central em torno da mobilização feminina para a guerra. Segundo Simili (2006, p.06), essa instituição tinha o objetivo “de amparar e prestar assistência aos soldados mobilizados pela guerra e aos seus familiares”. A Revista destaca a escolha da primeira-dama como sua representante:

Todo Brasil conhece e aplaude a sua infatigável e febril operosidade em prol da criança, dos desvalidos e dos humildes. Tão benemerita a sua obra de cristã, a primeira-dama brasileira faz jus ao título sereníssimo de “Samaritana do Brasil”. (Simili, 2003, p. 6)

Destaca-se na revista os imperativos da Cruz Vermelha, a criação dos cursos de samaritanas por todo o Brasil, constituídas com a tarefa educativa de “proporcionar e realizar, dentro do seu vasto e luminoso programa de assistência social e de solidariedade humana, a cruz vermelha prepara em cada canto do universo, irmãos do mesmo ideal e de paz” (Lira, 2008, p. 34). O objetivo era promover cursos que abrangessem todo território brasileiro. Segundo Lira (2008), em 1943 foi inaugurado, no Hospital Getúlio Vargas, o curso de Samaritanas Socorristas, organizado pela Cruz Vermelha, submetida à LBA⁹.

8. REVISTA DA CRUZ VERMELHA BRASILEIRA. 1943, p. 5.

9. Clarisse Lira (2008), em sua dissertação de Mestrado, verifica que são pro-

O *Jornal Gazeta* do Piauí, de 1943, publica as condições para a matrícula no curso de samaritanas socorristas:

As candidatas não poderão ter menos de 16 e mais de 50 anos, comprovada por documento oficial, apresentado, além disto, atestados de vacina, saúde, idoneidade moral, e duas fotografias de data recente, com as dimensões de 3x4 centímetros, deverão preencher a ficha de inscrição. As que não tiverem diploma dos cursos ginasial ou normal, serão submetidas a uma prova de habilitação. Não serão matriculadas para a primeira turma mais de 60 alunas¹⁰.

A revista destaca a organização dos postos da Cruz Vermelha Brasileira:

Com estado de guerra do Brasil com os países do Eixo, entrou em franca atividade no sentido de auxiliar em qualquer eventualidade, o Serviço de Saúde do Exército. Além da incrementação dos cursos de socorristas, organizou na capital da República vários postos de emergência, denominados postos C.V.B. As filiais nos Estados, foi igualmente recomendada a organização de postos semelhantes, tudo isso, para, desde logo, poder a Cruz Vermelha contar com uma vasta rede de assistência de emergência em todo o Brasil¹¹.

O desenvolvimento da Cruz Vermelha está associado às suas atividades propriamente ditas, que abrangem todo território nacional, regulamentos de suma importância para a existência da instituição e direcionamentos para suas filiais. Nesse sentido, a Revista da Cruz Vermelha Brasileira destaca:

vidas de meios materiais e dispondo dentro em breve de uma turma de voluntários socorristas, estando a Cruz Vermelha, no Piauí, apta a prestar serviços ao Exército, como reserva de seu serviço de saúde.

10. JORNAL GAZETA. Cruz Vermelha Brasileira- Filial Piauí- Curso de Samaritanas Socorristas. 1943, p. 8.

11. REVISTA DA CRUZ VERMELHA BRASILEIRA. 1943, p. 37.

1)A publicação de um Boletim mensal, que deve ser interessante, variado, instrutivo, ao alcance de todos e de muita decência. É necessário editar um boletim mensal da Cruz Vermelha Juvenil publicações a respeito de assuntos de atualidade, no caso a guerra.

2)Os cursos anuais de primeiros socorros, de transporte de cuidados com os doentes, de higiene doméstica, de dietética, de economia doméstica, de salvamento, devem ser organizados por todos os comités locais.

3)A organização de equipes de primeiros socorros e de salvamento e de postos de socorros. As equipes serão formadas pelas diplomadas dos referidos cursos.

4)A preparação de um plano geral para uma ação de socorros em caso de calamidade ou de guerra não é menos indispensável. É preciso ter um regulamento de ação, quadros, pessoal voluntário, material; fazer acordos prévio com o exército, estradas de ferro, corpo médico.

5)A organização de automóveis- ambulâncias para transporte de doentes e feridos, prestar os maiores serviços e atrair a atenção para a Cruz Vermelha.

6)A Cruz Vermelha organizará a matrícula das enfermarias e das auxiliares dispostas a prestar serviços em calamidades e em guerra.

As equipes de enfermeiras e auxiliares trabalharão nos hospitais, dispensários, e as visitadoras se empregarão na educação de higiene do povo, associando-se à proteção à maternidade e à infância e à luta contra os flagelos sociais¹².

Vejamos diversos aspectos da atuação da cruz vermelha na sociedade, em primeiro momento boletins que tomar pra si, a responsabilidade de informações sobre a guerra, principalmente entre os jovens, que adiante se tornaria voluntários, outro cuidado se situa nos cursos de primeiros socorros, consequente a intensificação das matrículas, são essas análises

12. REVISTA DA CRUZ VERMELHA BRASILEIRA. Edição 6, 1943, p. 22.

ses que nos permite vislumbrar a logística da instituição em 1943. Conforme Bloch (2001, p. 23), o historiador deve conduzir sua análise com o auxílio de uma dupla linguagem, a da época estudada, o que lhe permite evitar o anacronismo, mas também a do aparato verbal e conceitual da disciplina histórica atual.

Evidentemente, para se tornar uma samaritana socorrista, era necessário a aprovação no processo de seleção. De acordo com Lira (2008), dessa forma, as mulheres iam ocupando os espaços que lhes eram designados, ou seja, amparar, cuidar, socorrer os necessitados desse momento de guerra, entretanto, ressalte-se que isso também possibilitou a saída da mulher do espaço privado (Lira, 2008, p. 35). Conforme destacado na Revista da Cruz Vermelha Brasileira:

São as samaritanas que, roubando horas preciosas dos seus afazeres cotidianos, frequentam, sem visar interesses materiais, cursos teóricos, enfermarias, ambulatórios etc., no preparo técnico eficiente de que carecem, para a missão que lhes for eventualmente destinada.[...] E agora que o Brasil, no revide varonil, à agressão covarde da barbaria, cabe à mulher patricia a tarefa de também ser soldado.[...] A sua farda é o branco avental de enfermeira e as suas armas valiosas são as suas mãos de fada benfazeja que pensam as feridas sangrentas e aliviam dores e sofrimentos, na delicada missão de samaritanas¹³.

Na citação acima, identificamos pontos importantes que cercam o período e a situação da Cruz Vermelha à época: o primeiro deles é a saída da mulher do espaço privado para ocupar profissões de posse eminentemente masculina, fragilizando a estrutura social conservadora predominante no período à mobilização para guerra¹⁴, fazendo com o que as

13. REVISTA DA CRUZ VERMELHA BRASILEIRA. 1943, p. 4.

14. De acordo com a revista, as samaritanas, soldados voluntários magníficos,

mulheres ocupassem cargos jamais conquistados; o segundo ponto se relaciona com o auxílio das mulheres no *front* de batalha, com a sua atuação na enfermaria, estreitamente ligada aos afazeres da missão das samaritanas. Para a realização da mobilização das mulheres, tornou-se essencial a utilização de propagandas a fim de estimular o engajamento feminino. Conforme Simili (2006, p. 5), para a mobilização das mulheres e constituição do voluntariado, as campanhas na imprensa foram fundamentais: a propaganda desencadeada produziu seus frutos porque milhares de mulheres inscreveram-se nos cursos oferecidos, surgem as voluntárias da Defesa Passiva Antiaérea, preparadas para atuar na proteção da população em caso de provável bombardeiro. As voluntárias da alimentação, preparadas para transmitir ensinamentos às donas de casa sobre práticas da economia e consumo de alimentos; as visitadoras e educadoras sociais, responsáveis pela prestação de assistência às famílias dos soldados, esposas e filhos; as samaritanas socorristas, formadas para o atendimento de enfermagem (Simili, 2006, p. 5).

Nesse sentido, foram se construindo as memórias coletivas a partir de suas formações nos cursos oferecidos pela Cruz Vermelha, memórias nas mazelas do contexto de guerra, enrijecidas com suas atuações perante a comunidade. Segundo Halbwachs (1990, p. 45), no primeiro plano da memória de um grupo se destacam as lembranças dos acontecimentos e das experiências que concernem ao maior número de seus

serão, nos seus respectivos grupos sociais, os agentes escoteiros eficientíssimos da propaganda, que as nações latino-americanas podem aproximar, ainda mais, pelas samaritanas, os seus ideais de paz, de unidade espiritual, de fraternidade continental, necessários ao escopo único da homogeneidade moral e espiritual do continente. É a mulher, a plasmadora silenciosa, a obreira corajosa e eficiente de qualquer obra social duradora. Mãe, esposa, filha, três faces de um mesmo ser: a mulher, prendem-no nos sortilégios da sua fascinação e fazem-no, através da história, grande e realizador. A samaritana é mulher. In: REVISTA DA CRUZ VERMELHA BRASILEIRA. 1943, p. 5.

membros e que resultam quer de sua própria vida, quer de suas relações com os grupos mais próximos, mais frequentemente em contato com ele.

É importante destacar que antes de se tornar uma samaritana, havia o processo de recrutamento e o processo de formação durante o curso. A Revista da Cruz Vermelha Brasileira destaca bem essas duas fases:

As samaritanas, recrutadas em todas as classes sociais e durante um curso intensivo de estudo, unidas pela mesma austera disciplina escolar, igualadas pelo mesmo uniforme que nivela pobres e ricos, aristocratas e humildes, representam, na sociedade, uma unidade moral e espiritual indestrutível, o curso para elas, é escola e lar, cuja lembrança não mais as abandona, cria-se, instintivamente, entre elas, uma espécie de solidariedade maçônica que as aglutina, numa identificação singular de idealismo.¹⁵

Conforme Barbosa (2017, p. 19), a participação feminina se deu por meio do engajamento de esposas de políticos, mulheres já atuantes nas práticas filantrópicas, jovens estudantes e donas de casa, as quais marcaram uma geração de mulheres envolvidas pela instituição. De acordo com a Revista:

Perto de 5.000 moças fizeram os cursos de voluntárias socorristas e samaritanas, todas elas dedicadas em extremo aos seus estudos, as nossas samaritanas, em número de 400, encontram-se em condições de prestar os mais assinalados serviços. O curso que fizeram foi o mais perfeito possível e na parte referente ao serviço de saúde em campanha, elas receberam ensinamentos ministrados por oficiais do corpo do exército, além de algumas terem assistido à prática de máscaras contra gases.¹⁶

A revista cumpre seu papel em divulgar as atuações da Cruz Vermelha Brasileira durante o período da Segunda Guer-

15. REVISTA DA CRUZ VERMELHA BRASILEIRA. 1943, p. 5.

16. REVISTA DA CRUZ VERMELHA BRASILEIRA. Edição 4. 1943, p. 5.

ra Mundial, além das já citadas, destaca-se o serviço de correspondência de guerra, que mantém durante o conflito plena atividade o serviço de informações e correspondência entre os refugiados, populações civis na Europa, prisioneiros de guerra e suas famílias e interessados no Brasil. A atuação perante as correspondências possui grande destaque devido à dificuldade de contato com brasileiros que estavam presentes nas zonas de conflitos, ocupadas pelo exército nazista, como por exemplo, grande parte da França. É nesse sentido que se destaca a tarefa do historiador: segundo Hobsbawm (1995, p. 13), a principal tarefa do historiador não é julgar, mas compreender, mesmo que o pesquisador possua dificuldade na compreensão, pois o que dificulta não são apenas as convicções apaixonadas, mas também a experiência histórica que as formou.

Esta atividade é parte integrante da Secretaria do Órgão Central e intitula-se: Serviço Social de Correspondência. O movimento deste serviço até a segunda década do século XXI consistiu 20.924 mensagens recebidas do Comité Internacional e distribuídas por todo o Brasil; 7.058 respostas para o Comité Internacional, 651 investigações do mesmo comité e para as quais obtivemos 338 soluções, 67 “pedidos de noticiais” do Brasil para a Europa, enfim 673 mensagens procedentes dos nossos estados.¹⁷ Sobretudo a Revista dá ênfase nas finalidades do Serviço:

1-Na recepção e distribuição em todo o Brasil, da correspondência precedente de todos os países, beligerantes ou não. 2) na investigação de casos individuais, para estabelecimento de contato entre parentes ou amigos, na legalização de papeis, assinatura de documentos, comunicações de óbito, e até mesmo servir de intermediário para repatriamento e visto de passaportes, como é natural e inevitável, tal serviço assume em tempo de guerra, enormes proporções e intensifica-se não só na quantidade como na complexidade de suas atribuições, pois, todos nestes tempos

17. REVISTA DA CRUZ VERMELHA BRASILEIRA. Edição 2. 1943, p. 17.

anormais procuram o amparo humanitário do emblema simbólico e internacional da Cruz Vermelha. 3) em consequência natural desta intensificação, trata o Serviço Social de Correspondência: a) de enviar mensagens procedentes dos Estados para todo mundo; b) de fazer investigações individuais a pedido de pessoas residentes no Brasil, para o exterior, insto, não somente através de Genebra, como diretamente a toda Cruz Vermelha para onde o Serviço tem comunicação postal.¹⁸

Por fim, as correspondências de guerra, que manteve a Cruz Vermelha desde o início da guerra, centrou-se entre os refugiados, populações civis na Europa, prisioneiros de guerra e suas famílias e interessados no Brasil, prestando amparo humanitário na aproximação entre parentes dessolados pela distância e falta de comunicação. Está estreitamente ligado ao comitê de socorros na assistência de brasileiros vitimados pela guerra no território europeu, executando seus objetivos, de socorrer os refugiados de guerra; os prisioneiros de guerra, a população civil, especialmente viúvas e órfãos, e por fim, prestar auxílio as famílias polonesas no Brasil, que se encontravam sem recursos por causa da guerra¹⁹. Com uma pesquisa minuciosa, podemos verificar essa ligação de ambos os continentes, mesmo com as dificuldades com a falta de comunicação do período devido os bloqueios marítimos. Segundo Halbwachs (1990, p. 81), certamente, um dos objetivos da história pode ser, exatamente, lançar uma ponte entre o passado e o presente, e restabelecer essa continuidade interrompida.

Eram como na revista enquetes em forma de entrevista, com as samaritanas socorristas, segundo ela “no sentido de constatar, de público, a opinião de cada uma sobre as atividades de guerra a que são chamadas, neste instante, as nossas

18. *Op. Cit.*

19. REVISTA DA CRUZ VERMELHA BRASILEIRA. Edição 4. 1943.p. 10.

patricias”.²⁰ Basicamente as perguntas se centralizada em quatro; qual o curso tem? Por que entrou para a Cruz Vermelha Brasileira? A mulher deve fazer serviço de guerra? Deseja ir para a guerra fora do país?

Foram entrevistadas 6 mulheres para a revista, Irene Cotegipe de Miranda, enfermeira profissional, destaca que seu objetivo era solidariedade humana, acreditava que “para a guerra ser ganha é preciso ser completa, e sem a cooperação da mulher como o integrante do esforço comum, o soldado nunca se sentiria perfeitamente equipado para obter vitórias ou suporta a adversidade e a dor” ela estaria disponível para lutar fora do Brasil “por mais longe que esteja da minha pátria”²¹. A segunda, Josefina Charlanti, natural do Estado de Minas Gerais, enfermeira profissional, via a carreira, como um meio para a mulher desempenhar o seu alto mister social, sua visão sobre a participação era que “a guerra total exige a participação de todos os elementos sociais sem diferença de sexo”²². A terceira, Silvia B. Vianna, natural da capital federal, voluntária socorrista, acreditava que que a mulher deve participar, “tanto nos hospitais de sangue como em seu próprio lar”²³ mas que, deseja apenas auxiliar dentro das fronteiras do Brasil. A quarta, Adela Haubman de Oliveira, natural da República Oriental do Uruguai, samaritana socorrista, possuía o objetivo de curar os enfermos e socorrer os feridos, acreditava que “tanto na paz como na guerra, a mulher precisa colaborar com o homem”²⁴

20. REVISTA DA CRUZ VERMELHA BRASILEIRA. 1943. p. 30.

21. REVISTA DA CRUZ VERMELHA BRASILEIRA. Enquete respondida por Irene Cotegipe de Miranda. 1943. p. 30.

22. REVISTA DA CRUZ VERMELHA BRASILEIRA. Enquete respondida por Josefina Charlanti. Rio de Janeiro. 1943.p. 30.

23. REVISTA DA CRUZ VERMELHA BRASILEIRA. Enquete respondida por Silvia B. Vianna. Rio de Janeiro. 1943. p. 31.

24. REVISTA DA CRUZ VERMELHA BRASILEIRA Enquete respondida por Adela Haubman de Oliveira. Rio de Janeiro. 1943.p. 31.

que lutaria na guerra pela liberdade e democracia. A quinta, Carmen Maria Lage, natural do Distrito Federal, uma samaritana socorrista que se alistou para “[...] suavizar a dor alheia, quando o Brasil sentiu os efeitos da guerra pelo afundamento de seus navios, vi que era chegada a nossa hora de sacrifícios, nós mulheres, precisamos preparamos para bem enfrentá-los”.²⁵ Por fim, Lourdes Gonçalves, natural do Distrito Federal, samaritana, acreditava que na “guerra, não há homens e nem mulheres, há soldados para a defesa da pátria, e somente assim, ela poderá ser forte e feliz, porque sabe que todos os filhos, sem exceção, não pouparão sacrifícios”²⁶. Através dessas enquetes com as mulheres em sua época de guerra, podemos enxergar um período de preocupações com conflito após a saída de neutralidade brasileira. De acordo com Halbwachs (1990, p. 25), fazemos apelo aos testemunhos para fortalecer ou debilitar, mas também para completar, o que sabemos de um evento do qual já estamos informados de alguma forma, embora muitas circunstâncias nos permaneçam obscuras.

Outro destaque da primeira edição da revista é o hino das samaritanas que possui característica de exaltação da pátria, evocando força e respeito em seu catingo, destacando o cumprimento do dever com amor e carinho e, como uma de suas principais atuações do corpo expedicionário feminino, prestar auxílio cuidando dos feridos. A Revista da Cruz Vermelha enfatiza o hino:

Pátria! Pátria! Pátria! querida e abençoada!
Pátria! Grande! Serás sempre forte e respeitada!
Pátria! Pátria! Pátria do céu azul de anil!
Ouve, Pátria, as Samaritanas do BRASIL!

25. REVISTA DA CRUZ VERMELHA BRASILEIRA. Enquete respondida por Carmen Maria Lage. Rio de Janeiro. 1943.p. 31.

26. REVISTA DA CRUZ VERMELHA BRASILEIRA. Enquete respondida por Lourdes Gonçalves. Rio de Janeiro. 1943.p. 31.

Elas te amam cegamente
E cumprirão o seu dever
De assistir carinhosamente
Os que vão teu nome defender.
Pátria! Pátria! Pátria querida e abençoada!
Quando na luta altivamente
Os filhos teus forem feridos
Seremos nós que suavemente
Cerraremos seus olhos doridos.
Pátria! Pátria! Pátria querida e abençoada²⁷!

Em agosto de 1943, era publicada a segunda edição na Revista da Cruz Vermelha Brasileira, publicação autorizada do Órgão Central e Registrada no Departamento de Imprensa e Propaganda sob o n.º 10.726. Conforme Nascimento (2015, p. 52), o DIP também foi responsável pela censura estabelecida em todos os meios de comunicação e produção intelectual.

Em sua contracapa eram destacadas as comemorações ao Dia do Soldado, com intuito de exaltação da pátria, empregando, assim, conceitos de patriotismo e nacionalismo, destacando uma relação de Caxias e Ana Neri:

Caxias é o soldado eleito, cuja espada nunca vencida, foi o gládio da Unidade Nacional, mas, lado a lado, à sua glória, a mulher patricia, feita da mesma consistência de bronze, tem, também, o seu símbolo de bravura, de honra e de bondade, tarjada pela mesma auréola flamejante da guerra: Ana Neri, a paraninfa da enfermagem.²⁸

Após isso, completa a Revista:

E justo, pois, que, nas luminárias do dia do soldado, haja a preocupação de se reverenciar a memória de Ana Neri, que soube

27. REVISTA DA CRUZ VERMELHA BRASILEIRA. Hino da Samaritana. Revista da Cruz Vermelha Brasileira. 1943.p. 43.

28. REVISTA DA CRUZ VERMELHA BRASILEIRA. Edição 2. 1943.

encarnar a intrepidez e o estoicismo da mulher patricia, que não temeu voluntariamente aceitar o sacrificio da guerra. Assim saberá toda a pátria que o homem e a mulher são, da mesma maneira, os construtores desta grande nação que, livre e audaz, não distingue entre os seus filhos, cor, sexo, casta, riqueza, porque é das suas lagrimas, dos seus sacrificios, dos seus sofrimentos, das suas ânsias e dos seus ideais comuns que se fez o Brasil, como um todo único e eterno. Salve Caxias! Salve Ana Neri!²⁹

De acordo com a Revista do Exército Brasileiro, destacou-se a atuação fundamental do Serviço de Saúde, em muitos casos (re)organizando mesmo pelas necessidades da guerra, a segunda guerra mundial e a participação das nossas mulheres brasileiras com a assistência de enfermagem prestada no decorrer desse evento³⁰. A enfermagem era o ponto central na inserção feminina no conflito bélico: a Revista da Cruz Vermelha destaca esse processo através das samaritanas:

[...] e é pelas samaritanas, que a mulher moderna, ativa, livre, culta, sempre humanamente mulher, restaurou, no pedestal da velha herança fidalga, a glória, privativamente feminina, de cuidar dos enfermos, das crianças, dos desvalidos e dos guerreiros abatidos no campo da peleja”.³¹

Observa-se nitidamente o engajamento das mulheres pela enfermagem e no cuidado dos enfermos durante o conflito armado. Nota-se, ainda, o emprego da narrativa de que as mulheres cumpriam o papel com maestria devido seu cuidado com o lar. Pontua a Revista a importância da Cruz Vermelha e o seu cuidado através da enfermagem:

29. REVISTA DA CRUZ VERMELHA BRASILEIRA. Edição 0002. 1943, p. 3.

30. REVISTA DO EXÉRCITO BRASILEIRO. Mulheres enfermeiras na Segunda Guerra Mundial: protagonistas do seu destino. 2022, p. 38.

31. REVISTA DA CRUZ VERMELHA BRASILEIRA. Edição 0002. 1943, p. 5.

E agora, ao primeiro apelo da Pátria em perigo, surgem elas de todos os cantos e níveis sociais, superlotando os cursos de samaritanas, de socorros de urgência, cintes de que a guerra moderna dilacera todos os lares, penetra estraçalhando igualmente o palácio do rico, como a choupana do pobre que está por toda parte, nas trincheiras, continentes, mares e ares; mas o ritmo dos corações femininos, palpitando sempre de abnegação e ternura, não mudou, não mudará nunca, e, como prova, aí estão elas em massa, como soldados do dever, ostentando no peito com orgulho uma cruz vermelha. Enfermeiras em geral, traz a flor da pureza nas vestes, são como lírios brancos que brotam, não só nos campos de batalha, mas também na retaguarda dos hospitais³².

A enfermagem, ao contrário de muitos serviços de guerra, é um serviço essencial durante a paz, quando estalou a guerra havia na Inglaterra milhares de enfermeiras no quadro oficial e centenas de outras estavam a ser instruídas de acordo com o Plano de Emergência dos Serviços Médicos. Criou-se o quadro da reserva de enfermeiras civis para alistar mais recrutas e para colocar as enfermeiras diplomadas em lugares em que mais falta, os hospitais da Inglaterra, voluntários, foram agrupados em setores, tendo cada um uma enfermeira-mor encarregada de preencher as vagas de pessoal³³.

Alguns hospitais foram requisitados pelas autoridades militares, nas cidades muitas enfermarias foram esvaziadas apressadamente para estarem prontas a receber vítimas, os doentes foram evacuados e grandes comboios, e os hospitais voluntários de Londres, juntamente com as suas enormes escolas de treino, foram transferidos para bases no campo, estas foram, portanto, algumas das mudanças que vieram afetar todas as enfermeiras de hospital no princípio da guerra.

32. REVISTA DA CRUZ VERMELHA BRASILEIRA. Edição 2. 1943, p. 6.

33. REVISTA DA CRUZ VERMELHA BRASILEIRA. Edição 6. 1943, p. 13.

A Revista destaca a participação da mulher na defesa nacional, “o espetáculo que a mulher patrícia ofereceu ao país com a mobilização dos seus esforços em face da guerra constituem um capítulo de aço revelador das suas virtudes e das tradições de bravura invulgar³⁴. Ressalta a presença feminina na mobilização de guerra, sua relevância no campo de atuação frente ao conflito bélico. Completa a Revista “desde o primeiro instante, a mulher se apresentou, sobranceira, decidida, oferecendo-se para preencher os claros abertos pelo imperativo da mobilização que estão se esboçava”. A revista deixa claro a aceitação feminina perante a mobilização. Segundo ela:

Não foi um gesto isolado, a resolução de meia dúzia; foi uma apresentação em massa, às centenas, como se, mais do nunca, a mulher positivasse, foi assim que a nação assistiu ao comovedor espetáculo da mulher a oferecer-se para bombeira, radiotelegrafista, cabineira, maquinista, condutora de trem, agente de estação em bem da defesa nacional³⁵.

Analisando a terceira edição da Revista, destaca-se muito o envio de tropas femininas para auxílio aos feridos³⁶, para aliviar, consolar, um trabalho na obra filantrópica da Cruz Vermelha, “A cruz Vermelha se prepara para mandar aos campos de batalha, com glorioso Exército Nacional, as samaritanas que terão sempre ponto o lenimento, que irá aliviar; o bálsamo que irá consolar os nossos compatriotas que tiveram a glória

34. REVISTA DA CRUZ VERMELHA BRASILEIRA. Edição 2. 1943, p. 6.

35. *Op. Cit.*

36. Na França, destaca-se os socorros as vítimas de bombardeiros, as condutoras, enfermeiras socorristas e padioleiros da Cruz Vermelha desde as primeiras horas agia no bombardeiro em Páris. Graças aos serviços da defesa passiva, 60 enfermeiros e 200 socorristas acudiam os lugares danificados, foram eles que identifica os mortos e se ocupavam de amortalhá-los. In: REVISTA DA CRUZ VERMELHA BRASILEIRA. Edição 0002. 1943, p. 6; REVISTA DA CRUZ VERMELHA BRASILEIRA. Edição 0003. 1943, p. 22.

de dar o seu sangue ou morrer pela pátria, vinde trabalhar na obra filantrópica da Cruz Vermelha”³⁷.

Diante disso, a revista, destaca o conselho das enfermeiras e Samaritanas e sua luta no front de batalha contra os gases de guerra, dentro das publicações, encontramos a batalha contra as “substâncias químicas irritantes e venenosas, que podem ser postas em liberdade sob a forma de gases, fumaças ou líquidos vaporizados, são chamados gases de guerra”³⁸. É destacado os primeiros socorros prestados diante ao ataque por gases e a proteção necessária a ser tomados pelas samaritanas perante a exposição. “O que prestamos primeiros socorros devem saber reconhecer os casos de acidentes com gás, de modo a poder tomar as precauções necessárias para evitar a própria contaminação e a dos outros, evitar respirar fumaças e use máscaras contra gases, também são necessárias roupas protetoras e luvas para cuidar dos casos contaminados por gases persistentes”³⁹.

Em publicação a revista evidencia que os gases de guerra podem ser postos em liberdade de cilindro, sendo trazidos pelo vento; pela explosão de bombas⁴⁰, morteiros e granadas; de aeroplanos, por valorização, agindo assim, depois de serem inalados pela vítima, ou sendo postos em contato com a pele, olhos e nariz. Os conselhos às enfermeiras e Samaritanas, são divulgados na revista como alertas perante a atuação durante o conflito, seguindo essa lógica, a publicação persiste com as

37. REVISTA DA CRUZ VERMELHA BRASILEIRA. Edição 3. 1943.

38. REVISTA DA CRUZ VERMELHA BRASILEIRA. Edição 3. 1943, p. 39.

39. Op.Cit.

40. Destacava-se as bombas ou morteiros fosfóricos, que possuía um cheio de fósforos comuns, quando uma bomba fosfórica explode, partículas desta substância podem atingir a pele e causar queimaduras graves que cicatrizam muito vagorosamente, essas partículas devem ser removidas antes de ser feito o socorro usual, caso não, continua a queimar enquanto não foi removido. In: REVISTA DA CRUZ VERMELHA BRASILEIRA. Edição 0003. 1943, p. 39.

informações sobre os principais gases e seus efeitos, e suas medidas protetivas. Conforme a Revista:

Os gases são divididos em não persistentes, e vesicantes; os persistentes são de quatro tipos: a) gases lacrimogênicos ou irritantes oculares, que possui um cheiro de flores de fruta azeda, causando efeitos de dor causticante nos olhos, lacrimejamento abundante, a vítima pode ficar incapaz de abrir os olhos; b) gases esternutatórios ou irritantes nasais, possui um cheiro semelhante a fumaça do carvão com um efeito de dor contínua na cabeça, face, nariz, garganta e peito, espirros e tosse, algumas vezes vômitos, depressão mental, pode haver até tendência ao suicídio; c) gases sufocantes ou irritantes pulmonares, possui cheiro de feno cortado ou mofado, efeito de dor de cabeça e nos pulmões, a vítima pode morrer durante o socorro, sem qualquer sinal premonitório; d) tóxicos nervosos, possui cheiro de ovo podre ou alho, com efeitos de dor de cabeça, perda de consciência, convulsões, pode haver parada da respiração, em medidas graves deve fazer tratamento com choque. 2. Os gases vesicantes, fixasse nas roupas, plantas, utensílios e outros objetos, por períodos longos gerando lesões com o contato com estas superfícies contaminadas, possui um cheiro semelhante a mostarda, gerando a sensação de queimadura nos olhos com inflamação aguda, extremamente forte, persistente e perigoso, o início dos sintomas pode ser retardado até 24 horas, mas o tratamento deve ser imediato e eficaz⁴¹.

Essas precauções abordadas na revista estão direcionadas ao processo de organização de um quadro de enfermeiras que acompanhara a força expedicionária brasileira nos esforços de guerra, a quarta edição da Revista divulga uma entrevista com o general Ivo Soares⁴² que relata o processo de mobilização e engajamento das mulheres na defesa da pátria:

41. REVISTA DA CRUZ VERMELHA BRASILEIRA. Edição 3. 1943, p. 39.

42. Presidente da Cruz Vermelha Brasileira.

[...] desde que foi divulgada a notícia que enfermeiras acompanhariam as forças brasileiras, tenho recebido dessas jovens inúmeros pedidos para serem inscritas no Departamento de Saúde do Exército, todas elas desejam partir, afim de prestar os seus serviços à pátria, aliás as enfermeiras da Cruz Vermelha são consideradas reservas do Exército e disso lhe deu ciência o ilustre ministro da guerra.⁴³

É evidenciado o processo de voluntariado e os papeis desenvolvidos pelas mulheres, conforme Perrot (2005, p. 34), em suma, a observação das mulheres de outrora, obedece a critérios de ordem e de papel. Era constante a preparação das enfermeiras para a inserção na segunda guerra mundial, através de preparação com os cursos oferecidos pela Cruz Vermelha, dispositivos necessários para as enfermeiras para os hospitais de guerra cogitando o aperfeiçoamento, revisão ou especialização. Destaca a Revista:

Nós, na cruz Vermelha Brasileira, fizemos e estamos fazendo cursos de enfermeiras profissionais, samaritanas e voluntarias socorristas. Os primeiros são tudo o que há de mais completo, feitos no período de três anos, podendo as diplomadas ser consideradas semi-médicas; as samaritanas cujo curso é de duração de um ano, observam o mesmo programa de 1.º ano das profissionais, largamente desenvolvidas pelas professoras; as voluntarias socorristas fazem um curso de duração de 4 meses, curso mais complicado porém com a preocupação de torná-las aptas, com certa amplitude, em casos de emergência, bastando ver que recebem noções de serviço de saúde em campanha em suas diferentes modalidades⁴⁴.

A entrevista que o presidente general Ivo Soares concedeu sobre a participação das samaritanas e enfermeiras no corpo

43. REVISTA DA CRUZ VERMELHA BRASILEIRA. Edição 4. 1943, p. 5.

44. REVISTA DA CRUZ VERMELHA BRASILEIRA. Edição 4. 1943, p. 5.

expedicionário brasileiro realça a obra silenciosa que a Cruz Vermelha Brasileira realizou desde o rompimento das relações diplomáticas do Brasil com os países do Eixo, conformando uma obra educativa e patriótica centrada na preparação feminina para o conflito, sendo prova disso as práticas de cursos voltados para a profissionalização em zonas de guerra. De acordo com a Revista:

Foi as samaritanas, à margem dos campos de extermínio e desolação, onde pereceu o mundo antigo, a passagem das samaritanas que traz consigo a piedade e o socorro da Cruz Vermelha aos feridos, porque suas mãos diligentes e benfeitoras apaziguam as dores da carne mutilada e ofegante, porque todos os seus passos se encaminham para os lugares de sofrimento, e quase toda a sua vida se resume de sofrimento nos atos de sacrifício. Acompanhando os exércitos em marcha, recolhendo os feridos aos exércitos em luta, a samaritana perpassa através das imensas ruínas, onde os heróis sedentos agonizam, e ainda socorre a humanidade aflita e anônima, composta de velhos, crianças e mulheres esquecidos por Deus, sem pouso, sem rumo, sem pão, dizimados⁴⁵.

Diante disso, é destacado na revista os planos estabelecidos da Cruz Vermelha perante a guerra, uma de natureza mais imediata, ligada a necessidade de assegurar o máximo de assistência e amparo às populações atingidas pelas desgraças da guerra; e a outra, a própria reestruturação da ordem política e social segundo bases justas e humanas, que não apenas “tornem efetivas a paz e a segurança entre as nações”, mas que, “ofereçam a todos o gozo tranquilo de uma existência digna⁴⁶”.

Fora o serviço de assistência médica gratuito aos enfermos que procuram ambulatório, onde recebem medicamentos, roupas, donativos em espécie e outros recursos, o esforço

45. REVISTA DA CRUZ VERMELHA BRASILEIRA. Edição 6. 1943, p. 7.

46. REVISTA DA CRUZ VERMELHA BRASILEIRA. Edição 5. 1943, p. 7.

de guerra é também representado pela fatura de peças de roupas e outras utilidades destinadas aos soldados marinheiros e aviadores do Brasil⁴⁷. A revista destaca que a cruz vermelha brasileira, agia em diversos segmentos, até mesmo numa simples costura de roupas dos soldados, destacando a presença feminina e suas diferentes atuações. Coloca Perrot (2005, p. 33), sobre as práticas da memória feminina, que a narrativa histórica tradicional lhes dá pouco espaço, justamente na medida em que privilegia a cena pública, a política, a guerra, onde elas aparecem pouco.

A edição seis da Revista da Cruz Vermelha Brasileira está sempre associado o Natal com as mazelas na guerra, em suas publicações destaca-se o acirramento do conflito e a atuação perante o *front* de batalha:

Tudo concorre para acinzentar o Natal, a verdade é que essa luta inumerável em tantos fronts está sempre e fortemente presente no espírito de cada um, como uma condição de vida, todos os assuntos e todos os pensamentos convergem de qualquer forma para a guerra, impossível, evidentemente, não pensar no natal das pátrias sufocadas ou esmagadas, sombrio dos pobres povos que a máquina nazifascista triturou⁴⁸.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Michele. **Legião Brasileira de Assistência (LBA): o protagonismo feminino nas políticas de assistência em tempos de guerra (1942-1946)**. Curitiba: 2017.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

47. REVISTA DA CRUZ VERMELHA BRASILEIRA. Edição 6. 1943, p. 23.

48. REVISTA DA CRUZ VERMELHA BRASILEIRA. Edição 6. 1943, p. 12.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX:1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LIRA, Clarisse. **O Piauí em tempos de segunda guerra: mobilização local e as experiências do contingente piauiense da FEB**. Teresina: Paco Editorial, 2008.

NASCIMENTO, Francisco. **A cidade sob fogo: modelização e violência policial em Teresina (1937-1945)**. Teresina: EDUFPI, 2015.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: EDUSC, 2005.

SIMILI, Ivana Guilherme. **A construção de uma personagem: a trajetória da primeira- dama Darcy Vargas (1930-1943)**. Universidade Federal de Santa Catarina. 2006.

PARTE II
HISTÓRIA:
TRADIÇÃO X MODERNIDADE

A RELIGIÃO NO COTIDIANO PIAUIENSE

Livia Trindade Marques¹

A devoção ao divino afeta a sociedade em diversos aspectos, dentre os quais o principal deles se torna o cultural, visto que esta dimensão influencia todas as classes sociais, em algum nível, dentro de determinada população, tornando o estudo das crenças a partir de uma perspectiva objetiva um guia na relação entre história e religião. A partir desse panorama direto, a prática desse campo historiográfico proporcionou uma dimensão generalizada e universal na qual, ao se estudar essa esfera, os ordenamentos mais estruturalistas davam aberturas para os métodos comparativos onde, ao se jogar uma crença em paridade com outra, em busca das semelhanças e dissonâncias, repercutia-se na hierarquização dessas religiões, buscando aquela mais avançada e modernizada que a anterior, o que, por muitas vezes, desqualificava aquela que era inferiorizada. Nesse sentido:

A comparação histórico-religiosa constituiu-se, não como forma de distinção, mas como forma de equiparação. A partir dessa equiparação, os fatos religiosos eram colocados em relação analógica e acabavam por constituir um sistema religioso: conseqüentemente, as religiões deixavam de ser levadas em consideração em suas dimensões históricas e eram reduzidas a sistemas classificatórios. (Agnolin, 1981)

1. Graduanda em história pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: liviatrindademarques@UFPI.edu.br.

Dessa forma, esses sistemas classificatórios que acabavam por inferiorizar alguns cultos vão começar a ser questionados quando as práticas de estudo de História cultural das religiões começam a se fomentar, trazendo novas propostas aos historiadores das religiões, rudimentando novos conceitos e representações de modo que o conceito de religião passa a ser indagado, deixando de lado sua singularidade e se aprofundando cada vez mais nas suas pluralidades, fazendo com que essa generalização religiosa passe a dar lugar a uma diversidade na qual as disparidades e especificidades ganham cada vez mais força. Assim:

Esse “novo” conceito propunha ao historiador das religiões uma maneira diferente de abordar o objeto histórico. A proposta era aplicar ao estudo histórico das religiões as práticas de pesquisa que vinham sendo incorporadas aos estudos da chamada história cultural. Conceitos como o de representação: poder simbólico e apropriação passaram a ser incorporados aos estudos de cunho histórico da religião enriquecendo demasiadamente os trabalhos. (Peters, 2015, p. 9)

Diante disso, o historiador passa a dar ênfase cada vez maior nas práticas culturais que, ao apresentarem novas metodologias de estudar a História das Religiões, também expõem uma nova forma de olhar para esse campo historiográfico, tirando a centralidades dos modelos que antes eram entendidos como “superiores”, tendo em vista que a comparação na narrativa cultural tem como objetivo observar e analisar as circularidades, os contextos, as mixagens entre elas, de forma que as religiões estão inseridas em seus contextos e temporalidades.

Dessa forma, o intelectual que estuda esse campo historiográfico precisa estar atento ao sentido e a intencionalidade por trás de cada comparação e representação feita, uma vez

que os grupos que a escrevem, munidos de suas perspectivas acerca de determinado tópico, mudam todo o sentido do estudo, assinalando assim, ao contrário do que se entendia, que o estudo das religiões não apresenta uma universalidade padronizada (Peters, 2015, p. 96). Balizado por essa interpretação, Higinio Cunha deixa claro, em sua escrita, essas intencionalidades e particularidades da escrita ao executar estudos sobre as lutas políticas e religiosas que ocorreram no Piauí, recorte espacial que era o foco de seu estudo, ao mostrar as discussões e disputas pessoais e públicas com a chegada de outras religiões que não estavam ligadas ao cristianismo.

A bem da verdade histórica, vamos avivar a memória da alguns fatos, que, na sua breve resenha foram omitidos ou ficaram obscuros. Pode ser que a luta se tenha agravado com a recomendação da encíclica papal contra a Maçonaria. Mas a sua origem remonta há alguns anos atrás. Não começou pela doutrina para acabar nas retaliações pessoais. Ao contrário, as retaliações e investivas pessoais foram sempre a sua feição predominante, desde o princípio até ao fim; a doutrina andou de rastro, como acessório no conflito das paixões pessoais e sectárias. (Cunha, 2015, p. 117)

Continuamente a isso, em sua fala, o autor revela como na prática, ao se analisarem os conceitos, as formas de influência e as interações entre o indivíduo e as religiões se torna claro que o historiador, ao analisar os cultos de fé, precisa levar em consideração onde seu objeto está imerso, quais seus personagens, quem o defende e o critica, para também entender sua origem e formação.

Com isso, um dos principais objetos estudados dentro da História da Religião e que passou por diversas modificações, comparações e possui diversas composições é o próprio cristianismo que, com as evoluções, mudanças e transformações da sociedade, precisou se adequar a cada uma das moderni-

zações e que, mesmo sem perder a essência da fé cristã, ainda enfrentou as adaptações que a construíram ao longo da história, pois a sociedade não mudou em blocos individuais, mas, sim, de forma processual como um todo. Ao estudar as religiões, os fatos históricos não mudam, mas são remodelados com uma nova perspectiva, quebrando as ideias de verdade únicas e de pretensa superioridade, buscando fazer análises claras, objetivas dentro da realidade do indivíduo.

Nesse caminho parece ser evidente que, ao analisar o “fenômeno religioso”, o historiador deve considerá-lo dentro de seu tempo, historicizá-lo, percebendo os vários indivíduos que dele participam, e os diversos interesses que o cercam. Ao promover uma leitura dentro destes princípios, o “fato histórico” não desaparece, ele continua lá, no entanto ele se modifica, porque é reorganizado, ao se considerar que ele é fruto de uma representação, uma construção do social, da infraestrutura, passível de ser reapropriado de acordo com as estratégias dos indivíduos que o cercam. (Peters, 2015, p. 101)

À medida em que os estudos históricos se aprofundam em fatos e historicidades das religiões fica cada vez mais claro que a religião em si está ligada aos viveres e saberes de cada indivíduo, se tonando cada vez mais diversa e híbrida, pois cada culto se constrói de acordo com as instâncias daqueles que a praticam, confirmando, cada vez mais, que o conceito de religião não é único, mas múltiplo, descartando as proeminências entre elas, analisando suas contribuições para as formações sociais e culturais, se solidificando e estruturando-se na memória dos indivíduos, formando tradições e consolidando as religiões através do cotidiano, das vivências e das mutabilidades sociais, solidificando princípios e éticas morais religiosas, apontando para a necessidade de pertencimento em grupos em que se identificassem e se sentissem acolhidos.

Desse modo, as crenças e cultos vão ter grande participação nesse acolhimento, no qual o cristianismo vai se destacar dentro de um viés dito hospitaleiro aos que o desejassem seguir.

O termo “ecclesia” (Igreja) aparece em vários textos no Ocidente, a partir do século IX, para designar a comunidade de todos os cristãos. Isso mostra a emergência, à época carolíngia, da ideia de que o conjunto de adeptos da fé cristã, quer vivessem na Irlanda, na Itália, na península ibérica ou na Germânia, constituíam um mesmo grupo, a Cristandade. (Silva, 2020 p. 83-84)

Assim, esse acolhimento e intrínseca participação do cotidiano faz com que a Igreja participe das memórias, das afeti-vidades, influenciando a sociedade, mesmo que de forma sutil, adentrando as casas e as lembranças, facilitando a interferên-cia nos meios morais e éticos da sociedade, tendo em vista, que está entranhado no consciente do indivíduo facilitando a entrada em tópicos mais sensíveis ao homem, suas dores, seus “pecados” e suas misérias.

Frente a essa fragilidade, o catolicismo entendeu a neces-sidade de se criar organizações de caridade, que tem o objetivo missionário de levar a palavra e o de oferecer ajuda aos neces-sitados que aceitassem receber o auxílio. Uma das formas mais proeminentes de execução das ações sociais da Igreja será dada através da atuação dos membros da Ordem Vicentina²:

Portanto, de São Vicente de Paulo a Frederico de Ozanam o ideal foi sempre o mesmo: o auxílio aos pobres, embora com algumas diferenças práticas. Como ressaltamos anteriormente, o objetivo de São Vicente era o conforto espiritual dos pobres, através da pregação do Evangelho. Por se tratar de uma sociedade leiga, o ideal de Frederico de Ozanam é de criar Conferencias da Carida-

2. Ordem de cunho religioso que tem como padroeiro seu próprio fundador, São Vicente de Paula, que possui diversas ramificações, todas de cunho mis-sionário caridoso.

de, ou seja, reunir esforços e canalizá-los em prol dos pobres, seja através de visitas, de donativos, etc. (Souza, 2009)

Diante disso, a Ordem Vicentina vai nascer com o objetivo de fazer trabalhos de caridade, possuindo algumas ramificações, a exemplo da Sociedade São Vicente de Paula, que surgirá anos depois da fundação da ordem, mas que vai ser aceita dentro da ordem, pois mesmo que tenham incentivos diferentes o objetivo final é o mesmo: a caridade.

Continuamente a isso, o Piauí, mais especificamente em Teresina, no final do século XIX, enfrentará um período de miséria, criminalidade e pobreza, o que vai fragilizar essa população, que já era muito religiosa, que vai buscar apoio nessas ordens de caridade. Assim, a Sociedade São Vicente de Paula se estabelece em Teresina, fazendo seus congressos nas paróquias, se organizando de forma sistemática, visto que a Sociedade de São Vicente de Paulo (SSVP) é uma organização civil de leigos, homens e mulheres, dedicada ao trabalho cristão de caridade, que se iniciou na França e que se espalhou pelo mundo inteiro até chegar em Teresina³. Assim, para que haja organização entre os leigos que desejassem ajudar, era necessário seguir alguns direcionamentos, publicados em jornais para que quem desejasse entrar tivesse acesso.

Colocado, se bem que imerecidamente, na presidência deste Conselho, ousou solicitar o concurso de V. Revdma. para a difusão das nossas praticas nessa parochia, onde deve ser organizada uma Conferencia que, uma vez creada nos seja conci moldes do nosso Regulamento geral, será um auxiliar poderoso e fecundo do respectivo vigário.

V.Revdma. deve conhecer bem o Reg. da Sociedade, mas não

3. SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO. A Sociedade de São Vicente de Paulo. Disponível em: <https://ssvpbrasil.org.br/a-ssvp/> . Acesso em: 21/08/2023

será ocioso que lhe recommende com especialidade os seguintes pontos:

(a) A Sociedade é composta de sobre homens, havendo maximo empenho prego que ta firma em chamar ao seo gremio os moços E', porem, permittido ás senhoras serem bemfeitoras, socias contribuintes e como tal lucrarem as indulgências que nos são concedidas.

(b) Os membros tenham a cautella de não chamar para o gremio da Sociedade senão individuos que possam edificar aos outros ou ser por elles edificados; christãos de radas. coração e de obras, que cumpram corajosamente todos os deveres impostos pela igreja, principalmente o da confissão e da comunhão

(c) O fim principal dos membros da sociedade é a santificação de suas almas, vindo como corollario legítimo o alívio das misérias e dores do pobre, quer quanto ao socorro material, quer quanto ao conselho, ao exemplo, á patrica de virtudes que lhe devem ensinar.

(d) E' de rigor que o confrade seja sempre uma pessoa que esteja no caso de socorrer os pobres ain- da que seja em pequenissima escála e não tenha elle proprio necessidade de ser socorrido.

(e) A visita ao domicilio dos pobres, especialmente daquelles a que damos o nome de pobres envergonhados, é a fundamental occupação dos membros de uma «Conferencia», não só porque isso é uma utilissima obra de santificação, como por ser a que está mais ao alcance de todos. A caridade e o amor ao proximo devem presidir a essa visita. O vicentino que não penetrar no lar sujo, immundo, viciado mesmo, com o desejo santo de chamar os que ali moram ao bem estar social e á reconciliação com Deos, não tem preenchido a sua missão; tem perdido o seo tempo.

(f) A Conferencia que pretender incorporar-se na Sociedade, deverá solicitar sua aggregação ao Conselho geral, juntando ao pedido, a lista dos seos membros, relatorio de seos pri- meiros trabalhos, data de sua installação e a declaração de que está de accordo com o parochio e disposta a sujeitar-se ás regras 9 aos usos da sociedade. Esses papeis devem ser enviados por intermedic do Conse- ho Central da Diocese, que os informará, tendo então logar a aggregação que fará com que os membros da Conferencia

participem das indulgencias concedidas pela Santa Sé.

(g) Cumpre que a Conferencia> faça reuniões semanaes, ficando ao seo arbitrio o dia e hora das mesmas, não sendo excusado lembrar aque unia boa hora seria a do domingo, antes ou depois da missa parochial, a cuja cerimonia os vicentinos devem assistir incorporados. [...] ⁴

Desse modo, poder-se-ia delimitar aqueles que desejassem contribuir com o trabalho a ser feito, tendo em vista que, no contexto do Piauí, os cidadãos enfrentavam grandes dificuldades com a pobreza, resultado, dentre muitas coisas, das imigrações advindas da seca, que vão fazer com que a fome, a miséria a pobreza e a criminalidade aumentassem (Araújo, 2010), engrandecendo o medo e a necessidade de um apoio dos trabalhos de caridade.

Assim, o pobre buscava refúgio tanto nas instituições de caridade quanto nas festividades, nas memórias, tradições e culturas que já praticavam, em que, para além dos trabalhos altruístas, a Igreja vai fornecer esperança, por meio da fé, dos cultos religiosos, das festas, comunhões e ritos, missas cantadas, reforçando o imaginário religioso.

A população “desclassificada aguardava as festividades religiosas de São João, São Pedro, Santo Antonio, São Sebastião e da padroeira da cidade, com bastante simpatia, uma vez que possibilitava ao homem pobre, fatigado com a sua situação de miséria, libertar-se por alguns momentos do cansaço e de suas tensões cotidianas. Era o momento de rezar, cantar e dançar. (Araújo, 2010, p. 60)

Nesse sentido, a ideia da cidade, as lembranças positivas marcadas vão ser perpassadas de uma geração para outra for-

4. Conselho geral da Sociedade São Vicente de Paula em Theresina, 19 de julho de 1907, O Apóstolo. Teresina. 19 de julho de 1907. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=408506&pagfis=31>

mando tradições, esquecendo dos momentos de dificuldade, se utilizando da diversão para espairecer e descansar, esquecendo momentaneamente da dureza do dia a dia.

Outro ponto a ser ressaltado são as instituições filantrópicas do Estado, visto que, com a separação do Estado e da Igreja, a sociedade começou a pressionar para que as autoridades tomassem providencias em relação à pobreza e à fragilidade.

Por esse discurso, podemos perceber a existência de uma política assistencialista de molde patriarcal, que objetiva controlar e deter o perigo social, uma vez que estes meninos, lançando-se ao crime, iriam a tornar-se o “flagelo da sociedade”. (Araújo, 2010, p. 115)

Por essa perspectiva, é notória a tentativa do Estado de livrar suas crianças do ócio e da criminalidade e que tinham por objetivo educar e levar para uma sociedade funcional essas crianças que se encontravam em estado de pobreza e que estavam mais suscetíveis à criminalidade.

Por fim, a religião para sobreviver em sociedade, se adequa ao mutável da sociedade que, perante às adversidades, permite a ela se inserir no cotidiano do povo brasileiro, de modo a ser um guia, suporte, consolo para a população, assim mantendo e perpetuando seus princípios e devoção para todos como uma herança a ser carregada.

REFERÊNCIAS

AGNOLIN, Adone. O DEBATE ENTRE HISTÓRIA E RELIGIÃO EM UMA BREVE HISTÓRIA DA HISTÓRIA DAS RELIGIÕES: origens, endereço italiano e perspectivas de investigação. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S. l.], v. 37, n. 2, 2010. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/3042>. Acesso em: 17 maio. 2024.

ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino de. **Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina**. Teresina: EDUPI, 2010.

CONSELHO GERAL da Sociedade São Vicente de Paula em Teresina, 19 de julho de 1907, **O Apóstolo**. Teresina. 19 de julho de 1907. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=408506&pagfis=31> .

CUNHA, Higino. **História das Religiões no Piauí**. Teresina: Academia de Letras, 2015.

PETERS, José Leandro. A história das religiões no contexto da história cultural. **Faces de Clio- Revista discente do programa de pós-graduação em história- UFJF**. N.1. VOL 1. JAN/JUN 2015, P.9.

SILVA, Marcelo Cândido da. História medieval / Marcelo Cândido da Silva. - 1.ed., 2ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2020. P.83,84. Souza, Rildo Bento de. **II Seminário de Pesquisa de Pós-Graduação em História da UFG/UCG**. “O Pobre é Nossa Riqueza”: A Sociedade São Vicente de Paulo na Província de Goiás (1885-1888) .2009.

SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO. **A Sociedade de São Vicente de Paulo**. Disponível em: <https://ssvpbrasil.org.br/a-ssvp/> . Acesso em: 21/08/2023

A ASSISTÊNCIA PRESTADA AOS IMIGRANTES DA SECA EM UNIÃO (1877-1879)

Teresinha Rodrigues dos Santos¹

Johny Santana de Araújo²

Entre os anos de 1877 e 1879, a vila de União foi mais uma vez o cenário de um episódio histórico, pois, não ficando à margem da calamidade que assolava a província na época, com o advento da seca, vivenciou tempos difíceis. Foi especialmente a partir de meados de 1877 que a localidade passou a sentir de forma mais acentuada os efeitos da calamidade, uma vez que, devido ao prolongamento da estiagem na província, os retirantes que estacionaram no centro afluíam em massa para os municípios que se situavam às margens do rio Parnaíba, por lhes parecer ser mais fácil encontrar alimentação silvestre, o que resultaria, como veremos mais à frente, no surgimento de vários tipos de doenças uma vez que a fome não permitia uma realização dos frutos consumidos, sendo ingeridos, muitas vezes, alimentos contendo substâncias nocivas.

As notícias sobre a seca e os flagelados são mais notáveis durante os anos de 1877 e 1879, porém, uma análise mais detalhada mostra que em alguns pontos da província do Piauí, an-

1. Licenciada em História pela UFPI e egressa do PET-História.

2. Professor da Universidade Federal do Piauí (UFPI), vinculado ao Departamento de História (DH), ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. É, ainda, Tutor do PET - História. Sócio Correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

tes das referidas datas, pequenas localidades já sentiam os efeitos da seca, como foi o caso da vila de União que, em abril de 1877, já contava com uma comissão de socorros, tendo como integrantes o Juiz de Direito Samuel Felipe de Souza Uchôa e o promotor público Francisco Barbosa Ferreira. No mesmo mês, em ofício dirigido ao Presidente da Província, essa comissão de socorros descreveu o estado em que se encontrava a vila, ressaltando que não possuía mais recursos para socorrer o grande número de imigrantes que chegavam doentes e desvalidos. A comissão refere-se também a uma ordem do Presidente da Província anterior, dada por ofício de outubro de 1876, designando o comandante do vapor Piauí a entregar gêneros alimentícios naquela localidade³.

Como explanado no início deste trabalho, o governo do Piauí não obteve resposta imediata do governo imperial para auxiliar os imigrantes, porém, o Presidente da Província, Graciliano de Paula Baptista, que governava no início do ano 1877, nomeou comissão em cada município para atender aos clamores da população, sendo possível, assim, afirmar que não deixou os municípios totalmente desprovidos de socorros.

O estado sanitário do município, à época, era pouco satisfatório, apesar de ainda possuir alguns alimentos provenientes da safra anterior. A comissão julgava indispensável socorrer os retirantes. Decorrido o ano de 1877, e tendo o cenário da seca ficado cada vez mais dramático, a Diocese do Maranhão, que administrava a Igreja do Piauí, criou comissões de socorros a fim de arrecadar fundos para os flagelados em todas as freguesias. Em 2 de março de 1878, a comissão arrecada 121\$900 réis, donativos obtidos de comerciantes, lideranças políticas

3. APPI. Palácio do Governo. Série: Comissão de Socorros. Subsérie: Correspondência enviada (ofício), comissão de socorros. Ano: 1877. Caixa: União. Ofício em que o Juiz de Direito Samuel Felipe de Souza Uchôa solicita a entrega de alguns gêneros alimentícios ao Dr. Firmino de Souza Martins em 08 de abril de 1877.

e associações, como o vigário Simpliciano Barbosa Ferreira, que dou 10\$000 réis; a paróquia, 17\$000 réis; o capitão Justino Maximo Rodrigues, Dr. Samuel Felipe de Souza Uchôa, Estevão F. Castelo Branco, Benedicto José do Rego e seu afilhado, major Francisco Barboza Ferreira e o capitão Francisco Alves do Nascimento, que juntos totalizam um valor de 24\$000 réis, não deixando também de citar a doação da Sociedade B. União e Fé, que doou a quantia de 50\$000 réis, sendo realizada a distribuição dos donativos pelo membro da comissão, Dr. Samuel Uchôa, a 13 famílias⁴. Em resposta à Comissão Eclesiástica de Socorros, que desejava ter conhecimento sobre a situação na vila, a comissão de União relata que os imigrantes fluíam em grande escala para a região, recebendo a vila e seus arredores, até a referida data, cerca de 800 imigrantes.

Com a situação cada vez mais difícil, o presidente da comissão de socorros, José de Araújo Costa, em 21 de março de 1878, renova, através de ofício, todos os contratos celebrados com os diversos fazendeiros que residiam no município da capital e da vila de União. Além disso, cria núcleos coloniais, tendo como seus novos integrantes o capitão Mariano Gil Castelo Branco, capitão José Ferreira de Vasconcelos, capitão Miguel de Souza Borges Leal Castelo Branco, capitão Raimundo Sirênio de Lima e Almeida, capitão Raimundo Sinval de Vasconcelos, tenente-coronel Antônio Martins Vianna e capitão Gustavo Ferreira de Melo⁵.

4. Com o intuito de não se estender com os nomes de outros doadores que agregaram a estes donativos, por serem valores menores em relação aos destacados, optamos por não citá-los, porém, se caso o leitor desejar, poderá encontrar referidos nomes em BN/HDB. Jornal "Revista da Instrução e Educação - 1878". 15/06/1878, p. 2-3.

5. APPI. Secretária do Governo da Província do Piauí. Série: Comissão de Socorros. Subsérie: Correspondência enviada (requerimento). Ano: 1878. Livro N° 578. Requerimento de José Araújo Costa à Comissão de Socorros da Capital em 21 de março de 1878.

O cenário criado pelos imigrantes no centro da província, permeado por grande número de pobres sem ocupações e vagando pelas ruas, mostrava-se ameaçador aos olhos dos governantes, pois a aglomeração desse contingente de flagelados poderia ocasionar a desordem e, “[...] por conta disso, tomavam duas providências: estimulavam a saída dessa população sem trabalho e meios de sobrevivência para outras regiões e criavam estratégias de trabalho para a população nômade restante, através de obras públicas e núcleos coloniais” (Araújo, 2010, p. 102). Assim, “[...] a perspectiva em que se desenvolvia o discurso elitista, referia-se ao trabalho contrapondo a vadiagem. O trabalho servia como meio de ocupação e contribuiria para o andamento da província” (Gonçalves, 2019, p. 32).

Em União, os administradores da cidade, temendo a desordem, assim como na capital, e inspirados por esses discursos elitistas, implementaram formas de canalizar a mão de obra dos flagelados, por entenderem que a esmola incentivava a ociosidade, o que para a comissão de socorros da vila seria um grande erro, pois:

Logo que esta comissão começou a funcionar, a sua primeira deliberação foi dar qualquer ocupação aos imigrantes válidos por entender que a esmola aviltava, e seria um grande erro, senão um perigo futuro, implantar por conta do governo a ociosidade em uma população, que ainda tinha certo pudor, e aceitava o trabalho, embora pouco remunerado, um grandioso benefício do Estado⁶.

Com isso, o primeiro ato da Comissão foi providenciar trabalho para os adventícios. A reforma da prisão civil da vila

6. APPI. Palácio do Governo. Série: Comissão de Socorros. Subsérie: Correspondência enviada (Ofício). Ano: 1879. Caixa: União. Ofício da Comissão de Socorros de União ao Presidente da Província, Exm^o. João Pedro Belfort Vieira em 15 de março de 1879.

foi uma delas, pois se encontrava na época sem parte do teto, quase em ruína total, já não sendo possível a reclusão de criminosos por não haver segurança. A reforma foi descrita da seguinte forma:

Tendo imensas dificuldades a vencer, e contando a comissão com pequenos recursos iniciou ainda assim o serviço, conseguindo fazer de novo toda a parede da frente, de pedra e cal, e da maior consistência, fez novas divisões dando ao prédio proporções mais apropriadas com cômodos convenientes para residência do destacamento e de seu comandante, reparou todas as paredes do interior do edifício, e o prolongou fazendo na parte posterior uma varanda espaçosa, renovou todo o madeiramento que lhe parecia já estragado, rebocou geralmente o mesmo edifício, ladrilhou-o de novo, retelhou-o, fez novas grades, reparou as existentes que ainda não estavam de todo imprestáveis, mandou fazer novos ferrolhos para elas, preparou cômodo para o corpo da guarda e depósito do armamento, forneceu baldes para depósito d'água, e finalmente fez outros pequenos serviços e reparos que se dispensa por brevidade de mencionar⁷.

Desta forma, a Comissão, ao mesmo tempo que socorria aos inválidos acometidos por moléstias e os idosos, tirava proveito daqueles que podiam trabalhar. A remuneração dada pelos seus serviços era, no máximo, de 640 réis, a depender do número de pessoas de cada família, sendo os valores pagos em dinheiro, pois, no princípio da onda de migrações, os gêneros alimentícios no município eram vendidos por preços regulares, segundo a Comissão de Socorros da vila, o que estimulava os retirantes a aceitar os trabalhos ofertados. Foram expedidos para a realização da obra, mais de 600\$000 réis e para os imigrantes a quantia de 200\$000

7. Ibid.

réis⁸. Após a concretização da reforma da cadeia, a comissão receou empreender outras obras, justificando que os recursos do governo eram reduzidos se comparados ao número de imigrantes que aumentava na localidade.

Com o aumento considerável de retirantes, os gêneros tornaram-se escassos no mercado, elevando seus preços a níveis extraordinários, chegando a faltar o necessário para o consumo público por ter sido o município surpreendido com uma população adventícia. Para a comissão de socorros, a situação chegou a esse estado em decorrência de o governo provincial mandar seus agentes comprarem gêneros na referida vila para socorrer a população que se aglomerava na capital, impossibilitando assim que a Câmara Municipal adotasse medidas proibitivas para a saída desses gêneros, e permitindo assim a proliferação de especuladores com a situação de miséria pública, deixando o município em pouco tempo esgotado de recursos. O estado em que se encontravam os flagelados era deplorável. Estacionados na vila, mendigavam a caridade pública, o que para os governantes da cidade, preocupados com a higiene da localidade, era preocupante, visto que:

Além disso, é forçado confessar que a população adventícia já estava então falta de pudor, distanciada de certo brio natural que era obstáculo a implorar a caridade pública, estava viciada com esmolas, sem trabalho, já julgava uma obrigação rigorosa do Estado socorrê-la, e considerando isso uma dívida tornou-se indolente, não aceitava bem qualquer serviço que se lhe oferecia, e se notava que o preço do infortúnio lhe parecia a ter morto, moralmente.⁹

8. APPI. Palácio do Governo. Série: Comissão de Socorros. Subsérie: Correspondência enviada (Ofício). Ano: 1879. Caixa: União. Ofício da Comissão de Socorros de União ao Presidente da Província, Exm^o. João Pedro Belfort Vieira em 15 de março de 1879.

9. *Ibid.*

Apesar do interesse da comissão em tentar impedir a ociosidade desses imigrantes, percebeu que seria impossível obtê-la, uma vez que: “A comissão quis reagir contra isto, mas viu que seria impossível um resultado benéfico. As dores tinham sido tão profundas, e os sofrimentos tão acerbos que a população parecia ter em si certa insensibilidade e os próprios sentimentos como que tinham desaparecido”.¹⁰

O porto de União, banhado pelas águas do rio Parnaíba, foi de crucial importância, pois recebia através da Companhia de Vapores do Parnaíba suprimentos para o abastecimento do município e utilizava o rio para o transporte de retirantes. Os gêneros e a quantidade deixados por esses barcos a vapor na vila dependia do que designava pelo Presidente da Província. Estes gêneros eram distribuídos pela comissão aos mais pobres, porém, a quantidade destinada a ser entregue gratuitamente aos flagelados era quase que irrelevante se comparada à necessidade dos desvalidos e à quantidade destinada à venda, visto que, de 40 sacos de farinha recebidos pela comissão, um terço era distribuído aos pobres e o restante vendido à razão de 8\$000 a quarta de 50 litros.¹¹

É importante ressaltar também que o valor obtido com a venda desses gêneros era distribuído uma parte para os imigrantes dos núcleos coloniais do município e a outra à tesouraria, pois do produto da venda de 2/3 de 40 sacos de farinha à razão de 8\$000 réis a quarta de 50 litros, era destinado o valor de 17\$520 réis pela comissão para os imigrantes dos núcleos e ficando líquido a quantia de 230\$480 remetidos à tesouraria.¹²

10. Ibid.

11. APPI. Palácio do Governo. Série: Comissão de Socorros. Subsérie: Correspondência enviada (Ofício). Ano: 1878. Caixa: União. Ofício da Comissão de Socorros de União ao Presidente da Província, Exm^o. Sr. Dr. Sancho de Barros Pimentel em 14 de agosto de 1878.

12. APPI. Palácio do Governo. Série: Comissão de Socorros. Subsérie: Correspondência enviada (Ofício). Ano: 1878. Caixa: União. Ofício da

A comissão de socorros, em 1º de setembro de 1878, descreve o temor que se tinha caso chegasse a faltar o auxílio do governo, o que poderia conduzir a vila à mendicância e condenar à fome grande número de imigrantes que, já estando desprovidos de recursos, teriam que prosseguir viagem. A isso alude a comissão:

A comissão desprende apenas a quantia de 17:520, que prontamente recolherá ao cofre da Tesouraria da Fazenda se V. Exa. assim deliberar, e sente que, por falta de um pequeno auxílio do governo, estacione aqui a mendigar, e a sucumbir a fome grande número de imigrantes, que despojados de todos os recursos temem continuar sua viagem, porque contam, com razão, já estar cansada a caridade individual em uma quadra de tantos sacrifícios. Dos cereais que V. Exa. tem se dignado remeter para aqui apenas uma parte tem o destino de se distribuir gratuitamente, e por mais economia que tenha a comissão em semelhante distribuição, são os socorros públicos insuficientes para acudir à população adventícia que diariamente se aglomera nesta Vila, a pedir a seu favor a ação benéfica do governo. Da última remessa de cereais para aqui nada mais existe para distribuição gratuita, e apenas ainda para vender-se uma pequena parte, cujo produto a comissão brevemente recolherá na forma das instruções da presidência.¹³

Nesta data, foram contabilizados na vila e em seus subúrbios aproximadamente 400 imigrantes, de acordo com a comissão de União. Como pudemos perceber, apenas uma parte dos cereais era destinada para esses imigrantes, que a cada dia cresciam em grandes proporções, sendo os recursos insufi-

Comissão de Socorros de União ao Presidente da Província, Exmº. Sr. Dr. Sancho de Barros Pimentel em 01 de setembro de 1878.

13. APPI. Palácio do Governo. Série: Comissão de Socorros. Subsérie: Correspondência enviada (Ofício). Ano: 1878. Caixa: União. Ofício da Comissão de Socorros de União ao Presidente da Província, Exmº. Sr. Dr. Sancho de Barros Pimentel em 01 de setembro de 1878.

cientes para sua alimentação e sustento. Além dos altos preços dos gêneros e da falta destes, no início do mês de setembro de 1878, a comissão expôs ser notável a presença de avaria nos cereais. O motivo estaria relacionado à demora dos suprimentos nos depósitos, por isso a comissão chegou a solicitar permissão para vendê-los a razão de 7\$000 a quarta de 50 litros, como era vendido na província. Outro argumento utilizado no pedido de permissão foi a facilidade de transporte destes gêneros, uma vez que os cereais destinados ao município pagavam fretes menores se relacionados aos remetidos à capital, visto que provinham da cidade de Parnaíba nos vapores da Companhia Fluvial, sendo assim relativamente menor a distância percorrida em semelhante transporte, fazendo com que, para a comissão, parecesse justo vendê-los por preços iguais aos da capital¹⁴. Apesar disso, não foi possível identificar documento que confirmasse a aceitação desta solicitação da comissão.

A população que afluía para a capital era composta de “[...] homens, mulheres, jovens, velhos e crianças, fato que agravou ainda mais o estado de miséria em que viviam as cidades piauienses, particularmente Teresina, pela falta de alimentação, moradia e emprego” (Araújo, 2010, p. 21). Em União, a população estacionada nas ruas, quando não enfrentava a triste realidade de mendigar a caridade, era incentivada a migrar para os núcleos, onde eram dados gêneros e algum pedaço de terra para cultivo, sob a guarda de algum contratante. Dos núcleos, o mais conhecido na época foi o Sítio Santo Antônio, para onde era destinada parte dos imigrantes.

Este núcleo conhecido como Sítio Santo Antônio situava-se onde hoje se encontra o povoado David Caldas, pertencen-

14. APPI. Palácio do Governo. Série: Comissão de Socorros. Subsérie: Correspondência enviada (Ofício). Ano: 1878. Caixa: União. Ofício da Comissão de Socorros de União ao Presidente da Província, Exm^o. Sr. Dr. Sancho de Barros Pimentel em 08 de setembro de 1878.

cente ao município de União, ficando a apenas alguns quilômetros de distância. É possível que esse núcleo tenha sido instalado em terras cedidas, por volta de 1870, por João do Rego Monteiro, ao governo imperial. A área era composta de cerca de 13.000 hectares de terras, localizadas próximas ao rio Parnaíba, na região denominada Gameleira, e tinha a finalidade de funcionar como uma colônia agrícola para os sem-terra ou para quem fugia das calamidades da seca. O encarregado da fiscalização do núcleo foi o próprio João do Rego Monteiro (Batista; Carneiro, 2021).

É necessário ressaltar que, mesmo com todas essas providências destinadas aos adventícios fixados na vila e em seus arredores, o estado dos imigrantes não deixava de ser o mais penoso e doloroso. Os núcleos criados pelo governo para assistência aos imigrantes não eram suficientes para atender a todos, visto que, para a vila de União, até novembro de 1878, ainda não havia sinais da estação invernososa, mas os retirantes continuavam a chegar em levadas. A nudez e as moléstias os acompanhavam. A comissão descreve que em algumas situações o pudor lhes privava até de implorar a caridade individual e do governo. Assim retrata a comissão:

A comissão, confiada na solicitude humanitária de V. Exa. em remediar as necessidades mais imperiosas com que são oprimidos os imigrantes indigentes, vem pedir permissão para, da quantia existente em seu poder, desprender 50:000 em fazenda para vestir a pessoas quase nuas e que o pudor já lhes priva, até, de em qualquer hora implorar o óbolo da caridade individual, e o do governo.¹⁵

15. APPI. Palácio do Governo. Série: Comissão de Socorros. Subsérie: Correspondência enviada (Ofício). Ano: 1878. Caixa: União. Ofício da Comissão de Socorros de União ao Presidente da Província, Exm^o. Sr. Dr. Sancho de Barros Pimentel em 06 de novembro de 1878.

Em março de 1879, não cessando esta situação, a nudez dos imigrantes continuou sendo pauta da comissão, pois ao mesmo tempo em que continuava solicitando gêneros e medicamentos para o tratamento dos imigrantes ao Presidente da Província, não deixava também de enfatizar o envio de alguns recursos para a compra de roupas aos indigentes que conviviam com a nudez. No entanto, a vila de União era uma das poucas, ou até mesmo a única, que não havia sido, até o momento, auxiliada com recurso do governo para esta finalidade, mesmo tendo grande população adventícia, assim como em muitos municípios que se localizam à margem do rio Parnaíba. A comissão alega dispor de recursos limitados e, por isso, dava o que era possível.

A comissão com os recursos limitados de que dispõe tem dado a fazenda que é possível, e tão somente aos imigrantes que se acham despídos de tal forma, que seria uma imoralidade percorrer as ruas em tal estado de nudez, mas no quadro atual a receita insuficiente com que conta não a habilita a satisfazer tão urgente necessidade. Em vista do quanto fica exposto a comissão confia que V. Exa. lhe remeta algumas peças de riscado e algodãozinho para o mesmo fim, ou a autorize a comprar aqui, visto não haver, talvez, diferença para mais mais nos preços¹⁶.

Os recursos e autorização para a compra de vestuários aos flagelados vieram um mês após o envio deste ofício, sendo liberado pela comissão de União a quantia de 300\$000 para esta finalidade. A compra foi realizada com o negociante da vila Luiz Bittencourt e C^a, sendo o pagamento feito na mesma cidade ao comerciante Aníbal Pedro dos Santos¹⁷. A distribui-

16. APPI. Palácio do Governo. Série: Comissão de Socorros. Subsérie: Correspondência enviada (Ofício). Ano: 1879. Caixa: União. Ofício da Comissão de Socorros de União ao Exm^o. Sr. Dr. José Mariano Lustosa do Amaral em 12 de março de 1879.

17. APPI. Palácio do Governo. Série: Comissão de Socorros. Subsérie:

ção contemplava os mais necessitados.

Não podemos esquecer de ressaltar a presença de várias doenças que atingiram essa população fixada na vila. A escassez de gêneros fazia com que os migrantes se alimentassem do que encontravam na natureza, visto que: “A pobreza, sem recursos para compra de gêneros, vendidos por preços exagerados e para não sucumbir à fome entregou-se a uma alimentação imprópria e quiçá selvagem [...]”¹⁸. Esta alimentação imprópria ocorria através da ingestão de produtos da terra, sendo as mais consumidas a macambira, a amêndoa de babaçu, muito abundante na região, e mucunã, uma semente nativa. A massa da amêndoa do babaçu era utilizada para fazer cuscuz, sendo molhado ao leite derivado da própria substância (Batista; Carneiro, 2021).

A ingestão desses alimentos impróprios desenvolveu, em larga escala, febres e diversas outras moléstias, sendo as mais comuns: febres intermitentes, diarreias, inchaços e oftalmia, além da presença de uma espécie de lepra ou feridas darto-sas, segundo a comissão de socorros¹⁹. O mau estado sanitário do município, juntamente com o avanço das variadas enfermidades, não somente atacava os mais pobres e a população que vinha de fora, muitas vezes já acometidas de moléstias, mas englobava também pessoas importantes que residiam na vila de União, como foi o caso do Juiz de Direito Dr. Samuel

Correspondência enviada (Ofício). Ano: 1879. Caixa: União. Ofício da Comissão de Socorros de União ao Presidente da Província Exm^o. Sr. Dr. João Pedro Belfort Vieira em 22 de abril de 1879.

18. O PIQUETE. Arquivo Particular. Série: Comissão de Socorros. Subsérie: Correspondência enviada (Ofício). Ano: 1878. Ofício da Comissão de Socorros de União ao Exm^o. Sr. José de Araujo Costa em 22 de março de 1878.

19. APPI. Palácio do Governo. Série: Comissão de Socorros. Subsérie: Correspondência enviada (Ofício). Ano: 1879. Caixa: União. Ofício da Comissão de Socorros de União ao Exm^o. Sr. Dr. Firmino de Souza Martins em 09 de abril de 1879.

Uchôa, acometido de oftalmia desde maio de 1878, foi em busca de tratamento na capital. Apresentando boa recuperação, retornou para a vila de União, porém, devido ao agravamento de sua doença, retornou em julho do mesmo ano à capital, desta vez levando consigo sua família²⁰.

Outro caso foi o de D. Amaneia de Menezes Coutinho, esposa do Sr. Fernando Alves de Lobão e Veras, que faleceu em abril de 1878, vítima de beribéri²¹.

Em 1º de agosto desse mesmo ano, a Subdelegacia de Polícia do 1º Distrito do Termo de União informa ao Presidente da Província que estava tendo problemas em nomear algum juiz de paz, pois os destinados a assumir o cargo estariam doentes. Assim é descrito:

Tenho a honra de levar ao conhecimento de V.Exa., que deixou de fornecer para junta paroquial de alistamento do sorteio, aos cidadãos desta paróquia para o serviço do exército e armada por falta de juiz de paz; o primeiro por ter falecido, segundo terceiro e quarto, por estarem doentes, porém V.Exa. providenciara como entender.²²

Acredita-se que tenham sido acometidos pela varíola, doença que já vinha afetando a população unionense desde 1875. Outras importantes figuras políticas afetados por essa doença foram: o major Francisco Barbosa, coletor de rendas gerais, que se afastou de seu cargo por 70 dias com a finalidade de tratar-se; Manuel Ribeiro de Santana, fiscal da Câmara; o procurador Manuel Gonçalves Pereira; e o capitão Justino Máximo, nomeado em 22 de março para ser membro da co-

20. BN/HDB. Jornal "A Época - 1878-1884". 08/06/1878, p. 4.

21. BN/HDB. Jornal "A Época - 1878-1884". 27/04/1878, p. 4.

22. O PIQUETE. Arquivo Particular. Série: Subdelegacia de Polícia do 1º Distrito do Termo de União. Subsérie: Correspondência enviada (manuscrito). Ano: 1879. Manuscrito do subdelegado da junta ao Presidente da Província Exmº. Sr. Dr. João Pedro Belfort Vieira em 01 de agosto de 1879.

missão de socorros da vila de União, que faleceu em janeiro de 1879. Em 27 de julho do mesmo ano, morreu o capitão Trajano Coutinho de febres perniciosas (Batista; Carneiro, 2021). Desta forma, percebemos que essas pessoas, mesmo providos de alguma riqueza ou hierarquia social, não escaparam das doenças que assolavam a localidade, o que nos leva a concluir que o estado dos pobres e adventícios era ainda pior.

As doenças faziam muitas vítimas em União, a mortalidade alcançou tais proporções que as pessoas desprovidas de recursos não podiam sequer realizar um enterro digno para seus entes queridos. A comissão, considerando como um dever, mandava amortalhar e sepultar os cadáveres dos imigrantes menos favorecidos, pois não possuíam quem lhes pudesse fazer essa última caridade. Os sepultamentos ocorriam de forma gratuita no cemitério da vila, sendo essa gratuidade resultado de um entendimento entre a comissão de socorros e o presidente da Câmara Municipal. Nessa época, muitas crianças filhas de migrantes ficaram órfãs. Quando não possuíam parentes que pudessem assumir sua guarda, ficavam sob proteção de alguma pessoa da localidade para que posteriormente fossem entregues a um parente²³.

Em janeiro de 1878, o vigário Paroquial Simpliciano Barbosa Ferreira montou uma tabela de pessoas batizadas, casadas e mortas na Freguesia de Nossa Senhora dos Remédios de União, contabilizando, de janeiro de 1877 até dezembro do mesmo ano, incluindo homens e mulheres, sendo livres, ingênuos ou escravos. No período, foram batizados 239 homens e 251 mulheres; casaram-se 48 homens e 48 mulheres

23. APPI. Palácio do Governo. Série: Comissão de Socorros. Subsérie: Correspondência enviada (Ofício). Ano: 1879. Caixa: União. Ofício da Comissão de Socorros de União ao Presidente da Província, Exm^o. João Pedro Belfort Vieira em 15 de março de 1879.

e morreram 26 homens e 32 mulheres.²⁴ O número de mortos não incluiu os sepultamentos ocorridos pelos sítios e nem mesmo os ingênuos, devido ao vigário alegar que se via desprovido de comunicações, o que nos levar a supor que o índice de mortalidade foi muito maior do que o exposto, já que a contabilidade incluía apenas pessoas que residiam na própria vila. A mortandade não cessou nos anos seguintes, visto que, em maio de 1879, as valas do cemitério público não contavam mais cem espaços para sepultamento. A comissão de socorros, declarando ser desagradável o estado sanitário da vila e do cemitério, solicita providência ao Presidente da Província para designar que a Câmara Municipal de União estivesse habilitada a preparar um cemitério provisório para que os cadáveres não ficassem expostos nas ruas. Assim ressaltava:

Para que não fiquem insepultos cadáveres de imigrantes inteiramente desvalidos, a comissão nesta data se dirige ao Delegado de Polícia do Termo para que de acordo com o presidente da municipalidade tenha a possível vigilância, a bem da higiene pública, procurando providenciar no sentido de serem os cadáveres prontamente enterrados, toda a vez que forem eles de pessoas tão desvalidos que não tenham um parente que se encarregue de sepultá-las, como já tem sucedido.²⁵

O jornal *A ÉPOCA* expõe, em umas de suas matérias, o estado lamentável da localidade, descrevendo que: “Uma forte epidemia aflige a população do lugar, que está sendo dizimada por febres de mau caráter, com vômitos e diarreias. As pessoas acometidas, que têm a infelicidade de lançar preto, não escapam à morte.” E acrescenta que “[...] chega a tal ponto a

24. O PIQUETE. Arquivo Particular. Série: Tabela. Subsérie: Registro paroquial. Ano: 1877-1878. Registro feito pelo Vigário da paróquia Simpliciano Barbosa Ferreira descrevendo o número de batizados, casados e mortos em União. 01 de janeiro de 1878.

25. APPI. Ofício de 15 de março de 1879, op. cit.,

desgraça que a mulher abandona, por falta de recursos, o cadáver do marido, o filho o do pai e assim por diante”²⁶. À falta de valas no cemitério público somava-se ao aumento de mortes devido à míngua de recursos do governo, tendo sido, em 15 de maio de 1879, suspensos os socorros públicos ao município. Não sendo mais possível admitir enterros no cemitério de União por não haver espaço, passou-se a realizá-los no campo próximo a vila, porém, apesar do imprevisto para se ter um local onde fosse possível realizar os enterros, os sepultamentos ocorriam de forma inadequada a ponto de sentir-se o odor dos cadáveres já enterrados, como exposto:

Diz-nos desta vila pessoas de todo critério: ‘O povo está se acabando aqui; os enterramentos são feitos nos campo próximo à vila; à noite sente-se o fedor dos cadáveres mal sepultados e já tem sucedido os cães comerem cadáveres abandonados. Com tais elementos a epidemia irá se tornando mais extensa. Lembre ao governo a construção de um cemitério, uma vez que a câmara não o pode construir e a caridade particular está morta. Nossas palavras não podem ser, nem mais expressivas e nem mais incisivas, pedindo a S. Exa. aquilo de que os nossos desgraçados irmãos da União carecem – *uma sepultura ao abrigo dos cães!*’²⁷ (grifos do autor).

Possivelmente a caridade particular, citada pelo jornal, se referia aos políticos e comerciantes já citados, que foram acometidos por alguma moléstia na vila de União. O jornal acrescenta também que a capital e a vila de União eram as maiores vítimas da fome e das pestes na província, aproveitando para solicitar ao Presidente da Província o envio de um médico para a região, nem que fosse por dias, pois: “Na União, grandes e pequenos, estão sob a mais dolorosa pressão, e não tem

26. BN/HDB. Jornal “A Época - 1878-1884”. 05/07/1879, p. 4.

27. BN/HDB. Jornal “A Época - 1878-1884”. 02/08/1879, p. 4.

um médico disponível que acuda a chamada dos particulares, tudo ali sucumbe ao peso de tão grande calamidade.”²⁸

É importante ressaltar que a vila de União não ficou totalmente desprovida de assistência no que se refere a medicamentos para o tratamento das enfermidades, visto o governo provincial auxiliar com envios de ambulâncias de medicamentos. Em 21 de junho de 1878, o presidente Dr. Sancho de Barros Pimentel, recomenda o envio de uma pequena ambulância de medicamentos para a vila de União para o tratamento dos necessitados. No dia 11 de julho do mesmo ano é enviada outra ambulância para a vila. A tabela a seguir mostra a quantidade e o tipos de medicameantos.

Ambulância para tratamento dos imigrantes residentes na vila da União	
Sulfato de quinino.....	uma onça
Óleo de rícino	dois quilos
Vomitórios de ipecacuanha tarto rizado.....	Nº cinquenta
Ferro em pó.....	duas onças
Sal amargo.....	um quilo
Farinha de mustadar.....	um quilo

Fonte:APPI. Palácio do Governo. Série: Comissão de Socorros. Subsérie: Envio de medicamentos. Ano: 1878. Livro Nº 578. Lista de medicamentos enviados para União em 11 de julho de 1878.

Dentre esses medicamentos, os mais utilizados para os tratamentos dos migrantes foram o sulfato de quinino e o óleo de rícino, fato concluído a partir da análise das solicitações realizadas em ofícios pela comissão de socorros de União.

Para o tratamento das enfermidades que acometiam a população, foi contratado, em 9 de abril de 1879, o enfermeiro Manoel de Souza Machado, que se prontificou a trabalhar gratuitamente, visto a comissão alegar que não poderia realizar o pagamento do cidadão sem a autorização do Presidente da

28. Ibid.

Província. O enfermeiro foi destinado, com permissão do presidente, a tratar dos imigrantes que se encontravam a cargo da comissão e dos asilados no núcleo colonial existente no município, ficando responsável também pelo serviço de vacinação, tendo como gratificação mensal pelos seus serviços o valor de 50\$000²⁹. Em julho, Manoel de Sousa Machado solicitou ao juiz de Direito o fornecimento de 50 sacos de remédios para tratamento dos migrantes, os quais já haviam sido autorizadas pelo governo provincial. As vacinações, das quais ficou encarregado o enfermeiro, não estavam sendo eficazes, como ele mesmo ressalta: “[..] estas não produziram o efeito desejado; os que vacinei em um só não foi nada. O estado sanitário[.] cada dia vai a pior hoje se acham 393 estes os inválidos e imigrantes, continua a chegar gente vindo de fora e aqui nesta vila quase toda pessoa está doente³⁰”.

Como visto anteriormente, o governo achou por bem transportar os flagelados da seca para outras províncias em 1878, apesar de ser duramente criticado pelo jornal da oposição. A medida foi muito bem aceita pela comissão da cidade de União, pois na localidade extinguíam-se a cada dia os cereais remetidos ao município e continuavam as súbitas elevações de preços dos poucos cereais existentes no mercado, deixando assim os migrantes desprovidos de auxílio humanitário. O aglomerado dessa população indigente na vila levava a comissão a temer prejuízo à salubridade pública e aumento de roubos, uma vez que a população, faminta e impulsionada pela necessidade extrema, assaltava as propriedades individuais. Por isso

29. APPI. Palácio do Governo. Série: Comissão de Socorros. Subsérie: Correspondência enviada (Ofício). Ano: 1879. Caixa: União. Ofício da Comissão de Socorros de União ao Presidente da Província, Exmo. Sr. Dr. João Pedro Belfort Vieira em de 22 de abril de 1879.

30. APPI. Palácio do Governo. Série: Correspondência enviada (Manuscrito). Ano: 1870. Caixa: União. Manuscrito do enfermeiro Manoel de Sousa Machado ao Exmº. Sr. Dr. João Pedro Belfort Vieira em 7 de junho de 1879.

a comissão, visando a retirada dos flagelados, utiliza-se de um bem muito precioso para a cidade: o rio Parnaíba. A proximidade da vila com o Maranhão foi aproveitada para escoar os migrantes através do rio, pois: “Para todos que pretendiam seguir para a província do Maranhão com destino a Caxias e outros pontos se lhes pagava a passagem para atravessar o rio Parnaíba, e se lhes dava esmola mais avultada, para se poderem transportar.”³¹ Grande parte dos retirantes também seguia para outros pontos, como as cidades do Brejo e Parnaíba, nos vapores da Companhia Fluvial, as passagens ficando por conta do governo provincial e sendo fornecidas gratuitamente aos imigrantes que desejassem prosseguir viagem ou retornarem aos seus lares. Por esse meio seguia do município para outras localidades uma abundante população desvalida. O motivo de inúmeros retirantes retornarem aos seus lares se deu em virtude do retorno das chuvas no início do ano de 1879 em União, levando boa parte da população adventícia a aspirar retornar aos lugares de origem. No entanto, muitas vezes não era possível o transporte devido ser uma longa viagem, demandado assim um estoque de alimentos para empreender o deslocamento, como foi enfatizado pela comissão:

Com o aparecimento do inverno, parte da população adventícia quer voltar aos seus lares, e o principal motivo que a embarça para seu regresso é a falta de algum auxílio com que se possa prevenir para alimentação na longa viagem que tem de empreender. É verdade que V. Exa. já providenciou, em parte, facilitando passagens gratuitas a bordo dos vapores da Companhia Fluvial que seguem para a Parnaíba, e crescido número de imigrantes neste porto tem embarcado, gostando assim deste grande benefício do governo, que por esta forma evitou prejudicialmente aglomeração da população adventícia nesta Vila. Acontece, porém, que para muitos imigrantes do centro desta província e da do Ceará

31. APPI. Ofício de 15 de março de 1879, op. cit.,

torna-se mais longa e penosa a viagem sendo feita nos vapores para a Parnaíba, e a estes era que a comissão julgara conveniente animar para regressarem, proporcionando-lhes meios para principiarem a viagem. A província muito lucraria com esta emigração porque os que querem regressar e mudar-se são justamente os mais ociosos que por sua indolência não esperam colheita alguma por não terem preparado roças. A comissão expondo o que vem de dizer tem em vista pedir tão somente a V. Exa. que providencie para que a primeira remessa de gêneros que se destinar para aqui seja um pouco maior do que as que tem vindo, porque será a última despesa que fará o governo com socorros públicos neste município, como por todo mês vindouro já haverá recursos da nova estação.³²

Com o governo providenciando passagens gratuitas para a saída dos migrantes na companhia dos vapores fluviais, não somente os flagelados se beneficiam, como o próprio governo, uma vez que evitava aglomeração dos adventícios na vila e maiores gastos posteriormente.

Com a estação invernososa, o tempo fazia-se propício para a realização de novas plantações de cereais, porém, não foi possível de imediato executá-las devido não haver sementes para o plantio e as que estavam disponíveis eram vendidas por preços exorbitantes, o que dificultava o acesso aos mais pobres. As sementes de arroz e feijão, por exemplo, remetidas pelo governo aos imigrantes, não serviam para o plantio por apresentarem algum tipo de dano, deterioração ou desgaste, por isso eram solicitadas novas remessas para esta finalidade, como a seguir:

Tem-se verificado que o milho e feijão que o governo remete para os imigrantes não servem para plantar-se, por já terem certa

32. APPI. Palácio do Governo. Série: Comissão de Socorros. Subsérie: Correspondência enviada (ofício). Ano: 1879. Caixa: União. Ofício da Comissão de Socorros de União ao Exm^o. Sr. José Mariano Lustosa de Amaral em 12 de março de 1879.

avaria, pelo que a comissão roga a V. Exa. que se digne providenciar para que lhe sejam remetidas sementes de milho feijão e arroz em bom estado, a fim de se distribuir pela pobreza, no que V. Exa. faria um benefício indivisível a este município, que aliás sendo essencialmente agrícola, parece estar condenado, por falta absoluta de sementes dos mesmos legumes, a continuar a sofrer durante este ano a mesma escassez de gêneros alimentícios que experimentou no ano proximoamente findo.³³

A comissão recebeu 16 quartas de milho para sementes e algumas de arroz, suas distribuições eram voltadas para as pessoas pobres que se dedicavam à lavoura no município, no entanto, só receberiam as sementes aquelas pessoas que exibissem o atestado de agricultor para provar que se dedicavam à lavoura. Apesar da ocorrência dos primeiros sinais do inverno no início do ano 1879, a comissão descreve que o município ainda não desfrutava de abundantes chuvas. No entanto, ressaltava que a vila seria uma das localidades que melhor daria colheitas de milho, feijão e arroz na província.³⁴ Com a expectativa de dias melhores, a comissão logo requisitou ao Presidente da Província que enviasse, no primeiro barco a vapor que retornasse de viagem de Parnaíba, alguns cereais para serem distribuídos aos imigrantes durante o mês de abril, pois tendo em vista a disponibilidade de recursos do inverno, logo dispensariam os socorros públicos no município.

O novo Presidente da Província, Dr. João Belfort Vieira, integrante do Partido Liberal, tomando posse em abril de

33. APPI. Palácio do Governo. Série: Comissão de Socorros. Subsérie: Correspondência enviada (ofício). Ano: 1879. Caixa: União. Ofício da Comissão de Socorros de União ao Exm^o. Sr. José Mariano Lustosa de Amaral em 07 de janeiro de 1879.

34. APPI. Palácio do Governo. Série: Comissão de Socorros. Subsérie: Correspondência enviada (Ofício). Ano: 1879. Caixa: União. Ofício da Comissão de Socorros de União ao Presidente da Província, Exm^o. João Pedro Belfort Vieira em 15 de março de 1879.

1879, tratou logo de desfazer alguns núcleos e comissões pela província, sendo União uma das primeiras vilas afetadas.

Em 15 de março é desfeita a comissão administrada pelo juiz de Direito, Samuel Felipe de Sousa Uchôa e pelo promotor público, Francisco Barbosa Ferreira, sob o argumento de melhorias consideráveis no abastecimento de gêneros nas vilas e cidades da província. No entanto, União ainda não gozava deste estado tão lisonjeiro que foi alegado para a dissolução da comissão de socorros, visto que os cemitérios, como descrito anteriormente, não tinham mais vagas para novos cadáveres, a população continuava a sofrer com moléstias que aumentavam com o início do inverno e a mendicância não havia cessado, pois com a suspensão de socorros, cearenses e piauienses, acometidos pelas mazelas no município, voltavam a suplicar por caridade. O jornal *A ÉPOCA* expõe que:

De uma carta de pessoa fidedigna da referida vila, que temos a vista, vê-se que é impossível ser maior o estado de miséria e desespero das desgraçadas populações ali fulminadas pela epidemia. [...] Nada de insuportável é comparado ao enfado proveniente de uma chusma de mendigos que desde as 5 horas da manhã às 6 e 7 da noite atulham as portas do comissário público ao empuxões, vomitando imprecações uns, outros procurando iludir ao comissário, a fim de receberem duas ou mais rações, ao passo que os mais fracos, vão caindo desfalecidos, sendo preciso muitas vezes socorre-los de por exemplo com algum caldo, a fim de prolongar seus dias de atroz sofrer!³⁵

O jornal relata também que “Notamos, porém, entre a comissão de socorros uma contradição. Diz o governo no artigo de fundo de último número do órgão oficial ser inexato que o governo acabasse na União com os socorros públicos.”³⁶ De

35. BN/HDB. Jornal “A Época - 1878-1884”. 30/05/1879, P. 1.

36. BN/HDB. Jornal “A Época - 1878-1884”. 08/06/1879, P. 4.

fato, a realidade exibia uma incoerência em palavras oficiais, pois, até meados de agosto deste mesmo ano, as epidemias continuavam a fazer vítimas na localidade, não isolando-se apenas aos pobres, mas ainda atingindo as camadas sociais mais abastadas, como foi o caso do Capitão Trajano da Silva Coutinho, integrante do Partido Conservador, falecido por febres perniciosas.

Somamos a isso o aumento da criminalidade na vila. Os fazendeiros queixavam-se dos furtos de gado e animais em suas propriedades e levavam ao conhecimento das autoridades os seus prejuízos. Em julho desse mesmo ano, um fazendeiro que não quis se identificar chegou a escrever uma carta para o jornal *A ÉPOCA* para expor sua indignação a omissão do juiz de Direito e promotor público da cidade em relação aos furtos ocorridos na localidade, pois, segundo o prejudicado: “Se acontece a polícia prender algum delinquente, estes ficam na cadeia esquecidos do promotor e juiz municipal, dando lugar a que os criminosos assim conservados por muitos dias sem pronúncia, recorram e obtenham do meritíssimo Dr. Juiz [...] a ordem de *habeas-corpus*.” E ressalta ainda que: “Se acontece o Dr. juiz de Direito municipal designar algum mandato para intimidação de testemunha, recomenda ao oficial da diligência que somente cumpra esta, se o fazendeiro interessado no feito lhe remunerar o seu trabalho.”³⁷ Fato sucedido com o capitão Antônio Lopes de Souza Fortes, que pagou três mil réis ao oficial de justiça.

Os socorros públicos foram tornando-se cada vez mais restritos na vila de União, sendo beneficiados apenas aqueles que, acometidos por enfermidades, não pudessem trabalhar ou os que não tivessem nem uma roça de que colhessem o fruto do seu trabalho. O que nos leva a um paradoxo, pois, até agosto de 1879, as obras públicas empreendidas para o pro-

37. BN/HDB. Jornal “A Época - 1878-1884”. 26/07/1879, P. 4.

veito dessa vasta mão de obra encontravam-se desprovidas de recursos, de acordo com o governo provincial, o que nos direciona a atrelar os recorrentes furtos a estas providências governamentais, uma vez que nem todos os imigrantes retornavam aos seus antigos lares. No decorrer do ano de 1879 os núcleos foram sendo desfeitos, com exceção do núcleo Santo Antônio, que continuou a ter autorização para realizar gastos com todos os imigrantes até ao final do ano. A comissão calcula ter socorrido mais de 4 mil pessoas, levando assim a imaginarmos o tamanho dessa população advéncia que se direcionava para a vila, motivada pela aproximação com a capital e com o rio Parnaíba, tornando União um refúgio.

REFERÊNCIAS E FONTES

ARAÚJO, Maria Mafalda Balduino de. **Cotidiano e Pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina**. Teresina-Piauí: EDU-FPI, 2010.

BATISTA, Danilo José dos Reis; CARNEIRO, José Santana. **Narrativas da História Política, Social, Religiosas e Econômica do Município de União: Da origem a atualidade**. Editora: Cancioneiro, 2021.

GONÇALVES, Kércia Andressa Vitoriano. **Assistencialismo e trabalho aos migrantes da seca no Piauí: 1877- 1879**. Monografia (Graduação em História) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí. Picos, 2019.

APPI. Palácio do Governo. Série: **Comissão de Socorros**. Sub-série: Correspondência enviada (ofício), comissão de socorros. Ano: 1877. Caixa: União. Ofício em que o Juiz de Direito Samuel Felipe de Souza Uchôa solicita a entrega de alguns gê-

neros alimentícios ao Dr. Firmino de Souza Martins em 08 de abril de 1877.

APPI. Secretária do Governo da Província do Piauí. Série: **Comissão de Socorros**. Subsérie: Correspondência enviada (requerimento). Ano: 1878. Livro N° 578. Requerimento de José Araújo Costa à Comissão de Socorros da Capital em 21 de março de 1878.

APPI. Palácio do Governo. Série: **Comissão de Socorros**. Subsérie: Correspondência enviada (Ofício). Ano: 1878. Caixa: União. Ofício da Comissão de Socorros de União ao Presidente da Província, Exm°. Sr. Dr. Sancho de Barros Pimentel em 14 de agosto de 1878.

APPI. Palácio do Governo. Série: **Comissão de Socorros**. Subsérie: Correspondência enviada (Ofício). Ano: 1878. Caixa: União. Ofício da Comissão de Socorros de União ao Presidente da Província, Exm°. Sr. Dr. Sancho de Barros Pimentel em 01 de setembro de 1878.

APPI. Palácio do Governo. Série: **Comissão de Socorros**. Subsérie: Correspondência enviada (Ofício). Ano: 1878. Caixa: União. Ofício da Comissão de Socorros de União ao Presidente da Província, Exm°. Sr. Dr. Sancho de Barros Pimentel em 08 de setembro de 1878.

APPI. Palácio do Governo. Série: **Comissão de Socorros**. Subsérie: Correspondência enviada (Ofício). Ano: 1878. Caixa: União. Ofício da Comissão de Socorros de União ao Presidente da Província, Exm°. Sr. Dr. Sancho de Barros Pimentel em 06 de novembro de 1878.

APPI. Palácio do Governo. Série: **Comissão de Socorros**. Sub-

série: Correspondência enviada (ofício). Ano: 1879. Caixa: União. Ofício da Comissão de Socorros de União ao Exmº. Sr. José Mariano Lustosa de Amaral em 07 de janeiro de 1879.

APPI. Palácio do Governo. Série: **Comissão de Socorros**. Sub-série: Correspondência enviada (Ofício). Ano: 1879. Caixa: União. Ofício da Comissão de Socorros de União ao Exmº. Sr. Dr. José Mariano Lustosa do Amaral em 12 de março de 1879.

APPI. Palácio do Governo. Série: **Comissão de Socorros**. Sub-série: Correspondência enviada (Ofício). Ano: 1879. Caixa: União. Ofício da Comissão de Socorros de União ao Presidente da Província, Exmº. João Pedro Belfort Vieira em 15 de março de 1879.

APPI. Palácio do Governo. Série: **Comissão de Socorros**. Sub-série: Correspondência enviada (Ofício). Ano: 1879. Caixa: União. Ofício da Comissão de Socorros de União ao Exmº. Sr. Dr. Firmino de Souza Martins em 09 de abril de 1879.

APPI. Palácio do Governo. Série: **Comissão de Socorros**. Sub-série: Correspondência enviada (Ofício). Ano: 1879. Caixa: União. Ofício da Comissão de Socorros de União ao Presidente da Província Exmº. Sr. Dr. João Pedro Belfort Vieira em 22 de abril de 1879.

APPI. Palácio do Governo. Série: **Correspondência enviada** (Manuscrito). Ano: 1870. Caixa: União. Manuscrito do enfermeiro Manoel de Sousa Machado ao Exmº. Sr. Dr. João Pedro Belfort Vieira em 7 de junho de 1879.

BN/HDB. **Jornal “A Época - 1878-1884”**. 27/04/1878, p. 4.

BN/HDB. **Jornal “A Época - 1878-1884”**. 08/06/1878, p. 4.

BN/HDB. **Jornal “Revista da Instrução e Educação - 1878”**. 15/06/1878, p. 2-3.

BN/HDB. **Jornal “A Época - 1878-1884”**. 30/05/1879, P. 1.

BN/HDB. **Jornal “A Época - 1878-1884”**. 08/06/1879, P. 4.

BN/HDB. **Jornal “A Época - 1878-1884”**. 05/07/1879, p. 4.

BN/HDB. **Jornal “A Época - 1878-1884”**. 26/07/1879, P. 4

BN/HDB. **Jornal “A Época - 1878-1884”**. 02/08/1879, p. 4.

O PIQUETE. Arquivo Particular. Série: **Tabela**. Subsérie: Registro paroquial. Ano: 1877-1878. Registro feito pelo Vigário da paróquia Simpliciano Barbosa Ferreira descrevendo o número de batizados, casados e mortos em União. 01 de janeiro de 1878.

O PIQUETE. Arquivo Particular. Série: **Comissão de Socorros**. Subsérie: Correspondência enviada (Ofício). Ano: 1878. Ofício da Comissão de Socorros de União ao Exmº. Sr. José de Araujo Costa em 22 de março de 1878.

O PIQUETE. Arquivo Particular. Série: **Subdelegacia de Polícia do 1º Distrito do Termo de União**. Subsérie: Correspondência enviada (manuscrito). Ano: 1879. Manuscrito do subdelegado da junta ao Presidente da Província Exmº. Sr. Dr. João Pedro Belfort Vieira em 01 de agosto de 1879.

PELOS FIOS E DESFIOS DE UM PROJETO REPUBLICANO INCONCLUSO

*Eduardo Teixeira Silva¹
Johny Santana de Araújo²*

POR UMA COMPREENSÃO DA HISTÓRIA DOS INTELECTUAIS

Assim como todo período histórico, as visões e análises sobre o período republicano brasileiro estão sujeitas às mais diversas interpretações, concisas ou complexas. Na constituição dos estudos a respeito do século XIX, uma série de questões e temáticas podem ser elencadas a fim de conduzir os historiadores às mais diversas assertivas, sejam elas a respeito das monarquias nacionais em crise ou aos processos de independências que varreram as antigas colônias americanas, pautadas, sobremaneira, na (re)concepção da ideia de “conceito”, sendo esta última debatida com ênfase pelo historiador alemão Reinhart Koselleck, no século. Nesse contexto, o revisionismo das conceitualizações de “República”, especialmente nos momentos limítrofes entre a derrocada

1. Formando do curso de Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Piauí-UFPI. Membro bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET-UFPI). E-mail: teixeiraeduardo@ufpi.edu.br

2. Professor da Universidade Federal do Piauí (UFPI), vinculado ao Departamento de História (DH), ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. É, ainda, Tutor do PET - História. Sócio Correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

do Império e o assentamento da ordem republicana, faz com que sejam lançadas percepções acerca daqueles que primeiro a estimaram como forma de governo nacional. Diante essa questão, têm-se Oliveira (2010):

Em se tratando da historiografia dedicada a ritos de passagem da história nacional como da Monarquia à República, a atenção deve ser ainda mais redobrada, considerando a riqueza de interpretações produzidas de tempos em tempos; todas elas em sintonia fina com os problemas que vão sendo apresentados aos historiadores de cada época. (Oliveira, 2010, p. 1-2).

Convergindo para a intelectualidade brasileira oitocentista, encontramos diversos políticos-intelectuais, como Joaquim Nabuco e Anfrísio Fialho que estavam a par das discussões a respeito das variadas formas governativas que poderiam ser aplicadas na nação. Diante a dúvida da manutenção do então governo imperial ou da sua mudança, radical ou não, para o sistema republicano, é possível perceber a variação ideológica de diversas correntes intelectuais, ligadas às f(ô)rmulas europeias do positivismo, do liberalismo e do jacobinismo, evidenciados por Carvalho (1990), fatores que colaboraram para uma inconsistência de pensamentos e ideias.

Desse modo, ao analisarmos tais personagens letrados, têm-se a necessidade, *a priori*, de realizar um debate a respeito dessa intelectualidade, especialmente suas características e os embates que travavam entre si. Nesse contexto, o próprio sentido de “intelectual” ainda estava por se descobrir, uma vez que em meados do século XIX, as transformações culturais, sociais, econômicas e históricas estavam se delineando mediante aos heterogêneos e divergentes direcionamentos habituais (Wasserman, 2015). Os processos de unificação alemã e italiana, o crescente cientificismo europeu e a necessidade das múltiplas repúblicas americanas, recém indepen-

dentes, em construírem para si uma concepção de identidade nacional, fizeram com que o meio acadêmico, em especial aqueles voltados para as humanidades, pudessem conferir aos novos agentes que emergiam, explicações e caminhos, dentre os quais a própria formação de uma intelectualidade e a construção do Estado nacional.

Diante disso, o processo de estudo de uma “História intelectual” ou “História dos Intelectuais” fora se diversificando, tanto em significado quanto em campos de estudo (Wasserman, 2015, p. 66), ampliando as antigas concepções e dando gênese às novas formas daqueles que viriam a ser considerados intelectuais. Mediante as experiências em que os processos históricos e sociais vão sendo traçados ou permeados por múltiplos agentes, a conceitualização acadêmica constitui aspectos que vão remeter às disputas de hierarquia, sejam ela dentro da academia ou fora, quando estes são postos à vista e ao espectro da sociedade. Enfoques teóricos e metodológicos são dirigidos mediante os métodos de abordagem tempo-espaciais, ou seja, suas variações estão sujeitas as diversas intempéries do período em que estão inseridas. Nesse quesito, a definição do que podemos qualificar como “intelectual” foi debatida demasiadamente ao longo do tempo, fazendo com que a sua especificidade estivesse sujeita as condições em que estava inserida, sendo ela social e política. De acordo com Correa (2015):

O intelectual enquanto agente social e político passou a ser objeto de investigação crítica, ou seja, na condição de produtor de ideias, de oferecer interpretações sobre a realidade e de intervir criticamente no meio social, o intelectual tornou-se, também, matéria-prima de observações filosóficas, sociológicas e historiográficas. Em outras palavras, o intelectual, com o desenrolar da modernidade, tornou-se um problema a ser investigado pelos diferentes campos das ciências humanas. (Correa, 2015, p. 395)

Sendo assim, os intelectuais como agentes sociais, tem como função adotar posições de integralização de ideias, proposições que estejam ligadas à sociedade que os cercam e os nutrem. Apesar das expectativas comuns estarem conectadas aos intelectuais como indivíduos independentes ou autônomos, é imprescindível que tal concepção seja reavaliada mediante diversas categorias, crítica social e através das análises históricas (Wasserman, 2015, p. 69).

Nesse contexto, o campo da intelectualidade age de maneira diversa, uma vez que abre espaço para os distintos meios de investigação, já que, as categorizações acadêmicas estão dentro dos aspectos das projeções sociais (Correa, 2015, p. 396). Por certo, ao vislumbrar a realidade brasileira na segunda metade do século XIX, têm-se o desgaste das estruturas imperiais, simultaneamente com os embates entre os grupos elitistas da época, divididos entre liberais e conservadores, e por último o partido republicano, em 1870. É nessa conjuntura, que os intelectuais brasileiros do oitocentos entram em profundo estímulo de discussões que transpassariam os anos que iriam se seguir, em especial o período em que o movimento republicano começar a ganhar destaque (Carvalho, 1990).

Dessa forma, as divergências internas, fossem elas relacionadas a concepção do “ideal” e do possível, fez com que os próprios membros dos partidos em questão entrassem em conflitos, levando-os as suas disseminações, a exemplo do partido liberal:

Os liberais de 1862 racharam em duas alas: a reformista, que reconduziu os afeitos ao gradualismo emancipatório e à desconcentração do poder político-institucional, e a radical, da qual nasceu um abolicionismo rapidamente silenciado no partido republicano que lhe deu forma. Nos cafezais paulistas, para onde se deslocava progressivamente o principal eixo produtivo nacional, também se erigiu um bloco radical que tinha na federação, e

não imediatamente na abolição, o sentido da república. (Krause; Soares, 2022, p. 263-264)

Nesse sentido, o próprio conceito de “República” entra em ebulição, sendo lançado a dúvida e ao entrelaçamento político, ou seja, a qual das ideologias iria melhor se adequar, obviamente se adaptando a aqueles que estivessem encabeçados de lançá-la como a nova conjunção governativa.

Assim como os liberais, o partido conservador também passou por desgastes internos que o levaram a divergências de seus membros:

Os dissidentes, insatisfeitos com a perpetuação de nomes saquaremas no poder, aliaram-se a um bando muito heterogêneo de liberais. Formaram uma liga parlamentar que ganhou o nome de progressista, não devido a uma agenda social qualquer, mas em contraposição aos sucessores dos regressistas de 1837. (Krause, Soares, 2022, p. 265)

Ainda em tal ambientação, Carvalho (2007) nos traz a tempestuosidade em que a realidade partidária do Brasil imperial estava inserida:

O Partido Progressista surgiu da Liga Progressista, em torno de 1864, sendo ambos produto do movimento de Conciliação de iniciado em 1853 pelos conservadores. Compunha-se de conservadores dissidentes e liberais históricos. O Partido dissolveu-se em 1868 com a queda de Zacarias. Parte dos progressistas formou o novo Partido Liberal, parte ingressou no Partido Republicano fundado em 1870. Até o fim do Império o sistema partidário permaneceu tripartite, tendo, de um lado, os dois partidos monárquicos e, de outro, o Partido Republicano. (Carvalho, 2007, p. 205)

Neste oceano repleto de anseios e disputas, personagens como Joaquim Nabuco, Francisco de Sales Torres Homem,

Justiniano José da Rocha, Antônio Ferreira Viana e o agente chave deste trabalho, Anfrísio Fialho, estavam dispostos e dedicados aos diferentes debates e discursos que circundavam os espaços em que estavam sujeitos, fossem eles restritos aos clubes privados ou na própria Assembleia Geral, composta pelo Congresso Nacional e o Senado imperial. Para tal, dispomos de um exemplo desse contexto, o qual Fialho evidencia seus ideais ao comentar a obra *A Conferência dos Divinos*, de autoria de Ferreira Viana:

Que é absolutamente necessário oppôr uma barreira à onnipotência do Imperador, a qual, na frase do Sr. Ferreira Viana (frase que recebeu a aprovação unanime de todos os deputados que a ouviram, por consequinte dos ministros em exercício e dos ex-ministros presentes) “estragou todas as forças vivas da nação”, o que implica confissão tácita, mas nem por isso menos significativa e verídica de estar o Brazil realmente reduzido ao estado de cadáver, como afirmamos. Porque, como disse Montesquieu e Washington confirmou na sua celebre mensagem de despedida. “uma experiencia eterna mostra que o homem investido do poder vai até onde encontra limites ou barreira.” (Fialho, 1885, p. 18)

As influências sociais e econômicas não podem ser excedidas da constituição e dos embates os quais irão compor as cenas do que virá a se tornar a essência republicana. Nesse quesito, têm-se Emilia Viotti da Costa (2010) enfatizando as perpetuidades do pensamento elitista e excludente de tais âmbitos, ou seja, representantes dos seus próprios interesses, “A elite de letrados, falando em nome das categorias socialmente dominantes, seria a porta-voz de uma ideologia liberal que mascarava as contradições do sistema” (Costa, 2010, p. 59).

Mediante as constantes conturbações que se desenrolam a segunda metade do século XIX, no Brasil, têm-se a distinção sociopolítica das categorias políticas, nesse quesito, dos

intelectuais, a respeito das perspectivas ideológicas os quais estavam inseridas. Diante esse contexto, mudanças estavam sendo exigidas, esperavam-se rupturas, entretanto tais questões estavam constantemente sendo figuradas pela elite política imperial, desse modo, a conjuntura organizacional estaria disposta mediante seus anseios. Aspectos, como abolição da escravidão, Lei de Terras, Reforma da Guarda Nacional, liberdade econômica e o próprio Estado Imperial foram pautas, segundo Carvalho (2007):

Exigia-se a liberalização do Estado pela redução do controle sobre a economia, pela redução da centralização, pela abolição do Poder Moderador, mas recorria-se a ele para resolver os problemas da escravidão, da imigração, dos contratos de trabalho, do crédito agrícola, da proteção da indústria. A intervenção iria naturalmente redundar em posterior aumento do poder Estado e, portanto, em novas e mais enfáticas críticas a sua natureza não-liberal. Foi constante no Império a dubiedade: para cada Tavares Bastos que clamava por poder excessivo do Estado em defesa de reformas liberais, haveria um Rio Branco que usaria o mesmo poder para realizar as reformas, embora talvez não exatamente as mesmas. Era conhecida a ironia: os liberais propunham as reformas que os conservadores realizavam. (Carvalho, 2007, p. 234)

Nessa assertiva compreende-se que as disputas ideológicas transpassavam o mero debate discursivo e compunham a realidade e vivência da política imperial, fazendo com que as perspectivas fossem múltiplas e variadas. Por tal conjuntura, constitui-se uma rica historiografia pós-proclamação, fazendo com que vários historiadores aderissem àquelas vertentes que estivessem, obviamente, ligadas as suas próprias concepções a aproximações. Ainda nessa perspectiva, o agente deste trabalho, Afrísio Fialho, ao desenvolver suas idealizações faz com que tenhamos uma amostra dos pormenores que antecederam

ao quinze de novembro, a exemplo de um artigo escrito por ele para o jornal *Gazeta de Notícias* em 1885:

Qual é o brasileiro de dignidade o inteligente que ousará afirmar hoje que somos um povo livre? Não somo um povo livre, mas *escravos livres*, como disse Sr. Ferreira Vianna, com aplausos unanime da câmara dos deputados de 1882. Somos verdadeiros escravos, diremos nós, como são todos súbditos de um monarca que usurpou todos os poderes para só ele governar e dominar. A nova organização policial mostra-nos por que meios os usurpadores ou tyranos se mantem no poder usurpado. Oh! Brasileiros, Sr. D.Pedro II, à semelhança dos imperadores romanos, diz-vos:- *Tremei de medo !* Nos vos dizemos: - *Corai de Vergonha!* (Fialho, 1885, p. 2)

O discurso da realidade é transformado mediante as concepções a qual está imersa, assim sendo, as possibilidades de investigação, em especial aquelas que dizem respeito as “histórias” do republicanismo brasileiro e suas formas e deformidades, foram alvo de diversos historiadores, gerando assim várias facetas de interpretação do referido período, ou seja, o enriquecendo, tanto para aqueles que anseiam por adotá-lo ou quem deseje discordar.

Vale ressaltar que durante o processo de Independência, a possibilidade de mais uma república nos trópicos, modelo aderido pelas antigas colônias espanholas, gerava no seio da elite e dos intelectuais, em um primeiro momento, uma preocupação especialmente voltada à questão da fragmentação nacional, entretanto tal receio foi contornado pelo conhecido “Golpe da Maioridade” do jovem imperador, permitindo assim a coesão política administrativa que irá perdurar por mais de cinco décadas. Simultaneamente, as antigas estruturas brasileiras começam a ser abaladas por transformações sociais, econômicas e políticas, que o sistema vigente já não

possui forças, ou melhor, capacidade de sustentar e sanar. O crescimento do republicanismo está atrelado às agitações das elites do sul, que no seu momento de desespero recorriam/recorrem a meios de sobrevivência que mais lhes possam garantir o sustento material, que as circunstâncias do momento passam a negá-lo. Fatores como o papel da cidadania entram em choque com o mecanismo escravagista, assim como a participação política daqueles desprovidos dos recursos necessários, especialmente relativos ao capital. Nessa perspectiva, iremos discutir tais temáticas com mais afinco adiante.

HISTORIOGRAFIA DO MOVIMENTO REPUBLICANO

A complexidade conceitual e a investigação republicana se deram por conta das experiências dos agentes envolvidos em sua constituição como movimento, por vezes organizado, a exemplo da “Geração de 1870”, consequência da queda do gabinete Zacarias de Goés, ou através dos clubes e jornais. Nesse interim, forma-se no Rio de Janeiro, o Partido Republicano, que logo após sua fundação, seus integrantes publicam o “Manifesto Republicano”, onde são expostas as diversas críticas feitas ao então governo imperial, dentre elas a corrupção; o sistema de privilégios sustentados pelo princípio da “Conciliação”; a centralidade política administrativa; o cerceamento das liberdades: econômica, de imprensa, social e da educação. Por tal, pleiteavam a transição pacífica para uma forma governativa mais ampla e democrática, optando por uma república federativa e democrática, a fim de garantir direitos aos “cidadãos”. Porém, esse fato nos leva a pensar sobre o pacifismo e a possível cidadania a qual os agentes republicanos mencionam, uma vez que a sociedade oitocentista brasileira estava à mercê do projeto escravista e excludente (Carvalho, 2021), quanto a transição, receava-se

revoltas e a desordem social, para tanto articulam-se condições que pudessem atrair um público menos receoso, sendo assim recorrem a legitimação de suas propostas através do processo de independência, afirmando a manutenção do antigo sistema colonial e sua imediata mudança (Viscardi, 2010), ainda nesse aspecto, nos confirma também, Costa:

Dentro dessas condições soariam falsos e vazios os manifestos em favor das fórmulas representativas de governo, os discursos afirmando a soberania do povo, pregando a igualdade e a liberdade como direitos inalienáveis e imprescritíveis do homem, quando, na realidade, se pretendia manter escravizada boa parte da população e alienada da vida política outra parte. (Costa, 2010, p. 31)

Nesse viés, uma outra vertente que podemos analisar, baseia-se no entendimento do liberalismo, contudo, sendo este compreendido mediante suas fundações europeias e importadas pela elite nacional, a fim de servir a seus desejos. Enquanto no velho continente, o liberalismo, estritamente burguês, combatia o *ancient regime* e suas estruturas que impediam o pleno desenvolvimento e constituição da nova realidade europeia - cientificismo, industrialização acelerada, processos de unificação- no Brasil configurou-se de forma distinta. Devido a uma “inexistência” de uma classe burguesa definida e consolidada, mas sim grandes senhores de terra e latifundiários, associados a uma diminuta classe de burocratas e bacharéis, assim como profissionais “liberais” - médicos e advogados- o ideal Liberal foi diluído mediante as necessidades desses agentes. Baseados na compreensão de liberdade de mercado, individual e intelectual, uma grande camada da elite brasileira torna-se adepta de tal corrente, entretanto sem dialogar com a possibilidade de uma possível abolição, sendo este um dos principais obstáculos do Liberalismo brasileiro.

Como já evidenciado, com o surgimento do partido republicano carioca em 1870, as expectativas republicanas iniciaram um processo de florescimento e irradiação ao longo do império. Nesse contexto em 1873 tem-se fundação do Partido Republicano Paulista-PRP. Porém, não foi em todas as províncias em que o ideal republicano chegou de modo incisivo e organizado. As províncias de Minas Gerais e Pernambuco, devido a suas prévias experiências “republicanas”, Inconfidência Mineira (1791) e Conjuração Pernambucana (1817), tiveram uma melhor recepção do ideal republicano. Em contrapartida, em outras províncias do império houve uma evolução menos acelerada, parte disso se dá, por conta de algumas possuírem baixa importância econômica e política ou pelo fato de sua proximidade histórica com países europeus, a exemplo da região norte, uma vez que o eixo Sul-Sudeste arregimentara a economia e a política, a partir da segunda metade do século XIX. Assim podemos conferir em Lemos:

Entre as províncias do norte, o Pará organizou seu partido em 1886, mas o Amazonas não o conseguiu enquanto durou a monarquia. Na Bahia, forte reduto monarquista, o impacto do Manifesto Republicano restringiu-se a um efêmero entusiasmo de alunos da faculdade de medicina, sem maiores reflexos no interior da província, e ao surgimento de alguns jornais favoráveis ao novo partido. O partido inexistiu na Paraíba, assim como a imprensa republicana, até o fim da monarquia. Província pioneira no abolicionismo, tendo extinto a escravidão em 1884, o Ceará teve seu partido republicano fundado em 1887. Nas províncias do Maranhão, Sergipe, Alagoas, Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro, a organização de partidos republicanos só se tornou possível após o fim compulsório da escravidão, que motivou a adesão de escravocratas ressentidos [...] No Sul, o Partido Republicano Rio-grandense foi fundado em 1882, adotando com especial ênfase a vertente federalista do documento. Já o Partido Republicano de Santa Catarina surgiu em 1885, enquanto no Pa-

raná os republicanos não conseguiram superar a fase de organização. (Lemos, 2009, p. 414)

Mediante o exposto, compreende-se que a expansão do ideário republicano se deu de forma processual, lenta e dispersa, fato que se pode inferir logo pela demora na chegada da notícia nas diferentes províncias, quanto pelas suas afinidades relacionadas a economia nacional e a política pré e pós-independência, e obviamente aos meios de comunicação, sendo principalmente os jornais.

Com a Proclamação da República, em 1889, o exame historiográfico esteve sob “tutela” do então novo regime (Oliveira, 2010), transformando-o e o conduzindo através das décadas seguintes, a fim de legitimar, assegurar e resguardar os anseios da elite brasileira. Vale ressaltar que em momentos anteriores, essa mesma classe, afundada nas diversas crises políticas, consequente da Guerra do Paraguai (1864-1870), e atrelada ao desenvolvimento econômico cafeeiro, o aumento da imigração europeia, o enriquecimento da classe urbana-médicos, advogados, padres, comerciantes- fizeram com que os partidos imperiais se readequassem mediante tais “anomalias”, que naquele momento corroíam as concepções daqueles que se consideravam Liberais e Conservadores, e futuramente Republicanos, que até então conseguiam manter-se politicamente, sob a mão conciliadora do Poder Moderador.

Contudo, como já exposto acima, controvérsias ideológicas dentro dos partidos, fizeram com que o rompimento se realizasse de forma acelerada, uma vez que, afirmar que essa proposição fosse “inevitável”, seria de grande irreverência, pois é contra o trabalho historiográfico admitir ou reconhecer momentos por simples suposição, apesar de que ao adentrar no contexto trabalhado, as conjunturas das classes dominantes, nos levam a refletir exatamente sobre o processo geral, a

respeito da decadência e inevitabilidade da queda do império e proclamação da república. Diante tais pontos, Costa nos traz os seguintes aspectos que nos levam a refletir acerca:

O programa de reformas respondia ao sentimento crescente de insatisfação entre vários setores da sociedade. Ele dirigia-se às classes médias, principalmente ao setor profissional e burocrata, cansado das incertezas da patronagem política, e aos empresários e negociantes oprimidos pelos regulamentos do governo. Falava também aos militares que durante a Guerra do Paraguai (1864-1870) tinham ficado mais coesos e mais conscientes das deficiências do Exército brasileiro e mais hostis à interferência dos civis. Falava ainda a nova geração de políticos que via no programa de reformas um veículo para a sua ascensão ao poder. Intelectuais encontraram na campanha reformista novas fontes de inspiração e um público cativo. O programa reformista também atraía a algumas elites regionais, particularmente em São Paulo, Pará, Pernambuco e Rio Grande do Sul. O desenvolvimento econômico desigual, a crescente competição por subsídios governamentais, os conflitos de interesse em relação a políticas imigratórias, a abolição da escravatura e tarifas e empréstimos tinham tornado alguns setores das elites conscientes das desvantagens da centralização. (Costa, 2007, p. 164)

Inseridos em um momento de agitação política, os membros das correntes conservadora, liberal, radical e republicana terminariam por eleger um inimigo comum, destinatário por excelência de suas repreensões e ataques: o poder imperial. Nessa perspectiva, com o aumento da propaganda republicana e o ascendente número de “fugas” de partidários liberais e conservadores para o partido republicano, em 1885, o propagandista e político piauiense Anfrísio Fialho, funda e redigi o jornal *O Constituinte*, onde pode expor de modo incisivo suas queixas a respeito do modelo de governo do imperador. Para tanto, traz-se parte dos seus escritos, onde enumera alguns

pontos, com o intuito de convencer o leitor sobre os meios *hypocritas* de D. Pedro II:

2. Que esse governo pessoal é o principal instrumento de que se tem servido o Imperador para reduzir a nação ao estado de cadáver, pela pobreza e pelo atraso, pobreza e atraso igualmente confessados por chefes dos partidos que sustentam a monarchia, como, por exemplo, o Sr. Saraiva, quando presidente do conselho.
3. Que esse governo pessoal e seus nefandos efeitos revelam a existência de um plano político concebido pelo Imperador para mais seguramente consolidar o seu throno, unico na imensa América república, e onde, por consequinte, a *monarchia* é planta exótica.
5. Que o meio pelo qual se poderá levantar uma barreira à política do Imperador é a ameaça que se lhe fizer dirarimanete de ser elle um dia chamada a prestar contas do seu reinado perante a nação soberana reunida em Assembléa constituinte, ou então de ver elle arrebentar bruscamente a cólera nacional como um vulcão medonha e terrível. Esse meio é único; é o *jornal diário*. (Fialho, 1885, p. 18)

O trecho acima demonstra a grande insatisfação para com o sistema criado pelo imperador. Um dos principais aspectos que o modelo em questão estava inserido, girava em torno da centralização política e nacional. Conduzidos pelo receio de uma fragmentação territorial, semelhante ao restante da américa espanhola, a resolução de conflitos, seja pela guerra quanto pelo diálogo político, dirigido pelo desejo de um Estado centralizado, a um primeiro momento, impediu que a jovem nação entrasse um âmbito fragmentário. Ademais, faz-se necessário enfatizar que foram as elites regionais, especialmente aquelas voltadas a economia cafeeira de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, que ao assumirem o papel dominante em relação ao capital nacional, conseguiram

dinamizar as estruturas sociopolíticas, como a manutenção do próprio sistema monárquico e a escravidão, atrelado a uma formação educacional conservadora e coesa com o ideal elitista, a conjuntura estava pronta a autopreservação, desde que nenhum desses sustentáculos fosse estremecido, assim como nos afirma Fausto:

As rebeliões provinciais, as incertezas sobre a forma de organizar o poder central indicam que a unidade do país não estava garantida ao ser proclamada a Independência. Ela foi produto da resolução de conflitos pela força e pela habilidade, e do esforço dos governantes para construir um Estado centralizado. Mas não há dúvida de que, nesse processo, a hipótese de separação das províncias foi sempre menos provável do que a permanência da unidade [...] O interesse em manter a escravidão levou as províncias mais importantes a descartar as alternativas de uma separação do império que as enfraqueceriam enormemente diante das pressões internacionais antiescravistas [...] Por sua vez, a formação de uma elite homogênea, educada na Faculdade de Direito de Coimbra e, a seguir, nas faculdades de Olinda-Recife e de São Paulo, com uma concepção hierárquica e conservadora, favoreceu a implementação de uma política cujo objetivo era o da construção de um império centralizado. A circulação dessa elite pelo país, ocupando postos administrativos em diferentes províncias, integrou-a ao poder central, reduzindo sua vinculação com os diferentes interesses regionais. (Fausto, 2018, p. 100)

O interesse provincial, em partes, se submetia ao poder central para suste e manter-se, entretanto, com o decorrer do segundo reinado e a transformações decorridas especialmente pelo enriquecimento da classe cafeeira, da modernização urbana e intelectual, da abolição da escravidão, fizeram com que essa mesma elite entrasse em conflito com o poder que a sustentava. Outro aspecto a se inferir, corresponde aos militares, em especial pós-guerra do Paraguai, que ao experienciar

rem as condições bélicas e a forma em que estavam inseridos na política nacional, fizeram com o sentimento corporativista estivesse embebido pelo anseio de participação política, especialmente do oficialato letrado da Academia Militar da Praia Vermelha (Celso, 2000). Tais aspectos levaram, por fim, ao 15 de novembro, por conseguinte as suas conflagrações.

A (RE)INVENÇÃO DA HISTÓRIA: REPÚBLICA E SÍMBOLOS - RECONSTRUINDO A HISTÓRIA

Aos fins do século XVIII, a França passava pelo mais violento dos movimentos sociais, onde a própria essência francesa, o auge da monarquia, aquilo que ficaria conhecido como *ancient regime*, foi combatido de modo tão enérgico que abalou as estruturas das demais nações europeias, tão poderosas quanto, porém naquele momento sentiram o peso de uma simples frase - *É uma revolução*.³ A Revolução Francesa ecoou como uma avalanche pela Europa e, obviamente, nas Américas, onde encontrou formas que se diluíam conforme a própria concepção americana. Nesse contexto das velhas monarquias, o seu símbolo máximo representativo, repousava nas áureas coroas que estavam acima das cabeças dinásticas mais antigas do continente europeu, onde imperadores e imperatrizes, reis e rainhas, constituíam o cerne das futuras nações modernas. A representação da instituição Monarquia, compreendida entre a coroa e o rei, simbolizava acima de tudo, uma comunidade, a figuração de um ente que unia o povo ao seu soberano, gerando assim uma unidade, porém, ainda não é concebida uma Nação. De acordo com Anne-Marie Thiesse (2002):

3. Frase proferida pelo rei Luís XVI, em 14 de julho de 1789, ano marco da Revolução Francesa.

No contexto da grande revolução ideológica que começa, a nação é concebida como uma comunidade de nascimento, instituindo uma igualdade e uma fraternidade de princípio entre seus membros. A nação, diferentemente de um agrupamento da população definido pela sujeição a um mesmo monarca, coloca-se como independente da história dinástica e militar: ela preexiste e sobrevive a seu príncipe. O que constitui nação é a transmissão, através das gerações, de uma herança coletiva e inalienável. A criação das identidades nacionais consistirá em inventar este patrimônio comum, isto é, de fato, em inventá-lo. (Thiesse, 2002, p. 8)

Nessa perspectiva, a construção do sentido nacional, ou seja, de pertencimento nacional, é constituído pela concepção comum de todos os indivíduos que venham porventura a integrá-la, estejam interligados por um sentimento, através dos quais possam conhecer e reconhecer a identidade política (Jurt, 2012). Sendo assim, no caso brasileiro, a independência trouxe essa perturbação, como atribuir características e identidade a um Estado, recém-formado, que passou pelo mecanismo da colonização, fruto de um sistema escravista e cercado por turbulências por conta das emancipações da América espanhola? A resposta para tal indagação, segundo a historiografia brasileira, corresponde a diversos fatores, entretanto iremos focar no seguinte aspecto: o desejo das elites na manutenção da ordem social.

Com o advento da família real e a abertura dos portos em 1808, a elevação da colônia a categoria de Reino Unido em 1815, a aproximação das elites coloniais com a Corte real, fez com que as amarras do Pacto Colonial, entrasse em declínio, elevando assim a dimensão de uma futura ruptura. Com a inserção da economia brasileira ao mercado internacional, devido ao decreto de 1808, fez com a elite política promotora da independência, não ansiasse por mudanças drásticas nas estruturas econômicas-sociais que estavam em vigor. Outros-

sim, a importância e a necessidade de se construir um Estado nacional. Nesse quesito, surge uma incongruência, uma vez que, a equação “nação=Estado=povo” (Hobsbawm, 2013) foi quebrada, pois forjou-se primeiro um Estado imperial, para em seguida unir um povo a causa comum, para assim instituir uma nacionalidade, por conseguinte, este último tenta-se estabelecer somente em 1838, dezesseis anos pós independência, com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Sendo assim, a percepção brasileira de nação acaba por se constituir como algo inquieto e frágil, já que no decorrer do primeiro reinado e o período regencial, uma série de revoltas foram deflagradas, a Sabinada (1837-1838), Cabanagem (1835-1840), Farroupilha (1835-1845), sendo essa última a mais duradoura e agitada politicamente, evidenciada pela proclamação de duas repúblicas, Juliana (1839) e Rio-grandense (1836-1845). Fato que merece destaque é a aproximação de tais movimentos com o sentimento republicano e regional, porém com a preservação da escravidão (Fausto, 2018).

Em pleno cataclisma político, a capital imperial deseja de encerrar os conflitos e impedir a fragmentação territorial, se utiliza de uma investida política, Pedro II assume o trono de imperador aos 14 anos, reafirmando o que foi dito acima, de que a coroa e o rei representam e unem a comunidade, porém nada de uma nação. Por tal fato, “Nos primeiros anos de 1840, o governo imperial carecia ainda de uma sólida base social de apoio” (Fausto, 2018), evidenciando assim, que apesar da simbologia régia, o sentimento de unidade não era concreto. Portanto, ao longo da segunda metade do século XIX, o Brasil se utiliza de uma série de artifícios que pudessem estabelecer uma ordem, sendo assim há o restabelecimento da centralização política, especialmente por meio do poder moderador, assim como o Conselho de Estado, braço direito do imperador.

Nessa perspectiva, a concepção de uma futura nação recai sobre as gerações posteriores. No decorrer do segundo reinado, tem-se o maior conflito da América do Sul, no contexto do século XIX, onde os principais países entraram em embate pela dominação político-ideológica da Região do Prata, espaço já palco disputas desde meados do século XVII, quando as coroas portuguesa e espanhola delimitavam o território colonial. Com a Guerra do Paraguai, houve uma expectativa, quanto ao sentimento nacional, obviamente, vinculado a desejo das elites, aquele voltado para consolidação do Estado imperial, especialmente no contexto internacional, para tal afirma Araújo (2015):

As informações sobre a política externa do Império alimentavam a estrutura mental de uma sociedade, enquanto a elite política hegemônica construía, tanto um discurso de identidade nacional, como buscava o reconhecimento e o respeito ao Brasil junto à comunidade internacional. Esse era então um momento típico de auto-valorização. Particularmente, a política brasileira no Prata pode ser entendida como uma extensão da sua construção identitária. De uma maneira geral, seria resultado de um processo de edificação e formação dos estados nacionais na América. Esse processo não era apenas especificidade dessa região do globo, mas, com efeito, algo típico do século XIX, do qual boa parte da Europa e EUA e demais países da América Latina passaram, particularmente própria sem influência direta de qualquer outra nação especificamente europeia nomeadamente a Inglaterra. (Araújo, 2015, p. 57)

Diante tal contexto, vemos o papel das elites brasileiras na criação e manutenção da identidade nacional, aspecto esse persistiu durante o governo imperial e renova-se durante o período republicano. Com a mudança do regime monárquico para a república, foi necessário a criação, ou melhor, renovação e adaptação dos antigos símbolos imperiais afim de

legitimar o presente regime, em especial, entre as classes menos letradas. Em consonância com Jurt (2012), a necessidade de símbolos nacionais fora necessária desde a constituição dos Estados-nação, sendo assim as novas nações, não mais eram representadas pelas poderosas dinastias e coroas douradas, mas pelo sentimento de pertencimento, pela paixão, por essência de “Ser” de determinado território.

Por tal, a simbologia imperial brasileira é reconfigurada mediante a legitimação da jovem república, a primeiro momento governada por militares, uma vez que foi o golpe de 15 de novembro, encabeçada pelo então Marechal Deodoro da Fonseca, veterano da Guerra do Paraguai e inimigo do então Visconde de Ouro Preto, ministro do império, que os novos alicerces governativos foram lançados, em parceria com a classe elitista. Que fique explicitado, que até no presente momento, o general não era republicano, mas sim um indivíduo ressentido para com a monarquia e com as perseguições que a classe militar estava sofrendo por parte do governo central, entretanto, não da pessoa do imperador (Lynch, 2018).

A afirmação simbólica representa a validação de um determinado contexto político, e ainda mais, de uma comunidade e nesse aspecto, a constituição de uma República. Diante esse cenário, as mudanças causadas pela Proclamação de novembro, apresentou uma série de mudanças, fossem elas estruturais, como a inserção do presidencialismo, da divisão judicial e o federalismo, tópico defendido principalmente pelos cafeicultores de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro (Costa,2010), ou social como a ruptura entra a Igreja e o Estado, gerando assim descontentamento entre o “povo”, conseqüentemente fez com que as autoridades impusessem a nova realidade. Ainda para Lynch (2018):

O golpe também gerou enorme instabilidade nos anos seguintes, porque criou precedente para recursos ao pronunciamento, à revolta e à revolução por parte de todos aqueles que se sentiram prejudicados pelo primeiro golpe, que decretou a imposição da República, do federalismo, da ascendência do Exército sobre a Marinha (que desembocaram na Revolta da Armada e na Revolução Federalista) e da separação abrupta e precipitada entre a Igreja e o Estado (que resultaram nas guerras de Canudos e do Contestado). Essa instabilidade obrigou o *establishment* republicano a defender-se desenvolvendo uma interpretação autoritária das novas instituições, primeiro por meio do jacobinismo militarista da década de 1890, depois pelo conservadorismo demofóbico instalado a partir de 1900, sustentado pelo controle dos resultados eleitorais, pela manipulação das intervenções federais e pelo recurso a 11 estados de sítio destinados a reprimir a oposição excluída do poder. (Lynch, 2018, p. 211-212)

Fica assim evidente a falta de coesão em torno da República, pois a instauração dessa “modernidade” não foi totalmente acompanhada pelo sentimento comum de mudança, mas sim de uma pequena parcela da sociedade, em especial, aquelas que estavam de forma hegemônica na constituição da política brasileira. Nessa perspectiva, essas mesmas elites que buscavam consolidar as ideologias republicanas, por meio das suas próprias concepções de república, divergiam quanto a propagação dos ideais, especialmente para aqueles que possuíam uma baixa escolaridade (Carvalho, 1990).

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Johny Santana. **Bravos do Piauí! Orgulhai-vos...** A propaganda nos jornais Piauienses e mobilização para a Guerra no Paraguai (1865-1866). 2ªed. Teresina: Edufpi. 2015.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite**

política imperial/Teatro de sombras: a política imperial. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil:** o longo caminho. 27. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à República:** momentos decisivos. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ELIAS, Maria Ligia G Granado Rodrigues. Republicanismo: história e atualidade. **Em Tese** (Florianópolis), v. 4, p. 43-64, 2007.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil.** 3. ed. São Paulo: Edusp. 2018.

FIALHO, Anfrísio. O Processo da Monarquia Brasileira: A necessidade de uma Constituinte. Rio de Janeiro, 1885.

FREITAS, Clodoaldo. **Os fatores do coelhado:** escorço de história. 2. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2018.

HOBSBAWN, Eric. **Nação e Nacionalismo desde 1780:** Programa mito e realidade. 6ª ed. Trad: Maria Celia Paoli; Anna Maria Quirino. São Paulo: Paz e Terra. 2013.

JURT, Joseph. O Brasil: um Estado-nação a ser construído. O papel dos símbolos nacionais, do Império à República. Rio de Janeiro: **MANA.** Vol. 18, N. 3, p. 471-509, 2012.

KOSELLECK, Reinhart [et al]. **O conceito de História.** Trad: René E. Gertz. Belo Horizonte: Autêntica editora. 2019.

LYNCH, Christian Edward Cryil. **Da Monarquia à Oligar-**

quia: história institucional e pensamento político brasileiro (1822-1930). Prefácio de Pierre Rosanvallon. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2014.

LYNCH, Christian Edward Cryil. Necessidade, contingência e contrafactualidade. A queda do Império reconsiderada. **TOPOI (ONLINE): REVISTA DE HISTÓRIA**, v. 19, p. 190-216, 2018.

OLIVEIRA, H.C. O Debate Historiográfico sobre o Movimento Republicano no Brasil. **e-Hum**, v. 3, p. 1, 2010.

RÉMOND, René (org). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

THIESSE, Anne-Marie. **Ficções Criadoras:** as identidades nacionais. Porto Alegre: Anos 90, 9(15), 7-23.

VIANA, Oliveira. **O caso do Império**. Edição do senado federal - vol 26. Brasília: Conselho editorial. 2004.

PARTE III
HISTÓRIA, CIDADE E
MODERNIDADE

CINE CLUBE TERESINENSE, ENTRE A TELA E A ESCRITA: ATIVIDADE CINECLUBISTA NO JORNAL O DIA (1964-1968)¹

João Vitor de Carvalho Melo²
Fábio Leonardo Castelo Branco Brito³

INTRODUÇÃO

Entre os anos 1930 e 1950, duas encíclicas papais estabeleceram novas bases para as relações entre a Igreja Católica e diferentes setores da sociedade, especificamente ligadas aos instrumentos comunicacionais que emergiam e se popularizavam, através das quais aquela instituição religiosa compreendia poder formatar instrumentos de propagação da fé e dos valores cristãos. Tratavam-se, naquele momento, da encíclica *Vigilanti Cura*, escrita e publicada em 1936 pelo Papa Pio XI, e *Miranda Prorsus*, escrita e publicada em 1957, pelo Papa Pio XII, seu sucessor. Enquanto a primeira tinha por ob-

1. Trabalho realizado sob amparo de bolsa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq).

2. Graduando em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Piauí. Membro do GT “História, Cultura e Subjetividade” (DGP-CNPq).

3. Possui Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí (2010), mestrado em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (2013) e doutorado em História Social pela Universidade Federal do Ceará (2016). Atua como Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal do Piauí e docente do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da mesma instituição. É co-líder do GT “História, Cultura e Subjetividade” (DGP-CNPq).

jetivo alertar a sociedade dos perigos que os novos meios de comunicação representavam para a conservação da fé, a segunda se propunha a constituir formas de utilizar os mesmos meios, notadamente o rádio, a TV e o cinema, a favor de seus próprios interesses. É, portanto, em torno dessas duas orientações eclesiais que se constituiria, por meio da Organização Católica Internacional de Cinema (OCIC) um conjunto de missões no sentido de fomentar, em diferentes espaços do mundo, a criação de cineclubes, onde se procederia a exibição e discussão de filmes capazes de fundamentar os valores que se desejava consolidar.

Assim como em outros espaços do Brasil, a cidade de Teresina também seria espaço no qual o cineclubismo se estabeleceria, através da iniciativa dos padres italianos que administravam o Colégio São Francisco de Sales, conhecido na cidade como Diocesano, em especial ao Padre Moisés Fumagalli. Configurar-se-iam, ali, um conjunto de práticas cinematográficas, tanto no sentido de produção de filmes quanto de seu debate, desembocando, por exemplo, na produção do curta-metragem *Vidas em Lance*, dirigido por Francisco Teotônio Luz Neto, em 1972, bem como de um conjunto de filmes que se configurariam no interior do chamado Grupo Mel de Abelha, que produziria filmes em formato super-8 nos primeiros anos da década de 1980, tais como Espaço Marginal, de Raimundo Nonato Monteiro e Antônio José Medeiros, de 1982.

Durante quase três décadas de existência, o Cine Clube Teresinense foi entidade fundamental na expansão da cultura fílmica na capital piauiense, atuando, também, em outras plataformas midiáticas, a exemplo de programas veiculados em estações de rádios da cidade e de colunas em periódicos locais voltadas à análise e ao compartilhamento de informações referentes ao universo da sétima arte, como a seção *Comentando Cinema*, presente no jornal *O Dia*. Deste modo,

o trabalho objetiva investigar a atuação dos cineclubistas no interior da imprensa teresinense durante a década de 1960, ensejando, de forma específica, compreender as dinâmicas de produção destes materiais e avaliar a importância da atividade dos membros do CCT em outros espaços para a difusão do cinema na cidade. Para sua construção, a pesquisa norteou-se pela reconstrução da trajetória do Cine Clube Teresinense elaborada por Silva (2018) e Rocha (2011), além da investigação das colunas e artigos escritos pelos membros do Cine Clube Teresinense no *O Dia*, obtidas através de pesquisa no arquivo do referido jornal.

O CINEMA, ENTRE INQUIETAÇÕES E SALVAÇÕES

Desembarcando em Teresina na aurora do século XX, o cinema chegou como um forasteiro que veio pra ficar. Ao repercutir a expansão da cultura do lazer capitalista, a implantação de um empreendimento de projeções na capital piauiense acompanhou o surgimento de novas maneiras de socialização e a construção de novos lugares de convergência de interesses econômicos e culturais, inaugurando uma renovação nas práticas de relacionamento interpessoais (Queiroz, 2021, p. 95). Das películas apresentadas no Theatro 4 de Setembro, primeiro espaço de veiculação fílmica da capital, até os entornos movimentados da Praça Aquidabã, futura Praça Pedro II, a cultura cinematográfica configurou-se como meio prioritário de difusão de novas ideologias acerca da vida moderna, alcançando os mais variados sujeitos em diversas camadas sociais. Segundo Queiroz (2021), modificações tão profundas no *status quo* de uma comunidade notadamente conservadora causaram interpretações múltiplas sobre a essência do cinema, indo desde a reprovação absoluta até sugestões de uso pedagógico para os filmes.

Rememorando os embates entre as perspectivas dos literatos Elias Martins e Higino Cunha sobre a “sétima arte” durante o primeiro quartel dos novecentos, Queiroz (2021) elabora um panorama das conjunturas que envolveram a chegada do cinematógrafo em Teresina, permitindo, através disso, flagrar a posição dos letrados piauienses sobre os conteúdos presentes nos filmes. Ao criticar a reprodução dos materiais projetados nas telas no vestuário e nas maneiras dos expectadores, Elias Martins chama atenção para um pretenso desregramento dos comportamentos femininos, percebido na alteração dos modos como “a mulher se via, como via o homem, as relações amorosas, suas obrigações domésticas” (Martins, 1920, p. 17 *apud* Queiroz, 2021, p. 102), e para a mudança no universo lúdico da infância, “ao colocar em segundo plano as diversões ligadas à experiência rural” (Queiroz, 2021, p. 101), além de inúmeras outras reprovações. Essa conjuntura levaria Elias Martins a condenar considerável parte do imaginário que o cinema instaurara, sendo este um potencial caminho rumo à depravação individual e coletiva.

Em uma ótica contrária, o maranhense Higino Cunha consideraria que as advertências de Elias Martins seriam “exagerada[s] no diagnóstico e ineficaz[es] como terapêutica” (Queiroz, 2021, p. 96). Entusiasta das potencialidades da cinematografia, o literato era “bastante otimista em relação a essa inovação tecnológica e artística [...]” e considerava o cinema como “a diversão do futuro” (Queiroz, 2021, p. 96). Empreendendo uma interpretação positiva das “fitas”, a posição de Higino Cunha não obteve hegemonia no embate entre detratores e admiradores da novidade cinematográfica, pois autores como Martins encontravam amparo num sentimento geral de desconfiança sobre o cinema, encabeçado pela Igreja Católica e seu corpo clerical. Essa conjuntura se relacionava com um contexto mundial de regramento do cinema por

parte das autoridades católicas que empreenderam, a partir das primeiras décadas do século XX, uma *cruzada* contra a devassidão presente nos filmes, cujas ações iam desde o corte de cenas até a censura completa de filmes que veiculassem momentos obscenos (Figueiredo, 2012). Sob este aspecto conformador, foram expedidas as encíclicas *Vigilanti Cura*, em 1936, e *Miranda Prorsus*, em 1957, buscando orientar sacerdotes e leigos na lide cinematográfica, abrindo precedentes para um processo de assimilação da esfera fílmica pelo cristianismo como mecanismo de educação e evangelização.

Segundo Queiroz (2021), a dimensão do cinema como auxiliar na prática educativa precede os documentos papais, encontrando apoiadores, inclusive, em solo piauiense. Um dos sistematizadores desse pensamento foi Clodoaldo Freitas, que indica que:

Os cinemas, agora, só exibem cenas amorosas, casos obscenos, coisas repelentes de um deboche hediondo. Mas isso deve ter um fim e o cinema deve mudar de rumo. O cinema podia ser muito bem uma escola de instrução e de moralidade aproveitando os fatos históricos ou romanescos por ensinamento popular. (Freitas, 1908 *apud* Queiroz, 2021, p. 108)

A partir dessa perspectiva, fundamenta-se a criação de dispositivos de educação católicos, a exemplo de clubes de cinema voltados, especialmente, para a juventude, a fim de prepará-la para lidar com as questões pertinentes ao universo cinematográfico e suas “ameaças” à moral (Figueiredo, 2012, p. 54). Nesse contexto, o movimento cineclubista corresponderia a uma tentativa de âmbito global para resgatar os fiéis das improbidades do mau cinema e despertar o aproveitamento reto do universo que a filmografia encerra. Inserido nesse contexto, o Cine Clube Teresinense também seguiria o percurso de “acessório da salvação”, apresentando, no entanto, dinâmicas

distintas que respondem às conjunturas voláteis que o circundaram ao longo das quase três décadas de existência e aos sujeitos diversos que compuseram seu corpo estrutural.

CINE CLUBE TERESINENSE: ORIGENS E PERCURSOS

Inserida em uma cidade marcada pelos embates entre a luz da tela e o escuro das salas de projeção do centro da capital, as fundações do Cine Clube Teresinense remetem à própria instalação de uma administração jesuíta no Colégio São Francisco de Sales, berço do clube católico. A instituição de ensino, fundada em 1906 como Colégio e Seminário Diocesano, funcionou sob administração bispal durante mais de cinquenta anos, sendo transferida por decreto arquidiocesano, em 1960, aos cuidados da ordem religiosa da Companhia de Jesus, organizada originalmente na cidade baiana de Salvador (Silva, 2018). O sentimento de esperança na nova gestão por parte da Arquidiocese de Teresina é parafraseado pelas palavras de seu bispo, Dom Avelar Brandão Vilela, conforme relata Silva (2018):

Era anseio nosso entregar o Colégio São Francisco de Sales a uma Congregação Religiosa de experiência no campo educacional. [...] O problema é de interesse coletivo e tenho certeza de que serei compreendido nesse esforço em prol de melhores níveis de educação primária e secundária, nesta querida cidade de Teresina. Da Companhia de Jesus, que retorna ao Piauí, sob extraordinária expectativa, espero total correspondência aos anseios do povo. Das famílias teresinenses, sobretudo, espero acolhida generosa para os denodados Filhos de Santo Inácio, hoje também preocupados com a solução de um grave e urgente problema de nosso meio – a educação [...] (Prado, 2016. *apud* Silva, 2018, p. 47)

O depoimento de Dom Avelar simboliza não somente as esperanças privadas de um sacerdote acerca do futuro de uma das mais importantes escolas confessionais do estado, mas, antes, condensa uma pretensão religiosa universal de evangelizar e propagar a fé através de outros espaços para além do ambiente eclesiástico formal. Frente ao crescimento da secularidade no interior dos corpos sociais contemporâneos, a Igreja quedara-se militante, perscrutando alternativas para expandir os ensinamentos da doutrina cristã na privacidade das residências, nas atividades das congregações e apostolados leigos e, sobretudo, na educação dos infantes e dos jovens, percebidos pela encíclica de *Vigilanti Cura* como pertencentes a uma idade na qual “[...] o senso moral está em formação, [é] quando se desenvolvem as noções e os sentimentos de justiça e de retidão, dos deveres e das obrigações, do ideal da vida [...]” (Igreja Católica, 1936). Tal perspectiva tributa-se de um movimento que antecede as encíclicas de Pio XI e de seu sucessor, Pio XII, iniciado ainda no século XVIII e que primava pelo retorno à autoridade romana, recebendo a alcunha de *ultramontanismo*. Suas características gerais, segundo Bastide, se concebem como:

[...] “1) a afirmação de autoridade de uma Igreja institucional e hierárquica (episcopal) estendendo-se sobre todas as variações populares do catolicismo *folk*;

2) o levante reformista do episcopado, em meados do século XIX, para controlar a doutrina, a fé, as instituições e a educação do clero e do laicato; 3) a dependência cada vez maior, por parte da Igreja brasileira, de padres estrangeiros (europeus), principalmente das Congregações e Ordens “missionárias” para realizar a transição do catolicismo colonial ao catolicismo universalista, com absoluta rigidez doutrinária e moral; 4) a busca desses objetivos, independente e mesmo contra os interesses políticos locais; 5) a integração sistemática da Igreja brasileira, no plano

Institucional e ideológico, nas estruturas altamente centralizadas da Igreja Católica dirigida em Roma” (Bastide, 1985, p. 50 *apud* Araújo, 2020, p. 14).

Assim, conceder a direção do Colégio Diocesano a uma ordem religiosa com tradição multissecular no âmbito pedagógico representava, para além de uma efetiva mudança no incremento educacional do alunato, uma tentativa de aproximar a juventude da fé e da doutrina católicas, concedendo ao cristianismo um pretensível carácter de universalidade e de naturalidade social. Imbuídos desse espírito missionário, a comissão dos jesuítas, formada pelos religiosos Carlo Bresciani, Moisés Fumagalli, Luciano Ciman e Luis Óboe (Silva, 2018, p. 47), empreende uma série de reformas na estrutura do colégio que iam desde a priorização da participação dos pais no processo de formação dos educandos – parte fundamental dos modelos de evangelização ultramontana (Araújo, 2020, *passim*) –, passando por investimentos técnicos e instrumentais, criação de laboratórios, oferecimento de momentos de lazer, incentivo às práticas esportivas e chegando, por fim, ao contato com a arte em todas as suas diversas formas (Silva, 2018, p. 47). A reelaboração da dinâmica interna da instituição, segundo o anuário do colégio, publicado em 1961, surtiu efeitos positivos na assiduidade e participação do corpo discente, segundo relata Silva (2018):

[...] o índice de frequência de alunos e professores às aulas; a presença satisfatória dos 50 meninos semi-internos às missas dominicais; a solidariedade nos momentos de lazer, jogos e esportes; os discursos dos estudantes nas atividades cívicas comuns aos sábados como: hasteamento da bandeira e execução do hino nacional; o empenho de alguns alunos nas atividades de coroinha e a formação de um grupo de apostolado, chamado Congregação Mariana; a participação dos pais nas reuniões

escolares; a organização dos laboratórios de física, química e história natural; assim como o reconhecimento por parte dos alunos e docentes do trabalho realizado pela comunidade jesuítica recém-chegada a Teresina. (Silva, 2018, p. 49)

Dentro deste espírito de modernização escolar, surgem as primeiras projeções fílmicas realizadas no São Francisco de Sales, no interior das aulas de francês ministradas pela professora Maria Cecília da Costa Araújo, no ano de 1961 (Silva, 2018, p. 49). As análises e debates em torno das películas apresentadas pela professora suscitavam o interesse quase que holístico dos alunos, despertando a “curiosidade de aprender mais sobre esta arte” (Silva, 2018, p. 50). Assim, o grêmio estudantil Dom Avelar, atendendo aos anseios de seus membros, sugeriu que o Colégio São Francisco de Sales oferecesse um curso sobre a prática cinematográfica que, uma vez aceito, se iniciou no primeiro semestre de 1962, sob orientação do Pe. Moisés Fumagalli, vice-diretor da instituição e figura central do CCT em seus primeiros passos.

O projeto, que recebera o nome de *Curso de Orientação Cinematográfica* (Silva, 2018, p. 50), dividia seu conteúdo em quatro momentos, sendo, respectivamente, o primeiro intitulado *Como se faz um filme*, seguido por *Gramática cinematográfica*, *História do cinema* enquanto terceira parte e, por fim, *Crítica de cinema*, entregues a cada cursista em formato de apostila (Silva, 2018, p. 50). Mediante o estrondoso sucesso das atividades regidas pelo padre Fumagalli, logo a possibilidade de ingresso fora expandida para alunos de outros colégios da capital piauiense. Acerca do decorrer do primeiro *Curso de Orientação Cinematográfica*, relata Arlene Silva que:

[...] Esse estudo teve início em abril de 1962 e durou até novembro do mesmo ano. Inicialmente, foi pensado para os alunos do Colégio Diocesano, mas o convite foi estendido a todas as escolas

da capital piauiense. As reuniões aconteciam aos sábados. Foram inscritas 120 pessoas, mas somente 40 tiveram o direito de receber o certificado do curso. Para organizar o curso, o grêmio escolar contou com o patrocínio da Inspetoria Seccional e Secretaria Estadual de Educação do Piauí. Tinham acesso à formação gratuita os alunos a partir da 4ª série ginasial (hoje, 9º Ano do Ensino Fundamental). (Silva, 2018, p. 50)

Partindo deste projeto, o alunato de Teresina que conviveu e abraçou a cinematografia dentro do seu corpo social, poderia, a partir da experiência do curso ministrado pelo Pe. Fumagalli, aliar suas vontades de luzes, de câmera e de ação ao aval eclesiástico para vivência e estudo do cinema. Repleto de jovens e de interesses, o *Curso de Introdução Cinematográfica* resultou, em fins do ano de 1962, na criação Cine Clube Teresinense, um espaço voltado para a reprodução, a discussão e, anos mais tarde, a produção de películas sob as atentas orientações do Pe. Moisés Fumagalli, substituído, posteriormente, pelo diretor do São Francisco de Sales, Pe. Carlos Bresciani (SILVA, 2018). O CCT nasce com a natureza de “instituição jurídica de utilidade pública”, em concordância com as leis municipal nº 903, de 19/02/1963, e a lei estadual nº 2416, de 06/04/1963 (SILVA, 2018, p. 52-53), conforme previsto em seu estatuto, funcionando a partir da proposta de:

A) Analisar estética, filosófica, espiritual e eticamente a produção cinematográfica antiga e moderna à luz dos princípios da Filosofia e Teologia Católicas. B) Estudar objetivamente os diversos aspectos da cinematografia, tais como: teoria e técnica do filme, estética e gramática cinematográfica, ética e história do Cinema. C) Defender o Cinema como Arte de manifestação cultural. D) Aplicar o Cinema como Arma de cultura e educação popular, como força plasmadora de opinião pública e costumes populares. (Silva, 2018, p. 64)

Nesse sentido, o Cine Clube Teresinense, na intenção de colocar em prática suas diretrizes, se consolidaria como um dos mais importantes meios de propagação e criação de conteúdo sobre o cinema na capital do Piauí. Acerca das dinâmicas de funcionamento do CCT, a pesquisa de Silva (2018) relata que os encontros aconteciam, preferencialmente, aos sábados, das 17:00 às 20:00, com eventuais mudanças para atender às “necessidades dos envolvidos” e os “diferentes níveis de formação de cada turma” (SILVA, 2018, p. 71), que, por sua vez, diferenciavam-se pelo público presente em cada uma delas, conforme apresentado pela pesquisadora:

Os cursistas veteranos se reuniam em uma sala diferente dos sócios iniciantes, pois os assuntos abordados para cada público eram diversificados. Os primeiros faziam o curso teórico-prático de aperfeiçoamento, que incluíam a fotografia; já a estes últimos era ministrado um curso básico envolvendo técnica, gramática e crítica cinematográfica e história do cinema. Após cada curso, era realizada uma prova para testar os conhecimentos dos cursistas. (Silva, 2018, p. 71)

Munidos da formação oferecida pelo CCT, os alunos passavam, então, a trabalhar em equipes, sem perder, no entanto, sua individualidade e independência, elaborando materiais que iam desde resenhas fílmicas até pequenas películas que correspondiam ao trabalho final do curso. A formação e o empenho dos sócios os permitiriam realizar os ditames do Artigo de número 04 do Estatuto do Cine Clube Teresinense, que delimitava, enquanto função dos participantes:

Meios de que o Cine Clube Teresinense lança mão para consecução de suas finalidades são, entre outros, os seguintes: A) Promover palestras, conferências e cursos sobre fotografia, técnica e filmagem, assuntos cinematográficos em geral; B) Estudo de filmes notáveis exibidos no mercado local para fins de orienta-

ção da opinião pública; C) Exibição e estudo de filmes notáveis, quanto à forma ou conteúdo, escolhidos entre os da cinematografia antiga e moderna; D) Debates e trocas de ideias entre os sócios, assim como outras pessoas interessadas, sobre filmes exibidos no cineclubes ou fora dele e também sobre questões gerais da cinematografia, em forma de cine-fórum, filme-fórum etc.; E) Formação de uma biblioteca especializada nas diversas áreas de atividades do cineclubes e de uma filmoteca. F) Colaborar em revistas, jornais, emissoras, especializadas ou não, com o fim de orientar o público. (Silva, 2018, p. 83)

A partir do último inciso, é possível identificar a importância do diálogo entre o Cine Clube Teresinense e outros veículos de mídia para a propagação do ideal de retidão moral do cinema e sua utilização para a evolução subjetiva dos homens. Neste cenário, notabilizou-se o lugar de escrita concedido pelo jornal *O Dia* para os cineclubistas durante os anos 1960, representando um momento significativo nos rumos da construção da vivência fílmica cineclubista em Teresina durante a segunda metade do século XX.

O “CINEMA IMPRESSO”: PRESENÇA CINECLUBISTA NO JORNAL *O DIA*

A tentativa de pedagogizar um cinema artístico saiu do espaço fechado das dependências do Diocesano e começou a propagar-se a inúmeros outros sujeitos através da colaboração entre o CCT e diversos meios de comunicação como as salas de cinema e as emissoras de rádio da cidade, além da imprensa local. Durante a década de 1960, em especial, a dimensão escriturística dos membros do CCT encontrou possibilidade de difusão em alguns diários impressos da capital do Piauí, notadamente no jornal *O Dia* onde, além das seções “Notícias de Hollywood” e “Pelos Cinemas”, que divulgavam

curiosidades sobre o cinema e as agendas dos filmes da cidade (Silva, 2018, p. 86), os cineclubistas mantinham uma coluna fixa intitulada *Comentando Cinema* (Silva, 2018), alimentada de forma coletiva pelos membros da instituição. Acerca da importância do espaço no *O Dia* para o CCT, o Pe. Carlos Bresciani, diretor do Colégio Diocesano e presidente Cine Clube Teresinense, relata que:

As nossas primeiras grandes atividades foram, sobretudo, nos jornais. Naquela época, *O Dia* tinha uma coluna reservada ao cineclubista. Depois passamos a atuar também na rádio. A rádio Pioneira tinha na sua programação, uma vez por semana, mais de meia hora para o CCT. Através desse programa lançamos muitos concursos de perguntas que eram respondidas depois nas colunas do CCT publicadas. (BRESCIANI, 1985 *apud* SILVA, 2018, p. 86)

Queiroz (2021) discute a ligação entre o cinema e a imprensa nos primórdios da cinematografia, destacando que “o cinema insere-se muito rapidamente na mídia universal, e o jornal é um desses veículos privilegiados para a atribuição ao cinéfilo do *status* de refinamento e de distinção social” (Queiroz, 2021, p. 96). Em Teresina, essa amálgama acompanha a instalação das primeiras sessões filmicas no espaço urbano da cidade, sendo o material jornalístico o meio de divulgação prioritário dos filmes em cartaz durante as primeiras décadas do século XX. Em relação ao *Comentando Cinema*, no entanto, o conteúdo não era restrito à propaganda das obras apresentadas nos teatros e cinemas da capital, uma vez que, no programa do *O Dia*, publicavam-se “críticas de filmes, divulgação das ações solidárias do grupo, informações sobre as mostras e cursos de cinema ofertados pelo CCT” (Silva, 2018, p. 87), conteúdo semelhante ao impresso na seção do *Jornal da Manhã*, gazeta concorrente onde os cineclubistas também

marcaram presença (Rocha, 2011, p. 105).

No âmbito de construção do *Comentando Cinema*, os cinéfilos discorriam sobre outras temáticas sobre a seara do cinema, a exemplo da edição de 09/11/1965 que apresenta um artigo explicativo sobre a função do diretor cinematográfico (Silva, 2018). Esta prática redatora possibilitaria a instrução do homem comum sobre os ditames da produção e da execução dos roteiros, convertendo em uma linguagem fácil e acessível frente à complexidade do macrocosmo de uma produção fílmica. A consolidação da biblioteca prevista no artigo 4º: E, do estatuto do Cine Clube Teresinense, permitiu que os cursistas se munissem de fonte e bases teóricas sobre a temática da cinematografia, possibilitando-os desenvolver textos, pequenos artigos e informativos, com fundamentação robusta, sobre o cenário cinematográfico de Teresina e do mundo. Conforme Rocha (2011), a biblioteca do CCT contava com:

[...] um número razoável de livros, dicionários, um FilmLéxicon em vários volumes, e também várias revistas como *Cine e Cultura*, *Guia de Filmes*. O Padre Carlos Brescianni mantinha ainda nessa biblioteca arquivados em grandes fichários matérias, críticas e demais informações e notícias para leitura dos associados durante as reuniões. (Rocha, 2011, p. 105)

Debruçando-se sobre o conteúdo que era impresso pelos membros do Cine Clube Teresinense, nota-se uma grande amplidão nas temáticas abordadas, indo desde a divulgação da Jornada Nacional de Cinelubes até a relação do cinema com a infância. Nesse sentido, a seção *Comentando Cinema* permitia a seus redatores compartilharem um cinema que adentrara não só no universo lúdico, mas, também, na própria vivência das práticas cotidianas e da socialização como um todo. Em alguns casos, as publicações da coluna do *O Dia* apresentavam-se enquanto análises profundas do cinema, permitindo

inferir que havia a intenção de construir certa criticidade nos leitores, querendo que estes convertessem-se em indivíduos que viam a filmografia menos como um lazer comum e mais como um campo de apreciação e análise. Exemplo disso é a própria distinção feita pela edição de 22/10/1965 entre o “espectador consciente” e o “espectador inconsciente”:

I - ESPECTADOR CONSCIENTE – É aquele que vai ao cinema, para adquirir maior conhecimento sobre a Sétima Arte, localizando o filme ou criticando, procurando os pontos positivos e os pontos negativos do filme, dando assim sua contribuição para boas exibições.

O espectador antes de ir ver o espetáculo cinematográfico deve colher um pouco de informação: agindo dessa maneira podemos perguntar se vale apenas termos estas informações a respeito do filme que se vai assistir. [...]

II – ESPECTADOR INCONSCIENTE – Este tipo de espectador é aquele que vai a cinema, não com o desejo de colher conhecimento cinematográfico mas como meio de diversão da moda ou simplesmente como passatempo. Não notando que procedendo deste modo está contribuindo para exibições, ou seja o cinema como indústria e não como uma obra de arte. Por isso, é que devemos refletir sobre o valor moral que o filme nos focaliza que devemos tirar a mensagem que nos é apresentada através do filme.⁴

Deste modo, estava presente o pensamento cristão fundador do espaço cineclubista que buscava tornar o cinema uma arte que sobrevivesse ao tempo e que suscitasse sentimentos austeros e atenções diletas aos significados contidos em cada cena. A oposição destes dois comportamentos, um que correspondia à uma condição exemplar e outra a um comportamento

4. COMENTANDO CINEMA - O Espectador Consciente e Espectador Inconsciente. *O Dia*. Ano XV. Data: 22/10/1965. Disponível em: <http://memoriadojornalismopi.com.br/admin/search-params/>. Acesso em: 09/08/2020.

reprovável, permite flagrar as perspectivas que norteavam o entendimento que os sócios do clube católico mantinham sobre a responsabilidade dos consumidores sobre os filmes que eles assistiam. Nesse sentido, destaca-se a ótica de que o consumo de cinema não era uma atividade ligada somente à recreação, mas a ao desenvolvimento intelectual e subjetivo dos sujeitos e ao próprio estudo da teoria da Sétima Arte, tal qual aquele ofertado pelo Cine Clube Teresinense. Desse modo, constavam, em publicações como essas, discursos que intentavam propagar um determinado comportamento perante o cinema, pautado no elogio à reflexão e à criticidade, capaz de levar os sujeitos a preferirem filmes considerados artísticos a películas tidas como “industriais”, produzidas com a única finalidade de gerar receita para as companhias de entretenimento.

Esta dimensão, no entanto, nem sempre era tão explícita e dependia, também, de quem era o redator, posição ocupadas por diferentes sujeitos ao longo do período de existência daquela coluna. Ao investigar as edições do *Comentando Cinema*, é possível notar o revezamento e a coparticipação de autores: na edição de 25/08/1966, por exemplo, é possível notar a autoria da dupla Climério Lima e Gilberto Pinto discutindo sobre o neo-realismo no cinema⁵, enquanto que no exemplar de 07/09/1965 os autores são Frutuoso Juscelino e a “Equipe do Cine Clube Teresinense” debatendo sobre as interlocuções entre Cinema e Educação⁶. Há, ainda, edições, como a de 26/03/1967, onde a autoria é solo, creditada a A.L.S. Brito, membro do CCT⁷.

5. LIMA, Climério; PINTO, Gilberto. *Comentando Cinema*. Jornal O Dia. Ano XVI. Data: 25/08/1966. Disponível em: <http://memoriadojornalismopi.com.br/admin/search-params/>. Acesso em: 09/08/2020.

6. JUSCELINO, Frutuoso. *Comentando Cinema*. Jornal O Dia. Ano XV. Data: 27/09/1965. Disponível em: <http://memoriadojornalismopi.com.br/admin/search-params/>. Acesso em: 09/08/2020.

7. BRITO, Antônio Luís de S. *Comentando Cinema*. Jornal O Dia. Ano XVII.

Esta versatilidade entre autores permite inferir que os sócios do Cine Clube Teresinense, apesar da hierarquia interna, compartilhavam funções e atividades, sendo patente o caráter de cooperação entre eles. Tal dimensão repercutiu no ambiente interno do CCT, onde, desde os cursos introdutórios ofertados anualmente, as produções eram realizadas por equipes que dialogavam em seu interior e entre si. Nesse sentido, depreende-se que, além de formar uma juventude cinéfila, o CCT concedia um cenário favorável à criação de pesquisadores do cinema. Essa dimensão não se restringiu, somente, ao universo hemerográfico, adentrando no campo da redação de apostilas e, até mesmo, na publicação de um livro, intitulado *Leitura Estrutural do Filme*, escrito por Nazareno Taddei e traduzido para o português pelo Pe. Moisés Fumagalli, publicado pelo selo da Editora Loyola (Rocha, 2011).

De modo geral, o *Comentando Cinema* foi importante para a expansão de uma cultura filmica cineclubista na Teresina da década de 1960, buscando pedagogizar os frequentadores assíduos do cinema sobre os modos de melhor aproveitar a experiência das fitas. O formato impresso da atividade cineclubista fora importante não só de forma isolada, mas, também, em diálogo com outros programas coordenados pelo CCT. Salienta-se o auxílio deste para os episódios que iam ao ar através da Rádio Pioneira, especialmente no que se refere ao diálogo e retorno das questões dos ouvintes. Sobre isso, comenta Silva (2018) que:

A programação da rádio despertava bastante interesse nos ouvintes e estes enviavam cartas para o programa do CCT com dúvidas, curiosidades da vida de artistas e filmes, bem como questões mais amplas sobre cinema. Algumas dessas questões eram respondidas

na coluna “Comentando Cinema”, do jornal O Dia, organizada pelos membros desse clube de cinema. (Silva, 2018, p. 86)

Em suma, desde sua criação, o Cine Clube Teresinense formatou toda uma rede de dispositivos que auxiliassem seus sócios na propagação do ideal de um cinema artístico. O *Comentando Cinema* foi, dentro deste contexto, um dos mais importantes meios de conformação ideológica, expandindo a educação pelo e para o cinema. Em um cenário onde a Igreja Católica buscava resguardar seu rebanho dos males da modernidade, o CCT condensou esse espírito sob o semblante de um bom cinema, responsável por evoluir moral e intelectualmente aqueles que ingressassem no escuro pretensamente pecaminoso das salas de projeção que se encontravam em Teresina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que resguardado enquanto instituição pelos muros do Colégio São Francisco de Sales, o Cine Clube Teresinense permitiu que o cinema alcançasse uma miríade de novos sujeitos, advindos de diversos nichos sociais. A expansão das suas atividades para os meios de comunicação da capital piauiense permitiu à instituição não somente alcançar novos espaços, mas, também, possibilidades de existência singulares. O projeto de educação que se baseou nos princípios católicos de evolução do homem através do cinema criou um projeto de pedagógico voltado não só para os membros efetivos da organização, mas, para a comunidade em geral, visando despertar neste grupo o interesse pelos significados e pelas possibilidades interpretativas que a cinematografia. O cinema, com o CCT, é arte. Das noites das salas de projeção, na década de 60, até o nascimento do universo dos CD's, DVD's e afins, o Cine Clube Teresinense resguardou a arte

de filmar da efemeridade de uma sociedade que se mostrava cada vez mais veloz, onde os sentidos eram fugidios e a incandescência das paixões se amornara.

O destaque concedido ao espaço que o cineclubismo conquistara na imprensa responde à consolidada participação deste meio de comunicação nos processos de conformação social (Queiroz, 2021, p. 96). É presente a advertência de Pio XII sobre a importância do material jornalístico para a evolução moral dos homens frente à indecência das armadilhas do novo mundo, vaticinando que os “organismos católicos nacionais da Rádio, dos quais já falámos nesta Carta, procurarão, com a ajuda da imprensa católica, informar antecipadamente os fiéis acerca do valor das transmissões” (Igreja Católica, 1957).

Se o Cine Clube fora tributário do mundo que o encerrava, sua trajetória e as produções que nele encontraram a luz do mundo são um *continuum* por excelência, despreendendo-se de seus criadores e tornando-se atemporais. Sua evolução se apresenta enquanto atestado de um tempo de novidades, onde a juventude, em especial, ousou aliar o interesse e a técnica em busca de pôr no mundo o atestado de seu tempo, aquele que eles próprios criaram.

REFERÊNCIAS

FONTES

BRITO, Antônio Luís de S. Comentando Cinema. **Jornal O Dia**. Ano XVII. Data: 26/03/1967. Disponível em: <http://memoriadojornalismopi.com.br/admin/search-params/>. Acesso em: 09/08/2020.

COMENTANDO CINEMA - O Espectador Consciente e Espectador Inconsciente. **Jornal O Dia**. Ano XV. Data:

22/10/1965. Disponível em: <http://memoriadojornalismopi.com.br/admin/search-params/>. Acesso em: 09/08/2020.

IGREJA CATÓLICA. Papa (1922: 1939: Pio: XI). Carta encíclica **VIGILANTI CURA** sobre o cinema, de 29 de junho de 1936. [Roma], 1936. Acesso em: 18 dez. 2020.

IGREJA CATÓLICA. Papa (1939: 1958: Pio: XII). Carta encíclica **MIRANDA PRORSUS** sobre a cinematografia, o rádio e a televisão, de 8 de setembro de 1957. [Roma], 1957. Acesso em: 18 dez. 2020.

JUSCELINO, Frutuoso. Comentando Cinema. **Jornal O Dia**. Ano XV. Data: 27/09/1965. Disponível em: <http://memoriadojornalismopi.com.br/admin/search-params/>. Acesso em: 09/08/2020.

LIMA, Climério; PINTO, Gilberto. Comentando Cinema. **Jornal O Dia**. Ano XVI. Data: 25/08/1966. Disponível em: <http://memoriadojornalismopi.com.br/admin/search-params/>. Acesso em: 09/08/2020.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Lanna Karen Lima. **Práticas católicas e vivências femininas em Picos-PI (1944-1970)**. Teresina, 2020. Dissertação – Curso de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas e Letras, da Universidade Federal do Piauí.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho (Org.); CERQUEIRA, Maria Dalva Fontenele (Org.). **História, catolicismo e educação**. Teresina: EDUFPI, 2019.

FIGUEIREDO, Haroldo Moraes de. **Vigilanti Cura: uma edu-**

cação cinematográfica nos colégios católicos de Pernambuco na década de 1950. Recife: 2012.

ROCHA, Rosa Edite da Silveira. **Narrativas Audiovisuais no Piauí: Cultura e Sociedade na Linguagem do Cinema.** Universidade Metodista de São Paulo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. São Bernardo do Campo – SP: 2011.

SILVA, Arlene Maria Ribeiro. **Memórias de cinema e processos de formação: a trajetória do Cine Clube Teresinense.** Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade – PPGMLS. Vitória da Conquista – BA: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2018.

A MATÉRIA DE UM DISCURSO: NOTAS SOBRE A MODERNIZAÇÃO DE TERESINA NA DÉCADA DE 1970

Paulo Neto Souza Araújo¹

[...] Das inúmeras cidades imagináveis, devem-se excluir aquelas em que os elementos se juntam sem um fio condutor, sem um código interno, uma perspectiva, um discurso. É uma cidade igual a um sonho: tudo o que pode ser imaginado pode ser sonhado, mas mesmo o mais inesperado dos sonhos é um quebra-cabeça que esconde um desejo, ou então o seu oposto, um medo. As cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa.

(Ítalo Calvino - *As Cidades Invisíveis*)

INTRODUÇÃO

Cidades como expressão de desejos. O desejo de estar cada vez mais à frente, o desejo de ser cada vez mais extraordinário. As capitais em especial carregam geralmente em si a incumbência de ser a cabeça e o coração dos estados, o centro irradiador das estratégias visando a prosperidade daquelas terras. Com Teresina não era diferente: diversas vezes era ob-

1. Graduando em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). É integrante do Programa de Educação Tutorial (PET) - História UFPI. E-mail: paulo.netosouzaraujo@gmail.com.

jeto de apreciação como uma locomotiva a rebocar o estado do Piauí. Alegoria esta que diretamente remete à velocidade progresso. Porém, quando deixamos o macro para examinar o microcosmos das cidades, encontramos interesses diversos, gerados nas vivências e percepções particulares naquele espaço. Os mais velhos, os escritores saudosistas desejam uma cidade pretérita, a cidade da inocente infância cada vez mais perdida no frenesi dos acelerados tempos contemporâneos. Mas para outros, essa cidade ainda está longe do futuro que deveria ser.

Cidades como expressão dos medos. Ao fazer da cidade de Teresina ídolo de si, o governador Alberto Silva procura combater a morte ou pior, o esquecimento (Fontineles, 2009). Mas sendo as sociedades modernas as de mudança rápida, constante e permanente (Hall, 2006, p. 14), a perpetuação do legado só poderia se dar com intervenções profundas na cartografia urbana, fato que marca a capital piauiense nos anos 1970. Soma-se a isso o advento da ditadura militar e seu aparato coercitivo aliado ao conservadorismo das famílias atuando para acentuar o fenômeno em que “a classe dominante pode tentar impor sua vontade não somente aos seus oponentes, mas também ao fluxo, à mudança e à incerteza anárquicos a que a modernidade capitalista sempre está exposta” (Harvey, 1992, p. 104).

Cidades como sonhos. O sonho modernizante apropriado pelo *establishment*, que propaga um ideal de progresso evolutivo encabeçado pelas classes dirigentes. Um sonho, mas também um paradoxo “embora anseie por inovação, continua sonhando e reivindicando a duração” (Fontineles, 2009, p. 146), ou seja, a manutenção de velhas ordens e costumes. O sonho também de revolucionários, estes sim motivados a romper com as hierarquias e padrões, sejam eles familiares, de gênero, políticos, e até urbanísticos. E assim, a

profusão de sonhos inscreve numa mesma cidade física, este caleidoscópio de cidades invisíveis.

“A HORA E A VEZ DE TERESINA”: CONCRETO E FERRO, ONDAS E ELETRICIDADE, PALAVRAS E IMAGENS NA CONSTRUÇÃO DE UM DISCURSO MODERNIZANTE

Teresina, 15 de agosto de 1972. Na véspera do seu aniversário de 120 anos, além da proximidade com os 150 anos da independência do Brasil, o clima de otimismo dominava o governo e boa parte da imprensa. Partia daí para contagiar a população em geral, que colhia informações e opiniões através dos principais jornais de circulação à época, nos quais o entusiasmo era a tônica:

Sóbria e consciente do seu passado, a cidade avança, num ritmo de crescimento incansável, rumo ao grande futuro que a espera e que se propõe a garantir, cada vez mais, o sucesso do trabalho e do progresso edificados pelo seu povo nos anos de sua existência. No passado, era sempre um postal de esperança aos que já experimentavam da sua evolução. No presente, é uma realidade que se identifica pela paisagem moderna que a realça com os edifícios, as praças verde, e os logradouros novos que se expandem dentro do seu plano urbanístico, No futuro, será uma Teresina adulta e segura de todos os seus êxitos no emaranhado das atividades que formam sua vida e da sua impetuosa comunidade. Hoje, dirigida pelo rigor das administrações jovens, a capital piauiense se sobressai muito bem entre as principais cidades brasileiras, marcando, a cada ano que passa, uma nota harmônica de progresso e prosperidade².

Quem passeia pela capital piauiense desses periódicos tem a impressão de estar em um dos grandes centros ur-

2. TERESINA aos 120 anos. O Dia. Teresina, p. 1, 15 de agosto de 1972.

banos da época. Vastos empreendimentos arquitetônicos enchiam os olhos da população e as manchetes de jornais, pareciam conduzi-la na direção do progresso, “inscrevendo uma cidade sonhada e desejada em projetos urbanísticos” (Pesavento, 2007, p. 17). Em 1971, a criação da Universidade Federal do Piauí, no bairro Ininga, expandia as possibilidades de formação dos jovens, consolidava o município como polo educacional da região e prometia expandir Teresina para além do rio Poty. No ano seguinte, a cidade ganhava sua primeira emissora de televisão, o símbolo de novas possibilidades em comunicação e tecnologia³. Avenidas centrais eram expandidas ou embelezadas, como o caso da reforma da av. Frei Serafim⁴, a principal da cidade. Sincronicamente, também passava por uma reforma a sede do governo estadual, o Palácio do Karnak⁵. Somadas com a criação de um parque zootônico⁶, a restauração do Hotel Piauí⁷, tais reformas anunciavam o fomento do turismo no Piauí. As maiores expectativas vinham da monumental construção do estádio Albertão⁸, sobre a qual a publicidade fazia questão de afirmar, sem nenhuma modéstia, que seria o mais moderno estádio nordestino⁹. Com tantas obras, não era estranho acreditar que “dentro de alguns breves anos, Teresina será a mais bela e mais moderna cidade do Nordeste Ocidental” com “preten-

3. TELEVISÃO no ar ainda este mês. O Dia. Teresina, 1 de setembro de 1972.

4. AVENIDA inaugurada ontem. O Dia. Teresina, 6 de setembro de 1972.

5. UMA batalha de carinho. O Dia. Teresina, 5 de setembro de 1972.

6. TERESINA terá um zoo com todos os animais. O Dia. Teresina, 26 de agosto de 1972.

7. NOVO Hotel Piauí virá em março com força total. O Estado. Teresina, 15 e 16 de agosto de 1971.

8. BOLA pra frente, Piauí - Estamos construindo o “Albertão”. Junto com você. O Dia. Teresina, 11 de agosto de 1972.

9. ALBERTÃO será o mais moderno estádio do Nordeste. O Estado. Teresina, 15 e 16 de agosto de 1971.

são de ultrapassar Nice, Biarritz e riviera francesa em atração turística”¹⁰.

A modernização em Teresina nos anos 1970 não se apresentava apenas por meio de edifícios e avenidas, mas também na inserção de novas tecnologias que transformaram o cotidiano de seus moradores. Eletrodomésticos, por exemplo, começavam aos poucos a adentrar as casas das famílias teresinenses, ainda que, para boa parte da população, esses recursos continuavam a ser financeiramente inacessíveis:

As máquinas domésticas se tornaram necessidades reais e essenciais para o bom funcionamento das casas. Essa mudança de comportamento estava diretamente relacionada ao fato da aquisição dos mesmos ser agora facilitada pela inserção de novas práticas comerciais na cidade possibilitando que número maior de famílias pudessem adquiri-los.

Além disso, todas as mulheres aqui entrevistadas, independentemente de suas condições financeiras desfrutadas nos anos de 1960 e 1970, consideravam de grande importância ter os eletrodomésticos em suas casas, mesmo que eles fossem apenas, como dona Francisca relatou, em páginas anteriores, símbolo de “status social”. Por isso, todas as famílias desejavam ter, tanto pelas questões práticas implicadas no uso, ou seja, a necessidade, como pelo “status social” que a aquisição e uso dos eletrodomésticos proporcionaram. (Viana; Castelo Branco, 2016, p. 180)

Como mencionado acima, os eletrodomésticos eram representativos da ascensão social das famílias teresinenses. Sua presença impactou significativamente o trabalho doméstico e a qualidade de vida, pois passou-se a demandar do organismo menos esforço físico. Ademais, com esses aparelhos, o tempo fora otimizado, dilatando os períodos livres para descanso, lazer e realização de outras atividades. O tempo das informa-

10. VOZES da cidade - Crescimento vertiginoso de Teresina. O Dia. Teresina, 21 de setembro de 1972.

ções, ao contrário, encurtou-se: com as novas tecnologias, as notícias se tornaram mais instantâneas e mais diversas, e suas fronteiras foram sendo aproximadas:

Imagem 1: Poupe gasolina, use o telefone



Fonte: *O Dia*. Teresina, 31 de dezembro de 1974.

Os novos tempos traziam consigo velocidade e integração. É ao longo da década de 1970 que a classe média teresinense passa a ter mais facilidades para adquirir televisores e telefones. Com a televisão, as famílias se reúnem na sala para assistir a diversos tipos de entretenimento através da tela, como novelas, jogos esportivos, programas de auditório e notícias de todo o mundo. Ao longo do século XX o rádio já cumpria essas funções de sociabilização e lazer nos lares de Teresina (Lima, 2017), porém, a TV traz consigo o adicional das imagens que deslumbram os telespectadores, além de servirem de referência, por exemplo, para moda e para sonhos de consumo.

Há uma significativa expansão de linhas telefônicas pela empresa estadual de telefonia, a *Telepisa*, e com ela, a oportunidade de se comunicar-se com parentes e amigos do país todo sem sair de casa. O anúncio do grupo Telebrás na imagem 01 faz alusão às distâncias abreviadas pelas tecnologias cada vez mais acessíveis no dia a dia. O Brasil e o mundo se aproximavam dos lares teresinenses ao alcance das ondas eletromagnéticas. Mas os carros não deixaram de ser objeto de desejo, pelo contrário, possuir um carro indicava aos olhos da população o progresso tanto no poder aquisitivo quanto para a modernidade, daí a necessidade de avenidas mais largas e pavimentadas. Os automóveis eram símbolos não apenas do aumento do consumo, como também de uma sociedade desacostumada com sua rapidez das mudanças, ao ponto da cidade se assustar com o aumento no número de acidentes de trânsito¹¹.

Tantas transformações tinham ainda mais respaldo quando vistas sob a sensação de que o país vivia um “milagre econômico”. Tido atualmente como um fenômeno mais ilusório do que real, que acentuou as desigualdades sociais e regionais além de deixar como legado o aumento espantoso da inflação nas décadas seguintes, o “milagre brasileiro” foi a principal peça de propaganda do governo militar, encobrindo com um véu de suposta prosperidade nacional as mazelas do regime autoritário¹². No Piauí, esse discurso era personificado na figu-

11. A nova moda em Teresina. O Dia. Teresina, 22 de agosto de 1972.

12. “De qualquer forma, com o distanciamento de três décadas desse debate, pode-se afirmar que o modelo brasileiro tinha a característica de ser fortemente concentrador de renda. Essa seria uma das mais pesadas heranças que o período do “milagre” deixou para o futuro. [...] O milagre econômico foi produto de uma confluência histórica, em que condições externas favoráveis reforçaram espaços de crescimento abertos pelas reformas conservadoras no governo Castelo Branco. [...] Por outro lado, esta necessidade de crescimento não encontrava limites em preocupações com questões como equidade, ou melhoria das condições de vida da população, a não ser quando isso afetava a segurança do regime” (Prado, 2020).

ra do governador Alberto Tavares Silva. Aliado ao prefeito da capital, Joel Ribeiro, o então governador aproveitou-se desse contexto para construir uma imagem sua que ligava-se com a própria Teresina enquanto uma locomotiva que conduz o Piauí em direção ao progresso.

Imagem 2: Teresina em obras.



Fonte: *O Estado*. Teresina, 15 de outubro de 1972.

Na figura 2, Teresina é apresentada como se estivesse em uma grande reforma, tutelada pela presença constante - e vigilante - dos militares como idealizadores e realizadores dos modernos projetos. A capital mais uma vez se via entregue ao fardo que a acompanha desde sua fundação pelo ambicioso projeto de José Antônio Saraiva: a vitrine de um Piauí avançado e alinhado com os principais centros político-econômicos da nação. Assim Teresina tornara-se palco, onde Alberto Silva apresentava - ou fantasiava - uma ideia de Piauí, sabendo que esta seria seu legado. Como governante em exercício, sua

imagem era a imagem do estado, cuja porta de entrada é a sua capital, e estes dois entes deveriam estar em sintonia com o ideal desenvolvimentista da nação como um todo, uma imagem replicada até mesmo no exterior¹³. Era fundamental que o progresso não estivesse só no discurso, como também estivesse ao nível das aparências, visível em um primeiro plano a partir da feição de avenidas, parques e edifícios. Para boa parte da opinião pública, o novo governo era a promessa de uma nova visão sobre Teresina:

ALBERTO: CHEGOU A VEZ DE TERESINA

Durante o último quadriênio governamental, o Piauí foi alvo de chacotas por parte da grande imprensa do sul. A revista “Realidade” através da reportagem intitulada O PIAUÍ EXISTE? abriu a série de gozações contra o nosso Estado. Nelson Rodrigues, em O Globo, prosseguiu nas brincadeiras, transformando O Piauí em prato do dia na sua famosa coluna daquele vespertino carioca.

As Respostas dos nossos confrades eram sempre violentas. Os estudantes chegaram ao ponto de promover uma fogueira de revistas Realidade em plena Praça Rio Branco. Nas estações de rádio e TV, em especial nos programas humorísticos, o Piauí era o grande motivo da chacota nacional.

Assumindo atitudes emocionais, só rebater os insultos da imprensa sulina, nós piauienses não chegávamos a uma conclusão - a de que os culpados por tudo eram os próprios governantes. Afinal, por que o Piauí era alvo de tanta chacota? O bom senso estava a nos indicar que o péssimo estado de Teresina, sede do governo locomotiva que movimentava os 141 carros municipais, abria todas as comportas da onda nacional contra uma unidade federativa que, apesar de pobre e menosprezada, merecia respeito e compreensão.

Tradicionalmente, os governos deixavam Teresina em segundo

13. ALBERTO chega; deixou no exterior imagem do Piauí e trouxe ajuda para o Estado. O Estado. Teresina, junho de 1972.

plano, esfarinhando os poucos recursos com as dezenas de municípios, sem estabelecer as prioridades dos planos de desenvolvimento, dos quais a Capital é o mais importante. Ninguém se lembrava de um fato fundamental: a expansão dos polos de desenvolvimento provocaria reflexos positivos em todas as comunas atrasadas da interlândia E, por outro lado, as implicações políticas comandavam o espetáculo. Mais importante, do que o real progresso do Estado era o atendimento de um municipalismo vesgo e desorientado através da construção de obrinha, em repercussão social e sem profundidade.

A VEZ DE TERESINA

Assumindo o governo, o engenheiro Alberto Silva enxergou a realidade em toda a extensão. Teríamos que colocar Teresina em primeiro plano, como Capital do Estado, transformá-la numa cidade arejada, bela, moderna, atraente, habitável. Ao invés da Maria Fumaça, motivo de chacotas, uma locomotiva Diesel colorida, comandar os 144 carros que se beneficiariam, em poucos anos, com o progresso do comando geral sediado na antiga Chapada do Corisco.

Até que enfim, nos seus 119 anos de existência, Teresina vive a sua grande hora. O governador Alberto Silva, engenheiro experiente e vivido, colocou na Prefeitura de Teresina um engenheiro também experiente e vivido: o major Joel Ribeiro. Cem poucos meses de administração. Já sentimos algo de novo as ruas da cidade respiram ares de motivação e otimismo, chacotas pararam no sul do país, a Verdecap lança os alicerces de uma nova realidade, na certeza de que será, em poucos anos, uma das capitais mais bonitas do Nordeste.

Há um perfeito entrosamento entre Governo do Estado e Governo do Município. O Palácio Deolindo Couto sabe que sem o Palácio de Karnak não é possível construir uma grande e moderna Capital. E todos os piauienses, de norte a sul, estão convictos de que a nova imagem do Piauí terá que ser criada nas ruas e através do progresso urbanístico de Teresina.

De mãos dadas com o prefeito Joel Ribeiro, e contando com o apoio integral de todas as comunidades piauienses, o governa-

dor Alberto Tavares Silva abre uma nova fase de nossa história e diz alto e bom som: CHEGOU A VEZ DE TERESINA. Sim, a hora e a vez de Teresina, a cidade do conselheiro Saraiva, o seu construtor. A cidade de Alberto Silva e Joel Ribeiro, os seus renovadores. A cidade de todos nós, das que aqui nasceram e dos que vindos de outras paragens, aqui trabalham para fazê-la mais bela entre todas.¹⁴

A matéria em destaque, do periódico *O Estado*, exalta Alberto Silva como o maquinista dessa locomotiva chamada Teresina, e não esconde sua concordância com a posição de Teresina em detrimento das outras cidades e regiões do estado já que, sendo a capital, é dessa cidade que deve partir os modelos e projetos para o desenvolvimento piauiense como um todo. Mais ainda, é um reforço da imagem de Alberto Silva como engenheiro, sua formação acadêmica, frente à de um político, analogia central para a imagem de um governador tocador de obras, sublinhada pela professora Cláudia Cristina Fontineles em sua tese de doutorado (Fontineles, 2009). A historiadora ainda ressalta que apesar de buscar se colocar como artífice de uma “nova política”, o governador trilhou seus caminhos em alianças com forças políticas tradicionais. Ruptura e permanência se tensionam na construção do mito albertino. Mito que parte de uma outra oposição: ao se colocar mais como engenheiro do que político, Alberto Silva busca erigir a ideia de uma governança não da retórica ou de emoção próprias da política, mas de uma racionalidade quase cartesiana, como se só esta fosse capaz de conduzir com rigidez ao progresso. Para Fontineles, é como se o governador se portasse como *Alberto-Zeus*, o deus que da sua cabeça teria dado origem à *Teresina-Atenas* (Fontineles, 2009, p. 139).

Assim como o trecho que abre esse capítulo, esse texto foi

14. ALBERTO: chegou a vez de Teresina. *O Estado*. Teresina, 15 e 16 de agosto de 1971.

publicado em razão da celebração do aniversário da cidade, dessa vez em 1971, primeiro ano das administrações Alberto Silva e Joel Ribeiro. Em ambos os textos comemorativos, o presente se enche de boas expectativas em face da entrada dos anos 1970, e com eles, governos que apesar de recentes, se lançavam como os mais comprometidos com o município desde a sua fundação. São exemplos de um discurso comum na imprensa tradicional que continuaria até o fim dos seus mandatos, que combinava a efervescência de novas tendências e tecnologias com os projetos políticos da administração estatal, especialmente na construção da imagem de Alberto Tavares Silva, tido nesse caldeirão como “o artífice dos novos horizontes que se abrem às esperanças do povo que tanto tem se beneficiado de sua profícua administração”¹⁵. Conforme demonstra Jardiane Lucena Nascimento, o apoio da grande mídia ao governo local era questão não apenas ideológica, mas também de sobrevivência:

[...] após a modernização iniciada a partir da década de 1950, quando há um crescimento na área industrial, assim, grande parte do conteúdo dos jornais passam a ser anúncios de grandes empresas, no Piauí, o principal anunciante era o Estado, por isso havia uma grande dependência desse órgão na parte financeira. Assim, a imprensa oficial não tinha nenhuma autonomia para caminhar com as próprias pernas, por isso, coligava-se ao Estado em troca de apoio financeiro [...]. A cidade, nos moldes jornalísticos, apesar de estar se modernizando, não apresentava uma diversidade de jornais, ou de tipos de jornais. Um tradicionalismo e uma exibição dos costumes e moralidades era visto neles, além da exaltação da classe alta e dos feitos dos governantes, apesar de os jornais apresentarem, através de charges e/ou suplementos culturais, espaço para críticas. (Nascimento, 2020, p. 30-31)

15. PRESENÇA da universidade. O Dia. Teresina, 23 de agosto de 1972.

Dessa forma, os principais veículos de comunicação iam sendo cooptados para o lado do Estado, seja por meio da censura que determinava o que poderia ser dito ou não-dito, seja pelo investimento financeiro nestes. A mensagem de um crescimento vertiginoso e positivo da capital era construída entre concreto, ferro e palavras, pois era por meio da mídia que a população local se informava e formava suas opiniões. Cabe ao historiador lembrar que “as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam” (Chertier, 2002, p. 17). Nesse sentido, a cidade acessada por intermédio das fontes é igualmente uma cidade simbólica, moldada por interesses e projetos daqueles que a retratam, e no caso da imprensa, do Estado e dos setores da elite social, o retrato hegemônico e que deveria ser eternizado.

A realidade urbana, no entanto, se mostrava distante da propaganda. Ao nos depararmos com as principais realizações da época percebemos que a próspera Teresina se refere em geral ao seu centro. As imagens e os discursos passeiam por avenidas como a Frei Serafim e a Miguel Rosa, pelas praças Pedro II, Saraiva e Marechal Deodoro, pelo centro administrativo, pelas lojas, pelo teatro e pelos cinemas localizados no núcleo original da capital: a região central entre os rios Parnaíba e Poty. Ao seu redor, as regiões periféricas esquecidas pelos projetos políticos, o cotidiano de uma população ainda em sua maioria pobre e pacata, cada vez mais empurrada para longe do seio de um progresso que entre outras coisas, deveria ser belo. Uma história que, devemos lembrar, é figura repetida. Foi o caso visto, por exemplo, durante o Estado Novo e fartamente analisado por Francisco Alcides Nascimento: “a nova Teresina de linhas retas e ruas arborizadas não comportava atividades que pudessem se contrapor à

cidade desejada, à cidade nova, em construção” (Nascimento, 2015, p. 159).

Os mesmos jornais que propagavam o desenvolvimentismo autoritário, trazem também notícias que nos permitem flagrar pelas brechas os problemas que atingem sobretudo uma parcela da população esquecida. A miséria em que se encontrava grande parte dos habitantes da capital incomodava a marcha para o progresso, os casebres deveriam ser retirados para que o terminal de petróleo pudesse ocupar o lugar ao lado da estrada de ferro¹⁶. Para muitos a vida não melhorava no mesmo ritmo que a cidade, ao mesmo tempo em que se expandia o número de carros, somado com a insuficiência da capacidade do transporte público, o teresinense em média anda mais a pé do que em outras cidades grandes¹⁷. Em suas caminhadas para o trabalho, ao passar em frente ao Hospital Getúlio Vargas, talvez notassem a quantidade de mendigos e pessoas doentes em frente, sobre os quais *O Dia* implora por uma solução¹⁸. Ainda em situação mais carente, outros, principalmente mulheres, recorriam à prostituição para sobreviver. Entre os municípios do Nordeste, Teresina foi um dos que registrou mais aumento na atividade¹⁹, se tornando um desafio para as autoridades públicas principalmente na sua área mais movimentada, também o seu rosto a ser divulgado, o Centro²⁰.

Ao historiador que se depara com a urbanidade não basta “olhar apenas para a linguagem dos poderes que a constituem cartograficamente e a administram, mas percorrer seus

16. CASEBRES vão ser retirados. *O Dia*. Teresina, 24 e 25 de setembro de 1972.

17. TERESINENSE anda a pé. *O Dia*. Teresina, 30 de agosto de 1972.

18. NOSSO apelo. *O Dia*. Teresina, 15 de agosto de 1972.

19. UM mundo cão. *O Dia*. Teresina, 3 de agosto de 1972.

20. O DESAFIO da Paysandu. *O Estado*. Teresina, 29 de junho de 1972.

movimentos contraditórios que se combinam muitas vezes fora ou contornando essas demarcações civilizatórias.” (Silva, 2012, p. 3). Assim, apesar da alegoria hegemônica sobre a Teresina setentista ser respaldada em uma dada materialidade - prédios, aparelhos, avenidas e veículos -, não necessariamente se reflete da mesma maneira nas percepções e vivências de todos que a habitam. As metamorfoses vertiginosas pelas quais passa essa cidade, entendida como simbiose entre espaço e sociedade, acentuam suas próprias contradições, sejam elas físicas, discursivas e até geracionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da capital piauiense é farta de exemplos que nos permitem traçar um continuum de experiências que, cada uma a seu modo em sua época, confiam à crença no progresso linear e em avanços profundos na sua urbanidade a ideia de enfim civilizar uma terra a tanto tempo atrasada, presa aos modelos do passado²¹. Em comum, o mesmo progresso que promete a civilização, não deixa também de trazer em si “um susto, um movimento de admiração e também um frêmito de medo”²².

Cidades são ao mesmo tempo materialidade, sociabilidade e sensibilidade²³, e dessa forma, “é um fenômeno que se revela pela percepção de emoções e sentimentos dados pelo viver urbano e também pela expressão de utopias, de esperanças, de desejos e medos, individuais e coletivos, que esse

21. Algumas dessas experiências, por exemplo, podem ser observadas no início do século XX e discutidas por Teresinha Queiroz em QUEIROZ, Teresinha. Os Literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higinio Cunha e as tiranias do tempo. Teresina: EDUFPI, 2011; e no Estado Novo, já mencionadas em NASCIMENTO, 2015. *Op.cit.*

22. QUEIROZ, 2011. *Op.cit.* p. 35.

23. PESAVENTO, 2007, p. 14.

habitar em proximidade propicia”²⁴. Assim como múltiplas são as vivências dentro da urbanidade, pelas suas ruas e construções são erguidas diversas cidades subjetivas. A escolha por parte da propaganda governamental e da maior parte da imprensa de anunciar uma cidade do progresso representa uma escolha, bem como, ao mesmo tempo, de modo consciente ou não, acaba também sendo a opção por apagar tantas outras cidades, essas não tão “apresentáveis”. E assim, entre ruas e edifícios, carros e pedestres, a cidade dos discursos se impõe entre a materialidade.

REFERÊNCIAS

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 2002.

FONTINELES, Claudia Cristina da Silva. **O recinto do elogio e da crítica: maneiras de durar** Alberto Silva na memória e na história do Píauí. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A 2006.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

LIMA, Nilsângela Cardoso. **Invisíveis asas das ondas ZYQ-**

24. *Ibid.* p. 14.

3: sociabilidade, cultura e cotidiano em Teresina (1948-1962). Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2017.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)**. Teresina: EDUFPI, 2015. p. 159.

NASCIMENTO, Jardiane Lucena. Palavras em guerrilha: maquinações desejanter e gerações em transe na imprensa juvenil teresinense na década de 1970. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2020.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias**. Revista Brasileira de História, vol. 27, núm. 53, janeiro-junho, 2007.

PRADO, Luiz Carlos D.; EARP, Fábio Sá. O milagre brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida N (org.). **O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização: Quarta República (1964-1985)**. O Brasil Republicano vol.4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

QUEIROZ, Teresinha. **Os Literatos e a República**: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. Teresina: EDUFPI, 2011

SILVA, Cristina Maria da. Da Cidade Utópica à Cidade Metáforica: Reflexões para uma Antropologia nas Cidades a partir de Campinas. **Revista Espaço Acadêmico**. nº 132, maio de 2012.

VIANA, Maria Lidiêgida; CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. A inserção dos eletrodomésticos no cotidiano das famílias de classe média em Teresina nos anos 1960-1970. In: NASCIMENTO, Francisco de Assis de S.; SILVA, Rodrigo Caetano; SILVA, Ronyere Ferreira da. **História e cultura: trajetos singulares**. Teresina: EDUFPI, 2016.

**“AOS DOMINGOS, UMA MULTIDÃO
INCALCULÁVEL ESQUECE DE TUDO PARA
VER SEUS ÍDOLOS”: CULTURA BRASILEIRA E
IDENTIDADE NACIONAL EM SUBTERRÂNEOS
DO FUTEBOL (1965), DE MAURICE
CAPOVILLA**

*Francisco de Assis de Sousa Barbosa Júnior¹
Fábio Leonardo Castelo Branco Brito²*

O futebol é uma paixão estranha que toma conta do brasileiro.

(Maurice Capovilla - Subterrâneos do Futebol)

A tela de cinema abre-se com o som de berimbaus que parecem embalar uma roda de capoeira. Mas a dança que se avizinha é outra: uma luz ao final de um túnel que se revela em preto-e-branco indica um grupo de jogadores que entra em campo em um estádio de futebol. Sua imagem parece configurar-se dos mais diversos tipos daquilo que, costumeiramente, damos o nome de “povo”. Suas expressões são de expectativa e

1. Discente do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Piauí. Membro do GT “História, Cultura e Subjetividade” (DGP/CNPq). Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq).

2. Doutor em História. Professor do Departamento de História e do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí. Co-líder do GT “História, Cultura e Subjetividade” (DGP/CNPq).

uma certa alegria que atravessa aquele esporte, cujos símbolos já se definiam como parte de uma dada nacionalidade. O mesmo som, indicativo de uma certa imagem de “ser” brasileiro, acompanha a ginga dos toques de bola e as bandeiras dos times em campo, que tremulam em meio à multidão de torcedores. O som seguinte, que se sobrepõe ao toque de matriz africana, é o grito de comemoração pelo gol realizado. Naquele momento, os problemas aparentemente ficam para o lado de fora das arquibancadas. Imperam as paixões que mobilizam a multidão acotovelada entre as lágrimas de emoção pela vitória ou de tristeza pela derrota.

O fragmento acima poderia constituir uma sinopse dos primeiros minutos do documentário *Subterrâneos do Futebol*, filme de Maurice Capovilla, realizado no ano de 1965, como parte da iniciativa de produção de filmes de não-ficção que seria nomeada de “Caravana Farkas”. Ao abordar um elemento que indica uma certa “paixão nacional”, o filme em questão insere-se no contexto de um conjunto de outros documentários de média-metragem que procuravam abordar, por caminhos diversos, o ser do Brasil, sob a ótica de uma iniciativa cultural de um segmento das esquerdas do período. Ao lado de mais quatro filmes da mesma natureza - *Memória do Cangaço* (Geraldo Sarno, 1964), *Nossa Escola de Samba* (Manuel Horácio Gimenez, 1964) e *Viramundo* (Paulo Gil Soares, 1965) - compõe um documentário de longa-metragem, lançado em 1968, sob a direção de Capovilla e produção de Thomaz Farkas, intitulado *Brasil Verdade*, material que pode ser inserido em um amplo contexto de reflexão sobre o cinema como constituinte do “ser” do Brasil.

A busca por uma identidade nacional, por um certo povo e uma certa cultura brasileira, define caminhos importantes para esta pesquisa. Trata-se de um tempo no qual existia a intenção de “dogmatizar uma ordem discursiva nos posiciona-

mentos estéticos, políticos e ideológicos presentes no Brasil” (Brito, 2018, p. 115). É, portanto, um tempo no qual a questão das identidades se torna ponto fundamental, pois, assim como indica Stuart Hall (2014), essa identidade se constitui como uma constante disputa que envolve, ao mesmo tempo, os nacionalismos e suas tentativas de definição, mas também o hibridismo e as constituições cambiantes de sujeito.

Para analisar essas questões, tomando como pretexto a Caravana Farkas, fazemos uso dos debates sobre o método de montagem na antropologia fílmica a partir das reflexões de Annie Comolli. Trata-se de uma discussão que, articulada às reflexões historiográficas em torno do objeto em questão, ajuda a compreender o filme como documento potente para o uso dos historiadores. Segundo a autora:

Descrever com a ajuda do filme consiste em apresentar, de forma continuada ou simplesmente de passagem, uma pessoa, um grupo humano, uma atividade ou um conjunto de atividades, um lugar, um momento, etc. Trata-se, para o cineasta, de explorar mais ou menos em detalhes os aspectos sensíveis do objeto de estudo (Comolli, 2009, p. 31)

Baseado nessas questões, e localizando historicamente a época que a pesquisa analisa, o presente trabalho busca apresentar o filme *Subterrâneo do Futebol*, expondo os modos com os quais a Caravana Farkas - e, especificamente, o diretor Maurice Capovilla - analisou a importância do esporte para a criação de uma identidade nacional brasileira, onde o futebol seria um dos pilares de socialização de massas. Portanto, o filme busca problematizar as disparidades sociais e salariais dentro do esporte, tendo em vista que certos jogadores não atingiram o mesmo êxito profissional e financeiro de nomes como Pelé e Garrincha. Desse modo, Capovilla apresenta processos sociais relacionados a questões tais como a acessibilidade que

se possuía nos estádios por parte da torcida, que não precisava pagar muito para assistir às partidas, mas expõe a vida pouco luxuosa e com diversas dificuldades que certos jogadores precisavam passar para chegarem no apogeu do futebol brasileiro. O material é, assim, cabível para um amplo conjunto de problematização sobre os usos da arte - e, especificamente, do cinema, para a percepção do ser do Brasil.

(D)ESCREVER COM A CÂMERA: A CARAVANA FARKAS E O CINEMA-DOCUMENTÁRIO NO BRASIL

O Brasil é um país de diversidades culturais, sociais, raciais e políticas. Assim sendo, é carregado de diferentes ideologias, sejam elas de esquerda ou de direita, a população brasileira conviveu e convive com diferentes projetos que buscam explicar e definir o Brasil, tomando como ponto de partida um determinado projeto. Entre esses projetos, cabe ressaltar alguns dos vigentes durante o recorte ao qual estamos trabalhando aqui. A exemplo disso, Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), nascido em julho de 1955 pela iniciativa do então presidente Café Filho, surge com o objetivo de estudar e debater temas ligados aos problemas políticos, econômicos e sociais do Brasil, assim, o grupo propunha desenvolver um projeto de desenvolvimento econômico e social. Conforme afirma Alzira Alves de Abreu:

Os integrantes do grupo em sua maioria eram bacharéis, diplomados pelas faculdades de direito. Suas preocupações intelectuais estavam voltadas para o campo da filosofia, sociologia, história, economia e crítica de arte. Alguns representantes do Rio de Janeiro participavam diretamente da administração do governo Vargas, como Rômulo de Almeida, chefe da Assessoria Econômica da Presidência da República, incumbida de fazer estudos e preparar projetos econômicas. [...] (Abreu, 2007, 412)

Nesse contexto, diferentes iniciativas culturais seguintes iriam se destacar do ponto de vista das esquerdas, a exemplo dos Centros Populares de Cultura (CPCs) da União Nacional dos Estudantes (UNE), criada em 1962, como iniciativa de construir uma chamada “arte popular revolucionária”, cujo propósito, expresso em seu próprio manifesto, seria a opção por “ser povo, ser parte integrante do povo, destacamento de seu exército no *front* cultural” (Anteprojeto..., 1962). Nesse sentido, conforme afirma Heloísa Buarque de Holanda:

O artista revolucionário popular poderia ser o indivíduo que mora na zona sul, trabalha e ganha dinheiro, tem mãe, mas vê que a favela é logo ali e que na porta de seu edifício mora um mendigo adulto. Sente-se, então, compelido a renegar sua existência de “burguês de doirada tez” para juntar-se ao povo. Sua opção é moral. Sua ação política é um problema de honra e de doutrina. [...] Uma *missão* assumida como tal: trata-se de um *dever*, de um compromisso assumido com o povo e com a justiça vindoura - a revolução nacional e popular (Holanda, 2004, p. 30).

A dita “revolução” nacional e popular passava, como pode ser visto, pelo campo da cultura e da política. No âmbito do político do CPC se destacam figuras de intensa atuação política vinculada às esquerdas do período, a exemplo de Vladimir Palmeira, o qual, em depoimento, afirma: “Quando éramos garotões, a partir de um pouco antes de 1964, ser de esquerda passou a ser um negócio mais ou menos normal. A própria UNE fez um grande trabalho com o CPC, os cadernos de Cultura, difundiu um pensamento de esquerda [...]” (Palmeira, 1999, p. 124).

Dentre os sujeitos que passaram a partilhar desses projetos de Brasil construídos do ponto de vista da cultura, a exemplo do que já ocorria nos átrios do ISEB e do CPC, encontra-

va-se também o cineasta Thomas Jorge Farkas. Nascido em 1924, em Budapeste, capital da Hungria, Thomas Farkas migra com os pais daquele país em direção ao Brasil em 1930. Seu pai, Farkas Deszö, cujo nome seria aportuguesado para Desidério Farkas, se tornaria sócio-fundador da empresa brasileira de fotografia Fotóptica, de forma que o pequeno Thomaz ganharia sua primeira câmera fotográfica com seis anos de idade.

Após o golpe militar que assolou o Brasil em 1964, Thomas Farkas se une a um grupo de jovens cineastas que, àquela época, enfrentavam problemas com o governo recém-instaurado. Aquela que passaria a se chamar “Caravana Farkas”, ainda que localizada no contexto cultural de vanguarda dos anos 1960, na qual emergem iniciativas tais como o Cinema Novo, o Cinema Marginal e os experimentalismos fílmicos em super-8, não se encaixava nos modelos de produção de sua época. Ainda que seguindo sua própria filosofia de produção, enquanto bebia em diferentes fontes estéticas e políticas - dentre as quais o pensamento difundido nos CPCs -, a iniciativa terminava por vincular-se ao viés das esquerdas organizadas de seu tempo, embora não se fizesse na forma de “filmes de protesto” ou do chamado “cinema sociológico” ao qual se propunha o Cinema Novo.

Para além das definições, as produções do grupo foram impulsionadas, também, pelas influências dos cineclubes espalhados pelo país, vinculados à iniciativa de difusão da Igreja Católica. Por esse motivo, parte significativa das produções que demarcavam os primeiros anos dos cineastas vinculados à Caravana, suas referências estéticas, apareciam como filmes à religião e à missão social da Igreja. Sobre isso, Maurice Capovilla, na mesma entrevista citada acima, apresenta a diversidade de cineclubes existentes na cidade, aos quais terminou vinculando-se:

Havia o Dom Vital, que era dos padres, era católico, e a Filmo-teca, que não era bem um cineclube e sim uma sala de exibição, mas que funcionava como cineclube na medida em que a gente usava para as discussões. [...] Quando chegou no final de 1963 nós tínhamos cerca de cento e cinquenta cineclubes no Brasil. Esses cineclubes estavam distribuídos da forma mais louca possível: dentro de salas de aula, dentro de faculdades, todas as faculdades.

[...]

O Dom Vital era um cineclube dirigido por um padre e era ligado à esquerda da Igreja Católica. Era um padre cinéfilo e montou o cineclube com o apoio da Igreja Católica que cedia o espaço e pagava o aluguel. Funcionava num prédio da rua Sete de Abril (Capovilla, 2021, p. 275-277).

Para além dos cineclubes, a Caravana Farkas também mantinha vinculação estética e ideológica com o CPC, uma vez que muitos dos cineastas vinculados, sobretudo à sua primeira fase, passaram pela fôrma dessa instituição. Sendo uma importante disseminadora cultural e política do período - antes de ser colocada na clandestinidade com o advento do golpe de 1964 - a UNE apareceria como local de resistência contra o regime por diversas frentes, bem como o próprio Partido Comunista Brasileiro, ao qual grande parte dos cineastas que se integrariam nas iniciativas da Caravana Farkas se encontravam vinculados. Tais instituições passariam, conforme indica Marcelo Ridenti, em *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*, pelo que ele chamaria de “virada cultural” na década de 1960:

Havia comitês culturais no PCB em várias cidades, antes e depois de 1964. As observações sobre o comitê no Rio de Janeiro - então a capital cultural do país - são genericamente válidas para os demais comitês. A presença cultural do PCB era relevante nas principais capitais brasileiras, especialmente no início dos anos

1960, em que a agitação política e cultural não se restringiu ao eixo Rio-São Paulo. [...] (Ridenti, 2014, p. 55)

Buscando, na esteira das instituições vinculadas às esquerdas, construir as condições históricas nas quais a sociedade civil se tornaria protagonista da cena política e cultural brasileira, diferentes jovens e intelectuais atuariam, tais como o grupo em torno de Thomaz Farkas. Formado por jovens cineastas, advindos, em sua maioria, da formação cineclubista, o grupo em questão, àquele momento, era ligado a políticas de esquerda, logo, eram alvos de perseguição da ditadura militar. Maurice Capovilla, a exemplo disso, atuava como redator do jornal carioca *Última Hora*, relatando matérias com as ligas camponesas e o sindicalismo rural, sendo essa ação o suficiente para que fosse caracterizado como “comunista” pelos militares. Contudo, ele não foi único a precisar da ajuda financeira de Farkas, “líder” do grupo ao qual cedeu sua casa como asilo político e espaço de apoio na realização dos filmes. Além de Capovilla, Vladimir Herzog, Geraldo Sarno e Paulo Gil eram outros cinéfilos que buscavam se reunir, a fim de fugir da perseguição do regime.

Naquele ano de 1964, a ocorrência de um golpe de Estado ensejado por segmentos da sociedade civil e capitaneado por militares abalaria o país. Reunidos, em espécie de autoexílio, no apartamento que Farkas mantinha no Guarujá, litoral de São Paulo, enquanto olhavam para a praia sem poder acessá-la, o grupo, composto pelo argentino Manuel Horácio Gimenez, os baianos Geraldo Sarno e Paulo Gil Soares e o paulista Maurice Capovilla começam a idealizar aquilo que constituiria a primeira leva de filmes vinculado àquele grupo. Em entrevista concedida a Pedro Simonard, em 22 de dezembro de 1993, Capovilla conta o momento político de trauma que uniria o grupo:

[...] nós, em 1964, tínhamos problemas com a justiça militar. Em 1964 foi aquela debandada geral. Eu já trabalhava na Última Hora, ainda em São Paulo - só vim pra o Rio em 1975 - e havia uma série de problemas e cada um de nós saiu para um lado; a maioria fugiu. Eu encontrei abrigo na casa de um amigo interessado em cinema que é o Thomas Farkas, o dono da Fotóptica (Capovilla, 2021, p. 272-273).

A partir das circunstâncias políticas que os conectaram, o grupo buscava realizar uma representação de diferentes “tipos de Brasil” e quais projetos de país se encontram demarcados pelo amplo território nacional - largo no sentido geográfico e plural no que tange às representações culturais. Maurice Capovilla, que já era um amante do futebol, pensou em transformar o esporte em uma representação nacional por meio do documentário que viria a ficar conhecido como *Subterrâneos do Futebol*, do qual trataremos, de maneira aprofundada, no tópico seguinte.

UMA IMERSÃO PELOS SUBTERRÂNEOS DO FUTEBOL

O estádio de futebol se assemelha a um coliseu, onde gladiadores se enfrentam sob o olhar sedento dos torcedores, que se animam naquele movimento que fica no limite entre arte, ginga e enfrentamento corporal. O filme começa com a imagem de grandes clubes do futebol brasileiro *tête-a-tête*. Ao fundo, é possível ouvir uma batida de tambores que parece se assanhar com as jogadas que vão sendo apresentadas. Logo no início, é possível observar uma multidão que vai saindo de uma estação de trem, representando o povo que ia ao estádio, dando a ele e ao momento em questão o significado de que atingia uma grande massa popular. Ao ser perguntado sobre o porquê de gostar do futebol, um torcedor

responde que o esporte é barato e se caracteriza em uma “distração inocente”.

Trata-se dos primeiros *frames* de *Subterrâneos do Futebol*, que, em sua feitura, contava, além da direção de Maurice Capovilla, com a fotografia de Thomaz Farkas e Armando Barreto e a produção de Vladimir Herzog. As imagens trazidas nesses primeiros momentos de filme parecem, à primeira vista, tentar justificar o porquê de o futebol atrair tantos adeptos. Nessa esteira, outro torcedor afirma que quando ele e seus companheiros de “paixão nacional” estão no estádio, se voltam a pensar apenas no seu clube do coração, esquecendo os problemas que vão para além do campo de futebol.

Ainda em seu início, o filme se volta para a figura de Edson Arantes do Nascimento, o Pelé, apresentado aqui como personificação da paixão do brasileiro pelo futebol. Pelé é visto como um ídolo nacional, independente do time que defende, o Santos. Colocado em cena no lugar de espécie de ícone, representado nas imagens abaixo como “ídolo do povo”, cuja ação com a bola nos pés é vista como espécie singular de arte e indicativo de genialidade, Pelé protagoniza e direciona os caminhos da narrativa ao ser identificado como emblema de um pretenso “jeito brasileiro” de se praticar o futebol, marcado por belas jogadas e “gols de placa”.

Imagens 1 e 2: Pelé, o “ídolo do povo”.



A partir desse momento, o narrador Anthero de Oliveira, em *voz-over*, se volta então para a vida dos demais jogadores, parte de uma ampla massa que, à sombra de Pelé, parece habitar um lugar subterrâneo. Em sua narrativa, apresenta que, àquela altura, o Brasil possuía 100 mil jogadores de futebol, mas que nem todos eram privilegiados com fama e o poderio financeiro, sendo esses mais famosos obrigados a tirarem parte de seu tempo para atender aos fãs, distribuindo autógrafos, atuando para além dos campos, no lugar de celebridades que precisavam atender à verve da torcida apaixonada.

Por conta de todo o *glamour* envolvido, garotos pobres e sem acesso a outro meio de ascensão social viam o futebol como uma saída da miséria, uma forma de ajudar a si próprio e a família. Entre esses garotos, o filme apresenta Luís Carlos Feijão, então jogador de base do Palmeiras e que se encontrava em período de testes como ator, para interpretar Pelé no cinema. O documentário exhibe o sucesso de Feijão na empreitada, mas, no entanto, expõe que, apesar de ser um bom jogador, passaria, a partir de então, a sofrer com as comparações com o personagem que viria a representar, bem como com apelidos como “mascarado”, vindo de pessoas que afirmavam que sua intenção seria a de transformar-se no próprio Pelé. Ele próprio desmente essa informação, afirmando que só quer ser ele mesmo ganhando um pouco de fama e dinheiro para ajudar os pais deles, que segundo informações do próprio, são “modestos”. O treinador do garoto afirma que, nem todos serão Pelé, mas que podem sim, serem grandes jogadores.

Após esse recorte, o filme apresenta um treinador de nome não identificado, que passa a relatar as dificuldades do jogador de futebol, por muitas vezes tratado como objeto de domínio público, além de expor o quanto é limitada a carreira do jogador de futebol. Àquela altura, poucos eram os jogadores que chegavam a quinze anos de profissional, tendo em

vista a rotina desgastante e o esporte muito mais violento que era praticado no Brasil até o momento ao qual o filme foi produzido. Assim, é problematizado o que será desse profissional após o futebol e como ele se manterá pelo resto de sua vida, uma vez que o período de angariação de recursos pessoais era curto e, na maioria das vezes, os salários se mostravam insuficientes para que o jogador se mantivesse até mesmo durante o período de atividade profissional no esporte.

Nesse contorno, é apresentado um fragmento onde outros emblemas, não necessariamente conectados ao mundo da bola, se destacam. Em um gestual que remete ao universo militar, os jogadores aparecem “cobrindo” uns aos outros. O ato de “cobrir” diz respeito ao toque lateral de mãos no ombro do soldado ao seu lado, conforme aparece na imagem. Tal atitude, realizada antes da marcha de um determinado pelotão, aparece no filme como espécie de metáfora militar, na qual os jogadores são comparados a um pelotão em formação.

Imagem 0: Jogador “cobre” o outro à sua frente, em gesto de simulação militar.



Na imagem acima, em primeiro plano, um jogador se destaca. É possível observar uma mão sobre seu ombro esquerdo e outra sobre o ombro direito, um claro gesto que remete aos alinhamentos de “pelotões” em quartéis. Nos pelotões militares, os soldados que se encontram à frente só podem executar o ato de cobrir caso estejam no meio ou do lado direito. Conforme pode ser observado, o jogador destacado no *frame* fica parado em posição de “sentido”, pois ele será a base utilizada para definir o alinhamento. Essa sequência de movimentos é algo comum dentro do meio militar, conhecida como “ordem unida”. Quando executadas com primazia, mostram a disciplina do pelotão e o seu “espírito de corpo”, atributos importantes para os militares. Desse modo, a execução desses movimentos, não poderiam ser executadas com olhares sorridentes e descontraídos como na foto, mostrando ao telespectador que a movimentação dos atletas é uma clara sátira ao governo militar presente no período ao qual o documentário foi gravado.

Nas imagens seguintes, os jogadores passam a marchar e assobiam uma canção que emerge como mensagem subliminar: o Hino do Exército Brasileiro, criado em 1949 para representar a força terrestre nacional. A canção, iniciada pelo assobio e marcha dos jogadores, acompanha a mudança do *frame* para imagens diversas de partidas de futebol, sendo possível também ver a diferenciação na canção que passa a ser tocada ao fundo com um som instrumental. Tomando como referência o momento político vivenciado no país, é possível perceber, nesse sentido, a crítica velada de Capovilla ao uso discursivo do futebol como instrumento de coesão patriótica do país, espécie de elo de significados com o mundo militar, então vigente após o golpe de 1964. Até o contexto do golpe e mesmo após ele, a própria impressão de amplos segmentos da sociedade civil compactuava com uma pretensa “idoneidade política” dos militares, posição defendida, inclusive, por setores da imprensa,

a exemplo do Jornal do Brasil, que, em 07 de janeiro de 1964, às vésperas da tomada de poder pelas Forças Armadas, defendia que os militares assegurariam que um golpe de Estado não ocorreria no Brasil (Ferreira; Gomes, 2014, p. 190)

Após problematizar a questão financeira, o filme direciona sua atenção para a saúde desses jogadores. Conforme afirmado anteriormente, o futebol apresentava-se como esporte violento, de intenso contato físico, o que acarretava lesões que, muitas vezes, invalidavam esses jogadores para o esporte, bem como também para outras atividades. Dito isso, o narrador inicia falando que, quando isso ocorre, esse jogador possivelmente será esquecido, perdendo fama e dinheiro.

No próximo recorte, o narrador vai mostrar as dificuldades que Pelé passava dentro de campo. Por ser considerado o melhor jogador de seu tempo, dono da alcunha de “Rei do Futebol”, parecia recair sobre ele a responsabilidade de fazer grandes feitos e, pelo mesmo motivo, tornava-se ainda mais intensa a caçada dentro de campo por aqueles que buscavam vencê-lo. Sabendo da dificuldade que era parar o habilidoso Pelé, os marcadores buscavam a violência para parar o atleta, que por muitas vezes sofreu com lesões ao longo de sua carreira. Pelé inclusive cita ao longo do documentário que não acredita que a vida de jogador de futebol é fácil, acarretando diversos problemas físicos e pessoais, no que tange a vida pessoal exposta pelas crônicas esportivas. Ao ser perguntado se a vida do jogador de futebol é boa, Pelé afirma que: “Eu não acredito que a vida do jogador de futebol seja boa” (Subterrâneos..., 1965).

Ao tomar como foco central a carreira de Pelé, o filme apresenta, também, uma entrevista do próprio irmão do craque, que afirma que ele, Pelé, é o melhor jogador do mundo, pois a massa populacional acredita nisso e ele também. O filme apresenta os holofotes sobre Pelé, como o jogador vivia

cercado por jornalistas e fãs que faziam de tudo para estar por um momento, próximos do jogador.

Novo corte. A imagem direciona-se, então, para o baiano Zózimo Alves Calazans, conhecido nos campos apenas como Zózimo, campeão mundial pela Seleção Brasileira, que saiu do Bangu, time de futebol da Zona Oeste do Rio de Janeiro, acusado de suborno, passando, então, a frequentar clubes de pequeno porte em cidades de menor visibilidade para efeito daquele esporte, longe dos grandes polos do futebol brasileiro. Sua esposa também aparece na narrativa do filme. Em fala carregada de ressentimentos, reclama do longo período de concentração, bem como das excursões que chegavam a durar até três meses, período esse que o jogador passava distante da família:

Em relação ao problema excursão e concentração... eu sei que tem sido até hoje um problema bastante difícil para as esposas dos jogadores enfrentar, porque eu tenho tido bastantes exemplos, inclusive um exemplo eu tive em uma excursão que ele fez de 3 meses e 10 dias. Foi uma coisa mesmo emocionante, porque eu senti bastante a falta dele, inclusive eu tive um traumatismo de nervos que até hoje veio abalar a minha saúde... (Subterrâneos..., 1965)

Maurice Capovilla mostra aspectos da sua formação no CPC da UNE, fazendo uma crítica de cunho marxista ao afirmar que o jogador é apenas um operário de vida curta, uma mercadoria facilmente precível tendo seu valor ligado a partir dos interesses do clube sobre ele. Mesmo assim, para os mais pobres que estão assistindo das arquibancadas, o futebol seria, portanto, uma válvula de escape que compensaria uma semana de trabalho, falta de dinheiro e até fome. Do ponto de vista econômico, entretanto, o lucro ficaria por conta dos clubes e de seus dirigentes.

Diante desse paradoxo social envolto no esporte, abordado por Capovilla, é relevante citar a importância das camadas sociais na prática do futebol, seja na experiência esportiva dentro das quatro linhas do campo, seja na emoção das arquibancadas. O futebol chegou ao Brasil por volta de 1894 como um esporte elitista, com materiais de prática custando valores acima dos padrões médios de poder aquisitivo da população brasileira. Apesar disso, historicamente, amplos segmentos da população economicamente subalterna se apropriariam do esporte, utilizando-se de ações no plano tático para praticá-lo, mesmo sem ser detentora do material necessário. Desse modo, a classe detentora dessa “arte do fraco”, da qual nos fala Michel de Certeau (1994), fabricaria bolas produzidas à mão e de diferentes materiais acessíveis à sua condição social. Como não podiam praticar o esporte utilizando-se do material previamente elaborado para tal, tais segmentos sociais compareciam às partidas na condição de espectadores, tendo em vista o preço, que até certo ponto era acessível.

A esse respeito, o historiador Lucas Café cita em seu livro *Futebol de raça e classe : Uma história da popularização do esporte no Brasil - Salvador, 1895 - 1918* que a população mais pobre na Bahia, foi responsável por salvar o prestígio do esporte no Estado, tendo em vista que após a derrocada de público nos jogos da elite, os trabalhadores passaram a praticar o futebol de forma independente, com as condições que possuíam, acarretando na disseminação do esporte e ajudando-o a se manter:

É possível notar que o sucesso da popularização do futebol na capital baiana ocorria não apenas pela criação de um espaço “oficial”, como LBST. O esporte popularizava-se e era praticado em vários distritos por negros e pobres. Porém, a imprensa preferia destacar a prática entre as elites, apontando para a pompa

e para a concorrência existente nas arquibancadas dos jogos elitistas, destacando esses fatores como sinônimo de prosperidade, mostrando que a população da cidade estava, de fato, interessando-se pelos esportes. (Café, 2022, p. 114)

O filme finaliza com a saída dos torcedores do estádio e o silêncio das arquibancadas, como que indicando que aquela diversão “barata”, que encantava o povo como espécie de ópio, termina, obrigando que seus torcedores, por alguns momentos tomados por certa ilusão de felicidade, precisassem voltar para suas vidas cotidianas. Assim, sob a tela sem som, a imagem funde para a penumbra sob o letreiro do “fim”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Subterrâneos do Futebol, assim como outros filmes que compõem a chamada Caravana Farkas, nos primeiros anos de sua atuação, pode ser visto como emblema de uma busca pelo povo brasileiro, utilizando livremente as palavras utilizadas no título da obra de Marcelo Ridenti (2014). Nessa busca, que envolvia não apenas estratégias narrativas de representação, mas, principalmente, de apresentação de um certo Brasil, configurou-se, de forma direta ou velada, um amplo conjunto de críticas sociais e políticas, que se inseria no universo da cultura. O cinema documentário de Capovilla e dos demais membros do grupo capitaneado por Farkas, ao percorrer o Brasil em sua profundidade, parecia percorrer uma antropologia de si mesmo, dos problemas que pareciam incorporados à própria identidade e ao “ser nacional”, aos caminhos de um povo que insistia em sobreviver frente ao subdesenvolvimento no qual se inseria.

É sabido, entretanto, que a própria utopia revolucionária aspirada pelos jovens integrantes dessa iniciativa de cinema,

assim como de outros membros das frentes de esquerda do período - a exemplo do CPC, da UNE, do PCB - articulava-se a um desejo não apenas contrastante com a realidade política de um país submetido ao autoritarismo como também a uma aspiração de que é possível transformar o mundo pela revolução. O povo, aos olhos de *Subterrâneos do Futebol*, aparece como espécie de vítima de seu próprio ópio, tornando-se, nas palavras do próprio filme, uma “multidão incalculável” que, “aos domingos, esquece de tudo para ver seus ídolos”.

REFERÊNCIAS

ENTREVISTA

CAPOVILLA, Maurice. Entrevista concedida a Pedro Simonard em 22 de dezembro de 1993. In: SIMONARD, Pedro (Org.). **No rastro do Cinema Novo**. Curitiba: Kotter Editorial, 2021.

FILME

SUBTERRÂNEOS DO FUTEBOL. Direção: Maurice Capovilla. 35 min, 1965. son. p&b.

MANIFESTO

ANTEPROJETO do Manifesto do Centro Popular de Cultura, redigido em março de 1962.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Alzira Alvez de. Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Ja-

neiro: Civilização Brasileira, 2007.

BRITO, Fábio Leonardo Castelo Branco. **Visionários de um Brasil profundo**: invenções da cultura brasileira em Jomard Muniz de Britto e seus contemporâneos. Teresina: EDUFPI, 2018.

CAFÉ, Lucas Santos. **Futebol, raça e classe**: uma história da popularização do esporte no Brasil - Salvador, 1895-1918. Curitiba: Appris, 2022.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. v. I. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

COMOLLI, Annie. Elementos de método em antropologia fílmica. In: FREIRE, Marcius; LOURDOU, Philippe (Org.). **Descrever o visível**: cinema documentário e antropologia fílmica. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1964**: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

HOLANDA, Heloísa Buarque de. **Impressões de viagem**: CPC, vanguarda e desbunde (1960/70). Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.

PALMEIRA, Vladimir. Os valores de 1968. In: GARCIA, Marco Aurélio; VIEIRA, Maria Alice (Org.). **Rebeldes e contestadores**: 1968 - Brasil, França, Alemanha. São Paulo: Fundação

Perseu Abramo, 1999.

RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro:** artistas da revolução, do CPC à era da TV. São Paulo: Editora da Unesp, 2014.

PARTE IV
HISTÓRIA E SUBJETIVIDADE

METAMORFOSES AMBULANTES: EXPERIÊNCIAS E SUBJETIVIDADES JUVENIS NA UFPI NA DÉCADA DE 19801

*Francisco Gustavo Lourenço Bezerra Menezes Alves²
Fábio Leonardo Castelo Branco Brito³*

INTRODUÇÃO

Múltiplos e singulares. Essa definição curiosamente deixa indefinido os sujeitos aos quais ela se refere, e talvez seja esse o grande ponto. Não somos definidos, mas somos passíveis de interpretação. Elisangela Cardoso, ao falar das estudantes femininas da cidade de Teresina (Cardoso, 2012, p. 15) coloca que o material de suas experiências é mais do que superposições de camadas variadas de tempo, mais que conjugação de diferentes espaços, é amálgama, ruptura e colisão de lugares. Assim, o tempo já não é medido somente por parâmetros físicos e cronológicos quando se trata da experiência da cultura. Basta observar como os sujeitos que o compõem não cabem

1. Esta pesquisa foi construída no âmbito do Programa de Iniciação de Bolsas de Iniciação Científica, a partir de projeto homônimo, recebendo financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

2. Graduando em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Piauí. Membro do GT História, Cultura e Subjetividade (DGP/CNPq).

3. Professor Assistente I do Departamento de História da Universidade Federal do Piauí e docente do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da mesma instituição. Colíder do GT História, Cultura e Subjetividade (DGP/CNPq). E-mail: fabioleobrito@hotmail.com.

mais em caixas definitivas como “masculino”, “feminino”, rico ou pobre, no sentido de uma unidade. A realidade é plural e polifônica, recheada de tramas em suas redes de relações sociais, econômicas, políticas, culturais e simbólicas. Dessa forma, os diferentes sujeitos e grupos sociais que se apropriam de um espaço o experienciam e produzem representações — memórias e um imaginário — sobre ele, que visam a explicar a dinâmica própria desses que ali se constituem. Ou seja, entendemos hoje que os sujeitos e seus grupos tanto constroem o espaço, enquanto um tecido de relações sociais e representações, quanto são constituídos por ele.

Esse mote nos transporta para o início da década de 1980, período marcado por profundas transformações no cenário sociopolítico brasileiro. Durante esse período, a ditadura militar no Brasil estava perdendo sua influência e o país estava gradualmente se encaminhando para um processo de redemocratização. Essa conjuntura de mudanças impactaram de forma abrangente todos os estratos da sociedade.

Nessa conjuntura, o Brasil enfrentou uma significativa crise de desenvolvimento. O país se inseriu de maneira passiva e subordinada na economia global, resultando em um mercado de trabalho que testemunhava um aprofundamento alarmante do desemprego. Isso ocorria devido ao aumento proporcional do excedente de mão-de-obra, que se alinhava com a expansão de setores não regulamentados do mercado laboral. Consequentemente, atividades de subsistência como a prostituição, além do tráfico de seres humanos e drogas, crimes e jogos de azar começaram a ganhar destaque, intensificando o processo de proletarianização da antiga classe operária industrial e o declínio da classe média.

Diante desse contexto caótico estava a juventude, e dela se esperava uma ação política parecida com a dos jovens dos anos 1960, afinal, eles conseguiram subjugar o fantasma desta

geração — a ditadura militar. Entretanto, é necessário ter em mente que, assim como uma parcela via como fundamental a organização política para a melhora político-social, outra nasceu pós-golpe de 1964. Ou seja, a falta de uma experiência democrática os levou a desacreditar em partidos como mecanismos para essas mudanças. Assim, essa juventude não via na redemocratização, e nos movimentos sociais que dela nascem — ou a partir dela se reorganizam —, uma solução política para suas aspirações utópicas.

Nesse sentido, o espaço universitário estava diretamente imerso nesse campo de disputas. Em Teresina, com a efetiva criação da Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI)⁴, abrangendo as já existentes Faculdade de Direito do Piauí, Faculdade de Medicina, Faculdade Católica de Filosofia do Piauí, Faculdade de Odontologia do Piauí e Faculdade de Administração do Piauí, a instituição passou a abarcar uma significativa parcela da juventude piauiense — sobretudo dos grupos das elites locais, advindos das famílias com acesso a um ensino superior ainda bastante restrito. A partir disso é possível inferir que, convivendo, na instituição, vivências diversas de jovens cujas experiências cruzadas configuram parte fundamental da história dos jovens no Piauí. Desse modo, sendo eles sujeitos que buscavam não só representatividade política — diante caos que estavam imersos —, mas também se entender enquanto indivíduos singulares de seu tempo, a vivência desses estudantes vai se caracterizar como um elemento interessante e revelador de um tempo tido como perdido, que é a década de 1980.

4. A Fundação Universidade Federal do Piauí foi instituída pela Lei nº 5.528 de 12 de novembro de 1968 e, devido a questões burocráticas, bem como disputas de poder e de memória, a FUFPI foi “inaugurada” duas vezes entre 1969 e 1971, sendo que sua instalação efetiva se deu em 1973 com a nomeação do Conselho Diretor. Para maiores informações sobre a instalação da FUFPI em Teresina confira o texto “A invenção da UFPI: elementos estruturantes e interfaces de poder” de Antônio Fonseca dos Santos Neto (2001).

Ademais, sobre os grupos identitários dessa juventude que ocupou a UFPI, esses não ficaram imunes às inúmeras imagens que foram sendo criadas deles ao longo das décadas. Nesse caso, a transitoriedade é um aspecto a ser considerado, pois os indivíduos não pertencem a esses grupos, eles os atravessam. Dessa forma, dependendo de suas ações feitas, são tidos como, ora desnorreados, ora intelectuais politizados. Exemplo disso, as memórias de Edwar de Alencar Castelo Branco indicam que a geração que o antecedeu no ambiente acadêmico “exibia com orgulho livros como “A Revolução Brasileira”, de Caio Prado Júnior, e considerava tais livros verdadeiras bíblias, cuja leitura era condição *sine qua non* para estar no ambiente da universidade, enquanto a sua própria geração, convivendo com outras perspectivas de mundo a respeito do momento sócio-político e cultural vivido, orgulhava-se então de outras leituras: Jack Kerouac, com *On the road* e Caio Fernando Abreu, com os seus *Morangos Mofados*, entre muitos outros” (Castelo Branco, 2005, p. 41-42).

Dessa maneira, podemos observar a emergência de várias manifestações da juventude, que devem ser abordadas em sua pluralidade. Essas diferentes abordagens e influências geracionais permitem a formação de várias perspectivas em relação ao mundo e à experiência acadêmica. Para compreender esse cenário é necessário explorar o conjunto de práticas que caracterizaram esse período na década de 1980. Nesse sentido, não devemos enxergá-lo somente como um movimento ligado a uma classe social específica, mas como uma cultura completa, uma expressão cultural. Essa cultura juvenil carrega consigo significados, formas de expressão e interpretações da realidade que são amplas e fluidas, e ainda sim únicas.

Portanto, esse trabalho objetiva investigar as diferentes experiências juvenis que frequentaram a UFPI no período em estudo, definindo-o justamente por ser um tempo de mudan-

ças de sentido com relação ao mundo político nacional. Cabe, aqui, perceber quais as influências que esse cenário exerceu sobre as subjetividades juvenis, bem como de que modo se dava os conflitos entre gerações e a existência de diferentes identidades no interior daquele espaço.

O ESPAÇO UNIVERSITÁRIO ENQUANTO LUGAR DE MEMÓRIA

Ao falar do “patrimônio memorial” francês, Pierre Nora (2012) vai contra a tendência de reduzir os lugares de memória à materialidade e ao monumental:

O lugar de memória supõe, para início de jogo, a justaposição de duas ordens de realidades: uma realidade tangível e apreensível, às vezes material, às vezes menos, inscrita no espaço, no tempo, na linguagem, na tradição, e uma realidade puramente simbólica, portadora de uma história. A noção é feita para englobar ao mesmo tempo os objetos físicos e os objetos simbólicos, com base em que eles tenham ‘qualquer coisa’ em comum. [...] Cabe aos historiadores analisar essa ‘qualquer coisa’, de desmontar-lhe o mecanismo, de estabelecer-lhe os estratos, de distinguir-lhe as sedimentações e correntes, de isolar-lhe o núcleo duro, de denunciar-lhe as falsas semelhanças e as ilusões de ótica, de colocá-la na luz, de dizer-lhe o não dito. [...] Lugar de memória, então: toda unidade significativa, de ordem material ou ideal, que a vontade dos homens ou o trabalho do tempo converteu em elemento simbólico do patrimônio memorial de uma comunidade qualquer (Nora, 2012).

Ao explorar essa ideia, Nora observa duas dimensões distintas: a primeira dimensão é tangível e perceptível, podendo ser material, representada no espaço, no tempo, na linguagem, na tradição e, em suma, portadora de uma história; a segunda dimensão é completamente simbólica e carrega em si uma

narrativa histórica. Desse modo, ao abordarmos as identidades juvenis na universidade, a ideia do “patrimônio memorial” de Nora pode ser aplicada de maneira interessante para compreender como os jovens constroem sua própria memória coletiva e conexões simbólicas dentro do ambiente acadêmico. Nesse contexto, as identidades juvenis podem ser entendidas como “lugares de memória”, onde aspectos tangíveis e simbólicos se entrelaçam para moldar a percepção dos estudantes sobre si mesmos e sobre a comunidade universitária.

A dimensão tangível das identidades juvenis engloba elementos físicos, como espaços de encontro, espaços de estudo, murais, grupos estudantis, festivais culturais e outros marcos que desempenham um papel importante na experiência universitária. Esses lugares são simbolicamente carregados, representando não apenas locais físicos, mas também momentos, experiências e valores compartilhados pelos estudantes. Por outro lado, a dimensão simbólica das identidades juvenis reside nas narrativas e símbolos culturais que os estudantes criam e compartilham. Isso inclui tradições, jargões, memórias compartilhadas de eventos passados, bem como as histórias pessoais e coletivas que os estudantes associam à sua jornada na universidade. Esses elementos simbólicos podem ser tão influentes quanto os aspectos físicos na construção da identidade e do senso de pertencimento dos estudantes à comunidade acadêmica.

Por conseguinte, existem nas lembranças de uns e de outros zonas de sombra, silêncios, “não-ditos”. As fronteiras desses silêncios e “não-ditos” com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento. Essa tipologia de discursos, de silêncios, e também de alusões e metáforas, é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos. (Pollak, 1989)

Michael Pollak, por sua vez, introduz a ideia das disputas pelo enquadramento da memória do passado. O autor evidencia que, para além da dimensão coletiva dessa memória, a sua construção social é permeada de disputas e conflitos que geram “memórias dominantes” e “memórias subterrâneas”, estas que permanecem veladas por extenso período, até que inquietações e requerimentos atuais viabilizem sua emergência.

Nesse sentido, a perspectiva delineada por Pollak, ao introduzir o conceito das contendas pela moldagem da memória do passado, oferece um quadro conceitual valioso para a análise das identidades juvenis no ambiente universitário. Ao direcionar esse aspecto a discussão proposta, torna-se evidente a presença de zonas de penumbra, silêncios e territórios de “não-ditos” dentro das lembranças dos indivíduos. As fronteiras desses silêncios e áreas de “não-ditos”, as quais se entrelaçam com o esquecimento absoluto e os conteúdos reprimidos do inconsciente, não se mostram nitidamente delimitadas, mas sim em um constante e fluido movimento. Ao passo que, essa tipologia de discursos, bem como os momentos de silêncio e as referências veladas e metafóricas, é resguardada pela apreensão de não encontrar uma audiência receptiva, pelo receio de ser sancionado pelo que é comunicado ou, ao menos, de se expor a possíveis mal-entendidos.

Ademais, ao analisar essas memórias das diferentes identidades juvenis que compõem o espaço universitário, podemos reconhecer que a subjetividade não é estática, mas sim um processo em constante transformação. Ela considera as experiências vividas pelos jovens, as memórias pessoais e coletivas, e os contextos sociais que moldam como eles se percebem e se relacionam com os outros. Dessa forma, transcende a exploração das manifestações superficiais de identidade. Em vez disso, mergulha nas complexas interações entre os

diversos níveis semióticos, dando um destaque à singularidade inerente a cada indivíduo, de modo a fugir das generalizações excessivas, possibilitando uma apreensão mais profunda das distintas experiências e processos que contribuem para a constituição da juventude. Assim como propõem Félix Guattari e Suely Rolnik:

A problemática micropolítica não se situa no nível da representação, mas no nível da produção de subjetividade. Ela se refere aos modos de expressão que passam não só pela linguagem, mas também por níveis semióticos heterogêneos. Então, não se trata de elaborar uma espécie de referente geral interestrutural, uma estrutura geral de significantes do inconsciente à qual se reduziriam todos os níveis estruturais específicos. Trata-se, sim, de fazer exatamente a operação inversa, que, apesar dos sistemas de equivalência e de tradutibilidade estruturais, vai incidir nos pontos de singularidade, em processos de singularização que são as próprias raízes produtoras da subjetividade em sua pluralidade (Guattari; Rolnik, 1996, p. 28).

Essa série de aparatos teórico-metodológicos nos permite avançar para *o Maio de 1968* e suas ressonâncias temporais, no qual, nas palavras de Albuquerque Júnior:

[...] A arte, tal como fizera os dadaístas e os surrealistas, deveria exercer o papel de criar novos sentidos e significados para os lugares, deslocar as coisas dos lugares para alterar os sentidos e deslocar o sentido de seus próprios lugares pela criação de novos objetos. A inversão da perspectiva era fundamental para se inverter como se enxergava e como se construía o mundo. Para revolucionar a sociedade era fundamental revolucionar a perspectiva, mudar o olhar sobre o mundo, sobre a cidade (Albuquerque Júnior, 2009, p. 87).

Nesse sentido, o autor retoma a mudança radical que foi a percepção e recepção da cultura e das artes como atividades

transformadoras e ativas, em uma sociedade que era educada a visualizá-las passivamente de forma contemplativa. Esse marco na luta pela liberdade das ideias, dos corpos, desejos, gestos e opiniões é, entretanto, mais que uma busca pela ação, mas pela RE-ação. Sendo agora as palavras os elementos de intervenção no mundo. “Se para Benjamin as palavras ao saírem do esconderijo dos livros e ao serem arrastadas para as ruas perdiam sua autonomia, agora elas estavam nas ruas em nome da autonomia das ideias, das falas, das vidas” (Albuquerque Júnior, 2009, p. 87).

No Brasil, essas manifestações eram noticiadas em revistas e jornais, provocando a ira dos militares que, até então, haviam desmobilizado quase todo tipo de prática subversiva do ponto de vista da macropolítica. No entanto, as mobilizações que se sucederam, em combate a conjuntura vivenciada, implicavam em um posicionamento bipolarizado. Ou seja, você era de esquerda ou de direita. Entretanto, estas categorias que funcionaram — e ainda funcionam — como dispositivos delimitadores das práticas discursivas, não sucumbiram com o regime militar de 1964 em 1985. Continuaram como uma rede que dá coerência a todos os elementos que existem dentro dela, de modo a permitir a captura da realidade, demarcando as fronteiras do bem e do mal, do verdadeiro e do falso (Cavalcante Júnior, 2009, p. 94).

Retomando o contexto universitário para a discussão, é interessante pensar como concebemos o Movimento Estudantil sendo indissociável da esquerda. Porém, é curioso o fato de que esse só é ressignificado a partir da década de 1960, sendo anteriormente uma manifestação de moços de elite, sujeitos esses que a princípio são indissociáveis do campo da direita. Cavalcante Júnior faz uma discussão importante sobre a política e a fragmentação identitária que ecoa dos anos 1960, mais precisamente suas reverberações na juventude. O autor

coloca que as lutas juvenis de 1968 são capturadas, no Brasil, por certos padrões de pensamento ligados em grande medida — para não dizer estritamente — ao marxismo, colocando o discurso como algo que traduz e significa a luta, ao contrário da proposta francesa que o colocava como algo que os sujeitos queriam se apoderar.

Para além do marxismo, o movimento estudantil dos sessenta também foi influenciado pelo pensamento do ISEB para o qual “os intelectuais têm um papel fundamental na elaboração e na concretização de uma ideologia do desenvolvimento; são eles que devem explicitar o processo de tomada de consciência, e, por conseguinte, viabilizar o projeto de transformação do país”. Não por acaso o instituto forjou o conceito de “cultura alienada” para definir a falta de consciência crítica sobre a condição de dependência do país, que impede a viabilização de um projeto de transformação nacional (Cavalcante Júnior, 2009, p. 96).

Ainda que esse conceito explique a série de ataques aos eventos artísticos contraculturais da época, as ações provocadas por ele não foram capazes de impedir a emergência da micropolítica — como descrita por Rolnik —, com suas pequenas subversões alimentadas por uma juventude underground que sofria, mas não cedia para a agressividade desse marxismo quase teológico. Entretanto, apesar dos esforços, a heterogeneidade no campo identitário e ideológico era ainda pouco significativa. As organizações partidárias de esquerda acabaram então conquistando a legitimidade para falar em nome da juventude rebelde de 1968, e o resultado foi o apagamento de muitas vozes — os silêncios de Pollack. Assim, Cavalcante Júnior ressalta que “Pensar na política juvenil de 1968, nestes termos, implica quase que exclusivamente pensar na militância estudantil e em acreditar que todos tinham um mesmo projeto político e que este visava ao controle do Esta-

do de acordo com a Teoria da Luta de Classes” (Cavalcante Júnior, 2009, p. 99).

Assim, a temporalidade estudada por nós se concentra nos anos que se seguem na década de 1980, na cidade de Teresina-PI, sendo ela um período no qual as fronteiras desse mundo ordenado, — que já apresentava pequenas fraturas— que delinemos, estavam cada vez mais contra a parede. As maneiras de enxergar a realidade se fragmentavam, junto da política e as formas de se comportar dentro e fora dos espaços universitários. O corpo passa então a ser instrumentalizado como mecanismo de resistência, sendo a sua estética mais que uma representação artística, mas um protesto político. Dessa forma, a indisciplina e a rebeldia que caracterizavam o *corpo-transbunde-libertário* de que fala Castelo Branco (Castelo Branco, 2005, p. 76) estava em oposição não somente a igreja, o Estado e os jornais que comportam o conservadorismo da época, mas também era um contraponto à Esquerda e sua ortodoxia.

Esse período, diferente dos outros, é um momento cercado por pequenas revoluções, tanto na cidade de modo geral, como no interior do cotidiano universitário.

Fumava-se e se tomava bolinhas por prazer, angustia ou perplexidade, e também por afrontar o estranhado conservantismo do regime no plano dos costumes, para construir uma forma de ser oposição, de compor por vias transversas um perfil político de rejeição ao status quo – ainda que a esquerda tradicional, não menos do que a resistência militarizada, desdenhasse a contracultura como a mais recente floração do escapismo e da inconsequência. Seja como for, desde o choque repressivo de dezembro de 1968 até o sopro de vida trazida pela antecandidatura de Ulysses Guimarães ao Planalto e o insuspeitado abalo eleitoral de novembro de 1974, a política, em sentindo estrito, estiolava-se, praticamente reduzida a solidariedade e aos debates a portas fechadas – em círculos restritos que não raro coincidiam com os das relações privadas- sobre a

natureza do modelo econômico, o padrão de distribuição de renda e os dilemas do regime autoritário. No mais, era olhar com atenção os carros parados nas imediações, antes de entrar em casa; tentar driblar a censura nas redações ao escrever a notícia ou, ao lê-la, decifrar a informação camuflada ou distorcida pela autocensura (Almeida; Weis, 1998, p. 334).

Essa revolução no interior acadêmico fica em um entrecaminho nas definições de *Molar e Molecular* que caracterizam as mudanças políticas por Deleuze e Guattari. Ou seja, as questões micro e macro não devem ser separadas. A micropolítica configura esses conceitos não como indiferentes, mas híbridos. A micologia do cotidiano é fator constitutivo no painel macro da sociedade (Franco, 2017, p. 92).

Portanto, a constante busca dos jovens em saber o que era o mundo e o que eles eram no mundo, fez com que muitas subjetividades se dilacerassem, se multiplicassem ou entrassem em crise. 1980, portanto, foi palco para inúmeras identidades e modelos de racionalidade juvenis. É através destas variadas formas de conexão com a realidade que a juventude da “década perdida” assume um caráter múltiplo e fragmentário. Dessa forma, identificar toda esta dispersão torna-se um esforço necessário para compreender o cenário estudantil ligado aos partidos de Esquerda, e, ainda que menos visíveis, suas outras esferas.

SEMÂNTICAS EM CONFRONTO

Considerando todas as discussões realizadas, é possível dialogar sobre as informações obtidas. As disposições iniciais dizem respeito à entrevista realizada com a Prof. Dr. Teresinha Queiroz. A partir de suas falas, enquanto professora na época – década de 1980 – entende-se que Teresina era uma cidade que oferecia muito pouco do ponto de vista da mobilidade ur-

vana. Ainda que a cidade tivesse um dinamismo no que se refere a oferta de serviço e educação pelo Estado, ou mesmo pela rede privada, ela estava sofrendo com o resultado do que foi o *baby boom*⁵ dos anos 1950. Tratava-se uma cidade de muita juventude, tendo em vista que as famílias nas décadas de 1960 e 1970 tinham de 10 a 12 filhos, o que posteriormente leva a um processo migratório da cidade pequena para a capital que a tornava movimentada, mas ainda sim muito pobre, com poucas oportunidades de trabalho. Dessa forma, “[...] do ponto de vista da Universidade, ainda era um espaço muito segregador, porque a universidade oferecia poucas vagas, a clientela potencial para Universidade era muito grande, pouquíssimas pessoas passavam no vestibular” (Queiroz, 2023).

Queiroz destaca sobre sua época de estudante, tendo em vista que ela também estudou na UFPI, que o perfil dos estudantes era diferente, “eram de grandes famílias do interior, família pobres, que vinham para cá estudar e trabalhar e conseguir passar nos cursos, os estudantes tinham um perfil muito diferente do perfil, por exemplo atual ou do perfil dos anos 80, que é um perfil mais de classe média.” (Queiroz, 2023). Sobre esse contraste, também comenta como o nível dos alunos era diferente, tendo em vista a inserção de professores mais bem preparados nas instituições de ensino da cidade, assim os alunos passaram a chegar mais capacitados na universidade — em grande medida vindos de escolas particulares.

Elementos como esses são importantes para entendermos que os sujeitos politizados não nasceram pensando em fazer ou deixar de fazer mudanças, mas o acesso a informações desde cedo demarca uma separação entre aqueles que

5. O “baby boom” dos anos 50 no Brasil refere-se ao período de notável aumento na taxa de natalidade que ocorreu durante essa década. Influenciado por fatores como a urbanização, industrialização e a estabilidade econômica após a Segunda Guerra Mundial, houve um crescimento significativo no número de nascimentos no país.

percebem as injustiças do meio em que vivem e aqueles que a entendem.

A partir desse panorama a professora fala especificamente do ambiente universitário enquanto um campo de disputas pois, entre os anos 1970 e 1980, ocorre uma politização das pautas e das ideias em decorrência do cenário nacional e local. “São anos de mediações políticas muito visíveis na universidade”, pois, com a abertura política e a expansão do leque partidário:

A política habitava o departamento de maneira muito forte, ao ponto de professores serem inimigos de professores, as reuniões departamentais serem muito tensas, havia uma espécie de mal-estar geral no âmbito do departamento, por conta do envolvimento político dos professores. [...] é uma geração que tinha uma performance na universidade menor e uma performance política, institucional, burocrática e pública maior no cenário da cidade (Queiroz, 2023).

Dessa forma, com os estudantes também se mobilizando em partidos, o clima político ficava cada vez mais caótico, todos percebiam que “havia uma tensão, uma disputa, um mal-estar e uma intensidade muito grande das relações entre os alunos, nesse sentido da disputa política”. Pois, a disputa não era mais maniqueísta, do ponto de vista de uma Esquerda em oposição à ditadura, do bem contra o mal, mas uma disputa onde as reminiscências dessa dualidade se fragmentaram. Os movimentos acadêmicos, os jornais, os cursos, as turmas, todos estavam ou precisavam se alocar em uma caixinha chamada “partido”, “nos anos oitenta, é petistas, é comunistas, mdbistas e essa tensão estava na sala de aula” (Queiroz, 2023).

Então havia uma pressão ideológica latente, como destaca a professora, e ela vem justamente da década de 1970, tendo em vista que uma parcela significativa das pessoas não tinha conhecimento da ação coercitiva do Estado. Houve, em grande medi-

da, um silenciamento em relação a isso. Assim, após a abertura democrática, essas tensões se afloraram e os partidos se multiplicaram, levando a Esquerda a ter suas próprias tendências, essas que ecoaram a partir dos posicionamentos dos estudantes e seus levantes nas movimentações estudantis e greves.

Ademais, as contribuições do Prof. Dr. Dalton Macambira, aluno da Universidade Federal do Piauí durante o período estudado, são muito significativas para essa discussão, pois foi possível, a partir de suas falas, analisar esse ambiente descrito por Queiroz, porém do ponto de vista de quem experienciou de fato a atuação militante partidária enquanto aluno. Macambira destaca que o Movimento Estudantil se mobilizava pelas pautas nacionais e locais, na luta pela democracia, mas no que dizia questão da universidade, a mobilização não se distanciava. A pauta interna também era a democratização, uma luta pela eleição direta para reitor, para coordenador de curso, chefe de departamento, diretor de centro, essas e várias outras lideranças que segundo ele “Hoje os estudantes não dão nenhuma bola [...] como se essas coisas sempre existissem” (Macambira, 2023).

Macambira, em suas colocações, deixa claro que as décadas de 1980 e 1990 foram muito intensas em sua vida. Primeiro enquanto aluno, sendo resistência e atuando nas *Diretas Já*, segundo, enquanto professor, na luta contra o *Neoliberalismo* de Collor e Fernando Henrique Cardoso. Dessa forma, imerso nessa realidade militante-partidária, o professor corrobora a ideia de uma fragmentação no campo da Esquerda quando dispõe que:

Na época, o DCE tinha uma disputa local, entre o PT e o PCdoB. Então, como eu sempre fui vinculado ao PCdoB, eu sempre apoiava as candidaturas pro DCE do PCdoB, e o PT tinha outros grupos, muito fortes também de estudantes da universidade. Então, havia uma alternância de poder, ora ganhava uma chapa

vinculada ao PT, ora vinculada a uma chapa o PCdoB, mas os 2 movimentos, um chamava-se ‘Espinho’, que era um movimento ligado ao PT, e o ‘Viração’, que era ligado ao PCdoB, ambos se unificavam na luta mais geral [...] (Macambira, 2023).

Ainda que fragmentado, é perceptível que neste primeiro momento, de construção e reconstrução das entidades degeneradas pela Ditadura, que o projeto político do Movimento Estudantil não era buscar uma transformação estrutural que apontasse rumo a uma perspectiva socialista, contrapondo-se ao sistema capitalista dominante, mas de uma luta pelo fim desse regime militar, por um governo de democracia popular que envolvesse e ampliasse a cidadania negada a milhões de brasileiros explorados e excluídos do processo político e social. Dessa forma, com um objetivo tão assertivo, ressoava como incoerente não participar desse processo, tanto que Queiroz destaca a existência de uma perseguição aos sujeitos que não se engajassem no movimento das esquerdas (Queiroz, 2023). E isso é muito latente dentro do espaço universitário, pois:

[...] para a esquerda militante o importante era a formação de militantes abnegados que cultivassem sentimentos quase religiosos em nome das metanarrativas e que fossem capazes “de tudo suportar, de não se incomodar com o sofrimento, de jogar todas as suas fichas no futuro, de se imolar em favor do porvir, de sufocar a individualidade - seus gostos, seus prazeres, seus amores, seu tempo livre, tudo - em nome de um coletivo construído teoricamente pelo partido (Cavalcante Júnior, 2009, p. 98).

A capitalização de membros se fazia não somente de maneira orgânica — pelo boca a boca —, mas em grande medida as leituras do período condicionam esses sujeitos a compor as esferas dos partidos. Nesse sentido, aponta Queiroz:

Mesmo que fosse a base da cópia xerox, os alunos começaram a ter acesso ao que era a historiografia brasileira mesmo, a saber o que era o Historiador, as tendências e as leituras dos anos 80, quase todas eram marxistas, não só porque os anos 80, são anos marxistas, mas porque a historiografia brasileira era marxista, nas suas diferentes tendências (Queiroz, 2023).

Macambira reforça essa afirmativa de Queiroz, destacando que era fortemente influenciado por suas leituras de Caio Prado Júnior, tanto que utiliza até hoje nas disciplinas que ministra na universidade (Macambira, 2023). Com base nisso podemos observar a construção da sua subjetividade enquanto marxista, onde suas relações, feitos e ideias estão intimamente ligados àquele espaço que ocupava no Movimento Estudantil. Do mesmo modo, expressa em sua fala ressentimentos quanto às transformações ocorridas nos movimentos sociais, onde, a partir de sua trajetória, identifica a desunificação das pautas como um ponto que aparta os sujeitos, os centros, e pulveriza, a partir dessa desmobilização em prol das pautas identitárias, as lutas estudantis.

E essas pautas não se articulam, não se unificam, não é um caos evidentemente, não sou especialista em movimentos estudantis, mas essas pautas atuais, como elas são muito dispersas acabam conduzindo, em certa maneira, para essa desmobilização geral que se encontra o movimento estudantil hoje, não apenas na UFPI, mas nas universidades de um modo geral (Macambira, 2023).

Como outro representante significativo do *corpo-militante-partidário* (Castelo Branco, 2005), temos o Prof. Dr. Solimar Oliveira Lima. Em sua entrevista para a revista Terra de Pretos, Oliveira fala de sua trajetória enquanto professor e pesquisador, de modo a destacar como as questões raciais

afetaram sua trajetória de vida e como elas são refletidas na sua produção enquanto intelectual. Desse modo, sobre sua experiência acadêmica enquanto aluno do curso de Ciências Econômicas da UFPI, destaca:

Todo estudante deveria participar do movimento estudantil, devia ser ensinado desde o ensino fundamental formas de organização política. Meu filho, no ensino fundamental, está aprendendo sobre empreendedorismo, uma desgraça! No movimento estudantil descobri o mundo. Reafirmei entendimentos, compreendi o que parecia sem sentido e sobretudo, aprendi a ver mais as pessoas, o outro. O movimento estudantil da época estava profundamente vinculado com a luta política pela redemocratização do país e a luta da classe trabalhadora. As vertentes políticas internas do movimento se distanciavam politicamente apenas no que respeita a orientação partidária em relação a classe trabalhadora. Eu, me alinhei ao PCdoB e depois acabei por me filiar ao partido. Minha atuação no movimento estudantil, ocupando cargos, se limitou ao Centro Acadêmico do curso de Economia, que no nosso período era órgão colegiado de direção. Participava de reuniões mais amplas orientadas pelo Partido na universidade para condução do movimento, ajudava nas greves, vendia jornal da corrente e lia, seguindo a orientação ou recomendações. Neste período, os livros que me marcaram profundamente foram os da literatura soviética, acho que li todos os clássicos revolucionários, depois vieram outros, mas nenhum sobre questão racial. O movimento estava muito focado em classe e democratização (Lima, 2021).

Oliveira esteve em toda sua trajetória vinculado a atividades políticas, seja no Movimento Estudantil, assessorando sindicatos, participando da organização dos economistas e professores da UFPI, no Conselho Regional de Economia, e até mesmo como membro da Diretoria da ADUFPI (Associação dos Docentes da Universidade Federal do Piauí). Destaca que sua carreira e ativismo são inseparáveis, sendo sua produção

sobre relações escravistas impulsionada pelos seus diálogos sobre classe e raça no interior do movimento sindical e movimento negro. Em suas palavras, “este campo de trabalho me deu identidade e respeito como pesquisador” (Lima, 2021).

Assim, tanto Oliveira, quanto Macambira podem ser vistos como sujeitos que a identidade é formada na interação entre o eu e a sociedade. Na perspectiva de Hall, estes podem ser identificados no que ele compreende como *sujeito sociológico*, o qual “[...] ainda tem um núcleo ou essência interior que é o “eu real”, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que esses mundos oferecem” (Hall, 2006, p. 11). Logo, seu engajamento não se reflete apenas em suas produções textuais e aulas, mas no seu eu, na sua personalidade, no seu cotidiano. A subjetividade de ambos tem seus alicerces na militância e isso se desdobra em todas as suas práticas.

Ademais, considero que lidar com as entrevistas envolveu enfrentar diversos desafios relacionados às múltiplas temporalidades presentes nos depoimentos. Isso ocorreu porque o jovem do passado se expressa através da voz do adulto ou do ancião no presente. Esse adulto ou ancião carrega consigo memórias de suas experiências vividas, bem como lembranças que foram transmitidas a ele, porém essas lembranças foram editadas no momento em que foram evocadas. Assim, abordando um período que ocorreu em outro momento no tempo, sua narrativa acaba não seguindo uma ordem cronológica rígida, mas sim registrando sentimentos, perspectivas e interpretações que são influenciadas pelas emoções experimentadas no passado e que, por sua vez, são renovadas ou reinterpretadas à luz das emoções presentes.

Pensando nisso, precisamos nos direcionar a outro sujeito que passou pelo mesmo lugar, na mesma temporalidade, mas que curiosamente visualizou e experimentou esse ambiente

universitário de outra maneira. Para tanto, o Prof. Dr. Edwar Castelo Branco se apresenta como um sujeito das experiências culturais, mostrando que para além de Prado Júnior existia outro Caio a fazer sucesso na época, mas esse não queria a *Revolução Brasileira*, apenas *Morangos Mofados*.

Em busca de subjetividades errantes e uma contestação da cultura pura e engajada politicamente, Castelo Branco coloca que, para os movimentos vanguardistas, a questão de uma arte engajada passava justamente pela diluição do Brasil e por uma redefinição da própria ideia de política (Castelo Branco, 2005, p. 18). O que provoca um embate, pois Macambira, sobre os movimentos sociais, fala:

Esses movimentos, não é todo mundo que se envolve mesmo, é sempre uma vanguarda, um grupo ali mais politizado, que assume os CA, que assume os DCE e vai assumir os sindicatos, enfim, e é essa vanguarda mais politizada que assume as direções dos movimentos sociais, que vão mobilizar o coletivo, vão mobilizar a categoria de estudantes, professores, trabalhadores em geral (Macambira, 2023).

Dessa forma, é interessante notar não somente a fragmentação identitária sobre a qual falamos, mas como ambos os lados se entendem, em suas posições, como lideranças no campo das ideias. Nessa discussão, Castelo Branco possui um texto emblemático intitulado *Universidade brasileira: centro da resistência democrática ou centro de produção e difusão de conhecimento?* (1997), no qual atribui às mazelas do ensino universitário a ditadura Vargas e Militar, que traumatizaram esses espaços e o imbuíram de um papel que precisava ser superado, esse que para os outros dois entrevistados é fundante de suas subjetividades, o de centro de resistência democrática.

Nessa perspectiva, é possível inferir que o autor via na cultura, como fim em si mesma, a possibilidade de a universi-

dade criar referenciais próprios, para além da velha perspectiva do Estado, que enxergava o ambiente universitário como mero pólo de subversão. Petistas, Comunistas, mas nunca acadêmicos. Comitês eleitorais e centro de formação de militantes, mas não produtores de conhecimento. Desse modo, no campo das identidades:

Em particular, as profundas mudanças na percepção do sublu-
nar fariam emergir formas micropolíticas de atuação, trazendo
para o campo social as estratégias da economia do desejo. Aos
poucos, vários sujeitos – especialmente aqueles envolvidos com
arte e cultura – iriam romper com a ideia de que os processos de
inserção social são possíveis apenas na esfera do Estado. Estas
experiências micropolíticas, por sua vez, não apenas deslocari-
am a noção de poder – comumente articulada às idéias de di-
reito (Hobbes) e de violência (Marx) e confinada à sua condição
de apêndice do Estado –, como fariam inserir o próprio corpo
humano no rol dos instrumentos políticos. Se a política tradi-
cional – pensada em termos de eleições e das relações entre os
partidos, as classes e os estados – procurava atingir as massas,
mobilizando-as para a luta política, a micropolítica – a qual sai
deliberadamente do macro e vai deslizando para o subterrâneo
– dedica-se às minorias, atua na micrologia do cotidiano, inte-
ressando-se por temas antes marginais, como as questões refe-
ridas ao sexo, à raça e à cultura (Castelo Branco, 2005, p. 219).

Castelo Branco, sobre sua vivência como calouro, coloca
que o acaso e o indeterminado como categorias históricas o
municiparam para perceber a linguagem como uma prática que
ao lado de esclarecer, também seduz, encanta e instaura. As-
sim, as experiências da juventude, ao seu ver, precisavam mu-
dar. Elas não seriam mais pautadas na vertente revolucionária
subversiva, mas em uma ênfase no experimental, que nascia
do crescente desprezo pela totalização que marcou profunda-
mente o pensamento revolucionário. Dessa forma, os jovens

não percebendo mais o Movimento Estudantil como o único espaço de vivência social e cultural, iniciaram um processo de ocupação de novos espaços, como na música, no cinema e nas artes plásticas. Ocorreu uma descentralização para grupos ainda mais particularizados, mais estreitos do ponto de vista de vivências culturais. Pois, enquanto os movimentos estudantis se caracterizavam por seus projetos históricos em nível coletivo, o experimentalismo do *corpo-transbunde-libertário* (Castelo Branco, 2005) se caracterizava por seu projeto individual, na micropolítica, que possibilitava visualizar muitos modos de inserção social. Dessa forma, “se o real se complexifica, os sujeitos se dessubstancializam” (Castelo Branco, 2005, p. 228).

Esse processo pode sugerir que os sujeitos que não compunham um coletivo político, por sua vez não tinham interesses em transformações sociais, entretanto, o oposto pode ser enxergado no Jornal SOL, periódico alternativo do curso de Medicina da Universidade Federal do Piauí, que circulou no final dos anos 1970. Em sua edição de 09 de novembro de 1979, na fala do poeta, professor, jornalista, ensaísta e historiador Chico Castro:

Antigamente poeta era sinônimo de bandido, de boêmio, de romântico (no sentido pejorativo da palavra), de inofensivo, de louco, completamente alheio a vida que o cercava, trabalhando diuturnamente na sua própria realidade, [...] Hoje os poetas são de carne e povo, hoje nossa poesia se angustia com a fome, com a miséria, com a injustiça (essa sistematizada nos últimos 15 anos) com os desencontros e decepções e principalmente a ânsia por um mundo melhor, mais justo, mais amplo, mais mundo (Castro, 1979).

Assim, o Movimento Estudantil Universitário na UFPI, nas condições históricas da década de 1980, carrega todas as utopias da organização e significados que lhes eram atribuídos

e reconhecidos no seu devir. Entretanto, para outros, aquele não era meramente um espaço de lutas políticas, mas de sociabilidades, amplo e heterogêneo, logo, legitimar práticas naquele universo, era desafiador. Portanto, ainda que parecesse um espaço fechado e de contornos definidos, era na verdade fragmentado em suas tensões, contradições e conflitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A guerrilha semântica desencadeada pela conjuntura política nacional transcendia as dinâmicas e imperativos dos *corpos-militantes-partidários*, configurando uma ruptura que se manifestava silenciosamente, como uma revolução sutil, perpetrada pelos jovens alheios a organizações partidárias. Estes últimos se apropriaram da legítima voz e do tempo a eles conferido. Nesse contexto, talvez a contextualização da Universidade Federal do Piauí e de seu corpo discente, no âmbito de suas práticas culturais distintivas, intrinsecamente ligadas ao seu período histórico, e que são simultaneamente influenciadas e moldadas por representações sociais, possa suavizar o excessivo saudosismo associado às décadas de 60 e 70. Dessa forma, tal abordagem retiraria dos ombros da juventude que emergiu em 1980 – e possivelmente da contemporânea – e que não se engajou nos movimentos estudantis, a pressão, ou melhor, a incumbência quase impossível de serem espectros de um passado distante.

Não obstante, concordamos que a apreensão do conhecimento histórico constitui um componente do real, contudo, é seletivo, temporário, incompleto e limitado em sua natureza. Desse modo, a produção desse conhecimento revela posições sociais, valores e escolhas que jamais conseguirão exaurir um objeto e conferir-lhe um acabamento definitivo. Assim, ao contrário, incessantemente incita novas criações, novas formula-

ções. Portanto, o ambiente universitário se mantém como um território propício a incursões investigativas, abraçando uma multiplicidade de facetas, matizes, subjetividades, contradições, conflitos e fontes em permanente desdobramento.

REFERÊNCIAS

HEMEROGRÁFICAS

CASTRO, Chico. **SOL**. Teresina, 9 de Novembro de 1979.

ENTREVISTAS

MACAMBIRA, Dalton Melo. Entrevista concedida a Francisco Gustavo Lourenço Bezerra de Meneses Alves. Teresina, 27 de junho de 2023.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. Entrevista concedida a Francisco Gustavo Lourenço Bezerra de Meneses Alves. Teresina, 4 de agosto de 2023.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. 1968: O levante das palavras. In: CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar (Org.). **História, cinema e outras imagens juvenis**. Teresina: EDUFPI, 2009.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. Carro zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **História da vida privada**. v. 4. Contradições da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CARDOSO, Elizangela Barbosa. **Múltiplas e singulares: história e memória de estudantes universitárias em Teresina (1930-1970)**. 2. ed. Teresina: EDUFPI, 2012.

CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. Entre o corpo-militante-partidário e o corpo-transbunde-libertário: as vanguardas dos anos sessenta como signos da pós-modernidade brasileira. **História Unisinos**, vol. 9 N° 3, p. 218-229, set-dez., 2005.

CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. **Todos os dias de Paupéria: Torquato Neto e a invenção da Tropicália**. São Paulo: Annablume, 2005.

CAVALCANTE JÚNIOR, Idelmar Gomes. Caminhando contra o vento: política e fragmentação identitária nos anos 1960. In: CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar (Org.). **História, cinema e outras imagens juvenis**. Teresina: EDUFPI, 2009.

CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. Universidade brasileira: centro da resistência democrática ou centro de produção e difusão de conhecimento? **Linguagens, Educação e Sociedade**, v. 02, Teresina, Editora da Universidade Federal do Piauí, 1997. p. 33-37

FRANCO, Jônatas Lincoln Rocha. **Metáforas, arroteios e sutilezas: imprensa, censura e (micro) política em Teresina na década de 1970**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2017.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1996.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**.

Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LIMA, Solimar Oliveira. São múltiplos e eficientes os caminhos utilizados pela classe dominante para construir seus historiadores. **Terra de Pretos**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 157–180, 2021.

NORA, Pierre. Les lieux de mémoire. Paris: Quarto Gallimard, 1997. v. 01-03, grifos meus *apud* GONÇALVES, Janice. “Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural”. In. **Historiae**. v. 03, n. 03, 2012.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Trad. Dora Rocha Flaksman. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

A DECADÊNCIA DO MOVIMENTO HOMOSSEXUAL BRASILEIRO E A GÊNESE DE SUAS “RESENHAS” (1979-1983)

Luiz Sérgio Silveira Marinho¹

Quais condições poderiam levar um determinado grupo marginalizado a iniciar uma produção intelectual? Esse questionamento foi o ponto de partida para a reflexão proposta deste artigo, que objetiva relacionar uma já consolidada historiografia sobre o Movimento Homossexual Brasileiro com o surgimento de uma produção livresca por parte de alguns de seus militantes, dentro de um mesmo momento histórico do movimento, a partir de suas complexidades internas.

Para entender a relevância dessa relação é preciso que se localize a produção dessas obras dentro de um contexto único da história brasileira, no qual é possível observar simultaneamente a contradição social existente entre a emergência de um Movimento Homossexual politicamente organizado e a permanência da patologização institucional de comportamentos sexuais², tal como da violência de Estado direcionada a esse setor específico da sociedade³.

1. Graduado na Licenciatura Plena História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) no ano de 2022.

2. O Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) ainda classificava sujeitos homossexuais enquanto mentalmente doentes, por sua simples condição de existência, situação que vigorou até o ano de 1985 (Facchini; Simões, 2009).

3. Para Renan Quinalha (2017, p. 31), a instauração da Ditadura Militar não é

Ao analisar essa produção libresca, pode-se perceber que a sistematização teórica da homossexualidade no Brasil por parte de autores homossexuais não se iniciou dentro do âmbito universitário, mas sim fora dele. Por exemplo, se for seguido à risca, a obra mais antiga⁴ que pôde ser encontrada no decorrer desta pesquisa foi “*Homossexualidade: da opressão à libertação*”, de Hiro Okita, publicada em 1981 a partir dos estudos coletivos do grupo “Convergência Socialista” (CS), organização de inspiração trostkista que, à época da publicação, era uma tendência interna do Partido dos Trabalhadores (PT)⁵ (Okita, 2015).

Contudo, provavelmente essa não foi a obra mais relevante no contexto, talvez nem a mais vendida, lida, ou incorporada pelos leitores. Esse balanço pode ser delineado quando se tem em vista que a *Fração Homossexual da Convergência Socialista* possuiu em torno de cinco a vinte e cinco pessoas no período entre 1979 e 1981⁶ e um dos seus principais espaços

um marco inaugural da repressão e discriminação social por parte do Estado contra esses sujeitos, contudo, esse período se distingue dos demais devido à “centralidade da moralidade conservadora na ordenação do regime” e pela organização de uma “complexa e multifacetada estrutura repressiva”.

4. Vale citar que a identificação do referido livro como mais antigo coincide com a catalogação feita pelos próprios Fry e MacRae na seção de indicações bibliográficas da sua obra conjunta, “O que é Homossexualidade” (1983). Nesta seção, os autores organizam uma série de indicações do material que estava disponível para o estudo da homossexualidade no Brasil, seguido de uma rápida opinião (2 ou 3 linhas) sobre cada item listado, sendo uma importante fonte tanto para entender o que estava ao acesso dos leitores em 1983, como também para traçar caminhos sobre as formas como essas obras poderiam ser lidas.

5. Atualmente, o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) reivindica a memória da Convergência Socialista e dos acúmulos feitos pelo grupo nas diversas frentes de atuação, pontuando que o grupo foi um dos que deu origem ao referido partido nos anos 1990 (Okita, 2015).

6. Os números citados foram mencionados por James Green (2018) em artigo escrito para o livro “História do Movimento LGBT no Brasil”, o qual ele mesmo foi um dos organizadores. No referido artigo, Green responde várias das críticas que são feitas a ele durante sua atuação no grupo Somos, enquanto foi também militante da Convergência Socialista.

de atuação era o grupo Somos, de São Paulo, no qual possuiu apenas dois militantes, segundo James Green (2018), estando, portanto, restrita em número de pessoas e possibilidades geográficas para uma ampla propagação de suas ideias.

Mais impactante para a sociedade da época pode ter sido a publicação conjunta de Fry e MacRae, “*O que é Homossexualidade*” (1983). Primeiramente por ser publicado por uma empresa que, àquele ano, completava quarenta anos de existência no mercado editorial Brasileiro, a Editora Brasiliense. Entretanto, a sua relevância se deve principalmente ao projeto de massificação do debate político e social promovido pela editora, implementado a partir de 1980 com o lançamento da Coleção Primeiros Passos, que vendeu mais de 2,5 milhões de exemplares por todo o Brasil somente entre os anos de 1980 e 1984 (Xavier, 2020).

Diante desta comparação, é possível observar o impacto social e a dimensão das produções feitas dentro do âmbito universitário, sendo estas imprescindíveis na construção de um campo teórico contra-hegemônico que passou a compreender a homossexualidade para além da ótica patologizante. Neste sentido, este artigo pretende fazer uma discussão introdutória na questão conjuntural do momento histórico onde é possível observar o declínio do MHB e o surgimento simultâneo dessas primeiras narrativas.

A CHEGADA DOS ANOS 80: ESPERANÇAS E DESESPERANÇAS NO *FRONT*

A abordagem escolhida nesta análise diz respeito a uma compreensão de que a inserção de militantes homossexuais na trincheira intelectual pode ser compreendida enquanto um reflexo da forma como se encaminharam as questões políticas próprias do movimento social. Isso se deve ao fato de que a

partir de 1980 observa-se o clímax e, paradoxalmente, a queda da chamada primeira onda do movimento LGBT no Brasil, análise que pode ser encontrada em vários autores, inclusive contemporâneos, aos referidos acontecimentos, ainda que estes utilizem palavras diferentes: Hiro Okita fala em “processo de desaceleração” (Okita, 2015, p. 80), ao passo que Leila Miccolis trata de um “notável descenso” e “esvaziamento geral das atividades” (Miccolis, 1983, p. 108).

Precisamente, a conjuntura a que ambos os autores se referem pode ser rastreada a partir do conjunto de protestos iniciados em junho de 1980 em São Paulo, que se opuseram ao violento projeto de higienização social promovido pelo delegado José Wilson Richetti contra mulheres e travestis trabalhadoras das zonas de prostituição no centro da cidade (Facchini; Simões, 2009)⁷.

Essas movimentações conseguiram promover alianças mesmo entre os ex-militantes do grupo Somos, que pouco antes haviam “rachado”, e seus impactos foram sentidos nacionalmente, podendo-se observar uma proliferação de grupos militantes em outros estados, como se evidenciou no encontro preparatório do II Encontro de Grupos Homossexuais Organizados (EGHO) em dezembro do mesmo ano, onde estiveram presentes 16 organizações:

7. Segundo Renan Quinalha (2017), o projeto de José Wilson Richetti foi apoiado, dentre outras autoridades, pelo Secretário de Segurança Pública Otávio Gonzaga Jr. e encontrava-se de acordo com o discurso de defesa da moral social, propagado pela ditadura. Intitulado de “Operação Cidade”, posteriormente “Operação Limpeza” e também “Operação Rondão”, a ação constituiu-se em um extensivo exercício de violência no centro de São Paulo, no qual foram escalados 120 policiais (20 delegados e 100 investigadores) em turnos ininterruptos de 8 horas, dia e noite, focalizando em todos os sujeitos socialmente classificados como indesejados, de jovens boêmios à travestis e mulheres que prostituíam-se. A título de exemplo, Renan Quinalha cita a declaração de Richetti, na qual o delegado afirmou que por dia prendia-se em torno de 300 a 500 pessoas..

Do Rio, estavam presentes: Somos, Auê, Bando de Cá de Niterói; de São Paulo, compareceram: Somos, Outra Coisa, Eros, Convergência Socialista, Galf, Terra Maria, Alegria-Alegria, Grupo Opção, Liberdade Sexual de Santo André; do Nordeste: os recém-formados Grupo Gay da Bahia (GGB), O Grupo de Atuação Homossexual de Recife/Olinda (Gathó); além do Beijo Livre, de Brasília, e o Terceiro Ato, de Belo Horizonte. (Facchini; Simões, 2009, p. 112)

No entanto, essa vitalidade do MHB não sobreviveu aos anos seguintes. Mesmo com o impulso que as movimentações contra o processo de sanitização social deram ao movimento, os rachas ocorridos dentro do Somos em meados daquele ano eram grandes demais para serem contornados, pois diziam respeito a projetos políticos e organizativos diferentes para o movimento.

Sobre essa disputa, de um lado encontravam-se aqueles que acreditavam em um modelo organizativo autonomista, partindo de uma crítica ao modelo tradicional de luta da esquerda revolucionária que, em alguns setores ainda mantinha uma problemática interpretação da homossexualidade enquanto um desvio burguês⁸. Essa crítica também derivava de que o movimento homossexual era lido por parte da esquerda tradicional enquanto uma pauta “secundária” ou “minoritá-

8. Hiro Okita (1981), Edward MacRae e Peter Fry (1983) pontuam em seus respectivos livros o contexto da União Soviética no tocante à questão da homossexualidade. Aponta-se inicialmente, no período entre 1917-1929 o avanço dos debates e legislações sobre as questões de gênero e sexualidade que já se colocavam no cenário europeu desde o fim do século XIX, contudo, a partir de 1929, na gestão de Joseph Stalin, buscou-se construir uma mitologia sobre a homossexualidade. Deste período em diante, desenvolveu-se uma visão da homossexualidade enquanto um “produto da decadência do setor burguês da sociedade”, em oposição à “decência proletária”, dando início a uma sistemática perseguição desses sujeitos na cena política, situação que se intensifica progressivamente até a efetiva criminalização da homossexualidade em 1934 (Fry; Macrae, 1983, p. 89).

ria” dentro da sociedade brasileira, na medida em que a luta maior era a luta revolucionária contra a Ditadura Militar (Trevisan, 2019). Essa “ala” do MHB tem como seu principal líder João Silvério Trevisan, um dos fundadores do grupo Somos e do Jornal Lampião da Esquina.

Do outro lado da disputa, encontravam-se tanto militantes independentes como politicamente organizados no grupo Convergência Socialista⁹, e estes se propunham a construir o diálogo até então nunca experimentado no Brasil entre a luta socialista, aliada aos interesses da classe trabalhadora e a luta homossexual, sem que uma sobrepujasse a outra, na tentativa de aliar o processo de “libertação” homossexual e compreender “a sua inter-relação com outros movimentos sociais que lutam contra a opressão e a exploração e pela transformação total da sociedade” (Okita, 1981, p. 14). É importante pontuar que, da mesma forma que os autonomistas, essa visão era igualmente crítica de ambas as interpretações sobre a homossexualidade acima atribuídas à esquerda tradicional e configurava-se enquanto uma exceção dentro do campo, visto que a Convergência Socialista foi o primeiro grupo da esquerda no Brasil a possuir uma fração dedicada à pauta homossexual (Quinalha, 2017).

Sobre estas interpretações do movimento, Regina Facchini (2002) faz uma importante ressalva de que o Movimento Homossexual Brasileiro não se resumia inteiramente a uma disputa entre os modelos de organização “autonomistas” e “trotskistas”, visto que contemporaneamente foi possível ob-

9. James Green, que foi militante de ambos os grupos simultaneamente, pontua sobre o que ele denomina de “fracasso em ganhar pessoas para as minhas ideias socialistas” (Green, 2018, p. 67), ressaltando que durante 1979-1981, tempo em que manteve a dupla militância, conseguiu captar somente uma pessoa para a CS, evidenciando que a pessoa se retirou da organização aproximadamente um ano após o seu recrutamento. Apesar disto, o autor não nega que ele possuía relevante influência política no grupo.

servar formas de organização políticas dos homossexuais distintas destas, a citar como exemplo o próprio jornal *Lampião da Esquina* e os grupos *Triângulo Rosa* (RJ) e *Grupo Gay da Bahia* (BA) (Facchini, 2002).

A autora pontua que essas organizações, especificamente os últimos grupos citados, por possuírem um menor envolvimento ideológico com ideais anarquistas ou de esquerda, além de serem menos resistentes ao diálogo com a institucionalidade, possibilitaram que

Esse movimento não chegasse a desaparecer em meados da década de 80, passando de uma ênfase antiautoritária e comunista para uma ênfase na garantia do direito à diferença e para uma tendência a estabelecer organizações de caráter mais formal que comunitário (Facchini, 2002, p. 77).

Pontuada esta importante dimensão, não pode-se reduzir o conflito provocado pelo choque entre essas formas de compreensão do movimento, iniciando-se mesmo antes da fundação do grupo *Somos*, mas a disputa potencializou-se diante da influência crescente que as posições defendidas pela *Convergência Socialista* passaram a ter dentro do grupo, posição que desafiava os ideais autonomistas dos militantes fundadores¹⁰ e simultaneamente promovia a desconfiança e o afastamento daqueles militantes que não comungavam dos pressupostos da esquerda tradicional (Quinalha, 2017). Desta forma,

Era, assim, uma questão de tempo para que a tragédia anunciada se consumasse. A prevalência de uma posição autonomista radical dentro do grupo, que repelia qualquer “disputa de poder” e a “centralização de tarefas em lideranças”, métodos que estariam

10. Ressalta-se novamente que havia uma ínfima participação da *Convergência Socialista*, em termos números, dentro do grupo *Somos*, podendo ser questionada a narrativa de que representaram um real desafio às posições de autonomistas.

associados à esquerda tradicional, acabou dificultando o encaminhamento das questões e as decisões sobre temas mais polêmicos em um grupo que contava já com mais de 100 membros. (Quinalha, 2017, p. 265)

Por fim, após vários embates dentro do grupo¹¹, em reunião ocorrida no dia 17 de maio de 1980, com a presença de mais de sessenta militantes, um dos integrantes veteranos se colocou para dar um informe, passando para a leitura da carta abaixo:

Ao Grupo Somos

Considerando que a imagem externa do Grupo Somos está irreversivelmente associada ao grupo Convergência Socialista;

Considerando que a autonomia do Grupo Somos está comprometida pelo caráter da atuação de elementos filiados a organizações políticas e partidárias;

Considerando que o Grupo Somos foi desviado de sua definição como grupo de homossexuais interessados basicamente em discutir nossa sexualidade e lutar contra a discriminação sexual; Nós, abaixo nomeados, nos declaramos desligados do Grupo Somos a partir desta data, e passamos a constituir um novo grupo que se propõe a reafirmar a definição do grupo homossexual autônomo e interessado prioritariamente na questão homossexual.

Às pessoas dispostas a integrar o novo grupo, comunicamos que nossa primeira reunião deverá realizar-se no dia 25 de maio de 1980, domingo, às 16 horas, em local a ser definido.

São Paulo, 17 de maio de 1980.

Cacá, Celso I, Emanuel, Evaristo, Glauco, Reynaldo I, Ricardo III, Tosta, Zezé. (MacRae, 2018, p. 279)

11. Não é o objetivo deste trabalho ressaltar os inúmeros conflitos que ocorreram dentro do grupo somos em seu breve período de existência, mas cabe pontuar que havia uma constante disputa política interna ao grupo, como colocado. Para um aprofundamento nos detalhes e pormenores desses conflitos, conferir a dissertação de Edward MacRae (2018).

No decorrer dos acontecimentos, como consta na detalhada etnografia do grupo promovida por Edward MacRae (2018) — à época, militante do grupo — houve também uma “tentativa premeditada de estimular a retirada maciça dos descontentes” a partir da subsequente retirada do grupo de militantes que não haviam assinado a carta, mas encontravam-se de acordo com a mesma desde o início da articulação (MACRAE, 2018, p. 280). Os dissidentes, posteriormente, passariam a se identificar como o grupo “Outra Coisa - Ação Homossexualista” e passaram a tratar a disputa interna ao Somos enquanto uma questão própria do MHB, neste sentido buscaram articular-se com outros grupos ideologicamente alinhados com o autonomismo, fundando uma frente denominada Movimento Homossexual Autônomo (MHA) (Quinalha, 2017).

Por coincidência, mas igualmente sintomático do momento político em que passava o movimento, na mesma reunião acima citada, as mulheres que já integravam o subgrupo Lésbico-Feminista (LF)¹² optaram por comunicar aos demais o seu desligamento do Somos¹³ e criar um grupo autônomo separado, ação motivada por razões inteiramente diversas das colocadas pelo grupo autonomista. Dentre as justificativas, cabe-se pontuar a já existente autonomia política das

12. O grupo Somos, da sua fundação, era composto exclusivamente por homens gays, apesar de mulheres transitarem nas reuniões ocasionalmente, situação que só passou a se modificar após a apresentação do grupo em um debate de “minorias” ocorrido na Universidade de São Paulo (USP) no início de 1979. Em março de 1979, Edward MacRae pontua que as lésbicas já representavam aproximadamente 10 dos 25 membros fixos e, em junho desse mesmo ano, já eram em número significativo para formalizar a constituição de um subgrupo dentro do Somos, nomeado de Lésbico Feminista (LF). Cabe pontuar que nem todas as mulheres aderiram ao LF, algumas optaram por continuar participando dos espaços mistos (MACRAE, 2018).

13. Edward MacRae (2018) pontua que somente duas mulheres optaram por não se desligarem do Somos na referida reunião, em decorrência de não se sentirem atingidas pelos homens e por já terem conflitos com algumas das dirigentes do LF.

lésbicas dentro do Somos, mas também as desgastantes e recorrentes situações de machismo enfrentadas pelas mulheres dentro do grupo, tal como as pressões sofridas pelo LF diante da disputa política interna que, apesar de exigir delas um posicionamento, estas não consideravam o debate interno do Somos relevante para as suas pautas, predominantemente ligadas ao feminismo e negligenciadas no quadro geral do coletivo (MacRae, 2018).

Além do enfraquecimento do Somos, polêmicas e disputas envolvendo o jornal *Lampião da Esquina* acabaram por fragilizar o movimento, pois diante da crescente politização do MHB, da proliferação de grupos e das disputas políticas e organizativas, o *Jornal* passou a ter sua suposta “neutralidade política” constantemente questionada, situação que gerou problemas para a organização do II Encontro de Grupos Homossexuais Organizados (EGHO)¹⁴ e também reduziu a popularidade do jornal no âmbito militante. Além disso, na tentativa de se manter circulando no mercado, o jornal passou a aumentar o seu conteúdo pornográfico, visando competir comercialmente com as publicações especializadas nisso e, conseqüentemente, se distanciou das pautas políticas da militância, fato que provocou uma forte reação dos grupos organizados e mesmo dentro do conselho editorial, gerando acusações de que havia “um distanciamento das lutas concretas e do ativismo gay” (Quinalha, 2017, p. 309).

14. Desde o começo da organização do II EGHO a posição do *Lampião* já estava sendo questionada, inclusive, o seu direito à participação na organização do evento tornou-se pauta na primeira reunião preparatória, garantindo o direito ao *Jornal* com votação de 23 a favor, contra 11. Essa decisão, contudo, motivou o desligamento de alguns grupos que integravam a Comissão Organizadora do Encontro e, a partir daí, o próprio jornal decidiu-se colocar como organizador, o que gerou uma reação por parte dos grupos de São Paulo, dentre eles o GALF, o Somos e a Fação Homossexual da CS, que se colocaram como organizadores, sendo contestados pelos grupos do Movimento Homossexual Autônomo (Quinalha, 2017).

Essas questões, potencializadas e aliadas a outros aspectos da própria conjuntura da Ditadura, como a perseguição jurídica sofrida pelo jornal, ocasionaram no encerramento definitivo das atividades em meados de 1981, como sintetiza Quinalha (2017):

Em suma, não houve uma única causa capaz de explicar o apagamento do *Lampião da Esquina*. O contexto repressivo da ditadura que perseguia e ameaçava abertamente os jornalistas, os atentados paramilitares com bombas colocadas nas bancas em que o *Lampião* era vendido, as divergências internas quanto à identidade da publicação em uma conjuntura em franca transformação, o esfacelamento do movimento homossexual em aberto tensionamento com o jornal, a crise financeira e outros problemas pessoais dos conselheiros, foram fatores que concorreram para que a mais impactante experiência de imprensa gay chegasse a seu final, contribuindo também com o declínio do próprio movimento homossexual (Quinalha, 2017, p. 312).

Nem mesmo o II EGHO, cujo encontro preparatório foi anteriormente citado enquanto uma mostra do crescimento nacional do Movimento Homossexual, conseguiu sobreviver diante de tamanha crise. Devido à conjuntura de intensificação dos conflitos entre grupos homossexuais, sua organização foi interrompida ainda no referido encontro preparatório, e o encontro que deveria ocorrer em São Paulo, com indicativo para janeiro de 1981, só ocorreu três anos mais tarde, no ano de 1984, em Salvador, onde um número muito menor de organizações estava presente, restando apenas sete dos dezesseis grupos que se reuniram em 1981 (Facchini; Simões, 2009).

É importante perceber que essa série de acontecimentos acima elencados refletem as disputas políticas correntes no Movimento Homossexual Brasileiro durante o recorte estudado e, portanto, acabam por permear inevitavelmente as obras

intelectuais produzidas pelos militantes, nas quais as disputas se reeditam para além dos espaços políticos tradicionais do movimento social que se pretendia construir.

Para além dos conflitos internos ao MHB, a comunidade homossexual também passou a lidar com questões externas, como a identificação, nos anos de 1982 e 1983, dos primeiros casos da epidemia de HIV/AIDS no Brasil que, segundo Santos (2007), foram “amplamente divulgados na mídia como ‘peste gay’ ou ‘câncer gay’” reforçando um “pânico geral contra a homossexualidade” (Santos, 2007, p. 125) que se refletiu enquanto um impacto direto no MHB. Todavia, a análise do referido autor, tal como dos principais autores que discorrem sobre o tema, como Trevisan (2018), Facchini e Simões (2009) e Quinalha (2017), é a de que a epidemia causou um impacto positivo para as lutas sociais, pois a questão sobre a homossexualidade passou a ser debatida em uma escala nunca antes experienciada, havendo também uma inédita abertura de diálogo entre a institucionalidade do Estado e o movimento organizado, que vai dar o tom para a chamada segunda onda do Movimento LGBT no Brasil, liderada principalmente pelo Grupo Gay da Bahia (GGB).

Entretanto, isso não ameniza impacto sofrido pelos grupos integrantes da primeira onda durante os primeiros anos da epidemia, na medida em que as possibilidades de prevenção e tratamento eram escassas, a estigmatização da condição homossexual potencializou-se e, também, as mortes de militantes logo passariam a ser frequentes. Além disso, a desinformação sobre o vírus do HIV/AIDS ainda era grande, como observou Perlongher (1987) ao pontuar em seu livro “O que é AIDS” a existência de versões que atribuem aos negros africanos e caribenhos a “culpa” pelo surgimento e a disseminação da doença, como também as narrativas de que o vírus teria sido criado em laboratório pelas superpotências de ambos os

lados com o objetivo de impactar a guerra fria, e/ou exterminar a população homossexual (Perlongher, 1987).

Diante desse cenário, é compreensível a manifesta insatisfação de Peter Fry e Edward MacRae (1983) quando eles pontuam a insuficiência do MHB para mobilizar a sociedade em torno da sua causa, principal razão que os intelectuais afirmam motivar a sua produção intelectual sobre a homossexualidade. Da mesma forma Hiro Okita (1981) e Leila Miccolis (1983) afirmam críticas semelhantes à estagnação do movimento, ainda que com objetivos distintos, sendo o primeiro com o objetivo de a Convergência Socialista estabelecer um programa revolucionário para o MHB (Okita, 1981), e a segunda, juntamente de Herbert Daniel, parte de uma insatisfação geral com a forma como a sociedade normatizava/padronizava determinados comportamentos (Miccolis; Daniel, 1983).

Por fim, foram precisamente tais insatisfações, em íntima relação com o contexto da época, que levaram esse conjunto de indivíduos a transpor sua luta política para um novo campo: o do embate teórico e intelectual. Nos anos seguintes, ex-militantes do MHB de dentro e fora do meio acadêmico dedicaram-se a produzir projetos próprios, fosse buscando sistematizar o debate sobre homossexualidade sob uma ótica das ciências humanas, fosse buscando organizar sujeitos dessa comunidade em torno de uma luta de esquerda (que, à época, se centrava na fundação do Partido dos Trabalhadores - PT). Cabe questionar, portanto, se seria a trincheira das ideias capaz de trazer as vitórias que o movimento de massas não trouxe.

REFERÊNCIAS

FACCHINI, Regina; SIMÕES, Júlio. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90:** um estudo a partir da cidade de São Paulo. 2002. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. **O que é homossexualidade.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

GREEN, James N. Forjando alianças e reconhecendo complexidades: as ideias e experiências pioneiras do Grupo Somos de São Paulo. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa. (Orgs.). **História do movimento LGBT no Brasil.** São Paulo: Alameda, 2018.

MACRAE, Edward. **A Construção da Igualdade:** Política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”. Salvador: EDUFBA, 2018.

MICCOLIS, Leila. Prazer, Gênero de Primeira Necessidade. In: MICCOLIS, Leila; DANIEL, Herbert. **Jacarés e Lobisomens:** dois ensaios sobre a homossexualidade. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

OKITA, Hiro. **Homossexualidade: da opressão à libertação.** 2ª Ed. São Paulo: Sundermann, 2015.

PERLONGHER, Nestor. **O que é AIDS.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

QUINALHA, Renan Honório. **Contra a moral e os bons costumes:** a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988). 2017. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Univer-

cidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. Mobilizações homossexuais e estado no Brasil: São Paulo (1978-2004). **RBCS** n° 63, fev, 2007.

XAVIER, Andrea Lemos. A Coleção Primeiros Passos: Projeto Editorial, Ação e Formação Política. In: REIMÃO, Sandra e CRENI, Gisela. **Caio Graco e a Editora Brasiliense**. São Paulo: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, 2020. p. 33-38.

PARTE V
HISTÓRIA INTELLECTUAL E
LITERATURA

“UM TRABALHO ECOLÓGICO E ERGOLÓGICO DE MINHA TERRA E MEU POVO”: FONTES IBIAPINA E OS ELEMENTOS REGIONAIS E HISTÓRICOS PIAUIENSES PRESENTES EM SUAS OBRAS

Laís Maria Rodrigues de Brito¹

INTRODUÇÃO

O literato piauiense Fontes Ibiapina foi um escritor, professor e jurista do século XX que ficou reconhecido por suas mais de 30 publicações literárias, divididas, principalmente, entre contos e romances. O típico teor regionalista presente nesses enredos se consagrou como uma das marcas registradas do autor (Bezerra, 2022, p. 48), o que, por sua vez, se atribui, em grande parte, à própria criação e vivências de Fontes Ibiapina e como isso teve influência para seu processo de escrita.

João Nonon de Moura Fontes Ibiapina nasceu no município de Picos, no Piauí, na fazenda Lagoa Grande, em 14 de junho de 1921. Filho de Pedro de Moura Ibiapina e D. Raimunda Fontes de Moura - fazendeiros originários do Ceará -, Fontes Ibiapina cresceu inserido na realidade interiorana, ouvindo as histórias contadas pelos vaqueiros, brincando de baladeira, dançando forró e, a partir disso, guardando essas memórias que serviriam de inspiração para suas obras. Foi in-

1. Graduada no curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Piauí – UFPI.

troduzido nos estudos na casa de seu tio Quincó, sendo alfabetizado aos 13 anos. Já na década de 1940, o autor mudou-se para Teresina, tendo 21 anos de idade, para fazer o curso secundário no Diocesano (Barros, 2008, p. 12).

Em 1945, se formou em Direito e passou a atuar em sua profissão, trabalhando em diferentes cidades do Piauí. No que diz respeito ao seu envolvimento com a literatura, o autor, de início, escrevia contos para diferentes revistas, como “Cigarra” e “Alterosa”, revistas mineiras pelas quais chegou a ganhar prêmios por seus textos. Só na década de 1950 que iniciou sua trajetória no lançamento de livros. Tendo reunido ao longo de sua vida mais de 30 obras literárias, entre romances, contos, crônicas, peças de teatro, dentre outros tipos de produções. Através de suas obras, percebe-se como Fontes Ibiapina era um exímio pesquisador da cultura e da sociedade piauiense, é o que pode se notar também no arquivo pessoal deixado pelo autor, no qual, segundo Bezerra (2021, p. 8), demonstra a preocupação do literato em acompanhar os acontecimentos que faziam parte tanto do cotidiano do homem sertanejo, como das disputas políticas que atravessavam o estado.

Pode-se vislumbrar ainda mais da preocupação de Fontes Ibiapina de observar as vivências típicas do povo piauiense em uma entrevista que ele concedeu à Revista Presença de 1968, na qual o literato discorreu sobre suas predileções como escritor e o que procurava fazer com seu trabalho:

Estou (ou pelo menos suponho) fazendo um trabalho ecológico e ergológico de minha terra e meu povo. Sociologia em ficção. De um modo mais preciso. Etnologia. Desviar essa rota seria desvirtuar ou mesmo anular a objetividade do compromisso intelectual que assumi comigo mesmo. [...] além de folclorista propriamente dito, estou fazendo uma Literatura do Ciclo do Couro no Piauí.²

2. IBIAPINA, João Nonon de Moura Fontes. Entrevista a Alcenor Candeira Filho. Presença. Teresina, nº 10, janeiro-março de 1984. p. 12

Diante dessa explicação, o presente artigo tem como intuito discorrer sobre os elementos e temas que aparecem de forma recorrente nas obras de Fontes Ibiapina e como esses aspectos fazem referência a história e cultura do povo piauiense. Desse modo, de início será apresentado as obras de Fontes Ibiapina, em ordem de lançamento, como forma de se vislumbrar sua produção. Posteriormente, serão apontados os elementos regionais e históricos que compõem as narrativas do literato.

AS OBRAS DE FONTES IBIAPINA

Em 1958, aos 37 anos, Fontes Ibiapina publicou seu primeiro livro, intitulado *O Chão de Meu Deus*, uma obra que é um compilado de contos que o autor já tinha escrito, marcada pelo forte vocabulário regional. Segundo Aquino (2012, p. 5), os ditos populares e os costumes marcantes da cultura nordestina permeiam a obra, sendo considerada assim, umas das narrativas mais autênticas do autor. Posteriormente, lançou *Brocotós* (1961) que também reúne contos do autor, cuja as Notas, feita por Álvaro Teixeira, exaltam como Fontes Ibiapina consegue retratar o Piauí, sendo fiel ao seu povo e a realidade geográfica do local (Rabelo, 2008, p. 73).

Seu primeiro romance publicado é *Sambaíba*, de 1963, que é o primeiro livro que pertence à *Tetralogia do Couro*³. Nesse livro, Fontes Ibiapina representa na história o começo do século XX e as mudanças que esse novo tempo traz, com o fim da Monarquia e começo da República. A narrativa é

3. “[...] a Tetralogia compõe um conjunto narrativo cronológico, em tom descendente, que partiria do século XIX, e viria destacando seus marcadores de tempo, pela narrativa de abastança do gado e da escravidão, das grandes secas de 1824 e, sobretudo, de 1877, da Guerra do Paraguai, da Abolição, da República, vindo até a virada e meados do século XX”. (Rabelo, 2009, p. 44).

também uma das únicas histórias do literato que fala sobre o processo de extração da borracha da maniçoba e da cera de carnaúba (Rabelo, 2009, p. 44-45). Já em 1964, o autor lança outro livro de contos, intitulado *Pedra Bruta*.

Em 1968, é lançado um dos romances que ficaria mais conhecidos entre suas obras, “Palha de Arroz”, uma narrativa que se situa em área urbana, na qual Fontes Ibiapina mostra uma Teresina da década de 1940, estagnada, tomada pela pobreza e pelo desemprego. Nesse contexto, existiam muitas casas de palha pela periferia da cidade que começaram a ser incendiadas, sem que tivesse uma vigilância por parte da polícia nem dos políticos, deixando a população atingida desamparada (Aquino, 2012, p. 6-7). Já no ano seguinte, em 1969, o autor lança outra coletânea de contos intitulada *Congresso de Duendes*.

O romance a seguir é *Tombador* - segundo a compor a Tetralogia do Couro -, de 1971, que volta a se ambientar no cenário da casa-grande, apresentando a fazenda Tombador como espaço exemplar, que vai se degradando de acordo com as escolhas erradas dos personagens, que leva a família a um rastro de desgraças. Já em 1974, é lançada outra coletânea de contos, “Destino e Contratemplos”, sendo seguida já no outro ano pelas publicações de seus primeiros livros voltados para o folclore, *Paremiologia Nordestina e Passarela de Marmotas*, de 1975. Os próximos livros a serem publicados seriam todos coletâneas de contos: *Quero, Posso e Mando* (1976), *Mentiras Grossas de Zé Rotinho* (1977) e *Lorotas e Pabulagens de Zé Rotinho* (1979).

Em 1982, lança seu primeiro trabalho no teatro, a peça *O Casório da Pafunsa*. Já em 1984, lança-se o terceiro volume que faz parte da *Tetralogia do Couro*, intitulado *Nas Terras do Arabutã*, que se caracteriza por ter um enredo mais otimista, mostrando uma narrativa que se passa em uma fazen-

da que só melhora suas condições e suas quantidades de gado de acordo com o tempo, com a gerações seguintes dando continuidade a essa bonança.

Em 1985, é lançado *Curral de Assombrações*, que apesar de não fazer parte da *Tetralogia do Couro* também se passa no meio rural e narra as diferentes gerações de uma família, que vai perdendo seu poder e suas riquezas, em um contexto em que cada geração parece ser assombrada por diferentes assombrações.

Vida Gemida em Sambambaia é o último romance a compor a *Tetralogia* e o que mais se aproxima da realidade de Fontes Ibiapina, por se situar no interior de Picos, entre o período de 1930 a 1950. Nessa narrativa, os tempos de ouro da pecuária já passaram e os personagens lidam com a seca, a pobreza e a fome. Esse foi o primeiro romance escrito por Fontes Ibiapina, em 1953, no entanto só foi lançado em 1985, ganhando o prêmio de primeiro lugar no VII Concurso Nacional do Clube do Livro em São Paulo.

Após sua morte, foram lançados ainda três obras, que são relacionadas principalmente ao folclore piauiense, que são essas: *Crendices, Superstições e Curiosidades Verídicas no Piauí* (1993), *Dicionário de Brasileirismo no Piauí* (2001) e *Terreiro de Fazenda* (2003). Além disso, tanto ainda em vida, quanto de forma póstuma, Fontes Ibiapina teve algumas obras reeditadas, como *Chão de Meu Deus*, que teve sua segunda edição lançada em 1965 e a terceira edição em 2009; *Palha de Arroz*, que teve mais três edições, em 1975, 2002 e 2007; *Paremiologia Nordestina*, cuja segunda edição foi de 1982 e a terceira edição de 2008; *Vida Gemida em Sambambaia*, com a segunda edição datando de 1998; e, por fim, *Terreiro da Fazenda*, com a segunda edição em 2010 e *Dicionário de Brasileirismo no Piauí*, cuja segunda edição saiu em 2018.

FONTES IBIAPINA E OS ELEMENTOS REGIONAIS E HISTÓRICOS DE SUA ESCRITA

Fontes Ibiapina, assim como outros nomes pertencentes a sua geração, tinha uma escrita marcada pela intenção de mostrar a linguagem e os costumes do interior do sertão. Nesse sentido,

Suas obras carregam em seu conteúdo a marca regionalista piauiense, como uma forma de registro histórico, pois é contextualizada no Brasil a partir da década de 30; memorialístico, pois remete ao passado de um povo; socioeconômico, quando trata sobre a hierarquia e sistema comercial; cultural, resgatando o que há de mais característico e regional de um povo; e linguístico porque usa tom coloquial, provérbios, modismos, dizeres regionais, oralidades, clichês. (Pereira, 2014, p. 3)

Em suas obras, são utilizados vários elementos que servem de alegoria para explicar os costumes regionais que fizeram e fazem parte da história da população piauiense, que teve sua origem baseada nas fazendas de gado. Assim, ambientes como a casa-grande, a figura do vaqueiro, as crenças do povo e a seca marcam presença em muitas de suas narrativas.

O cenário das histórias se passa em diferentes cidades, com linguagem e formas de viver dos tipos humanos, algo que conferiu à sua produção um estilo peculiar e regional. Por isso, trazendo apelos ao fantástico e ao mágico, Fontes Ibiapina fez das tradicionais histórias do nordeste o palco de características do realismo maravilhoso da América Latina, tendo como cenário as terras de seu estado de origem, o Piauí, um território, antes, corredor de passagem entre as regiões norte e nordeste do Brasil, por isso comportando a memória oral das gentes que por ali passaram. (Melo, 2019, p. 54-55)

O aspecto do Piauí como um corredor de passagem é demonstrado, inclusive, em dois contos que fazem parte do livro *Pedra Bruta*. Em *Insurretos* há a presença dos “legalistas” e “revoltosos” que fizeram parte dos conflitos da Coluna Prestes, e que andavam pelo território do estado tentando angariar bens e juntar homens. Já em *Ciganos*, pode-se ver a presença desses grupos de ciganos, que passavam pelo território piauiense enquanto vendiam suas mercadorias. Esses dois contos servem para mostrar situações e grupos diferentes de pessoas que já transitavam pelo território do Piauí enquanto se locomoviam para chegar em outros espaços do país.

Ademais, a casa-grande é um outro componente que está presente em muitas das narrativas do literato. Segundo Rabelo (2009), ela representa uma forma basilar da formação da identidade regional, por ser a representação da origem da história do Piauí. É a simbologia do período do paternalismo, que é vista pelo autor e por outros nomes da sua geração com um olhar nostálgico sobre o sertão piauiense. É nesse ambiente, inclusive, em que Fontes Ibiapina em muitos de seus romances - a exemplo de *Sambaíba*, *Tombador*, *Curral de Assombrações* - e contos, apresenta a figura do vaqueiro e os costumes e credences do povo do interior do Piauí.

Assim, na ficção ibiapiniana, a casa-grande da fazenda de gado piauiense é concebida como dimensão mítica capaz de dar conta das temporalidades, fragmentando-se em outros pequenos tempos e espaços repartidos em seus sentidos diversos: centro de decisões políticas; arena de conflito de autoridades; morada do patrão para onde afluíam escravos, vaqueiros e jagunços; lugar afetivo da memória familiar e da tradição arruinada; pátio dos forrós e “sambas” ruidosos a luz do luar, das fogueiras ou das lamparinas; terreiro de brincadeiras infantis; alpendre de abrigo dos retirantes, tropeiros, tangerinos, ciganos e revoltosos; orató-

rio que as mulheres rezavam para afugentar as assombrações que rondavam o terreiro; quartos escuros onde pareciam visagens e fantasmas; aposentos secretos onde ocorriam encontros amorosos proibidos, na madrugada. (Rabelo, 2008, p. 41-42)

Já em relação a seca e miséria sofrida pelo povo piauiense, é um tema que ele toca, de início, mais especificamente no conto *Trinta e dois*, que está presente no livro *Chão de Meu Deus*, de 1958:

Dezembro, dia 14. A matutada de Samambaia amanheceu de crista caída. Foi a experiência das pedrinhas de sal que lhes trouxeram a mensagem fúnebre. Santa Luzia descera do Céu com um recado triste. E Santa Luzia jamais mentiu para aquela gente. Onde quer que se encontrasse um cristão, a conversa era uma só. Aquela conversa tão amassada pela língua de todos - que não ia chover. As pedras de sal postas ao sereno, durante a noite, amanhecera secas que nem língua de papagaio! Muitos já o sabiam, porque as chuvas do caju não vieram. E quando as chuvas do caju não assinam o ponto, pode se tirar o cabelo das ventas - não haverá inverno.⁴

Vale ressaltar que esse conto gera o livro *Vida Gemida em Samambaia*, no qual Fontes Ibiapina, usando como papel de fundo as secas que assolaram o sertão nordestino entre os anos de 1932 e 1959, mostra as superstições e lutas de um povo à espera das chuvas. Além disso, ele também demonstra o movimento de retirada das famílias do interior, para o Maranhão, fugindo da seca.

Outra obra na qual o autor faz denúncias sobre a pobreza é em *Palha de Arroz*, seu único romance ambientado na cidade, em que Fontes Ibiapina retratou os incêndios criminosos que aconteceram em Teresina, na década de 1940 - período

4. IBIAPINA, Fontes. *Trinta e dois*. In: *Chão de Meu Deus*. 3 ed. Teresina: APL, 2009. p. 29.

em que o autor se mudou para a capital. Desse modo, segundo Cassemiro e Silva (2020, p. 409), através dessa obra, *Fontes Ibiapina* consegue entrelaçar os fatos históricos com a ficção, com um narrador que demonstra de forma crítica as estruturas desiguais da sociedade e um governo opressor e omissivo diante dos problemas da cidade. É o que se pode notar no trecho:

Noite escura. A cidade também era uma escrava. Escrava do governo. A usina morta. Já ia para muito tempo com a capital sem luz elétrica. E caso sem jeito, o próprio Interventor alegava que a capital não tinha capital para comprar uma usina que custava usinas de dinheiro.⁵

Por fim, outro elemento que se coloca como uma marca literária de *Fontes Ibiapina* é a linguagem que ele emprega em suas obras. De acordo com Henriques (2003, p. 63-64), desde o narrador até os personagens, têm suas falas marcadas pela oralidade piauiense, com metáforas e expressões calcadas nas expressões regionais através de diálogos simples. Assim, trazendo os aspectos linguísticos típicos de um povo para serem perpetuados através da literatura.

Desse modo, esses vários recursos utilizados podem ser considerados marcas registradas das obras de *Fontes Ibiapina* e refletem também o estilo de sua geração. Como resultado, o autor acrescenta ainda mais conteúdo para a literatura regionalista piauiense, que, de acordo com o escritor:

[...] a literatura, notadamente, a ficção, tem o seu valor intrínseco, o seu alvo, o seu objetivo. Entre nós, por exemplo dos mais concretos, encontramos o *Ciclo Nordeste* refletindo em seu ficcionismo um manancial de sociologia e economia política. Apresenta-nos, em fotografia telúrica, o meio físico e a paisagem

5. IBIAPINA, *Fontes*. Palha de Arroz. 4 ed, Teresina: 2004. p. 15

humana com todas as suas atividades e condições de vida [...] Nossos trabalhos, mesmo desprevenidos [sic] de saber artístico, tem por escopo, com todo o seu estilo individualista, continuar o Ciclo Nordestino que ostenta seu trio de ouro em nossa ficção atual com Zé Lins do Rêgo, Jorge Amado e Graciliano Ramos.⁶

A citação supracitada fornece dimensão acerca da importância de Fontes Ibiapina para a produção de uma literatura atuante na construção de uma identidade nordestina e, dessa forma, representante de aspectos únicos da cultura local. Paralelamente, demonstrava seu desejo de que a literatura piauiense pudesse alçar seus autores ao mesmo patamar de reconhecimento de outros renomados escritores nordestinos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, através da análise das diferentes obras de Fontes Ibiapina e de sua história de vida pode-se entender como suas vivências foram uma base central para seu processo de escrita. Isso se constata ao observar como através dos relatos do próprio autor, em entrevistas ou discursos, a cultura e a história do povo piauiense eram sua maior inspiração.

Desse modo, suas obras têm como pano de fundo acontecimentos que marcaram a história do Piauí, bem como exaltam características sociais e culturais típicas da região. Nesse sentido, as credences de um povo, os ambientes que representam a história do piauiense, como a casa-grande e os currais, e os retratos da pobreza e seca que assolaram o estado, são elementos que podem ser encontrados em diferentes obras de Fontes Ibiapina.

Através disso, o literato se destaca pela preocupação que

6. IBIAPINA, Fontes. Discurso de Posse. Revista da Academia Piauiense de Letras. Teresina, Papelaria Piauiense, 1962, n° 21 (março de 1963). p. 71

teve, ao enquadrar traços sociais, culturais e políticos, na delimitação de aspectos identitários para a população piauiense. Tais fatores contribuíram para a manutenção da relevância de suas obras enquanto representações da cultura de um povo. Ao mesmo tempo, além de destacarem o caráter regional, as produções de Fontes Ibiapina contemplam esferas mais amplas, uma vez que também estabelecem eixos dialógicos com o cenário literário em efervescências, à época, em outros países da América Latina.

REFERÊNCIAS

AQUINO, J. R.. Fontes Ibiapina: Memória e Identidade no Sertão Piauiense. In: XII Simpósio de Produção Científica e XI Seminário de Iniciação Científica, 2012, Teresina. **Anais XII Simpósio de Produção Científica e XI Seminário de Iniciação Científica**. Teresina: Uespi, 2012. v. 1

BARROS, Eneas. Fontes Ibiapina de Fio a Pavio. IN: IBIAPINA, Fontes. **Paremiologia Nordestina**. 3. ed, Teresina: EDUFPI, 2008.

BEZERRA, Lueldo Teixeira. **A memória arquivada em papéis: um estudo descritivo do arquivo literário de Fontes Ibiapina**. Dissertação (mestrado), UESPI, Programa de Mestrado Acadêmico em Letras, Campus Poeta Torquato Neto, Teresina-PI, 2022.

BEZERRA, L. T.; SILVA, R. C. M. Rastros Históricos e Literários no Arquivo Pessoal de Fontes Ibiapina. **Anais do X Congresso Internacional de Línguas e Literatura**. Campina Grande: Realize Editora. 2021

CASSEMIRO, A. C.; SILVA, R. C. M.. Entre ficção e história:

Palha de arroz e a cidade incendiada. **Revista Contraponto**. Teresina, v. 9, n. 2, jun./dez. 2020. p. 403-416.

HENRIQUES, Claudio Cezar. Palha de Arroz: A língua de Fontes Ibiapina In: Francisco Venceslau dos Santos, org. **Geografias Literárias** - confrontos: o local e o nacional. Rio de Janeiro: Caetés, 2003, p. 57-66.

IBIAPINA, João Nonon de Moura Fontes. Entrevista a Alce-nor Candeira Filho. **Presença**. Teresina, nº 10, janeiro-março de 1984.

IBIAPINA, Fontes. Trinta e dois. In: **Chão de Meu Deus**. 3 ed. Teresina: APL, 2009.

IBIAPINA, Fontes. **Palha de Arroz**. 4 ed. Teresina. 2004.

IBIAPINA, Fontes. Discurso de Posse. **Revista da Academia Piauiense de Letras**. Teresina, Papelaria Piauiense, 1962, nº 21 (março de 1963). p. 71

PEREIRA, Deylane Cristiane Sousa. O Imaginário na saga Curral de Assombrações de Fontes Ibiapina In: **revista dE-EnrEdoS**. Ano VI. n 22. Teresina. 2014

RABELO, Elson de Assis. **A História entre Tempos e Contratempos: Fontes Ibiapina e a obscura invenção do Piauí**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2008

RABELO, Elson de Assis. Desatinos do tempo: história e temporalidade na ficção ibiapiniana. In: Pedro Vilarinho Castelo Branco. (Org.). **História e ficção**. 1ed.Imperatriz: Ética, 2009, v. 1.

SILVA, Erika Ruth Melo da. Realismo Maravilhoso e Tradição Oral nas Narrativas Populares do Nordeste Brasileiro em Mentiras Grossas de Zé Rotinho, de João Nonon de Moura Fontes Ibiapina. **Cadernos Prolam/USP**, v. 18, n. 34, p. 52-73, 2019.

“MAIS VIVOS DO QUE NUNCA!”: DA CRÔNICA DA EXTINÇÃO AO PROTAGONISMO INDÍGENA NA HISTÓRIA DO PIAUÍ¹

Rebeca Freitas Lopes²

INTRODUÇÃO

O discurso sobre o suposto desaparecimento dos povos indígenas no Nordeste foi construído ao longo do século XIX amparado na ideologia da mestiçagem e mobilizado pelas elites políticas e econômicas interessadas na expropriação das terras indígenas. Segundo Porto Alegre (1993):

Na segunda metade do século XIX cai o silêncio oficial sobre os índios que acompanha a extinção da maioria dos aldeamentos. Esse silêncio respalda-se na noção de “assimilação”, caracterizada nos documentos dos contemporâneos, na historiografia e nos primeiros estudos antropológicos regionais como um desaparecimento resultante do longo processo de miscigenação racial integração cultural e dispersão espacial, no conjunto da população. (Porto Alegre, 1993, p. 220)

Além disso, é pertinente evidenciar que nesse mesmo contexto houve a promulgação da Lei de Terras de 1850, legislação que, segundo Vânia Moreira (2012, p. 69), estrutu-

1. Este artigo é fruto da monografia exigida como trabalho de conclusão do Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, realizada sob orientação da Prof^a. Dr^a. Tatiana Gonçalves de Oliveira.

2. Graduada em História pela Universidade Estadual do Piauí.

rou uma política liberal de avanço sobre as terras coletivas dos antigos aldeamentos indígenas e sustentou uma política de deslegitimação étnica³ desses sujeitos, que passaram a ter sua identidade específica questionada.

Este processo de deslegitimação étnica das identidades indígenas foi parte de um projeto político do liberalismo oitocentista que reverberou em todo América. No Brasil, esse projeto foi propagado pelos letrados do IHGB, que se colocaram na tarefa de construir uma História nacional, sustentada numa identidade única, homogênea. No caso do Piauí, foi a historiografia tradicional da segunda metade do século XX que propagou a falsa narrativa do extermínio dos povos indígenas ainda no período colonial.

Esse discurso foi construído por intelectuais que construíram uma lógica do passado colonial do Piauí pela perspectiva da violência contra os povos indígenas, das políticas de apagamento identitário via miscigenação, não vendo mais indígenas, apenas caboclos que adentraram a República como meros “vestígios” de um povo morto. Como consequência dessa narrativa, o Piauí foi o último estado brasileiro a reconhecer a presença indígena contemporânea em seu território⁴. Esses silenciamentos e discursos de extermínio, atrelados à visão eurocêntrica da historiografia, além dos interesses das elites agrárias, dos políticos e das autoridades piauienses na expropriação de terras indígenas, estruturaram o discurso da suposta extinção desses povos e, por conseguinte, sua exclusão e marginalização no tempo presente.

3. Termo utilizado pela autora para se referir ao processo de homogeneização das populações indígenas, com intuito de transformá-los em “cidadãos”, “brasileiros”. Nesse contexto, os indígenas considerados “misturados” não eram mais reconhecidos como indígenas “verdadeiros”, sendo vítimas da expropriação feita por latifundiários e perdendo o direito à terra.

4. Através da Lei N.7389, de 27 de agosto de 2020, o Estado do Piauí reconheceu formal e expressamente a presença de povos indígenas no Piauí.

Nesse sentido, este trabalho analisa as principais produções da historiografia oficial piauiense entre as décadas de 1950 e 1980, dando destaque às produções dos historiadores Monsenhor Joaquim Chaves (1953), Odilon Nunes (1983) e Moysés Castello Branco (1984), reprodutores da narrativa oitocentista do extermínio através das guerras físicas, da miscigenação e da “pacificação” pelos aldeamentos. Procuramos demonstrar que o discurso da extinção não passa de uma crônica (re)produzida por intelectuais que propuseram uma “História dos Índios do Piauí” a partir do passado e da ideia cristalizada por Monsenhor Joaquim Chaves e postergada por Odilon Nunes (2016, p. 44), para quem os índios “que outrora fervilhavam no território piauiense já não existiam no século XIX”.

Do ponto de vista teórico-metodológico, nos amparamos nas discussões levantadas pela historiografia especializada sobre a temática indígena acerca de conceitos como identidade, etnogênese e agência.⁵ Dialogamos especialmente com as reflexões trazidas pelo historiador João Paulo Peixoto Costa (2011) que, em seu artigo “A farsa do extermínio: reflexões para uma nova história dos índios no Piauí”, tece uma análise crítica sobre as produções historiográficas que disseminaram a narrativa do extermínio dos povos indígenas no Piauí durante o período colonial, seja pela guerra ou pela mestiçagem, responsável por “dissolver” a identidade indígena e “misturá-los” à massa da população.

Ao longo do trabalho, o autor destaca que essa perspectiva também foi propagada no Ceará e no Rio Grande do Norte (Costa, 2011, p. 142-143), além de enfatizar que a construção histórica da invisibilidade dos povos indígenas nesses estados sempre esteve atrelada à interesses políticos e econômicos das

5. Para trabalhar o conceito de identidade utilizamos o aporte teórico de (Almeida, 2010), o conceito de etnogênese foi analisado a partir da construção teórica de (Oliveira, 1998) e o de agência a partir de (Arruti, 1995).

elites locais. Nesse sentido, Costa (2011) debate sobre a necessidade de uma renovação historiográfica para construção de uma história indígena piauiense, colocando os povos indígenas do passado e do presente como agentes que conseguiram se mobilizar historicamente de acordo com suas necessidades e os contextos sociopolíticos em que estavam inseridos.

No caminho proposto por Costa (2011), esta pesquisa se contrapõe à narrativa do extermínio, à medida em que enseja evidenciar o protagonismo indígena dentro do Piauí a partir da investigação das experiências de luta das mulheres indígenas do estado no contexto das mobilizações étnicas. Através da análise histórica e antropológica de duas comunidades indígenas presentes na cidade de Uruçuí, região sul do Piauí, a saber a comunidade indígena dos Caboclos Akroá Gamela da Baixa Funda e os Guegue do Sangue, ambas lideradas por duas mulheres indígenas, dona Dan e dona Deusa, respectivamente, analisamos a agência de suas lutas, mostrando que a ideia de extermínio é uma farsa e que esses povos “reexistem” dia após dia na busca por seus direitos.

DO IHGB A HISTORIOGRAFIA PIAUIENSE: O PROJETO DE BRASIL E PIAUÍ QUE DESLEGITIMA A PRESENÇA INDÍGENA NA HISTÓRIA

Ao se estudar a sutil produção historiográfica sobre os povos indígenas do Piauí, é bastante comum encontrar estereótipos sobre os indígenas propagados em boa parte das produções não especializadas a nível nacional, descritos como seres de um passado distante, como se fossem fósseis e, portanto, sem direito à contemporaneidade, ao presente. Este processo de invisibilização e estereotipação dos povos indígenas não se deu apenas no Piauí, constituindo um processo nacional que se tornou robusto a partir da criação do

Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, que apresentava enquanto tarefa primordial a criação de uma identidade nacional homogeneizadora para o recém-nascido Estado Nacional Brasileiro, um projeto para construção de uma história brasileira “civilizada”.

Nesse contexto, os indígenas foram objetos dos debates sobre a formação do Brasil, marcados pelos discursos científicos sobre a classificação dos povos em escalas evolutivas, pela noção de raça. Embriagados por esses discursos classificatórios, a literatura do período também se propôs a enfatizar a presença indígena em suas obras. Assim, o indianismo romântico foi responsável por difundir a ideia do “bom selvagem”, encabeçado, sobretudo, pelos livros de José de Alencar, tendo destaque *O Guarani* (1857) e *Iracema* (1865). Nessas obras, o indígena aparece sempre marcado pelo antagonismo do aliado *versus* o inimigo, do Tupi *versus* o Tapuia, sendo visto de forma passiva dentro do processo de formação nacional. Essas narrativas também contribuíram para o apagamento desses grupos ao longo da história: em *Iracema*, é retratada a morte do indígena e o nascimento do Brasil a partir de sua morte, símbolo da miscigenação.

A problemática dessa narrativa traz consequências até os dias atuais, pois vê-se o indígena como um sujeito que estaria morto no passado, engolido pelo avanço colonizador ou pela lógica da miscigenação. Em suma, o século XIX construiu, em diferentes espaços, como no IHGB e na literatura, o lugar dos povos indígenas no passado. Sendo assim, não haveria presente e nem futuro para esses sujeitos. Que farsa bem construída!

No Piauí, o cenário não foi diferente. Profundamente marcados pelo papel de destaque do Estado nas pesquisas arqueológicas lideradas pela arqueóloga Niède Guidon, sendo considerado o berço do homem americano, a história do Piauí quando trata dos povos indígenas, se limita bastante

aos indígenas “pré-coloniais” e sua extinção com o avanço da colonização portuguesa.

Niède Guidon, no prefácio ao livro *História dos índios do Piauí*, organizado pelas historiadoras Claudete Dias e Patrícia de Sousa Santos, relata que “a colonização foi violenta, as tribos foram massacradas e deles quase nada restou” (GUIDON, 2016, p. 15), visões simplistas que ignoram a presença e luta contemporânea desses sujeitos, mais do que isso Guidon por ser uma das mais destacadas arqueólogas do Brasil e mundo, está inserida no meio de produções acadêmicas sobre as populações indígenas no tempo presente, e ainda assim reproduz o discurso do extermínio, ignorando no papel e na realidade as mobilizações indígenas do Piauí contemporâneo.

Não é possível negar a brutalidade e o genocídio perpetrado contra esses grupos pelos colonizadores, entretanto, é importante destacar que a sua história não pode ser encerrada na morte, sendo necessário destacar as diferentes formas de agenciamento utilizadas pelos indígenas que sobreviveram, seja através da guerra, da negociação, das alianças e da política. Sem contar essas histórias, estaríamos ajudando a silenciar e apagar as lutas dos que sobreviveram. Esses indígenas, portanto, não são fósseis. São sujeitos também do presente, que se articularam historicamente em busca de seus direitos e que, atualmente, continuam a lutar por isso. Dessa maneira, o discurso de Niède Guidon corrobora com a historiografia piauiense ao entender os povos indígenas do Piauí somente como fósseis, silenciando no presente o papel ativo das populações originárias piauienses.

Sendo assim, nas obras do historiador piauiense Joaquim Ferreira Chaves, notabilizado somente como Monsenhor Chaves, com destaque para *O índio no solo piauiense* (1953), o discurso da extinção é muito presente, estruturado pela ideia de que a história das relações entre indígenas e não-in-

dígenas no Piauí foi marcada apenas pela violência armada e simbólica, especialmente dos segundos sobre os primeiros. Na visão de Chaves, os indígenas eram mais fracos e foram aculturados, ou seja, engolidos pela civilização, pela “cultura mais forte”, perdendo sua identidade ao entrar em contato com os brancos. Segundo o autor:

As tribos mais aguerridas foram aniquiladas ou expulsas do nosso território. As mais fracas se acomodaram à convivência com o usurpador, disto resultou o lastro da mestiçagem, que é a base do nosso potencial étnico, ainda em franco processo de caracterização. (DIAS, 2016, p. 55 *apud* CHAVES, 1953)

Chaves (2016) lê as culturas indígenas por uma lógica de aculturação, as compreendendo como fracas e fadadas ao desaparecimento após o contato com a cultura “forte” do homem branco colonizador. Sob este viés, outro historiador importante para a historiografia piauiense, Odilon Nunes, trabalhou com a tese de que o território piauiense se estabeleceu como corredor migratório, pois “como consequência de sua bacia hidrográfica, o Piauí sempre foi um corredor de migrações” (Dias, 2016, p. 81 *apud* Nunes, 1983). Nesse sentido, o território piauiense teria sido um corredor de passagem dos povos indígenas, não constituindo, portanto, um lugar de morada, de habitação fixa e de formação de sociedade até a chegada fundadora dos colonizadores.

Vistos em um passado remoto para o historiador, os povos originários do Brasil eram inferiores e os mais atrasados dentre as comunidades nativas da América, sendo considerados decadentes, ainda que conseguissem ter relevância após o contato com o colonizador. Segundo afirma o autor, “presume-se que o Brasil foi primitivamente habitado por grande população de cultura ínfima e de baixo valor na escala antro-

pológica” (Dias, 2016, p. 84 *apud* Nunes, 1983). O pensamento do historiador piauiense segue a tradição historiográfica do IHGB, uma vez que entrecruza com a narrativa de Francisco Adolfo Varnhagem (1854), o principal nome do Instituto Histórico Brasileiro. Para Varnhagem assim como Nunes, os indígenas do Brasil eram decadentes com relação às “civilizações superiores” como os Incas, Maias e Astecas, Varnhagem utilizou-se do termo *degenerado* para se referir aos povos indígenas de sua época.

As visões hierárquicas de grupos sociais apresentadas por historiadores como Odilon Nunes representam o racismo científico iniciado a partir do nascimento das ciências históricas no século XIX, que classificavam grupos humanos em *primitivos x evoluídos*, contribuindo para a marginalização desses sujeitos, tendo suas culturas consideradas inferiores, dando ênfase ao colonizador europeu e constituindo uma visão eurocêntrica da história piauiense.

Nessa seara, cabe, ainda, destacar os trabalhos do historiador Moysés Castello Branco que, em sua obra *O índio no povoamento do Piauí* (1984), retrata, assim como os seus antecessores, os indígenas a partir da perspectiva das perdas, ou seja, da aculturação. Perdia-se, assim, a “autenticidade” da identidade indígena ao entrar em contato com a população não-indígena. Integrados à população rural nos sertões do Piauí, estes indígenas se tornaram “caboclos”⁶ vaqueiros (Dias, 2016, p. 64 *apud* Castello Branco, 1984). Ao longo do século XIX e com a entrada do período republicano, boa parte da população e da ação político-intelectual corroborou a

6. Aqui faz-se necessário destacar o termo Caboclo, largamente utilizado durante o período colonial para se referir aos indígenas que viviam em integração com o mundo colonial, porém no século XIX o termo ganha outros significados a partir dos interesses das elites latifundiárias locais em tomar os territórios indígenas, caboclos vão ser indígenas confundidos com a massa local, ou seja, miscigenados.

narrativa do extermínio indígena no Piauí, ao identificar seus descendentes como mestiços ou caboclos. O caboclo piauiense seria o vaqueiro ou sertanejo, que expropriado de suas terras serviu de mão de obra para fazendeiros locais.

Em comum, Monsenhor Joaquim Chaves (1953), Odilon Nunes (1983) e Moysés Castello Branco (1984) fizeram uma leitura aculturalista da presença indígena no Piauí. Para eles, o indígena misturado não seria mais “verdadeiro”, ou seja, “puro”, pois perderia seus traços culturais e identitários. Nesse sentido, a miscigenação seria um dos meios de extinção dos povos indígenas do Piauí. Essa perspectiva da aculturação foi superada enquanto escopo teórico para pensar as relações interétnicas. Os estudos histórico-antropológicos têm enfatizado o caráter plural das culturas e sua dimensão relacional, abandonado a ideia de “perda” e de “pureza” (Oliveira, 1997).

Para o professor João Paulo Peixoto Costa (2011), a narrativa do extermínio serviu para continuar a matar os indígenas no presente. Ao focar apenas nas violências, tais discursos estendem para além do papel a invisibilidade contemporânea desses grupos e de suas lutas por direitos como educação, saúde e demarcação de seus territórios.

As consequências matizam a realidade da vida desses grupos que são marginalizados cotidianamente pela sociedade. Por conta disso, o Piauí foi o último estado brasileiro a reconhecer a presença indígena em seu território e, ainda, existem muitas comunidades que estão em busca de seu reconhecimento étnico perante a FUNAI, a exemplo dos Akroá Gamella da Baixa Funda, com cerca de 300 pessoas, localizados nos municípios de Uruçuí e de Baixa Grande do Ribeiro, cuja liderança se dá pela indígena Maria da Conceição Sousa que, desde 2005, busca junto à FUNAI o reconhecimento do seu povo e a demarcação de seus territórios. Anos se passaram desde a primeira reivindicação feita por Dan e a invisibilidade

de seu povo e sua história continuava da mesma forma: silenciados pelo poder político local. Sua luta só foi ganhar visibilidade a partir de 2019. Segundo Dan, o processo da luta pelo reconhecimento étnico e da história indígena dos Caboclos Akroá-Gamella se deu da seguinte maneira:

Olha pra começar, como eu falei pra você em 2005 a gente já pediu a FUNAI que estava no estado do Piauí, foi enterrado só tá lá os registros e não fizeram nada pela gente, tipo rodei várias vezes, aqui no município desde 2000 que a gente luta pra manter essas famílias lá que são indígenas e não tinham pra onde ir e ela nunca foi resgatada essa história no poder político e também dentro da nossa sociedade civil porque quem estava em frente eles não tinham sangue de índio pra jogar a História indígena pra fora pra ser reconhecido (Sousa, 2020).

Outra grande consequência da invisibilização da presença desses grupos étnicos no Piauí pôde ser vista durante a pandemia de Covid-19. Os povos indígenas do Estado foram excluídos dos grupos prioritários do Plano Nacional de Vacinação contra Covid-19. Somente em abril de 2021, a partir da luta e reivindicação do movimento indígena e com o apoio de pesquisadores e ativistas da causa, que eles foram incluídos. No entanto, muitos povos indígenas sofreram racismo, como o caso das comunidades Guegue do Sangue e Caboclos Akroá Gamela de Uruçuí-PI, que constantemente têm sua identidade indígena questionada. Exemplo disso foi a veiculação de uma matéria de um programa de jornalismo de uma TV local propagou a falácia de que em Uruçuí não existia mais indígenas, pois estes teriam sido exterminados ainda durante a colonização, e que os povos indígenas atuais que conseguiram o direito a vacinação não passavam de oportunistas, o que fez com que as comunidades indígenas de Uruçuí sofressem insultos por parte de outras pessoas.

Em resposta a tais conteúdos audiovisuais, lideranças Gueguê imediatamente se mobilizaram e, conjuntamente com professores/as e colaboradores/as do Grupo de Trabalho Índios na História/ ANPUH-Seção Piauí lançaram uma “Nota de repúdio ao Jornal da Noite e Jornal da Tropical (TV TROPICAL FLORIANO - PI BARÃO - MA) por reportagem caluniosa e falas racistas contra os povos indígenas de Uruçuí-PI”⁷. Além do racismo, a invisibilidade da presença indígena contemporânea no Piauí retarda a efetivação de políticas públicas específicas para esses grupos, como educação escolar indígena, saúde indígena e demarcação de territórios.

CONFRONTANDO O EXTERMÍNIO: PROTAGONISMO INDÍGENA NA HISTÓRIA DO PIAÚÍ

Pensando a partir das novas perspectivas de análise sobre o lugar do indígena dentro da História, dos bastidores ao palco principal, Maria Regina Celestino de Almeida (2010) ao debater sobre a ressignificação das concepções teóricas de cultura, identidade e tradição, Costa (2011) interliga seu pensamento com o de Almeida (2010), pois compreende tais categorias históricas não como fixas no tempo, incapazes de se modificarem, mas dinâmicas e móveis, capazes de serem ressignificadas de acordo com cada contexto histórico e com as necessidades dos grupos sociais envolvidos.

No caso dos povos indígenas, suas identidades foram construídas e desconstruídas a partir do contato com o outro, mesmo que tenha sido por um longo processo violento. Suas culturas, por outro lado, passaram por apropriações como

7. A “Nota de repúdio ao Jornal da Noite e Jornal da Tropical” está disponível em: <https://www.instagram.com/p/CP9FaNBIE79/> . Acessada em: 07 de Out. de 2022.

uma forma de resistir à colonização: incorporar elementos do mundo não indígena não significa, pois, tornar-se aculturado, um “índio misturado”, mas, sim, uma forma de sobreviver às diversas situações que perpassam. Essa narrativa serviu para consolidar o dualismo entre indígena puro e o indígena misturado, levando à ideia de pureza racial. Para Almeida (2010):

A ideia de que os grupos indígenas e suas culturas, longe de estarem congelados, transformam-se através da dinâmica de suas relações sociais, em processos históricos que não necessariamente os conduzem ao desaparecimento, permite repensar a trajetória histórica de inúmeros povos que, por muito tempo, foram considerados misturados e extintos. (Almeida, 2010, p. 23)

Assim, Costa (2011) e Almeida (2010) convidam os historiadores a repensar uma história indígena a partir do papel de agência desses sujeitos, desconstruindo a perspectiva dos povos originários como passivos engolidos por uma cultura superior, entendendo que a resistência desses povos foi muito além das guerras físicas, ultrapassando as barreiras do mundo colonial e pós-colonial através de suas articulações. Seja nos aldeamentos, nas vilas ou nas câmaras, os indígenas sempre estiveram aqui, só não foram evidenciados pela História escrita.

A partir do exposto, é pertinente destacar que essa metamorfose teórica e metodológica que a História Indígena proporcionou a historiografia e a etnografia, se deu por meio dos estudos pioneiros e interdisciplinares entre a História e Antropologia, alavancado por um dos maiores nomes da história indígena John Manuel Monteiro que a partir do seu mais popular trabalho *Negros da terra* (1994) buscou entender as dinâmicas de interação política e econômica a respeito da mão de obra indígena, o trabalho de John foi pioneiro em evidenciar a atuação indígena inseridos no mundo colonial.

Atualmente, tem se destacado dentro da Historiografia Piauiense trabalhos voltados para o resgate de uma História Indígena no Piauí que foque nos processos de agência dos povos indígenas do Piauí, desde a colonização até os tempos atuais. Nesse sentido, é basilar citar os trabalhos produzidos a partir do Grupo de Trabalho “Os indígenas na História” – Seção Anpuh-PI – que atuam juntamente com o movimento indígena garantir a ocupação desses sujeitos na História, os trabalhos da professora e antropóloga Carmen Lúcia Silva Lima, coordenadora do Laboratório do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia - PNCSA/UFPI⁸ e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Etnicidade - NEPE/UFPE, uma das mais importantes pesquisadoras sobre o processo de emergência étnica no Piauí e Helene Karoline Tavares que, em 2020, defendeu sua monografia sobre as mobilizações indígenas das comunidades Tabajara e Tapuio de Nazaré do Piauí e Kariri de Queimada Nova, intitulada: *Etnicidade e Mobilização Social Indígena: estratégias de reivindicação e demarcação das áreas indígenas no Estado do Piauí (1990 - 2019)*, 2020.

O Piauí tem, atualmente, 27 comunidades indígenas organizadas, de 10 etnias/povos (Tabajara/Tapuio, Tabajara Alongá, Tabajara Ypy, Guajajara, Warao, Kariri, Gamela, Akroá Gamela e Guegue), distribuídos em 10 municípios, totalizando 7198 pessoas/habitantes, como demonstra o Mapa dos Povos Indígenas no Piauí.

8. Em maio de 2019, Deusa e seu irmão, Raimundo Delmiro, participaram de uma atividade do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/UFPI, na localidade de Barra do Correntim, zona rural de Bom Jesus/PI#. A oficina tinha como objetivo realizar a cartografia social do território dos Gamela dessa região, que abrange os municípios de Bom Jesus (Barra do Correntim), Baixa Grande do Ribeiro (Morro D'Água), Currais (Pirajá e Prata) e Santa Filomena (Vão do Vico/Sete Lagoas). Participar dessa atividade teve um significado especial nos relatos do casal de irmãos, pois provocou uma aproximação deles com outros povos, grupos e instituições que participaram do encontro (BOLETIM, 2020), ao compartilharem a própria história de sua família.

Segundo o Censo Demográfico do IBGE de 2022, o número de municípios no Piauí que possuem população indígena cresceu significativamente desde 2010. No último censo, foi registrado que 122 municípios (ou aproximadamente 54,46% do total) possuem autodeclarações de pessoas indígenas. Já em 2022, o número de municípios com registro de população indígena aumentou para 157, o que representa agora 70,08% do total de municípios do estado.

Esse aumento pode ser atribuído à maior conscientização da população sobre a importância da autodeclaração, além de políticas públicas que visam a valorização e reconhecimento das comunidades indígenas. No entanto, apesar desse avanço, ainda há muito a ser feito para garantir a inclusão e respeito aos direitos dos povos indígenas, como o acesso à saúde, educação, terras e recursos naturais.

Nas últimas décadas, têm se destacado no Piauí diferentes mobilizações étnicas em torno da busca de seu reconhecimento, da luta por seus territórios e direitos indígenas. Essas mobilizações começaram a ocorrer por volta do início dos anos 2000 com os Tabajara-Tapuio e os Caboclos Akroá Gamela da Baixa Funda que, em 2005, já se declararam indígenas e buscavam por visibilidade junto ao órgão indigenista FUNAI. No entanto, suas reivindicações não foram ouvidas e só ganharam notoriedade anos depois quando a liderança dos Caboclos Akroá Gamela, Maria da Conceição Sousa (Dan), juntamente com o seu povo, escreveu um abaixo assinado⁹, em 2019, expondo o processo histórico de violência que sofriam devido ao avanço do agronegócio na região. De acordo com o documento:

Nós, abaixo-assinados, lavradores e residentes na comunidade Baixa Funda viemos afirmar a nossa identidade indígena e

9. OFÍCIO (Carta e Abaixo-assinado) da Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Baixa Funda (APPEBAF), À Coordenação Regional Nordeste II – FUNAI, em Fortaleza – CE, Uruçuí – PI, 30 de setembro de 2019.

solicitar o acompanhamento da FUNAI, direito assegurado na legislação brasileira. Historicamente, temos sido expulsos do nosso território indígena e tivemos que nos mudar para outra área de terra, que fica pareada à nossa, separada apenas pelo rio que fica no meio. Novamente estamos sendo expulsos pelos latifundiários. Informamos que os indígenas caboclos, como somos conhecidos, vivem Riachão dos Paulo, Riachão dos Castro, Baixa Grande do Ribeiro, Palmeira do Piauí e Uruçuí, no estado do Piauí. Reafirmamos que estamos sofrendo um processo de expulsão e por esta razão nossos parentes têm se refugiado em outras comunidades, pois os latifundiários já chegaram desmatando e queimando toda a lavoura que havia em nossas terras. Os indígenas têm sido expulsos sem a chance de se defender ou explicar a importância de permanecer no território ancestral. No ano de 1995, algumas famílias voltaram a ocupar suas terras e novamente foram expulsas através de ameaça por parte da polícia e dos latifundiários, vários crimes bárbaros foram cometidos dentro de nosso território. No ano de 2012, mataram e queimaram um dos nossos parentes. Temos todas as provas necessárias para comprovar o nosso pertencimento étnico. Diante do exposto, solicitamos com urgência a presença da FUNAI para que possamos dialogar, contar nossa história e avançarmos na organização do nosso povo. Devido a situação de conflito, pedimos em regime de emergência, que sejam adotadas a medida necessária a demarcação de nossa terra, pois esse é um direito estabelecido na Constituição para os povos indígenas. (Ofício, 2019)

Somente em agosto de 2020, o Piauí reconheceu a existência de povos indígenas no Estado, a partir da promulgação da lei de Nº 7.389. Fruto da reivindicação dos povos indígenas, essa lei tem sido um dos instrumentos do movimento indígena piauiense para a aquisição de direitos. A primeira conquista foi a titulação da terra dos Kariri, da comunidade Serra Grande, município de Queimada Nova, no ano de 2020. Os Tabajara de Piripiri e os Tabajara do município de Lagoa de São Francisco foram os outros dois povos que adquiriram a

titulação de terra do Estado. Vale ressaltar que não se trata de terras demarcadas, atribuição da FUNAI, mas essas titulações são importantes conquistas, fruto da intensa mobilização dos povos indígenas do Piauí por seus direitos.

O movimento indígena no Piauí está ganhando cada vez mais fôlego e, no dia 23 de julho de 2022, organizaram a III Assembleia dos Povos Indígenas do Piauí, reunindo as 8 etnias indígenas do Estado para discutir pautas importantes para a promoção de seus direitos, como a saúde indígena, a educação escolar indígena, a demarcação de territórios e melhores condições de vida (Ata da III Assembleia dos Povos Indígenas do Piauí, 2022, p. 01, 2022). De acordo com as informações contidas na ata da III Assembleia dos Povos Indígenas do Piauí:

Aos vinte três dias do mês de julho de dois mil e vinte e dois (23/07/2022), aconteceu na cidade de Uruçuí – Piauí, a III Assembleia dos Povos Indígenas do Piauí- “Nossa luta é por terra, saúde e educação” evento realizado pela APOINME- Articulação do Povos e Organizações do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo. Iniciou com o ritual do toré e benção do local, apresentação e fala de abertura da equipe organizadora da Assembleia e leitura da programação, e apresentação das Organizações e Órgãos públicos que apoiam o movimento, comunidades indígenas e etnias, composição da mesa pela liderança indígena de cada comunidade. A assembleia iniciou-se colocando a explanação do contexto atual dos povos indígenas do Piauí apresentado por cada liderança indígena, assim como o coordenador da Apoinme Microrregião do Piauí cacique Henrique representando os povos tabajaras e tapuío de Lagoa de São Francisco-PI. Iniciou apresentando o contexto atual da sua comunidade e do seu povo, onde há muito tempo estão na luta por terra, saúde e educação, e recentemente conseguiram a doação do estado do Piauí de 160 hectares, a construção do primeiro museu indígena, que está sendo construído na comunidade que servirá para guardar a história dos povos indígenas do

Piauí, ainda segue na luta por saúde indígena e educação (Ata da III Assembleia dos Povos Indígenas do Piauí, 2022, p. 01).

Tais fatos evidenciam que, mesmo diante da insistência de parte da historiografia piauiense em defender a crônica da extinção, os povos indígenas do Piauí continuam lutando por visibilidade e por seus direitos, reafirmando que a ideia de desaparecimento é uma falácia. Ainda se faz necessário destacar o protagonismo das mulheres indígenas nesse processo de retomada identitária e luta do movimento indígena. Destacaremos a atuação de duas lideranças, mulheres indígenas, Delzenir Pereira Borges (dona Deusa) e Maria da Conceição Sousa (dona Dan). Dona Deusa é líder da comunidade indígena dos Gueguê do Sangue, presidenta da APISU (Associação dos Povos Pró-Índio de Uruçuí-PI). Ela e sua comunidade narram que são descendentes da indígena sobrevivente de um massacre promovido pelo Tenente-Coronel João de Rego Castelo Branco, ainda no século XVIII, contra o povo Gueguê. Sobre o massacre, dona Deusa relata:

A luta dessa terra ela se estende desde o massacre, 1764, já aquele massacre aconteceu, já pra tomar essa terra, e daí então é todo tempo dessa forma, a minha tataravó foi criada nessa luta, minha bisavó nasceu nessa luta, minha avó, veio pra minha mãe, hoje tá comigo, sempre mulher nessa luta. (Santos, 2021)

Já a indígena Dan é liderança dos Caboclos Akroá Gamela da Baixa Funda, sindicalista, assentada e agricultora familiar, foi ex-presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Uruçuí e é presidenta da Associação dos pequenos produtores rurais da Baixa Funda, luta desde 2005 pelo reconhecimento étnico de seu povo. Dan e dona Deusa compartilham memórias de sangue e de luta contra a expropriação dos territórios dos seus povos. Ambas relatam que foram

expulsas de seus territórios ainda crianças, durante a década de 1970, período do auge da Ditadura Civil-Militar e da implantação da modernização agrícola na região, no qual houve um grande incentivo a ocupação de áreas consideradas vazias e improdutivas para implantação da agropecuária, garimpo e construção de usinas hidrelétricas.

As comunidades étnicas dessas mulheres tiveram suas terras tomadas por latifundiários e grileiros, atualmente elas lutam pela retomada de seus territórios. Em setembro de 2021, Dan e dona Deusa participaram do *I ENCONTRO DE MULHERES INDÍGENAS DO ESTADO DO PIAUÍ* como lideranças indígenas femininas de suas comunidades, representando a luta das mulheres indígenas da região de Uruçuí na luta pela terra e pelos direitos enquanto mulheres indígenas. Segundo o relatório do encontro o seu principal objetivo era:

O evento teve como objetivo tratar de políticas públicas voltadas para mulheres indígenas, empoderamento da mulher, autonomia, luta, resistência, espiritualidade e preservação do meio ambiente. Para essas grandes guerreiras já é uma grande conquista que a século lutam contra diversas violências de seus corpos e mentes, sem contar nos atuais retrocessos políticos e sociais que vêm ocorrendo no Brasil. (Relatório do I Encontro de Mulheres Indígenas do Estado do Piauí, 2021)

O extrato acima demarca o protagonismo feminino indígena na luta pela terra no território piauiense, marcando de forma expressiva as primeiras mobilizações sociais em torno dos direitos das mulheres indígenas no estado. A intrínseca relação entre corpo e território é presente nos debates relacionados aos encontros regionais e nacionais que se articula entre as indígenas mulheres.

METAMORFOSES INDÍGENAS¹⁰ NO PIAUÍ: O PROCESSO DE ETNOGÊNESE DAS COMUNIDADES INDÍGENAS GUEGUÊ DO SANGUE E CABOCLOS AKROÁ GAMELLA

O processo de etnogênese se refere a um termo usado pelo antropólogo João Pacheco de Oliveira (1998) que significa a mobilização dos grupos indígenas capazes de reconhecer a sua identidade a partir do compartilhamento de memórias, símbolos, danças, rituais, músicas e dentre outras formas de representação e manifestação de suas etnicidade. O termo representa um resgate ancestral, destacando o papel da memória entre os povos originários que atua como um importante instrumento na formação de identidades: uma vez que ela é repassada pela oralidade, a ligação com os ancestrais se dá por meio dela.

Ao preservar e se conectar com suas memórias e histórias, os povos indígenas conseguem se identificar enquanto coletivos étnicos. Para Arruti (1995), as emergências são marcadas pelo “resgate de uma memória e pela reescritura de suas histórias. É o sucesso ou não das novas gerações em reconstituir sua História que tem determinado o sucesso do empreendimento cultural e político da emergência” (Arruti, 1995, p. 85). Dessa maneira, a memória foi um fator imprescindível para a reafirmação da identidade indígena de Dan e dona Deusa, pois as memórias que são relacionadas aos seus ancestrais que a partir do contato com seu território reforçaram o pertencimento étnico de suas comunidades.

As marcas que Dan e dona Deusa carregam em seu corpos

10. Termo utilizado por Maria Regina Celestino de Almeida (2010) para compreender o processo de rearticulação identitárias e modificações culturais dos povos indígenas, a partir da perspectiva do papel agente dos indígenas, rompendo com o simplismo de perdas e ganhos, ou seja, rompendo com a perspectiva assimilacionista.

são marcas de sangue, marcas de luta, são marcas que reafirmam o seu pertencimento étnico ao fazer ressurgir suas memórias sobre a vida e sobre a história do seu povo, Dan e Deusa fazem uma viagem de volta a suas origens, aqui atribuindo o título do livro do Antropólogo João Pacheco de Oliveira (1999) em que a metáfora presente nessa frase “a viagem de volta” faz parte de um dos versos do poeta piauiense Torquato Neto, que traz referência a uma prática costumeira de mães que enterram o umbigo dos seus filhos recém-nascidos como uma forma de mantê-los sempre ligados a ela e a sua origem, ou seja, a sua terra (Oliveira, 2016, p. 214-215) e é dessa mesma forma que os indígenas Caboclos Akroá-Gamella e Gueguê, se sentem com relação ao seu território: é nele e através dele que conseguem a ligação com seus antepassados, suas histórias e trajetórias; é no seu território que estão presentes as marcas de sangue das lutas travadas, é nele que estão enterrados os seus antigos parentes e é por meio dele que podem se aproximar da sua identidade étnica.

A relação de pertencimento étnico se dá através da volta a um lugar, um território. A memória compartilhada resgata o contato com as suas origens identitárias. Segundo Dan, desde pequena ouvia de sua avó e mãe os relatos de que haviam, “cabocos’ no vale do rio Uruçuí-Preto. De acordo com ela:

Esses cabocos, durante esse vale do rio Uruçuí preto, só o que a gente ouvia falar no caboco, caboco mas minha mãe falava que era caboco, eles são os cabocos, aliás nesses cabocos, eles renderam muito como um bocado foram embora ficou a minha avó é que diz a nossa família, família Sousa. eai eles falavam que tinham caboco, esses cabocos era nossa família, aonde minha mãe ainda é viva, minha mãe amostra o cemitério onde é enterrado meus avós, bisavós, tia, tio lá são diferente o cemitério é no pé da Serra. (Sousa, 2020)

É importante destacar que o termo “caboco” mencionado por Dan em seus relatos, foi ao longo da história ressignificado de acordo com os interesses dos grupos que o utilizaram no período colonial, caboclo significava em francês o mesmo que índio e também era usado para nomear como indígenas batizados. Durante o século XIX, o termo caboclo foi utilizado para designar e classificar os indígenas “misturados”, servindo como forma de apagamento da identidade indígena, sobretudo no Nordeste. Segundo Porto Alegre (1994):

Identificada etnicamente como o mestiço de origem indígena é menos uma categoria social concreta e muito mais uma construção ideológica, que se cristalizou em meados do século XIX, como forma de negar a identidade do índio e seus direitos, pela via da dominação cultural, em substituição à violência militar e à coerção do Estado. (Porto Alegre, 1994, p. 21)

Portanto, o termo *Caboclo* nada mais foi do que uma estratégia política para o apossamento das terras indígenas através do apagamento de sua identidade, justificando, assim, a negação dos seus direitos e a existência de populações indígenas em áreas de interesse, baseada na ideia do extermínio e da assimilação dos povos Indígenas, como aconteceu no Piauí, e servindo de base para a intensificação da atividade agropecuária pelos latifundiários ao longo do século XIX. No entanto, no caso dos Akroá-Gamella do Vale Rio Uruçuí-P, houve um processo de reapropriação do termo, que passou de sinônimo da perda da identidade indígena para fazer parte de um elemento da própria identidade étnica de um povo, a estratégia dos Caboclos Akroá-Gamella mostra o quão dinâmica são as identidades e sua capacidade de ressignificação.

No caso dos Gueguê do Sangue, havia na memória familiar de dona Delzenir a história de um conflito entre indígenas e bandeirantes no Estado, que gerou um massacre duran-

te a expedição militar liderada pelo Tenente coronel João de Rego Castelo Branco que, além de atear fogo na aldeia indígena, matou aqueles que resistiram. Por isso, o nome do povoado faz referência ao banho de sangue que ficou marcado nas águas do riacho.

O fato ocorreu entre os anos de 1764 e 1765, sobrevivendo desse massacre apenas uma mulher indígena, da qual uma família do povoado, família de dona Deusa, afirma ser descendente. O relato contado por dona Delzenir, por sua mãe, por sua avó e por outros familiares é que descendem da “índia braba”, a que foi “amansada” e levada como prisioneira para uma fazenda, após o conflito entre bandeirantes e indígenas.

Dessa maneira, dona Delzenir relata como ocorreu o acontecimento de acordo com o que lhe foi repassado ao longo de sua infância: segundo ela, a história da matriarca de sua família é de resistência e marcada por luta, porém, mais do que violências, dona Deusa reapropria a memória de um massacre para fortalecer seus laços de pertencimento ancestral. A partir do relato da expedição encontrado no Arquivo Ultramarino, os Gueguê confrontaram a história oficial que afirmava o extermínio de sua comunidade ainda no período colonial. De acordo com dona Deusa, o relato da indígena sobrevivente:

A mulher a qual eu descendo, ela é o começo da história, ela é chamada Maria, isso há mais ou menos 257 anos atrás, aonde ela resistiu no meio de um massacre e ficou uma menina de aproximadamente 10 anos, sozinha, eu acredito que isso tenha sido um milagre no meio de tanta violência e vem vindo na família de geração a geração, ela mesmo não tendo sido nem batizada, foi criada numa senzala é hoje onde fica localizado a cidade de Antônio Almeida, no município de Antônio Almeida e lá ela teve uma filha por nome Maria Simplicia, que é a minha bisavó e a minha avó, Filomena Maria Joaquina, eu defendo ela, eu tenho que resistir é pra ver a história dela, que ela nos passa-

va, quem passou toda essa história foi o meu pai, a minha avó Filomena é que sabiam da história, foi os passado, eles passaram pra eles e foi passando de geração a geração essa história. (Delzenir Pereira Borges, 2021)

Nesse sentido, ao se cruzar as fontes escritas com as fontes orais, como no caso do relato de dona Deusa Guegue, é possível captar as permeabilidades que são trazidas pela oralidade e pela memória. Esse relato desafia a narrativa da historiografia do Piauí em relação às populações indígenas, revelando as várias formas de violência que historicamente afetam esses grupos, os quais, por meio da tradição oral, resistem à marginalização étnica de seu povo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta de Dan e Deusa simboliza a trajetória histórica de luta das mulheres indígenas. É fruto dos anseios das próprias comunidades às quais pertencem e que, diante das violências físicas e simbólicas, confrontam o duplo apagamento, da história enquanto narrativa e das políticas públicas, enquanto sujeitos de direito específicos. Atuam fortemente contra o avanço da grilagem, do desmatamento ilegal e da predação dos recursos naturais do cerrado, confrontam diretamente o agrogonégio que impacta a vida e a saúde de muitos povos indígenas. Para dona Dan o seu principal papel na luta pela terra é:

Olha é assim, eu como mulher indígena, a minha conquista e a minha paixão maior que eu tenho, é a terra, é a agricultura familiar. O meu papel é gostar de ir pra agricultura familiar, é ver todo mundo de barriga cheia as pessoas, que a terra é que dá nossas comidas nós plantar para produzir naquela terra, se nós não tem a terra, nós não temos vida boa, nós temos vida ruim. (Sousa, 2021).

Já para dona Deusa o seu papel como liderança feminina indígena na luta pela terra é:

Ser liderança indígena não é fácil, a retomada da terra é uma coisa muito difícil, precisa ter coragem porque aí vem o conflito, no qual você tem que ter, é... Ser muito segura de si, saber o que tá fazendo, que você vai encontrar com gente armada, você vai encontrar com muita dificuldade (...) importância e o legado a deixar pras gerações futuras é essa luta porque eu me espelhei no passado da minha família eu sempre eu digo que eu me espelho muito no passado da minha mãe, da minha avó, viu?! E as gerações futuras tem que espelhar de alguém que foi líder (...) A terra, essa terra, é a conquista dessa terra, pra mim hoje na minha geração de hoje, é um sonho a ser realizado, eu acredito que em breve, eu enquanto viver, eu acredito que vou seguir nessa conquista dessa terra mas hoje eu sinto que estou próximo de resolver, a gente sente é uma coisa da natureza. (Borges, 2021).

O resgate ancestral feito por Dan e dona Deusa, através de suas memórias, culminando no processo de emergência étnica ou etnogênese, mostra que as metamorfoses indígenas são parte de séculos de resistência, seja nos aldeamentos, nas vilas, câmaras, constituições, os indígenas sempre estiveram presentes articulando para se manterem vivos, as emergências étnicas observadas no Piauí e neste trabalho, confrontam a história oficial ao evidenciar a trajetória de agência dos povos indígenas no Piauí que se moveram historicamente para lutar e garantir seus territórios.

Afirmar que os indígenas no Piauí estão mortos, é uma crônica e não passa de um mito propagado pela historiografia tradicional, pois estes “reexistem” diariamente lutando por melhores condições de vida. Deve-se, portanto, entender esses sujeitos não como meros ouvintes de sua História, mas como agentes construtores desta, reafirmando no tempo presente que os indígenas do Piauí estão mais vivos do que nunca.

REFERÊNCIAS

ALEGRE, Maria Sylvia Porto. Cultura e História: sobre o desaparecimento dos povos indígenas. **Rev. de C. Sociais**, Fortaleza, V. XXIII/XXIV, N^o (1/2) : 213-225, 1992/1993.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na história do Brasil**. Editora FGV, 2010.

ARRUTI, José Maurício Andion. Morte e vida do Nordeste indígena: a emergência étnica como fenômeno histórico regional. **Revista Estudos Históricos**, v. 8, n. 15, p. 57-94, 1995.

BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho. Da “selva” ao sangue à vida: o discurso historiográfico indígena no Piauí. **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, v. 29, p. 1-17, 2017.

CASTELLO BRANCO, Moysés. O índio no povoamento do Piauí. In: DIAS, Claudete Maria Miranda; SANTOS, Patrícia de Sousa. (Orgs.). **História dos Índios do Piauí**. 2.ed. Teresina: EDUFPI, 2016.

CHAVES, Joaquim Raimundo Ferreira (Pe). **O índio no solo piauiense**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

COSTA, João Paulo Peixoto. (2011). A farsa do extermínio: Reflexões para uma nova história dos índios no Piauí. In Á. Pinheiro & L. J. Gonçalves (Orgs.), **Patrimônio Arqueológico e Cultura Indígena** (p. 140-161). EDUFPI, Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa.

DIAS, Claudete Maria Miranda; SANTOS, Patrícia de Sousa.

(Orgs.). **História dos Índios do Piauí**. 2.ed. Teresina: EDUFPI, 2016.

GOMES, Helane Karoline Tavares. **Etnicidade e Mobilização Social Indígena**: estratégias de reivindicação e demarcação das áreas indígenas no Estado do Piauí (1990 - 2019).2020. Monografia – Curso de Licenciatura Plena em História. Universidade Estadual do Piauí, Teresina, 2020.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Deslegitimação das diferenças étnicas, “cidadanização” e desamortização das terras de índios: notas sobre liberalismo, indigenismo e leis agrárias no México e no Brasil na década de 1850. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 4, n. 8, p. 68-85, 2012.

NUNES, Odilon. Pesquisas para a história do Piauí. In: DIAS, Claudete Maria Miranda; SANTOS, Patrícia de Sousa. (Orgs.). **História dos Índios do Piauí**. Teresina: EDUFPI, 2011.
OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana**, v. 4, p. 47-77, 1998.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

**DESCONSTRUTO SOCIAL DO ILUMINISMO
EUROPEU: O PROTAGONISMO AFRICANO
ATRAVÉS DAS TESES DO ETÍOPE ZERA
YACOB (1599-1692) E DO GANÊS ANTON
WIHELM AMO (1703-1758)**

*Ronald Cavalcante Castelo Branco¹
Karla Beatriz de Melo e Lima²*

INTRODUÇÃO

A sala de aula é um espaço para as diversas construções e paradigmas sobre o presente dos sujeitos envolvidos no ambiente educacional. Postos diante de uma indagação dos estudantes, em uma escola da Prefeitura de Teresina, quando se ministrara uma aula sobre Iluminismo e seus impactos na história, levantou-se a problematização sobre o protagonismo africano na História, quando um estudante perguntou: “Exis-

1. Graduando em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Piauí. Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) de História (UFPI) sob a tutoria do Prof. Dr. Johny Santana. Pesquisador voluntário do Programa de Iniciação Voluntária (ICV/UFPI) em História sob a orientação da Prof. Dra. Cláudia Fontineles. Residente pedagógico do Programa de Residência Pedagógica (RP/CAPES – UFPI) em História sob a coordenação da Prof. Dra. Pamela Michelette.

2. Graduanda em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Residente voluntária pelo Programa de Residência Pedagógica (PRP/CAPES – UFPI) em História sob a coordenação da Prof. Dra. Pâmela Torres Michelette. Bolsista CNPq/PIBIC sob orientação do Prof. Dr. Johny Santana.

tiu algum pensador iluminista que era negro?”. Extasiados com a pergunta, e sem qualquer referência no livro didático, levantou-se essa pesquisa e o esclarecimento desse objeto.

Diante disso, a resposta é sim. Houve dois teóricos que serão nosso objeto de estudo: Zera Yacob³ e Anton Wihelm Amo⁴. Assim como Marc Bloch diante seu filho tentara responder “o que era história?” (Bloch, 1997), nós, como historiadores, definimos tal objeto no intuito de esclarecer e fomentar debate em prol de uma desconstrução colonial sobre a narrativa histórica e quem ela torna protagonista, onde se clareia o sujeito europeu (Voltaire, Rousseau, Locke entre outros) e apagam-se Yacob e Amo.

Isto posto, o artigo tem por objetivos esclarecer sobre o Iluminismo e seus impactos, além de buscar tencionar os trabalhos de pensadores europeus sobre a corrente filosófica e trazer à luz da historiografia problematizações sobre o silêncio em cima dos trabalhos de Anton Wihelm Amo e Zera Yacob e suas contribuições para o movimento iluminista para, assim, esclarecer sobre o protagonismo africano na Educação Básica, favorecendo a construção de um ensino plural e diversificado,

3. Filósofo etíope nascido em 1599, que escreveu diversas teses de caráter iluminista, sendo defensor do anti-escravismo, do feminismo e de uma filosofia pré-agnóstica, morre em 1693 por motivos ainda não muito esclarecidos. Dentre suas teses, há-se destaque para sua obra *Hatäta* (c. 1667) que é comparado ao método cartesiano de Descartes, no entanto, há ausência de pesquisa sobre a sua história e suas contribuições para a história do Iluminismo.

4. Filósofo ganês nascido em 1703 que foi raptado de sua família e vendido como escravizado para um duque alemão, que o batizou e forneceu aparato educacional, diferente do seu irmão foi escravizado no Suriname. Na vida adulta, lecionou em universidades na Europa, e produziu teses diversas em torno do ideal africano como *De Jure Maurorum in Europa* (1727) – “O direitos dos Mouros na Europa”, bem como escreveu teses de confronto ao método cartesiano de Descartes como *De humanae mentis apartheidia* (1734) onde critica a separação entre *res cogitans* (mente) e *res extensa* (corpo) do método cartesiano e o “sentir pela mente”.

compatível com a BNCC, e que permita sensibilizar esse aluno diante do conhecimento histórico, produzindo simpatia e identidade com o sujeitos de África e contribuindo para uma descolonização intelectual da História.

A CONSTRUÇÃO DAS PROBLEMATIZAÇÕES HISTÓRICAS

Os conceitos históricos e suas construções tendem a ser baseados numa ideia de descontínuo, de novas dinâmicas conceituais e historiográficas que estão suscetíveis a reformulações e a críticas ao longo do tempo, o que pressupõe que o ensino de História acompanhe essas problematizações, caminhos, afim de se renovar epistemologicamente.

O ensino de História não está distante disso. O ensino de História não pode estar fundamentado num estatuto de fala consolidada, mas nas pluralidades conceituais que dialogam com investigações de evidências. Analisar historicamente por uma via de fala não é fazer história, é analisar por aquela “via de fala”, é elucidar tal narrativa, é consolidar uma fala dentro do tempo, é criar um “mito histórico” inquebrável e inquestionável, que de forma circular faz com que as narrativas e sujeitos girem em torno do mesmo corpo de conceitos.

O historiador francês Paul Veyne aborda que é preciso um descontínuo, uma forma de renovação epistemológica, pois o historiador sente uma “náusea” histórica, onde certos conceitos consolidados lhe causam incômodo e, como a história tende a esse ineditismo, um conceito não pode abarcar todo a historicidade humana, é preciso das marcas de cada tempo dentro dos conceitos históricos, já que cada tempo possui seus próprios paradigmas e concepções de mundo (Veyne, 1998).

Diante a contextualização, abordar o Iluminismo tencio-

nando os mesmos sujeitos e teatro de operações históricas, a Europa, torna a história não somente europeizada, mas estéril no processo de identidade e na própria construção dos conceitos de liberdade, igualdade e fraternidade, postos pelos inúmeros pensadores iluministas. Como falar de liberdade de expressão, defendida por Voltaire, se a história silencia pensadores como Amo e Yacob? Que história a ser contada e que protagonismo vem à tona?

Desse modo, a negativa desses teóricos é negar a construção coletiva da História, é torna-la objeto do “colonialismo intelectual”, que há muito tempo silencia a dita “história múltipla”, afim apenas da consolidação da defesa do sujeito europeu no centro dos caminhos e da memória coletiva, ou seja, da memória da humanidade, da História, que é muito mais plural e coletiva do que limítrofe aos subsídios intelectuais da Europa.

Com isso, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) entende que o ensino de História tende a ser plural e diversificado, estimulando a interpretação e a autonomia de pensamento, no entanto, que autonomia é essa que limita o pensamento iluminista ao teatro de ações da Europa e amordaça os intelectuais de África? Que espécie de pluralidade há numa tese que consolida o europeu e o mitifica como centro do globo dessa memória coletiva sobre a humanidade e que apaga o africano? É preciso um ensino mais plural e construído sobre o Iluminismo, e se atentando a BNCC, ela evidencia que

A análise é uma habilidade bastante complexa porque pressupõe problematizar a própria escrita da história e considerar que, apesar do esforço de organização e de busca de sentido, trata-se de uma atividade em que algo sempre escapa. [...] Nesse contexto, um dos importantes objetivos de História no Ensino Fundamental é estimular a autonomia de pensamento e a capacidade de reconhecer que os indivíduos agem de acordo com a época e o lugar nos quais vivem, de forma a preservar ou transformar seus

hábitos e condutas. A percepção de que existe uma grande diversidade de sujeitos e histórias estimula o pensamento crítico, a autonomia e a formação para a cidadania (Brasil, 2018, p. 400).

O ensino de História prega as construções históricas por diversas frentes de narrar, ou seja, o conceito histórico é um construto baseado na pluralidade, onde seu desenvolvendo ocorre na criticidade e na consciência histórica acerca de paradigmas, levando para dentro de sala essas problematizações.

Nesse contexto, diversos livros didáticos e na própria formação acadêmica do historiador-professor, lhe é ensinado sobre um protagonismo europeu, e sobre uma “invisibilidade cultural” das vizinhanças da Europa e de construtos intelectuais diferentes. Ora, quais acadêmicos tem qualquer contato com a história de Zera Yacob? A narrativa sobre seus trabalhos ainda hoje é muito limitada, dando-se destaque aos trabalhos do filósofo canadense Claude Sumner (1919-1953) que escreveu dois volumes sobre a filosofia etíope (II e III) dando destaque a Zera Yacob⁵.

Os trabalhos de Anton Wihelm Amo já têm um pouco mais de expressividade, pois lecionou nas academias alemãs e contestou o método cartesiano de Descartes, sendo contemporâneo de François-Marie Arouet (1694-1778), conhecido pelo pseudônimo de Voltaire, teórico defensor da dita “liberdade de expressão”.

Diante essa tutela da academia europeia e do método científico europeu, Anton Wihelm Amo ganha mais expressi-

5. São escassos, referências e trabalhos sobre Zera Yacob, devido à sua ausência do palco de ações da Europa. Nascido e criado na Etiópia, nunca pôs os pés na Europa, por isso uma tamanha negligência diante esse sujeito, que, diferente de Anton Wihelm Amo (que lecionou nas academias da Alemanha) não teve esse contato com as academias da Europa, e sem essa tutela, permanece negligenciado e defendido em raríssimos trabalhos limitados ao campo da Filosofia, nos volumes de Sumner, de *Ethiopian Philosophy* (1976).

vidade diante Jacob, no entanto, se engana quem acha que ele vence esse colonialismo intelectual. São poucas as suas obras traduzidas e quase nulo, os debates da historiografia sobre as suas contribuições para o Iluminismo. Uma das marcas de seu enfrentamento à escravidão e em defesa da liberdade, foi *De Jure Maurorum in Europa* (1727) – “O direitos dos Mouros na Europa” – onde argumentara sobre até que ponto a liberdade e a escravidão dos africanos eram comentes com o corpo das leis do período, como afirmou professor Carlos Eduardo Gomes Nascimento, quando evidencia um argumento de Wiliam E. Abraham (2004, p. 192), afirmando-se que

Residiu aqui, por algum tempo, um africano chamado Antonius Wilhelmus Amo, que pertencia à casa do duque de Brunswick-Wolfenbüttel. Ele dominou completamente a língua latina, com muita dedicação e com grande sucesso estudou aqui na Escola de direito privado. (...) A dissertação com o tema “De Jure Maurorum in Europa”, ou seja, sobre os direitos dos negros africanos na Europa, apropriado ao seu status e circunstância, foi aprovada. A tese fundamentava-se na Lei e na História, em que os reis africanos eram uma vez vassalos do imperador romano e que cada um deles tinha uma patente imperial, que Justiniano também havia concedido. Seu argumento também examinava a questão de saber até que ponto a liberdade ou a servidão dos africanos na Europa, traficados pelos cristãos, estavam de acordo com as leis comumente aceitas naquele momento. (Abraham *apud* Nascimento, 2018, p. 186).

Nessa perspectiva, pergunta-se, os acadêmicos tem acesso a esse tipo de debate? E a resposta é não, pois sequer a obra resistiu ao tempo e ao colonialismo intelectual da Europa, a primeira tese de Amo defendida em 1727 permanece em relatos e na publicação no Jornal da Universidade de Halle (academia onde Amo defendeu a tese na época). Perdeu-se e foi devorada pelo tempo e pelos agentes desconhecidos do “silenciamento”.

Em suma, o colonialismo intelectual põe em cheque, os movimentos que são contrários a hegemonia do teatro europeu e de seus adeptos, muito mais do que contestar esse colonialismo em si, é preciso dar “voz aos silenciados” da História, e por isso, mesmo com ferramentas escassas, produzimos essa pesquisa afim de clarear sobre o protagonismo africano na corrente iluminista.

O ILUMINISMO EUROPEU E SUAS CONTRADIÇÕES

Acerca da problemática exposta sobre o colonialismo intelectual, o Iluminismo Europeu que tratava sobre liberdade, igualdade e fraternidade, em muito, deixara a desejar nesses aspectos, como o caso de Voltaire, que defendera a liberdade de expressão e do sujeito, mas que, no entanto, foi um influente defensor e investidor da escravidão, defendendo que “[...] um povo que trafica seus filhos é mais condenável do que o comprador” (Voltaire, 1963, p. 807), ou seja, um discurso típico de um defensor da escravidão e do colonialismo europeu.

Nessa perspectiva, um outro importante teórico que é amplamente discutido é o inglês John Locke (1632-1704) do iluminismo inglês, que defendeu a ideia do contrato social, e de um acordo entre a sociedade para organização e participação no Estado. Em contrapartida, o seu contrato “antissocializa” o escravizado, quando ele propõe não só a permanência, como também instrui e instrumentaliza a escravidão. Sobre isso, Edmund S. Morgan, evidencia que:

John Locke, autor da clássica explicação do direito à revolução para a proteção da liberdade, não cogitou de estender esse direito aos pobres sem-terra. Ao contrário, imaginou para eles e seus filhos um esquema de trabalho forçado. As crianças deveriam começar aos três anos de idade em instituições públicas, chamadas escolas de trabalho porque a única matéria ali ensi-

nada seria o trabalho (fiação e tricô). Seriam pagas com pão e água e cresceriam “habitadas a trabalhar”. Enquanto isso, as mães, liberadas do cuidado dos filhos, poderiam ir trabalhar com seus pais e maridos. Se não conseguissem um emprego regular, então poderiam também ser enviadas à escola de trabalho (10). Requer-se certa acuidade mental para distinguir com precisão esta versão de liberação das mulheres do cuidado dos filhos da escravidão pura e simples. E muitos dos sucessores intelectuais de Locke, embora em teoria denunciassem a escravidão, abertamente a preferiram à liberdade para as classes mais baixas de trabalhadores. (Morgan, 2000, p. 125-126).

David Hume (1711-1776) é outro teórico iluminista da escola inglesa foi o teórico defensor do “empirismo radical” onde em conflito com Descartes (que defendia o racionalismo) argumentava que a natureza e entendimento humano partia dos sentidos e da assimilação desses para compreensão e entendimento do mundo.

Immanuel Kant (1724-1804) foi iluminista da escola prussiana, e defendeu a tese da “menoridade”, onde o indivíduo deve abandonar uma espécie de ócio e a dependência, para conquistar os verdadeiros saberes através da amplitude de sua liberdade, no entanto, quando os sujeitos não sabem lidar com tal liberdade, são impedidos de qualquer entendimento, pois o comodismo paralisa o sujeito diante de si.

Hume junto à Kant são ferrenhos defensores da superioridade de raça, onde afirmam e reafirmam a taxionomia de raças, e ainda defendem o dito “colonialismo intelectual”, no qual, os africanos e outros povos não produziram valores científicos e racionais equiparáveis aos europeus. Desse modo, David Hume afirma com clareza que

Eu estou em condições de suspeitar serem os negros naturalmente inferiores aos brancos. Praticamente não houve nações civilizadas de tal compleição, nem mesmo qualquer indivíduo de

destaque, seja em ações seja em investigação teórica. [...] Tal diferença uniforme e constante não poderia ocorrer, em tantos países e épocas, se a natureza não tivesse feito uma distinção original entre essas raças de homens. Sem citar as nossas colônias, há escravos negros dispersos por toda a Europa, dos quais ninguém alguma vez descobriu quaisquer sinais de criatividade, embora pessoas de baixa condição, sem educação, venham a progredir entre nós, e destaquem-se em cada profissão. Na Jamaica, realmente, falam de um negro de posição e estudo, mas provavelmente ele é admirado por realização muito limitada como um papagaio, que fala umas poucas palavras claramente (Hume, 1875, p. 252).

Kant através do entendimento da “menoridade do sujeito” argumenta sobre que os povos africanos não sabem lidar com a menoridade, e que por essa razão, seriam inferiores à outros povos, não produziam intelectualidade condizente ou compatível ao nível da Europa, e nisso, ele afirma com veemência que

Os negros da África não possuem, por natureza, nenhum sentimento que se eleve acima do ridículo. O senhor Hume desafia qualquer um a citar um único exemplo em que um Negro tenha mostrado talentos, e afirma: dentre os milhões de pretos que foram deportados de seus países, não obstante muitos deles terem sido postos em liberdade, não se encontrou um único sequer que apresentasse algo grandioso na arte ou na ciência, ou em qualquer outra aptidão; já entre os brancos, constantemente arrojam-se aqueles que, saídos da plebe mais baixa, adquirem no mundo certo prestígio, por força de dons excelentes. Tão essencial é a diferença entre essas duas raças humanas, que parece ser tão grande em relação às capacidades mentais quanto à diferença de cores. [...] Os negros são muito vaidosos, mas à sua própria maneira, e tão matraqueadores, que se deve dispersá-los a pauladas (Kant, 1990, p. 75-76).

Nesse ínterim, a pesquisa não pretende atribuir um juízo de valor a posição de Voltaire, Locke, Hume, Kant à época do

Iluminismo, até porque imerso diante o seu tempo de valores racistas, com estranhamento intelectual a teses que defendessem o contrário, a noção de racismo não é contemporânea a eles, é posta em movimentos muito mais atuais, contemporâneos a esse trabalho.

Em contraponto, nota-se uma problemática não sobre o passado, mas diante a tomada do ensino de História no presente, se pergunta: qual história, o nosso presente quer protagonizar? Quando se evidencia nas academias, intelectuais Voltaire, como David Hume, Immanuel Kant, John Locke, nota-se não apenas um colonialismo intelectual do europeu como centro das construções intelectuais, mas nota-se quais valores que a nossa educação perpetua no âmago social: teóricos brancos, supremacistas, defensores de escravidão, taxionomia de raças (raças superiores e inferiores) e a identidade que se produz no intelectualismo brasileiro e no mundo é voltado ao dito “colonialismo intelectual”, a perspectiva da história de vozes que detêm o poder e o silêncio de outros sujeitos que são marginalizados das discussões historiográficas.

Este artigo não busca como objeto, criminalizar ou atribuir juízo de valor ao passado, mas sim, esclarecer o ensino que se projeta ao presente, no hoje, e quais valores e sujeitos se pretendem formar no presente, é a partir da luz do passado, esclarecer os caminhos até o presente, catalogando os percalços e entendendo os seus desafios.

Em suma, “multifacetar” essa história é necessária para que se possa estabelecer múltiplos diálogos sobre a história em si, trazer à tona sujeitos como Zera Yacob que principiou um debate sobre o feminismo e a igualdade de gênero, anti-escravidão e um ensaio para o entendimento agnóstico (Sumner, 1976; Sumner, 1978), fomenta caracteres mais condizentes a formação cívica e social da sensibilização histórica (entendendo-se que quanto a discussão religiosa é de caráter coletivo,

mas de escolha individual), quando se materializa que estas posições devem ser discutidas em nosso tempo, e muito mais do que entende-las, é preciso esclarecer essa história.

Portanto, entender as contradições do Iluminismo europeu, entender também as teorias de Anton Wilhelm Amo que esclareceu sobre o racionalismo filosófico, contestando Descartes e a divisão da razão, *res cogitans*, do corpo, *res extensa* a partir de seu entendimento da filosofia akan, originária de Gana, onde argumentou que a razão não tem os atributos do sentir, e que esse sentir seria do corpo em si, onde na filosofia akaniana, *adwene* seria a razão e *honam* seria o corpo, e que não haveria de sentir uma dor se fosse com sua mente, e sim, com seu corpo (Nascimento, 2018).

Esclarecer sobre esses e outros intelectuais africanos, dá luz ao teatro de sombras do campo de atuação desses teóricos, uma vez que desmitifica um “mito dos campeões da história”, os europeus, e entende-se que todas as vozes e costumes são importantes para essa construção coletiva da memória, e que a construção da narrativa sobre memória humana não é um palco para as singularidades, mas campo para uma história multifacetada, com diversos rostos, gestos e construções, assim como a historiografia precisa de reformulações, o ensino da História necessita de uma desconstrução social e histórica dentro da sala de aula.

O ILUMINISMO AFRICANO EM PERSPECTIVA

O continente africano foi palco de intensa disputa ao longo da história, e quando emerge o colonialismo e o imperialismo europeus sobre os territórios africanos, a cultura desses povos é simplesmente desumanizada, ou seja, ocorre um processo de desvalorização da cultura a tal ponto de nem considera-la sequer. Esse processo é denominado de *fetichi-*

zação, reduziu a cultura e o corpo africano a uma objetificação, no qual, poderia esses corpos serem comercializados e darem lucros aos europeus.

Desse modo, ao longo da história, essas vozes foram silenciadas, sendo construído uma história europeizada pelo mundo, sendo os métodos científicos e racionais, uma espécie de construto europeu, e somente isso.

Dessa maneira, o que houve foi um epistemicídio das construções filosóficas e historiográficas dos grandes entendimentos do povo africano sobre o ente-humano e o mundo, como bem evidencia o filósofo Mogobe Ramose (2011, p. 9), quando esclarece que “Os conquistadores da África durante as injustas guerras de colonização se arrogaram a autoridade de definir filosofia. Eles fizeram isto cometendo epistemicídio, ou seja, o assassinato das maneiras de conhecer e agir dos povos africanos conquistados”.

O epistemicídio não é somente material, nos signos da cultura, na *fetichização* do corpo e na diminuição do outro, ele é intelectual, no que se refere ao assassinato historiográfico da memória e herança dos povos, dos contributos desses povos à cultura e construção do mundo contemporâneo, é a negligência a sujeitos como Yacob e Amo, que materializa isso dentro do campo historiográfico (Nascimento, 2018).

Nesse contexto, é necessário trazer luz ao teatro de sombras. Zera Yacob, infelizmente, assume um papel negligenciado dentro da historiografia, sendo muito pouco os trabalhos de discussão sobre esse intelectual que foi contemporâneo a Descartes e que construiu debates necessários a sua época e ao nosso tempo.

Nascido numa família pobre, em um vilarejo na antiga capital lendária da Etiópia, Axum, no ano de 1599, se aperfeiçoou em retórica e em estudos sobre a Bíblia, lecionando na capital até por volta de 1620, quando o rei Susenyos recebeu

acusações de sua pessoa, por defender liberdade religiosa, e que nenhuma religião, nem mesmo o catolicismo, fervente na Etiopia desde 1620 após a adesão da realeza, poderia ser dita “superior” (Sumner, 1976; Sumner, 1978).

Yacob defendia a supremacia da razão e da valorização do ser humano, e que os indivíduos (homens e mulheres) foram condicionados à mesma razão e condições dentro do íntimo intelectual, ou seja, defendia valores iluministas muito antes dos principais teóricos da corrente filosófica no teatro europeu (Sumner, 1976; Sumner, 1978).

Zera Yacob foi um dos percursores da “verdadeira igualdade entre os seres”, quando propôs a obra *Hatäta* (c. 1667) defendeu um ensaio do que seria o pensamento agnóstico (Deus-criador sem ligação com a religião, com caracteres voltados a criação, a natureza e suas criaturas), mas muito mais do que isso, defendera a igualdade civil e de gênero, não somente em sua tese, mas na práxis histórica. Casou-se com uma serva de classe mais baixa, chamada Hirut, por volta de 1634, e mesmo após a desaprovação de seu mestre, ele a reconhece no mesmo nível que ele, rasgando o estatuto social da época, pregando a igualdade racional e intelectual de gênero, reconhecendo sua mulher como de pares e caracteres tão capazes quanto os dele. (SUMNER, 1978).

Nesse entendimento, nenhum mesmo o Iluminismo e a Revolução Francesa conseguiram de modo efetivo alguma defesa tão inovadora à noção de igualdade civil e de gênero como Yacob. Ora, já fora evidenciado as contradições do Iluminismo europeu, eis mais uma delas. Quando estoura a Revolução Francesa em 1789 e seus desdobramentos levam ao que seria a *Declaração dos direitos do Homem e do Cidadão* (1789), literalmente do homem em si, expresso claramente em seus artigos 11º e 12º, que afirmam o Homem em si, quando argumentam sobre:

Artigo 11º - A livre comunicação dos pensamentos e das opiniões é um dos mais preciosos direitos do Homem; todo o cidadão pode, portanto, falar, escrever, imprimir livremente, respondendo, todavia, pelos abusos desta liberdade nos termos previstos na Lei. **Artigo 12º**- A garantia dos direitos do Homem e do Cidadão carece de uma força pública; esta força é, pois, instituída para vantagem de todos, e não para utilidade particular daqueles a quem é confiada. (Minas Gerais, 2022).

Ou seja, é uma clara evidência sobre as desigualdades da construção dos embates sobre igualdade civil, o contrato social dos franceses sequer menciona o termo “mulher e cidadã”, o que levou à Olympe de Gournay (1748-1793) a elaborar a *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã* (1791) e depois de muita pressão é aprovada no mesmo ano, mas elege um fim trágico à Olympe de Gournay, sendo ela guilhotinada dois anos depois, após se opor à Robespierre (1758-1794).

Yacob propôs diversas abordagens iluministas contemporâneas à Descartes, no entanto, permaneceu no silêncio da historiografia que teima em negá-lo e reafirmar o epistemiocídio. Fora os trabalhos de Sumner, no campo da filosofia, os trabalhos na historiografia sobre o etíope são quase nulos, permanecendo marginalizados.

Anton Wilhelm Amo é nascido na sociedade Ashanti (atual Gana) em meio ao povo *Nzema* da etnia Akam no ano de 1703, e seus trabalhos são mais expressivos dentro do campo da filosofia e da historiografia, ganhando uma obra traduzida à língua portuguesa em 2020: *Sobre a impassibilidade da Mente Humana* (2020), traduzida por Fernando de Sá Moreira.

Nesse contexto, Amo fora raptado por comerciantes europeus e levado a Holanda e depois a Alemanha ainda na infância sendo roubado de seus pais, e entregue a um du-

que alemão como evidencia o professor Carlos Nascimento, quando afirma que

[...] Sem liberdade, o destino de Amo seria semelhante ao do irmão: foi entregue como um presente ao duque de Brunswick-Wolfenbüttel, Anton Ulrich, que era fomentador do pensamento do Iluminismo e tinha como seu bibliotecário o filósofo Gottfried Leibnitz. O menino Amo despertou interesse do Duque, que o batizou na Capela Saltzthal do Castelo Wolfenbüttel, em 1708, deu-lhe o nome dos seus filhos: Anton Wilhelm e Rudolph Mohre. Esse cuidado estendeu-se também em torno da formação acadêmica de Amo. (Nascimento, 2018, p. 184).

Diante disso, deu-se o experimento iluminista de testes sociais e intelectuais dos meninos africanos, Anton não foi um único caso de testagem sobre nível de intelectualidade, diversas crianças de origem africanas foram levadas à Europa, como o caso de Abram Petrovich Gannibal (1696-1781) intelectual etíope que compôs as cadeiras das academias russas, também houve o caso do nigeriano Ângelo Soliman (1721-1796) que esteve presente na intelectualidade de Viena, como bem demonstra e evidencia Carlos Nascimento, quando afirma com clareza que

Anos antes de receber Amo como presente, o duque de Brunswick-Wolfenbüttel soube da presença de uma criança negra na corte do Czar da Rússia, era Abram Petrovich Gannibal, o bisavô do escritor russo Aleksandr Púchkin. O jovem Gannibal fora trazido da Etiópia, apadrinhado pelo Czar russo, estudou na França do Iluminismo e tornou-se engenheiro militar. Outro jovem africano na Europa Iluminista foi Ângelo Soliman, um intelectual que residia em Viena na casa do príncipe Liechtenstein, onde era tutor dos filhos do príncipe. Soliman se casou com uma mulher europeia, frequentava o círculo intelectual de Viena, mas após sua morte em 1796, teve seu corpo esfolado, emplumado e

exposto nu como um selvagem, com penas e conchas no Coleção Imperial de História Natural [Wien Museum, 2012]. (Nascimento, 2018, p. 184).

Anton Wihelm Amo defendeu sua primeira tese, no qual, para além da igualdade civil e liberdade individual, criticou o regime escravista da época, tomando uma posição muito mais condizente ao Iluminismo, quando em *De Jure Maurorum in Europa* (1727) – “O direitos dos Mouros na Europa” – ele defendeu uma efetiva causa civil de liberdade, onde questionou se a escravidão tinha um aparato legal condizente à sua prática, orquestrando sua crítica ao colonialismo da África, e elegendo condicionantes pares entre europeus e africano, identificando que o Império Romano reconheceu muitos líderes e civilizações africanas como entes do Estado Romano (Nascimento, 2018).

Anton Wihelm se reconhecia *afer*, trazendo consigo uma identidade com suas raízes africanas, tanto que a defesa da obra em si não baixou a guarda para o colonialismo nem para as discussões teórico-racistas da época, mesmo diante a oposição, não se curvou diante ao método científico do europeu em si, a ponto de apagar suas raízes. Sobre isso, Nascimento evidencia que

A dissertação ‘O direito dos Mouros na Europa’, confere a Amo o pleno reconhecimento de origem africana e daqueles que se encontravam entre a liberdade e a servidão na Europa. O texto de Amo concluía, segundo indica Abraham (2004), que a servidão dos africanos na Europa estava em conflito com os princípios legais encontrados na história do direito romano. Infelizmente a dissertação se perdeu, possivelmente, deliberadamente apagada dos registros, não só por conta da repercussão entre os acadêmicos da Universidade de Halle, na defesa do direito dos negros contra a escravidão, mas a favor da liberdade. A liberda-

de implica escolhas. Afirmar de que o negro é um ser pensante, capaz das mesmas realizações pode ter sido intolerável à alguns intelectuais no Iluminismo. A igualdade entre negros e brancos era o objetivo da tese de Amo, que gerou celeuma na Universidade de Halle, a par disso, o professor de direito, Johann von Ludewig, que presidiu sua defesa, confiante na potência intelectual do jovem afer, encaminhou-o para a Universidade Wittenberg. (Nascimento, 2018, p. 186-187).

Nesse contexto, Wilhelm Amo parte ao princípio básico sobre o que seria o seu contrato social, a sua defesa de contrato social que teria por base o direito romano. Ele lança mão de um contrato social que busca “socializar o escravizado”, numa tentativa de enxerga-lo de modo cívico (como cidadão) e da mesma forma, criticar o escravismo.

A sua segunda tese, *De humanae mentis apatheia* (1734) ele defende uma crítica dura e concreta ao método cartesiano de Descartes, método este, que pregava uma separação entre razão e corpo, através da afirmação “Penso, logo existo.”, que a partir da razão é que a realidade se manifesta em si. O pensamento de Amo, discordava que a razão seria o princípio de todos os pontos, e que deveria haver cuidado na distinção entre o ato de pensar e o ato de sentir.

Para Descartes, a metáfora do marinheiro e o navio era a concretização de seu pensamento, um marinheiro sente-se ligado e mistura-se a ideia do navio, ou seja, as sensações não são captadas pelos sentidos, mas pela razão como sinais da natureza, assim como o marinheiro sente fome, frio, angústia pelo navio sem estar ligado a ele. Nascimento afirma com clareza, retomando Descartes, que

Descartes fez uso da metáfora do marinheiro, nas ‘Meditações sobre Filosofia Primeira’ (2004) para expressar uma união substancial entre o corpo e a mente, segundo a qual: ‘A natureza tam-

bém me ensina, por essas sensações de dor, fome, sede etc., que não estou presente a meu corpo como o marinheiro ao navio. Estou a ele ligado de modo muito estreito e como que misturado com ele, a ponto de com ele compor uma só coisa' (Descartes *apud* Nascimento, 2018, p. 187).

Amo contesta a versão e a linha do método cartesiano de Descartes, dizendo o corpo e mente estão intimamente ligados e que as sensações são produzidas por estar-se num corpo orgânico, não necessariamente a razão ligada a um corpo. O professor Carlos Nascimento esclarece, retomando Amo, que

Conforme Amo (2010, p. 20, tradução nossa): 'Em resposta a essa questão, solicitamos cautela para discordar: a favor da sua união, questionamos que a mente age com o corpo, para negar que a mente sofra com o corpo'. Nesse sentido, a investigação de Amo expressa mesmo que a mente e o corpo atuem juntos graças a uma mútua união na percepção de mundo, a mente não sofre junto com o corpo. (Amo *apud* Nascimento, 2018, p. 188).

Nesse contexto, o método do Amo vai muito de evidenciar que razão e corpo trabalham juntos, ele critica o método dando vida a outro método, produzido no âmago social da civilização Ashanti, no qual, fomenta a filosofia akan, típica de Gana. Quando ele questiona o método de Descartes, muito mais do que questioná-lo, ele recorre à filosofia de sua terra natal, produzindo identidade e uma nova forma de sentir com o povo e a cultura africana, saindo do método científico europeu e do teatro de operações intelectuais da Europa, e dando luz a filosofia akan. Sobre isso, Nascimento afirma que

Os filósofos africanos Abraham e Wiredu (2004) observam que embora a concepção de filosofia de Amo não seja explicitamente africana, aproximou-se dos saberes tradicionais da cultura *Nzema*. Como observa Abraham (2004, p. 198), quando Amo

deixou Axim na infância, já dominava a língua Akan. Ao ser um dos primeiros filósofos a questionar a episteme cartesiana, Amo parece ter reencontrando outra forma de sentir e pensar o mundo, semelhante a experiência metafísica do povo Akan. Para Wiredu, as imagens e nas palavras da cultura Nzema, estavam gravadas no fundo das memórias de sua primeira infância de Amo. Conforme escreve Wiredu (2004, p. 204, tradução nossa): ‘A palavra Akan para a mente é *adwene*, e eu ficaria mais surpreso ao conhecer um Akan que pensa sentir uma sensação — uma dor, por exemplo — com o seu *adwene*. Não! Você sente uma dor com o seu *honam* (carne), não com seu *adwene*. O último é apenas para pensar. E isso é exatamente o que Amo parece ter discutido no que diz respeito à sua tese de *apatheia*.’ (Nascimento, 2018, p. 188-189).

Nesse contexto, o novo método “descolonializa” o tradicionalismo cartesianismo e não somente ele, mas como todo um construto social em cima do intelectualismo histórico, quando se fala em Anton Wihelm Amo, se pensa em um novo método, em um protagonismo africano no Iluminismo, que contesta o método cartesiano e o contrapõe no método da *apatheia amoniana*, nesse novo *modus intellectual* de Anton Wihelm Amo, e que produziu identidade com a sua origem, com a filosofia akan, como evidencia o professor Carlos Nascimento, quando afirma com clareza que

Segundo a interpretação de Wiredu, não significa dizer que Amo, em ‘*De humanae mentis apatheia*’, tenha adotado um ponto de vista mais profundo que o dualismo cartesiano entre mente e corpo, mas que o pensamento de Amo apresenta o reencontro com a cultura Akan, presente em sua memória, porque aos akans os seres humanos sentem com o seu *honam*, e não com a mente, *adwene*. Ao problematizar a tese, Wiredu tenta compreender porque Amo foi tão insistente em discordar que a mente pode sentir, uma ideia que estava fora de sintonia com aquele ambiente intelectual e em sintonia com a de a cultura Akan. Para Wi-

redu (2004), embora Amo tenha sido enviado de sua pátria para Europa, em sua primeira infância, ele manteve laços afetivos por um senso inflexível de orgulho às suas origens. Amo denominava-se no título de suas teses como ‘afer’ (africano), além do debate empreendido sobre a identidade africana na Europa na sua obra perdida já citada ‘Sobre o direito dos mouros na Europa’. Certamente, ele tinha mais do que orgulho de seu lugar de origem, pois alguém sem uma profunda noção de identidade e afetividade com suas origens poderia muito bem ter perdido o paradeiro de sua família na África. No entanto, Amo retornou para casa depois de mais de 40 anos, reencontrando-se com seu pai, irmã e família. Assim, a então concepção não sensorial da mente representa uma espécie de sobrevivência cultural do povo Akan na psique de Amo, que se manteve ao longo da sua vida mesmo distante de suas origens [Wiredu, 2014, p. 204] (Nascimento, 2018, p. 189).

Portanto, é preciso trazer esses autores à luz do presente espelhando o passado, quais seus gestos para o presente, os esclarecimentos que se ornamentam, qual história queremos efetuar no ensino? Qual o protagonismo e os sujeitos que o ensino de História pretende dar crédito no presente? No caso de Yacob e Amo, pretende-se um método descolonial do ensino, de uma história multifacetada e plural em si, onde se projeta uma problematização dentro da historiografia e a posteriori dentro de sala, tendo em vista, que a BNCC afirma com clareza que

Para se pensar o ensino de História, é fundamental considerar a utilização de diferentes fontes e tipos de documento (escritos, iconográficos, materiais, imateriais) capazes de facilitar a compreensão da relação tempo e espaço e das relações sociais que os geraram. Os registros e vestígios das mais diversas naturezas (mobiliário, instrumentos de trabalho, música etc.) deixados pelos indivíduos carregam em si mesmos a experiência humana, as formas específicas de produção, consumo e circulação, tanto de objetos quanto de saberes. Nessa dimensão, o objeto

histórico transforma-se em exercício, em laboratório da memória voltado para a produção de um saber próprio da história. (Brasil, 2018, p. 398).

Em suma, o Iluminismo Africano quando posto em evidência, constrói novos nomes para o futuro, novos sujeitos e novos conceitos, além de ser terreno para uma identidade com esses sujeitos como Yacob e Amo tão negligenciados e silenciados ao longo da história. Desse modo, se deve se problematizar o passado, baseada na ideia do presente, se trazendo personagens do passado e seus caminhos para a sensibilização histórica do estudante, como afirma Jorn Rusen quando evidencia que

A consciência histórica abre o leque de questões tanto acerca de um passado desafiador quanto sobre uma perspectiva de futuro, afirmativa ou crítica. Essa consciência se enraíza no presente e é portadora de experiências de sua própria evolução temporal, ao pôr questões ao passado e a nutrir expectativas para o futuro. (Rüsen, 2020, p. 18)

Por fim, a consciência histórica acerca desse protagonismo irá despertar interesse nos estudantes por sujeitos antes negligenciados e, assim, estará sendo feita uma reparação histórica diante esses sujeitos, trazendo os seus significados e leituras de mundo, contribuindo para uma consciência e sensibilidade histórica do estudante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de desconstrução social do Iluminismo europeu é um aspecto dentro da historiografia que precisa ganhar corpo conceitual e pesquisa nesse sentido, já que é necessário se multifacetar essa história, tecer novas teias a essa trama.

Há um mito entre o povo entre o povo Nzema, de um herói mítico de nome Ananse que pediu ao deus dos céus, Nyame, que lhe concedesse o poder da narrativa sobre a memória e a história das civilizações. O deus ao ver Ananse pequeno e frágil, deu-lhe três tarefas insuperáveis: captura de Osebo (leopardo de dentes terríveis); Mmboros (maribondos de ferões de fogo) e Moatia (fada jamais vista), e Ananse realiza as tarefas, para a surpresa de Nyame, que lhe concede o direito da narrativa e de ser guardião da memória do povo africano. (Nascimento, 2018).

Nesse contexto, Ananse é como Yacob, Amo e muitos outros intelectuais africanos que contam a história e a memória do povo africano, deixado entre as sociedades as heranças desse povo, seja pelas críticas e construções de Yacob sobre a injustiça e a liberdade, seja Amo com a defesa de sua *apatheia*, no qual, evidencia a filosofia akan, a memória e a construção histórica e intelectual do seu povo, sendo eles, africanos que são protagonistas da História da humanidade. Eles preservaram em sua cultura, os caracteres de África, pois Amo, mesmo diante o método europeu, regressa a filosofia akan e ao seu povo, questiona Descartes e propõe novo método forjado na cultura de sua terra, e assim não nega o seu lugar da história, e sim, constrói laços ainda mais fortes com seu povo.

Nesse sentido, há outra filosofia africana muito interessante, que ousamos dizer que é mais essencial ao nosso trabalho como historiador, um tecelão de tempos, um bordador de costuras e retalhos, que é o Sankofa. O Sankofa é um ideograma, um símbolo que represente algo profundo nas mentalidades do povo ganês, no qual, há um pássaro com sua cabeça voltada para trás, que caminha adiante, à luz do que deixa para trás, volta, apanha e se reorganiza, aprendendo e construindo o seu caminho mais adiante (Nascimento, 2018).

Nesse contexto, o historiador faz-se como um Sankofa, constrói novos rumos, caminhos e tece novas tramas à luz do passado que clareia e norteia o seu presente, tal como um Sankofa, não deixando para trás sujeitos como Yacob e Amo, caíam no silenciamento e no esquecimento forjado pelo outro. Sobre isso, Nascimento afirma com clareza que Anton Wihelm Amo

Ao afirma-se como afer, negro, Anton Wilhelm Amo resistia a cada momento entre os iluministas, discutia e questionava a liberdade do povo negro e africano, vítima do comércio da escravização pelos europeus. Anton Wilhelm Amo foi um filósofo do Iluminismo. Assim como o personagem da cultura Akan Ananse guardou as histórias, Amo em sua memória, pensamento e filosofia preservou sua cultura, sua identidade de homem negro e africano resistiu mesmo vivendo na Europa. (Nascimento, 2018, p. 193).

Em suma, a historiografia não pode silenciar sujeito em detrimento de outros. Sujeitos como Yacob Amo e Anton Wihelm Amo são extremamente necessários para o entendimento do Iluminismo e como ponto para um protagonismo africano e até de nossos jovens no presente. Ora, Yacob era filho de camponeses pobres da Etiópia e conseguiu estabelecer linhas interessantes sobre liberdade religiosa, feminismo e anti-colonialismo, e conseguiu estabelecer discussões e postulações a sua práxis, quando se casou e rasgou a desigualdade de gênero de sua sociedade, então a realidade do estudante terá uma aproximação e sensibilização histórica muito mais efetiva com esses personagens, com Amo que mesmo diante a outra cultura, estabeleceu identidade com a sua terra natal.

Portanto, faz-se necessário uma construção muito mais coletiva da história, muito mais dinâmica, clara e objetiva, não para atribuir juízo de valor ao passado, mas para construir um presente plural, rico e diversificado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

HUME, David (1748). "Of National Characters". In: HUME, David. **Essays: Moral, Political and Literary**. London: Longmans, Green and Co, 1875. Vol. 1.

KANT, Immanuel. **Observation sur le sentiment du beau et du sublime**. Paris: Flammarion, 1990.

MINAS GERAIS. Declaração dos direitos do Homem e do Cidadão (1789). **UFMG**, 2022, disponível em: http://www.fafich.ufmg.br/hist_discip_grad/DeclaraDireitos.pdf, acesso em 15.05.2022,

MORGAN, Edmund S. Liberalismo e Escravidão: teoria e história. **Estudos Avançados**. Abr, 2000, p. 125-126.

NASCIMENTO, Carlos Eduardo Gomes. Anton Wilhelm Amo: filósofo negro no Iluminismo e a descolonização da filosofia nas escolas. **Kínesis**, Vol. X, n° 24 (Edição Especial), dezembro 2018, p. 179-195, acesso em 16.05.2022.

RAMOSE, Mogobe B. Sobre a Legitimidade e o Estudo da Filosofia Africana. **Ensaio Filosóficos**, v. IV, p. 6-23, out./2011.

RUSEN, Jorn. Consciência histórica como tema da didática de história. **Métis: história e cultura**., v 19, n. 38, 2020. Disponível em <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/9985/4548>. Acesso em 16 mai. 2021.

SUMNER, Claude. **Ethiopian Philosophy**, vol. II: The Treatise of Zara Yaacob and Walda Hewat: Text and Authorship. Adis-Ababa: Commercial Printing Press, 1976.

SUMNER, Claude. **Ethiopian Philosophy**, vol. III: The Treatise of Zara Yaacob and Walda Hewat: An Analysis. Addis-Ababa: Commercial Printing Press, 1978.

VEYNE, Paul. Teorias, tipos, conceitos. In: _____. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história**. Brasília: UnB, 1998. p. 97-115.

VOLTAIRE. **Essai sur les mœurs et l'esprit des nations**. Paris: Garnier, 1963.

**GABRIELA, CRAVO E CANELA:
A MASCULINIDADE NORDESTINA
REPRESENTADA NA ILHÉUS DE JORGE
AMADO**

Camille Julianne Dos Santos Malherme¹

INTRODUÇÃO

Ao analisarmos a trajetória literária de Jorge Amado, a sua formação enquanto escritor, bem como as suas obras, é possível perceber a presença de um elemento inerente em todas as suas fases enquanto autor, isto é, a busca por representar, através da construção de seus personagens e suas narrativas a realidade brasileira, uma imagem do que o autor entende como cultura popular, principalmente a baiana.

Nesse sentido, durante a leitura de *Gabriela, Cravo e Canela*, é possível perceber a presença de inúmeros traços culturais da sociedade brasileira presentes nos personagens da obra. Dito isso, uma temática presente na narrativa é a permanência de costumes antiquados nesta cidade em constante transformação, estes costumes seriam característica de uma mentalidade social pautada pelo patriarcado onde os coronéis são as figuras mais emblemáticas desta estrutura social.

Dentro deste contexto, a presente pesquisa pretende analisar, de maneira geral, a masculinidade apresentada por es-

1. Graduanda em licenciatura em História pela Universidade Federal do Piauí - UFPI. camillemalherme@gmail

tes personagens masculinos estabelecendo uma relação com os estudos desenvolvidos pelo historiador Durval Muniz, que apresenta um panorama sobre a ideia de masculinidade atribuída a homens nordestinos que está representada na obra de Jorge Amado. Sendo assim, em um primeiro momento, faremos um breve resumo da história de *Gabriela, Cravo e Canela* apresentando os personagens, ao passo em que investigaremos a sua construção amparados pela teoria de Durval Muniz, que nos ajudará a entender como essa performance de masculinidade influencia nas relações entre personagens masculinos e na relação destes com personagens femininas.

A MASCULINIDADE NORDESTINA REPRESENTADA NA ILHÉUS DE JORGE AMADO

Aventuras e desventuras de um bom brasileiro (nascido na Síria) na cidade de Ilhéus, em 1925, quando florescia o cacau e imperava o progresso com amores, assassinos, banquetes, presépios, história variada para todos os gostos, um remoto passado glorioso de nobres sobrados e salafrários um recente passado de fazendeiros ricos e afamados jagunços, com solidão e suspiros, desejo, vingança, ódio, com chuvas e sol e com o luar, leis inflexíveis, manobras políticas, o apaixonante caso da barra, com prestidigitador, dançarina, milagres e outras magias. (Amado, 2006, p. 6)

O trecho acima antecede a primeira parte do livro *Gabriela, Cravo e Canela* servindo como um resumo para o que viria a acontecer no romance que conta a história da retirante Gabriela e do sírio Nacib proprietário de um bar em Ilhéus, local onde recebe toda a sociedade da cidade, o personagem transforma seu estabelecimento em um ambiente de sociabilidade para todos os cidadãos, desde coronéis do cacau, a intelectuais,

políticos e empresários de diversas classes e posições políticas. Por conta disso, é neste ambiente que se desenrola diálogos importantíssimos para o desenvolvimento da trama que de acordo com o próprio Jorge Amado é uma história de amor.

Diante disso, a narrativa de *Gabriela, Cravo e Canela* se inicia quando o protagonista Nacib decide procurar uma outra cozinheira para seu restaurante, é neste momento que Gabriela entra em cena, chegando a Ilhéus fugindo da seca e atrás de trabalho. O encontro dos dois dá início a uma história de amor que é atravessada por outras narrativas referentes ao futuro de Ilhéus e seus cidadãos, que nos permitem vislumbrar características presentes no imaginário coletivo relacionado ao homem nordestino, constantemente associado a uma masculinidade pautada pela truculência e brutalidade.

Nesta perspectiva, Durval Muniz nos ajuda a pensar sobre esta masculinidade nordestina sempre associada à violência. Segundo o historiador, este imaginário sobre os nordestinos começa a se formar com uma associação entre o meio em que viviam, caracterizado por um bioma de regiões áridas que cobrava dos indivíduos mais rigidez, mais coragem para enfrentar as dificuldades, esta “coragem” está sempre relacionada a capacidade de empregar violência para garantir sua sobrevivência, mas com o tempo e com a absorção desta mentalidade pelos nordestinos, a “coragem” começa a pautar também a forma como lidavam com as relações interpessoais, um homem de verdade deveria ser capaz de usar a violência para defender a sua honra quando sentia que esta estava sendo ameaçada, caso o contrário corria o risco de perder o respeito de seus pares (Albuquerque Júnior, 2003, p. 164-173). Nas palavras de Durval Muniz:

O nordestino, portanto, fruto de uma história e uma sociedade violenta, teria como uma de suas mais destacadas características

subjetivas, a valentia, a coragem pessoal, o destemor diante das mais difíceis situações. A literatura de cordel e outras manifestações literárias da região, a partir dos anos 20, não cansam de decantar homens valentes que conseguem resolver as mais difíceis situações por uma atuação pessoal e individual. Coragem e um apurado sentido de honra seriam características constituintes destes homens, que não levariam desaforo para casa. Homens que preferiam perder a vida do que perder a honra, serem desfeitos publicamente. (Albuquerque Júnior, 2003, p. 176)

Diante disso, esta característica apresentada pelo autor, permeia os personagens masculinos da obra que reproduzem esta performance de gênero baseada na violência, na brutalidade quando se sentem ameaçados, a violência é vista como única resposta possível para um conflito, sendo legitimada socialmente.

Nesse sentido, o encontro de Gabriela e Nacib, é o pontapé inicial para uma narrativa que nos apresenta, além do envolvimento amoroso, desses personagens, desenvolvido ao longo da trama, os costumes sociais da cidade a partir de seus personagens e das relações construídas por eles, sejam elas relações amorosas como a do professor Josué com Glória “a rapariga” do coronel Manuel das Onças, ou a rivalidade entre o Coronel Ramiro Bastos e Mundinho Falcão iniciada com a disputa pelo cargo de intendente da cidade.

Além dos protagonistas, Jorge Amado também nos apresenta “os notáveis”, ilustres cidadão da cidade. Entre coronéis e intelectuais podemos citar: João Fulgêncio, coronel Ribeirinho, Dr. Ezequiel Fuge Prado, coronel Manuel das Onças, coronel Amâncio Leal, coronel Melk Tavares, Pelópitás de Assunção d Ávila, conhecido por todos como Doutor, por conta da sua fama como intelectual com diversos artigos publicados em jornais em toda a Bahia, e Miguel Batista de Oliveira, conhecido pelo apelido de Capitão, dado a ele ainda na

infância, visto que sempre comandava as brincadeiras quando criança. Os personagens são descritos por Jorge Amado da seguinte forma:

O doutor não era Doutor, o capitão não era capitão. Como a maior parte dos coronéis não eram coronéis. Poucos, em realidade, os fazendeiros que nos começos da república e da lavoura do cacau, haviam adquirido patentes de coronel da Guarda Nacional. Ficara o costume: dono de roça de mais de mil arrobas passava normalmente a usar e receber o título que ali não implicava em mando militar e, sim, no reconhecimento da riqueza, João Fulgêncio, que amava rir dos costumes locais, dizia ser a maioria deles coronéis de jagunços, pois muitos se haviam envolvido nas lutas pela conquista da terra. (Amado, 2006, p. 22)

Com isso, os homens apresentados acima, fazem parte da trama como peças em um jogo político articulado pelo coronel Ramiro Bastos, o principal fazendeiro da região que concentra todo o poder político assegurado pelos outros coronéis, comprometidos com ele por alianças firmadas ainda no período das lutas pela terra, já que, a honra de um homem fundamentada, principalmente, pelo cumprimento da palavra era um fator importante para a manutenção do prestígio perante os seus pares.

Ademais, a construção destes personagens também passa pela memória do próprio autor que conviveu com homens semelhantes aos personagens do livro, que tiveram uma trajetória parecida com a deles nos momentos de conquista da terra e de manutenção do poder com os processos eleitorais. Estas memórias são narradas pelo próprio autor em uma de suas biografias que foi dedicada principalmente a sua infância, intitulada pelo escritor como *Menino Grapiúna*.

Dessa forma, de acordo com Antônio Candido, os personagens de um romance apesar de serem fictícios precisam apresentar uma verossimilhança com a realidade, ou seja, pre-

cisam dar uma impressão de realidade, é esta relação paradoxal que o romance se baseia, como podemos ver no trecho abaixo:

A personagem é um ser fictício - expressão que soa como paradoxo. De fato, como pode uma ficção *ser*? Como pode existir o que não existe? No entanto, a criação literária repousa sobre este paradoxo, e o problema da verossimilhança no romance depende desta possibilidade de um ser fictício, isto é, algo que, sendo uma criação da fantasia, comunica a impressão da mais lídima verdade existencial. Podemos dizer, portanto, que o romance se baseia, antes de mais nada, num certo tipo de relação entre o ser vivo e o ser fictício, manifestada através da personagem, que é a concretização deste. (Candido, 1976, p. 52)

Diante disso, esses personagens masculinos construídos pelo autor nessa obra são exemplos da performance de masculinidade atrelada a homens nordestinos, que precisam seguir uma série de padrões de comportamentos para serem considerados homens de respeito dentro da sociedade, muito desses comportamentos está associado às relações estabelecidas por esses homens com as mulheres, desde de suas esposas, as “raparigas” ou suas próprias filhas.

Dentro dessa perspectiva, para entendermos essas relações de gênero presentes nas tramas que atravessam tanto os personagens masculinos quanto os femininos, estabeleceremos um diálogo com o historiador Durval Muniz que nos apresenta através de suas obras *Nordestino: uma invenção do falo* (2003) e *Invenção do Nordeste* (1993) um panorama sobre este assunto. Segundo o autor, a construção do imaginário sobre o homem nordestino remonta a própria demarcação da região como nordeste, momento em que se inicia um movimento de construção de identidade encabeçado por diversos intelectuais, de acordo com Durval Muniz:

O tipo regional nordestino não existia até as primeiras décadas do século XX. Surgiu quase ao mesmo tempo em que o recorte regional Nordeste acontece, ou seja, em torno da segunda metade da década de 1910. A primeira referência que encontramos ao termo *nordestino*, para designar o habitante da área ocidental do antigo Norte, no *Diário de Pernambuco*, por exemplo, data de 15 de novembro de 1919, quando o jornal se refere a um parecer do deputado Ildefonso Albano, do Ceará, sobre um projeto do deputado Eloy de Souza do Rio Grande do Norte, que instituía uma caixa especial, para financiar os esforços particulares visando a irrigar as terras da região. Ao se referir a um discurso proferido pelo mesmo deputado, sobre este assunto há dois anos, o jornal o chama de “deputado nordestino”. (Albuquerque Júnior, 2003, p. 137)

Ademais, o autor também aponta a existência de diferentes homens nordestinos, cuja a construção de masculinidade perpassa por fatores como o lugar social que ocupa, a região onde mora, a sua ocupação. Dessa forma, a masculinidade inerente aos coronéis é definida pelo seu poder econômico e status social que também lhe conferem poder político. No entanto, apesar de suas diferenças, todos os tipos de nordestino desenhados pelo regionalismo abarcam as características gerais marcadas por um contexto rural protagonizado principalmente por figuras masculinas “sujeitos machos” definidos pela sua virilidade, sua força e sua capacidade de interferir na realidade.

Assim, a figura do nordestino ao ser gestada, nos anos 20, agenciara toda essa galeria de tipos regionais ou tipos sociais, todos marcados por uma vida rural, por uma sociabilidade tradicional e, acima de tudo, desenhados com atributos masculinos. São todas figuras de homens heróicos ou não. Seja o sertanejo, o brejeiro ou o praeiro, seja o vaqueiro, o jagunço, o coronel, o cangaceiro, o beato, o retirante, o matuto, o caboclo ou o senhor de engenho, todos esses tipos se relacionam com as atividades econômicas e sociais atribuídas pelos códigos sociais, daquela

época aos homens. Aristocráticos ou rudes, pobres, andrajosos, covardes ou valentes, são todas expressões de uma sociedade onde a história, a ação, parecia pertencer apenas aos homens. (Albuquerque Júnior, 2003, p. 207)

Podemos identificar essas características no livro *Gabriela, Cravo e Canela* em diversos personagens, mas com mais intensidade no coronel Ramiro Bastos que é o principal representante deste tipo de masculinidade nordestina, performada por homens de alta classe que é baseada na sua capacidade de modificar a realidade. O personagem é apresentado na obra como a maior autoridade política da região, todas as decisões relacionadas à cidade e seus cidadãos são subordinadas à sua autoridade que encontra oposição a partir do momento em que a cidade de Ilhéus inicia seu processo de modernização, as suas decisões passam a ter menos peso, haja vista que, não estão mais de acordo com o desejo da população, visto que, o coronel é um homem que se mostra avesso a todas as mudanças ocorridas na cidade, o que fica claro ao observarmos este trecho retirado da obra:

No entanto, apesar de sua teimosia, nos últimos tempos sentia seu indiscutível prestígio, sua palavra como lei, um tanto quanto abalados. Não pela oposição, gente sem conceito. Mas pelo próprio crescimento da cidade e da região, que às vezes parecia querer escapar de suas mãos agora trêmulas. Suas próprias netas não, o criticavam porque ele fizera a intendência negar uma ajuda de custo ao Clube Progresso? E o jornal de Clóvis Costa não ousara discutir o problema do ginásio? Ele ouvira a conversa das netas: Vovô é um retrógrado! (Amado, 2006, p. 52)

Nesse Contexto, podemos estabelecer mais uma vez um diálogo com Durval Muniz já que o historiador aponta que este apego às tradições também é uma dessas características atribuídas a homens nordestinos, como podemos ver a seguir:

Construído a partir de temas, imagens e enunciados que definiram outros tipos regionais anteriores, o nordestino será descrito de diferentes formas, mas terá alguns traços definidores que se encontrarão em todas as versões: será um tipo rural, que não se identifica com um mundo moderno, reativo ao processo de transformações que, desde o século XX, implantava uma sociedade tipicamente capitalista e burguesa no país; reativo ao processo de implantação de uma sociedade urbano-industrial. Ele representará uma tradição agrária e patriarcal, quando não escravista. Será bastião de uma sociedade artesanal e folclórica, que está desaparecendo. (Albuquerque Júnior, 2003, p. 208)

Nesse sentido, é possível perceber através do que foi exposto anteriormente que o livro *Gabriela, Cravo e Canela* trás na construção de seus personagens características inerente a sujeitos da época em que estão inseridos, o tipo de masculinidade performada por estes personagens na obra foi assistido por Jorge Amado durante a sua infância, haja vista que, nasceu na região do cacau portanto estava imerso nessa cultura atribuída aos homens nordestinos.

Dito isso, outro aspecto interessante, quando analisamos a representação dessa masculinidade e conseqüentemente da estrutura do patriarcado na obra, é perceber a forma como as figuras femininas são construídas, sendo personagens de destaque na obra de Jorge Amado pois representam a partir de suas ações as transformações sociais vivenciadas pela sociedade ilheense provocadas pelas agitações políticas.

Sendo assim, além de Gabriela a protagonista da história, o autor também nos apresenta personagens femininas que dão vida a momentos marcantes como Malvina, a filha do coronel Melk Tavares que se recusa a casar com o pretendente escolhido pelo pai e vive um romance proibido com o engenheiro responsável pela construção da barra. Após a descoberta do relacionamento pelo pai, se vendo diante de uma situação em

que perante os olhos da sociedade não teria mais valor, a personagem toma a decisão de se refugiar em um colégio interno em Salvador comandado por freiras de onde, tempos depois, Malvina fugiu iniciando uma nova vida. A trajetória dessa personagem é apresentada com um certo otimismo pelo autor, já que, a personagem busca um destino diferente de sua mãe e apesar dos percalços encontrados pelo caminho conseguiu encontrar um novo destino para si mesma longe do pai autoritário e violento.

No entanto, uma personagem que não teve a mesma sorte que Malvina foi sinhazinha Guedes, esposa de um homem muito mais velho, o coronel Jesuíno Mendonça que a assinou junto com seu amante ao descobrir a traição. Essa sequência de fatos foi assistida por todos em Ilhéus com naturalidade diante da tragédia ocorrida, visto que, era de entendimento geral que esta era atitude adequada a ser tomada pelo esposo em uma situação como essa, sendo o marido traído absorvido pela lei em caso de julgamento, como podemos ver a seguir:

nenhuma aposta se aceitava, porém, quando o júri se reunia para decidir sobre crime de morte em razão de adultério: sabiam todos ser a absolvição unânime do marido ultrajado o resultado fatal e justo. Iam para ouvir os discursos, a acusação e a defesa, e na expectativa de detalhes escabrosos e picarescos, escapando dos autos ou da falação dos advogados. Condenação do assassino, isso jamais!, era contra a lei da terra mandado lavar com sangue a honra manchada do marido.

Comentava-se e discutia-se apaixonadamente a tragédia de sinhazinha e do dentista. Divergiam as versões do sucedido, opunham-se detalhes, mas uma coisa todos concordavam: em dar razão ao coronel, em louvar-lhe o gesto de macho. (Amado, 2006, p. 78)

Nesse momento, é possível estabelecer uma conexão entre esse acontecimento no romance e o que foi explicitado por

Durval Muniz sobre a masculinidade nordestina que justifica a violência praticada por homens quando estes sentem sua honra ameaçada, em uma situação em que a honra masculina é maculada a única alternativa aceitável socialmente é uma reação violenta, como foi a do coronel Jesuíno Mendonça na trama.

Outrossim, outra personagem que merece atenção é Glória, a amante do coronel Manuel das Onças, que é mantida solitária dentro da casa do coronel na cidade a mercê do julgamento de todos que condenam o coronel não pelo fato de ter uma amante, mas sim por fazê-lo a vista de toda a cidade, enquanto Glória é alvo de olhares julgadores de todos os cidadãos ilheenses o que demonstra a hipocrisia presente na sociedade patriarcal de Ilhéus que julga a mulher enquanto absorve o homem, mesmo quando este comete um crime como é o caso do coronel Jesuíno Mendonça.

Diante disso, é importante situarmos esses acontecimentos dentro da cronologia dos eventos políticos de Ilhéus, a trajetória de Malvina termina bem, visto que, acontece em um momento onde o poder dos antigos coronéis está diminuindo o que abre espaço para outras transformações. Já o crime cometido contra a Sinhazinha acontece no início da história, quando as antigas tradições ainda imperavam sem encontrar oposição, o que muda a partir do momento em que as agitações políticas começam e a autoridade dos coronéis é ameaçada.

CONCLUSÃO

Portanto, é possível concluir a partir do que foi exposto acima que os estudos elaborados por Durval Muniz nos ajudam a analisar as figuras masculinos presentes na obra *Gabriela, Cravo e Canela* como uma representação do tipo de masculinidade atribuída a homens nordestinos, onde a força física, a violência e o autoritarismo são suas características mais mar-

cantes, principalmente quando se trata de homens com alto poder aquisitivo e prestígio social, a manutenção desse prestígio perpassa pelo exercício dessa performance de gênero.

REFERÊNCIAS

AMADO, Jorge. **Gabriela, cravo e canela**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2006.

ALBUQUERQUE Jr, Durval Muniz. **Nordestino: uma invenção do falo - uma história do gênero masculino (Nordeste - 1920/1940)**. Maceió, Catavento, 2003

CANDIDO, Antônio et al. **A personagem de ficção**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

ESTA OBRA FOI COMPOSTA EM MINION E IMPRESSA PARA A
EDITORIA CANCIONEIRO EM DEZEMBRO DE 2024.